

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E SOCIEDADE

**TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS
NO TRABALHO DE JORNALISTAS 60+
DO ESTADO DE SÃO PAULO:
UM ESTUDO NA PERSPECTIVA CTS**

Igor José Siquieri Savenhago

SÃO CARLOS-SP
2023

IGOR JOSÉ SIQUIERI SAVENHAGO

**TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS
NO TRABALHO DE JORNALISTAS 60+
DO ESTADO DE SÃO PAULO:
UM ESTUDO NA PERSPECTIVA CTS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, para fins de obtenção do título de Doutor em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Wilson José Alves Pedro.

SÃO CARLOS-SP
2023



Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Igor José Siquieri Savenhago, realizada em 06/09/2023.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Wilson José Alves Pedro (UFSCar)

Profa. Dra. Adriana Gonçalves Arruda (UFSCar)

Profa. Dra. Beltrina da Purificação da Côrte Pereira (PUC-SP)

Prof. Dr. Cidoval Moraes de Sousa (UEPB)

Prof. Dr. Jorge Pedro Almeida Silva e Sousa (UFP)

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde cursei o Mestrado em CTS e, agora, o Doutorado. Pela acolhida, pelas amizades conquistadas em seus corredores e jardins, pelos momentos memoráveis.

Ao professor Wilson José Alves Pedro, meu orientador. Pelo incentivo desde o início dessa caminhada, pelas dicas preciosas, pelo compartilhamento de conhecimento e de sonhos, pelas boas risadas.

À minha amada esposa, Tati, meu porto seguro. Amparo incondicional para todas as horas, ela segurou firme nas minhas mãos, não saiu do meu lado um só segundo e vibrou comigo em cada batida dos nossos corações.

Aos meus pais, José (em memória) e Mariza, e ao meu irmão, Ivan, por todo o suporte para que a conclusão dessa etapa fosse possível.

Aos meus sogros, Roma (em memória) e Sodi, pela paz de espírito que sempre me proporcionaram.

Aos professores que compuseram a banca examinadora: Adriana Gonçalves Arruda, Beltrina da Purificação da Côrte Pereira, Cidoval Moraes de Sousa e Jorge Pedro Sousa, que aceitaram o desafio de avaliar este estudo. Pelas contribuições precisas e fundamentais.

Ao professor Sérgio Kodato, por ter me aberto as portas como aluno especial na Universidade de São Paulo (USP), campus Ribeirão, o que foi um impulso para o ingresso no Doutorado; à Etiene Siqueira Rocha e ao Mateus Yuri Ribeiro da Silva Passos, pelo apoio e vibrações. Eles toparam compor o grupo de suplentes da banca examinadora.

À professora Márcia Ogata, pelas palavras de incentivo.

Ao professor Vinício Carrilho Martinez, pela confiança no meu trabalho.

Às pesquisadoras Cláudia Pires e Helena Vetorazzo, do BRAS (Brazilian Research and Studies Center), grupo do qual faço parte e que pesquisa o Brasil fora do Brasil. Elas são fontes de informação, conhecimento e afeto.

À Priscila Victorelli Vargas, que dividiu um artigo comigo, pelo entusiasmo, por todas as parcerias e por ter me presenteado com algumas aulas fundamentais para o desenvolvimento deste estudo.

Aos professores, funcionários e aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS), pelas discussões acaloradas, pelos conselhos e pelos bolinhos e café nos intervalos, que renovavam nosso vigor. Poderia cometer alguma injustiça se tentasse nomear todos.

Aos amigos do NIEPGS – Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Gerontologia Social, principalmente à Kemilly Bianca de Mello e à Patrícia Magdalena, pelas dicas primorosas.

Ao Figueiredo Artur Muinge, colega de turma que virou grande amigo e me apresentou toda a família – a esposa, Paula, e os filhos, Mézbell, Kyara e Figueiredo Júnior. A perseverança deles eu vi em poucos até hoje.

Ao José Augusto Nascimento Reis, o professor Zé, e à Kelin, esposa dele, duas das pessoas mais generosas que conheço. Pela amizade que nos tranquiliza, nos alimenta, nos faz acreditar nas relações humanas. Pela irmandade que nos une. Pelos projetos que continuamos a tecer na companhia, sempre prazerosa, deles.

Ao Jefferson Orlandi, o Jefin, pela vitalidade que não me permite esmorecer, pelos olhos que brilham diante das oportunidades que a vida oferece, pelos almoços, visitas e todos os momentos em pudemos brindar a vida. À namorada dele, a Lívia, e à família dela, por integrar nossos planos.

Ao Carlos Eduardo da Silva, pela companhia agradável, pela indicação de leituras inspiradoras, pelos encontros produtivos, pelos papos que arejam.

Aos colegas de trabalho da Sicoob Cocred, que entenderam minha necessidade de ausência em algumas situações para me dedicar à tese.

Aos jornalistas que concederam entrevistas para este estudo e aos amigos, também jornalistas, que indicaram possíveis participantes, especialmente ao Cristiano Pavini e ao Ícaro Ferracini.

Aos ex-alunos e agora amigos Fernanda Melo, Fernando Carlos Joaquim, Júlia Paiva, Kétila Maria da Silva, Laís Lazarini, Lorena Castanheiro, Lucas Faleiros, Marcella Montanari, Milena Fischer, Sâmara Azevedo, e à Flávia Barreto, pela empatia, pelo apoio nas horas difíceis, pelo esforço e pela gentileza de estender as mãos.

À minha terapeuta, Lucila Mosquim, pela prontidão.

A todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para esta tese.

Gratidão.

Todas as vidas

(Cora Coralina, pseudônimo de Anna Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, que teve seu primeiro livro publicado aos 76 anos de idade).

Vive dentro de mim
uma cabocla velha
de mau-olhado,
acocorada ao pé do borrarho,
olhando para o fogo.
Benze quebranto.
Bota feitiço...
Ogum. Orixá.
Macumba, terreiro.
Ogã, pai de santo...

Vive dentro de mim
a lavadeira do Rio Vermelho.
Seu cheiro gostoso
d'água e sabão.
Rodilha de pano.
Trouxa de roupa,
pedra de anil.
Sua coroa verde de são-caetano.

Vive dentro de mim
a mulher cozinheira.
Pimenta e cebola.
Quitute benfeito.
Panela de barro.
Taipa de lenha.
Cozinha antiga
toda pretinha.
Bem cacheada de picumã.
Pedra pontuda.
Cumbuco de coco.
Pisando alho-sal.

Vive dentro de mim
a mulher do povo.
Bem proletária.
Bem linguaruda,
desabusada, sem preconceitos,
de casca-grossa,
de chinelinha,
e filharada.

Vive dentro de mim
a mulher roceira.
- Enxerto da terra,
meio casmurra.

Trabalhadeira.
Madrugadeira.
Analfabeta.
De pé no chão.
Bem parideira.
Bem criadeira.
Seus doze filhos
Seus vinte netos.

Vive dentro de mim
a mulher da vida.
Minha irmãzinha...
Fingindo alegre seu triste fado.

Todas as vidas dentro de mim:
Na minha vida -
a vida mera das obscuras.

RESUMO

SAVENHAGO, Igor José Siquieri. **Transformações tecnológicas no trabalho de jornalistas 60+ do Estado de São Paulo: um estudo na perspectiva CTS**. São Carlos, 2023. 213 p. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.

A chegada da internet às redações jornalísticas a partir dos anos 1990 demarcou transformações nas rotinas produtivas, influenciando as condições de trabalho. Um processo que exigiu especial atenção aos profissionais idosos, dada a necessidade de rápidas adaptações para o domínio de artefatos tecnológicos, e que foi intensificado com a pandemia de Covid-19, que obrigou muitos deles ao teletrabalho. Sob um enfoque multi e interdisciplinar, que reúne pensamentos da Psicologia Social, da Sociologia, da Antropologia, da Filosofia, da História, da Gerontologia, da Educação, da Comunicação, entre outros campos das Ciências Humanas, este estudo observa como jornalistas 60+ residentes e/ou que trabalham nas regiões geográficas intermediárias de Ribeirão Preto e São Paulo, no estado de São Paulo, Brasil, constroem visões compartilhadas sobre essas transformações tecnológicas e como tais representações indiciam comportamentos referentes ao exercício da profissão, às relações de trabalho e ao próprio processo de envelhecimento. A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), na linha de pesquisa em Dimensões Sociais da Ciência e da Tecnologia, a partir de uma perspectiva do construtivismo social – o que encontra pertinência nos Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia (ESCT), nos quais se insere o movimento CTS –, e à luz da Teoria das Representações Sociais (TRS). Após revisão bibliográfica, com levantamento do estado da arte do conhecimento científico sobre transformações tecnológicas para o trabalho de jornalistas, com foco nos mais velhos –, além de pesquisa documental, em plataformas de dados públicos abertos –, a abordagem, que se insere nos pressupostos da pesquisa social, qualitativa, de cunho exploratório-descritivo, propõe, considerando as diretrizes éticas para pesquisas em Ciências Humanas, analisar, com auxílio do *software* gratuito Iramuteq, entrevistas reflexivas individuais *online* síncronas realizadas com 13 profissionais jornalistas 60+ das referidas regiões. As sessões, gravadas e transcritas, e validadas pelos participantes, possibilitaram esboçar uma compreensão, via Análise de Conteúdo (AC), sobre a construção e circulação de representações sociais relativas aos aspectos mencionados. Como resultados, foi possível perceber que as transformações no Jornalismo a partir das tecnologias digitais deixam os profissionais jornalistas em condição de vulnerabilidade, o que demanda uma rede de proteção que os ajude a dirimir um processo de instabilidades e incertezas

Palavras-chave: jornalista; tecnologias digitais; trabalho; pessoa idosa; representações sociais.

ABSTRACT

SAVENHAGO, Igor José Siquieri. **Technological transformations in the work of journalists 60+ in the State of São Paulo: a study from the STS perspective**. São Carlos, 2023. 213 p. Thesis (Doctorate in Science, Technology and Society) - Center for Education and Human Sciences, Universidade Federal de São Carlos.

The arrival of the internet in journalistic newsrooms in the 1990s marked changes in production routines, influencing working conditions. A process that required special attention from elderly professionals, given the need for rapid adaptations to mastering technological artifacts, and which was intensified with the Covid-19 pandemic, which forced many of them to telework. Under a multi and interdisciplinary approach, which brings together thoughts from Social Psychology, Sociology, Anthropology, Philosophy, History, Gerontology, Education, Communication, among other fields of Human Sciences, this study observes 60+ resident journalists as journalists and/or who work in the intermediate geographic regions of Ribeirão Preto and São Paulo, in the state of São Paulo, Brazil, build shared visions about these technological transformations and how such representations indicate behaviors related to the exercise of the profession, work relations and the aging process itself. The research was developed in the Postgraduate Program in Science, Technology and Society (PGPSTS) at the Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), in the line of research in Social Dimensions of Science and Technology, from a social constructivism perspective. – which finds relevance in Social Studies in Science and Technology (SSST), in which the STS movement is inserted –, and in the light of the Theory of Social Representations (TRS). After a bibliographical review, with a survey of the state of the art of scientific knowledge on technological transformations for the work of journalists, with a focus on older people –, in addition to documentary research, on open public data platforms –, the approach, which is part of the assumptions of social, qualitative research, of an exploratory-descriptive nature, proposes, considering the ethical guidelines for research in Human Sciences, to analyze, with the help of the free *software* Iramuteq, synchronous individual online reflective interviews carried out with 13 professional journalists 60+ from the aforementioned regions. The sessions, recorded and transcribed, and validated by the participants, made it possible to outline an understanding, via Content Analysis (CA), about the construction and circulation of social representations relating to the mentioned aspects. As a result, it was possible to perceive that the transformations in Journalism based on digital technologies leave professional journalists in a vulnerable condition, which demands a protection network that helps them resolve a process of instabilities and uncertainties.

Keywords: journalist; digital technologies; work; elderly; social representations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Determinantes do envelhecimento ativo.....	107
Figura 2. Quesitos relevantes para uma cidade amiga do idoso.....	112
Figura 3. Percurso teórico-metodológico proposto para este estudo.....	127

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Projeção de aumento da população idosa no mundo.....	36
Gráfico 2. Projeção de aumento da população idosa no Brasil.....	37
Gráfico 3. Registros profissionais de jornalistas no Ministério do Trabalho (2000-2019).....	62
Gráfico 4. Empregos formais de jornalistas no estado de São Paulo (2006-2019).....	66
Gráfico 5. Participação feminina no mercado paulista de jornalistas.....	66
Gráfico 6. Números de empregos formais de jornalistas no estado de São Paulo (2007-2020) (Exceto a capital e Osasco).....	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Busca em Português (Biblioteca de Dissertações e Teses da Capes).....	51
Tabela 2. Busca em Português (Portal de Periódicos da Capes).....	53
Tabela 3. Busca em Inglês (Portal de Periódicos da Capes).....	53
Tabela 4. Busca em Espanhol (Portal de Periódicos da Capes).....	54
Tabela 5. Números de empregos formais de jornalistas no Brasil, por atividade econômica (2010-2019).....	65
Tabela 6. Jornalistas no estado de São Paulo por idade (2006-2019).....	67
Tabela 7. Abreviações dos itens de comando.....	129
Tabela 8. Descrições dos entrevistados.....	129

PREÂMBULO

Quando abri o velho guarda-roupas, encontrei, num cantinho, dentro de uma pequena caixa, um caderno ainda mais antigo. A capa, de um marrom forte, ainda mais escurecido pela poeira, tinha um pequeno pedaço de papel retangular colado ao centro. Nele, em escrita à mão, com tinta de caneta já quase apagada pelos efeitos do tempo, o título da coletânea: “Poemas”.

Surpreso, abri a relíquia, que seria, também, um encontro com parte de minhas origens. As páginas, encadernadas em espiral, já eram bem amareladas. Algumas pareciam querer desmanchar na mão. Fui folheando aos poucos e reparei que os primeiros escritos datavam de 1947, quando meu avô materno, Jayme, tinha 21 anos. Agora, prestes a completar 82, apresentava, pela primeira vez a um neto, um de seus companheiros inseparáveis por mais de seis décadas. Naquele caderno, ele havia forjado, durante a maior parte da vida, algumas de suas mais íntimas confidências: das aventuras amorosas, com a minha avó e com o violão, outro amigo de tantos anos, das saudades e dos medos – o principal deles o da morte.

A escrita, para o meu avô, aposentado dos Correios e pai de cinco filhos, criados com muita dificuldade, sendo a minha mãe, Mariza, a quarta, era uma das formas de lidar com a morte. Também falava muito dela, mas, curiosamente, para dizer que não gostava de “falar nisso”. Nos poemas, não entrava no tema diretamente, mas era comum homenagear pessoas queridas que haviam falecido, buscando disfarçar, pela reverência à memória delas, a dor de suportar a ausência física. Uma delas a da minha própria avó, Leonides, mais conhecida como Lídia, que havia partido há menos de um ano.

Naquela leitura rápida, pude identificar tal angústia materializada nos versos, alguns dos quais, pela sua voz doce e pelo deslizar dos dedos habilidosos pelas cordas do instrumento, tinham virado música, cantadas nas festas de famílias ou nas incontáveis serestas que fizera com amigos nas janelas de moças e rapazes apaixonados. Muitos desses amigos seresteiros também já não estavam mais entre nós. Motivo de lamentos frequentes de meu avô.

Não se julgava compositor. Mas arriscava algumas canções. Os papos com ele, entre os quais o que o motivou a me mostrar o caderno, eram, geralmente, sobre leitura e escrita. Eu havia me formado há pouco mais de quatro anos em Jornalismo,

profissão que escolhi por acreditar que tinha tudo a ver com isso, e iniciado o Mestrado. Desde criança, aprecio livros. Não foram raras as noites em que me recusei a sair com primos e colegas porque preferi ficar lendo no sofá. Ou que saí das aulas de Educação Física para me enfiar na biblioteca da escola. E quantas vezes interrompi o sono para anotar, também num caderno, palavras ou frases que vinham em sonho e que, de manhã, viravam versos. Pois é, tendo meu avô como uma das influências, eu também experimentava escrever poemas. Seis anos antes, eu havia até conseguido reunir alguns numa publicação independente, de 200 exemplares, que distribuí aos mais chegados e divulguei em feiras literárias.

O prazer por ler e escrever me levou para o Jornalismo. Mas esse não foi o único motivo e nem essa a primeira escolha. Na hora da inscrição para o primeiro vestibular, por causa da vontade de transitar entre vários campos do conhecimento, somada à convivência, em casa, com minha mãe, então professora de Matemática da rede pública, que me incentivava a resolver desafios e participar de olimpíadas de exatas, e meu pai, José, o Zezinho, formado em Contabilidade e amante de números – era capaz de fazer contas complexas de cabeça –, me vi num dilema. Tanto que a primeira escolha foi Química, para a qual fui aceito, em meados de 1997, na Universidade Estadual de Londrina (UEL), seis meses antes do término do Ensino Médio. A vaga ficou reservada, já que as aulas começariam em março do ano seguinte. Mas, pouco antes, a opção já era outra: Ciências Sociais. Aprovação, em janeiro de 98, na Unesp de Araraquara, na UFSCar e na Unicamp. Já estava de mudança para São Carlos, mas, por recomendação de um professor de literatura e redação, desviei a rota para Campinas. Fui morar no distrito de Barão Geraldo, onde fica a universidade, dividindo uma casa na avenida Roxo Moreira, praticamente dentro da Unicamp, com outros oito estudantes.

Confesso que ainda não sabia muito bem o que queria cursar. Talvez porque a vontade fosse, justamente, a de fazer de tudo um pouco. Um problema que não consegui resolver no primeiro ano na universidade. Acho que por não ter, com 18 anos, maturidade suficiente para traçar os caminhos profissionais que planejava percorrer pelo resto da vida, minha sensação era a de estar perdido. Diferente daquele menino seguro dos Ensinos Fundamental e Médio, que obtinha boas notas em praticamente todas as disciplinas. Tanto que tranquei a matrícula em outubro, voltei para casa e entrei, no início de 99, em Ciência da Computação, no Centro Universitário

Barão de Mauá, em Ribeirão Preto. O que parecia, no entanto, uma completa falta de direcionamento se revelaria, mais tarde, um indício de que eu não conseguiria me contentar em fechar um foco. Sem que eu soubesse, minhas intenções já eram, possivelmente, interdisciplinares. Resultado: outra matrícula trancada.

Em março de 2000, começaria o terceiro curso superior. Desta vez, Jornalismo, na Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp), pelo qual enxergava a possibilidade de juntar o gosto por leitura e escrita com a de estar, a cada dia, num lugar diferente, reportando assuntos também variados: de educação a saúde, de economia a política, de esportes a lazer, de trânsito a segurança, de patrimônio a meio ambiente, de finanças a comportamento, de tragédias a conquistas.

Os conhecimentos adquiridos em computação me permitiram conseguir uma vaga de professor numa escola de informática recém-aberta em Pontal, município de pouco menos de 50 mil habitantes onde moro no interior de São Paulo, a 40 quilômetros de Ribeirão Preto e a 120 de São Carlos. Antes de dar esse primeiro passo rumo à autonomia profissional, tive a oportunidade de ajudar meu pai em estabelecimentos comerciais que tocou ao longo da vida, entre bares, máquina de beneficiar arroz e açougue, onde conheci gente de todos os tipos, da qual me dava prazer ouvir suas histórias. Mais um motivo para que estivesse no Jornalismo, que entendi ser o meu lugar.

O salário na escola, ainda módico, não era suficiente para arcar com os custos da faculdade, mas já podia contribuir com meus pais em gastos menores, como alimentação e transporte. Mas o emprego durou pouco. Meses depois de ter sido contratado, veio a notícia da aprovação num processo seletivo para estágio na EPTV, afiliada Globo, em Ribeirão Preto. A remuneração melhorou. Não muito, mas já podia projetar dias melhores.

Após ficar dois meses na ronda policial, apurando e checando, por telefone, as últimas ocorrências, soube que precisavam de um estagiário para a equipe do Programa Caminhos da Roça, que havia estreado, aos sábados pela manhã, junto com minha entrada na emissora, em janeiro de 2002. Logo me ofereci. Queria estar mais próximo daquilo que meu pai vivera da infância à adolescência.

Explico. Meu pai não escrevia, mas era um exímio contador de histórias. Na mesa da cozinha, lembrava da época em que viveu, com os pais, Inês e Antonio, e os sete irmãos, num pequeno sítio arrendado pelo meu avô próximo a Cândia, distrito de

Pontal. A propriedade se chamava “Limoeiro”. Lá, aprendeu a dirigir trator aos sete anos, tirar leite do pequeno rebanho, alimentar galinhas, dormir em colchão de penas e acordar com o rosto coberto por fuligem de lamparinas, já que não havia energia elétrica.

Meu pai era o quinto de oito filhos e o primeiro homem. O primeiro, também, a sair para estudar, já que as mulheres nasciam destinadas à vida doméstica. Depois de cursar os anos iniciais em escola rural, passou a vir para a cidade, distante cerca de dez quilômetros do sítio. O trajeto era feito de bicicleta. No fim da tarde, ele saía da propriedade, assistia às aulas, dormia na casa da avó, que vivia no perímetro urbano e, no dia seguinte, antes do nascer do sol, voltava ao sítio. Era assim todo santo dia. Isso quando, ao passar por uma ponte estreita, não caía no rio e perdia os livros. Várias vezes, fez provas sem conseguir revisar o conteúdo das disciplinas.

No primeiro trabalho prático da faculdade de Jornalismo, sugeri ao professor de fotografia contar essa história do meu pai. Queria registrar o lugar onde ele havia nascido e morado até 1971, quando completou 18 anos. Conversei com meu tio Tunim, um dos irmãos mais novos dele, que gostaria de fazer um ensaio surpresa ao meu pai. Ele respondeu que poderíamos visitar o sítio, mas que, provavelmente, não encontraríamos nada além de cana. Fazia mais de trinta anos que a família havia migrado para a cidade e a área do Limoeiro, pelas últimas informações que havia recebido, estaria coberta por plantações.

Marcamos dia e hora, e fomos de carro. No banco de trás, eu levava uma câmera fotográfica emprestada pela faculdade, equipada com um filme de 36 poses. A gente ainda nem cogitava ter equipamentos digitais para isso. Facilmente, meu tio localizou a estrada que passava em frente ao sítio, a única que era acompanhada por uma linha de energia elétrica. Mas a tristeza bateu logo. Havia se transformado mesmo num carreador. Apesar de ter previsto a cena, ele desceu de cabeça baixa. Parecia não acreditar. “Será que nem a capela foi mantida? Geralmente, as usinas não derrubam construções religiosas”.

A capela havia sido erguida no sítio por um pedido de minha avó, devota de Santo Antônio. Meu tio nutria a esperança de que ela ainda estivesse de pé. Decidiu escalar um poste e olhar por cima do canal. Até que deu um grito: “Ali. Ali está”.

Entramos cerca de dez metros para dentro da cana. A capela estava pela metade, com o telhado e parte das paredes caídos. Enquanto meu tio, emocionado,

pegava um de seus tijolos, para guardar de recordação, eu fotografava tudo. Até a imagem de Santo Antônio, que fora deixada pela minha avó e que havia resistido ao tempo. Ficamos no local por cerca de uma hora, observando cada detalhe, inclusive que a capela descansava à sombra de uma goiabeira. Uma semana depois, no laboratório da faculdade, me dei conta que não havia fechado direito a câmera. O filme queimou inteirinho. Nenhuma foto salva. Minha primeira reportagem ficaria registrada, apenas, na memória. Como sabia que a capela estava salva, fiquei tranquilo: qualquer hora voltaria para fotografá-la.

Aquela abertura para integrar a equipe do Caminhos da Roça permitiria, também, outras chances de compreender a trajetória de meu pai, já que poderia produzir reportagens na zona rural. Na mesma época, numa festa de família, contei a saga com meu tio, a escalada do poste, o encontro com a capela. Outros tios e primos me perguntaram se poderíamos organizar uma caravana até lá. Dois anos após aquela primeira visita, estávamos nós, de novo, a caminho. Desta vez, em vários carros.

A cana tinha sido colhida, o que fazia crescer a expectativa de que a capela seria avistada rapidamente. Mas, para nosso espanto, ela não estava mais lá. Uma mistura de emoção com decepção. Era a primeira vez que eu ia com meu pai ao lugar que, para ele, era encantado. Choramos todos. Minha avó entrou em pranto quando, ao se abaixar, avistou um pedaço do piso da capela. Minutos depois, meu pai achou outro. E outro. E outro. Muitos apareceram. Recolhi uns quatro ou cinco, que foram para uma caixa, onde permaneceram guardadas por uma década.

Em 2013, quando meu pai descobriu um câncer na garganta, decidi que era hora de resgatá-los. Precisava continuar um processo de unir algumas pontas da minha história. Pedi a um amigo artista plástico que criasse uma escultura com os pedaços. contei o que eram e ele me entregou, alguns dias depois, a representação de uma capela, com as peças no lugar do piso e, no altar, uma família em madeira.

Um presente ao meu pai, pelo sucesso do tratamento, que incluiu cirurgia, quimio e radioterapia. Mas, em março de 2015, a doença voltaria, agressiva. Ele faleceu em setembro, aos 62 anos, após sofrer uma parada cardiorrespiratória em casa, ficar 13 dias na UTI e não resistir a uma segunda parada. Fiquei com a escultura, que repousa sobre uma pequena biblioteca que montei ao lado do computador pelo

qual escrevo esta tese. Quando faltam palavras ou bate a saudade, olho para ela e troco uma ideia com ele.

Na infância, um de meus maiores desejos era envelhecer junto com meu pai. Vê-lo ficar de cabelos branquinhos. Não foi possível. E não seria mesmo se ficasse velhinho. Estava perdendo os fios antes de descolorir, o que tem acontecido também comigo. Por outro lado, tive o privilégio de conviver com meus quatro avós e três bisavós. Minha avó paterna foi a última destes a falecer, em 27 de agosto de 2021, durante a minha preparação para a qualificação. Morreu dormindo. Com 93 anos, era ativa e queria sempre mesa farta com filhos e netos em volta. Típico de uma descendente de italianos. Eu ia à casa dela todos os domingos. As visitas diminuíram por causa da Covid-19. Por telefone, era possível sentir, pela voz embargada dela, a saudade que tinha do meu pai e das reuniões e festas que a pandemia tirou.

Encontrei vários idosos, também, no exercício da profissão. Jornalistas que, até hoje, estão entre meus mentores. E também personagens curiosos em reportagens. Um dos que mais me marcaram foi o iugoslavo Franja Hamburger, que, em 2005, durante uma reportagem sobre os 50 anos do fim da Segunda Guerra Mundial para o jornal Gazeta de Ribeirão, me recebeu na casa dele, ali mesmo em Ribeirão. Tinha 91 anos. Quando cheguei, me mostrou uma carta que tinha enviado à família quando estava preso num campo de trabalho forçado na Alemanha. Ex-militar, fora capturado pelo exército nazista em seu país natal, em 1941. A carta nunca chegou. Quando o conflito terminou, em 45, voltou à Iugoslávia e soube que toda a família tinha sido morta pelos alemães. Decidiu vir ao Brasil porque ouvia que aqui era um país onde reinava a paz.

A Gazeta era apenas um dos veículos pelos quais eu já havia passado quando meu pai nos deixou, depois da EPTV. Na sequência, vieram o jornal A Cidade, a TV Record, a Revista CanaMix e trabalhos freelancer para o G1 Globo e a Folha de São Paulo, todos em Ribeirão. Havia, também, concluído o Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sob orientação e co-orientação das professoras Nádea Regina Gaspar e Lucília Maria Abrahão Sousa, respectivamente. Fiz parte da primeira turma do programa, defendendo a dissertação em dezembro de 2009. Pouco antes, fui convidado para lecionar no curso de Jornalismo da Barão de Mauá, instituição por onde havia passado como estudante. Algumas pontas que se uniam.

O percurso para o Mestrado começou a se desenhar no final de 2006, período em que estava na Gazeta. Na inquietude de continuar estudando, comprei o manual da Fuvest e decidi me aventurar, novamente, por um vestibular. Entrei em Ciência da Informação na USP-Ribeirão. Trabalhava de manhã e à tarde no jornal e, à noite, ia ao campus. Lucília era uma das professoras. Por coincidência, colunista da Gazeta, mas, até então, não a conhecia pessoalmente. Depois que apresentei um seminário na disciplina, ela comentou que eu tinha jeito para docente e me perguntou se não pensava em fazer Mestrado. Me informou que abriria um interdisciplinar na UFSCar, para o qual era credenciada. Animado, comecei a esboçar um projeto.

Lembrei de algumas cartas de presidiárias e ex-presidiárias que eu havia trazido, pouco tempo antes, de uma reportagem sobre um programa de reabilitação na Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto, com o intuito de estudar um pouco mais a violência e o sistema prisional. Interesse despertado após um assalto com sequestro-relâmpago do qual havia sido vítima, junto com meu irmão, Ivan, quatro anos mais novo, em agosto de 2001. Fomos surpreendidos na porta de casa, quando chegávamos num domingo à noite, e levados como reféns após os ladrões se atrapalharem para abrir a casa. Meu irmão foi o primeiro a ser libertado e eu fiquei cerca de quatro horas com eles. O drama só terminou quando resolveram fugir, depois de me amarrarem com minhas roupas, também dentro de um canavial. Na época, eu frequentava o segundo ano de Jornalismo.

O contato com essas cartas se deu em 2005. Por pouco mais de um ano, elas ficaram, apenas, numa pasta do computador. A condição de uma das diretoras da penitenciária para que eu as trouxesse seria digitá-las e devolvê-las rapidamente. Revisitá-las para um possível Mestrado seria unir mais algumas pontas da minha história. Ingressar na UFSCar, que fora a primeira opção na graduação, também.

Preparei o projeto, em que propus uma análise das cartas à luz de teorias do discurso de linha francesa, e fiz a inscrição. A professora Nádea entendeu que a proposta se encaixava em seus propósitos de pesquisa. Lucília acolheu, então, outro estudante, que, poucos dias antes do início do ano letivo, faleceu num acidente de moto. Nádea e eu a convidamos para que fosse minha co-orientadora.

Tranquei a matrícula na USP-Ribeirão e, como precisava estar na UFSCar dois dias por semana, tive que pedir demissão do jornal A Cidade, onde estava há apenas três meses, após sair da Gazeta. Fiquei sem renda alguma. Minha esposa, Tatiana, a

Tati, com quem já estava casado há dois anos, após 12 de namoro, assumiria sozinha, por um breve período, os compromissos da casa. Formada em Letras, era professora de uma escola infantil particular em Ribeirão Preto. Um dos motivos da paixão por este trabalho havia sido a participação, como voluntária, de um projeto de leitura para crianças internadas no Hospital das Clínicas (HC) da mesma cidade. No entanto, mudanças na estrutura da escola fizeram com que ficasse, também, sem emprego.

Tínhamos nos mudado para Ribeirão Preto havia pouco mais de um ano. Para economizar o valor do aluguel de um pequeno apartamento, decidimos voltar para Pontal. Moramos seis meses na casa de meus sogros, Sodi e Romiro, até que a situação financeira pudesse melhorar. Como eu havia obtido a melhor nota do processo seletivo para o Mestrado, veio a bolsa, da CAPES. E minha esposa foi contratada por uma ONG de Pontal que trabalha com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, o Centro Educacional Maria Mãe de Todos, onde ficou por dez anos. As informações que ela trazia de lá me ajudaram a aprimorar um pouco os estudos sobre violência, já que muitas mães dos jovens que ela atendia estavam presas por tráfico e tinham um perfil muito parecido ao das mulheres das cartas.

No intervalo entre a saída do A Cidade e o anúncio de que receberia a bolsa, vivemos momentos de incertezas. Por causa do aperto financeiro, cogitei desistir do Mestrado. Com apoio da Tati, que continuava firme, ajudando a segurar as pontas, pensei em lançar, como medida emergencial, um pequeno jornal em Pontal. Pedi a um amigo diagramador, o Jefferson, que chamo, carinhosamente, de Jefin, que fizesse um projeto gráfico, apresentei a ideia a comerciantes, que toparam patrocinar, e, em pouco menos de um mês, saiu a primeira edição do Enfoque, nome dado pela minha esposa. O projeto, que seria temporário, durou até 2016 e só acabou porque eu já não conseguia conciliá-lo com outras atividades profissionais. A época era, também, de turbulências políticas, que culminaram no impeachment de Dilma Rousseff, o que havia provocado redução no número de anunciantes do jornal.

Defendi a dissertação em dezembro de 2009, dois meses depois do convite para dar aulas na Barão, onde fui chamado, a princípio, para substituir um professor por dois meses. Fiquei lá por pouco mais de quatro anos. Em 2010, assumi uma disciplina chamada “Realidade Regional em Comunicação”, para a qual percebi que havia poucas referências. Convidei, então, alguns pesquisadores e profissionais do mercado para escreverem sobre aspectos pouco explorados na literatura. O material

deu origem ao livro *“Jornalismo Regional: estratégias de sobrevivência em meio às transformações da imprensa”*, lançado em 2012 pela Paco Editorial, de Jundiaí-SP – em 2011, minha dissertação também havia virado livro, sob o título de: *“Vozes da prisão: análise discursiva de cartas de detentas e ex-detentas”*, pela Editora Appris, de Curitiba-PR.

Um dos autores da coletânea sobre Jornalismo foi o professor português Jorge Pedro Sousa, da Universidade do Porto, com o qual havia estabelecido contato por ocasião de um congresso de comunicação realizado em novembro do ano anterior, em São Luís do Maranhão. O livro serviu como referência a outro professor lusitano, Pedro Jerónimo, com o qual também comecei a conversar. Até que ele me convidou a palestrar num evento sobre ciberjornalismo de proximidade em Portugal, previsto para dezembro de 2013. Parti em busca de recursos para a viagem, mas o período do congresso coincidiu com meu desligamento da Barão, por divergir de metodologias adotadas no curso de Jornalismo. Sem condições de participar presencialmente, enviei a apresentação gravada, para uma mesa composta, também, por dois dos mais requisitados pesquisadores em Jornalismo no mundo: o brasileiro Rosental Alves, que mora nos Estados Unidos, e a espanhola Elvira Torres.

Dias depois, um novo convite. Jerónimo estava organizando um livro com a mesma temática do evento e me convidou a contribuir. Foi a terceira publicação internacional. Pouco antes, havia emplacado um artigo sobre educação nas prisões numa revista italiana e um verbete num dicionário crítico de gênero apoiado pela ONU/Unesco. Ambos escritos em parceria com o sociólogo e professor Wlaumir Souza, que conheci na Barão.

A rotina era a mesma de quando frequentava a USP: trabalho em redações de manhã e à tarde, dar aulas à noite. Um período de muita intensidade, o que me impedia, por ora, de me dedicar ao Doutorado. Até tinha tentado emendar com o Mestrado, mas, depois, vi que teria de esperar.

Na Barão, eu procurava estimular os estudantes a desenvolver produtos jornalísticos e a participar de congressos. Em 2011, um projeto que orientei, o *Jornal 1 Dia*, recebeu o prêmio nacional do Expocom, concurso promovido pelo Intercom, o Congresso Brasileiro de Comunicação. Como o curso era noturno e havia poucas chances de experimentar o dia a dia da profissão, pensei em reunir alguns alunos num sábado, em uma escola em Pontal, onde minha mãe era diretora, e simularmos a

dinâmica de uma redação. Quatro deles acreditaram na proposta. De manhãzinha, discutimos pauta. Eles foram às ruas para apurar informações e fotografar. Por volta de 17h, voltaram à escola para a escrita dos textos, que, conforme ficavam prontos, seguiam para a diagramação. Às 23h, a edição foi fechada.

Com a premiação, outros estudantes pediram para participar. Até 2013, quando deixei a universidade, fizemos sete experiências do tipo – além de Pontal, fomos a Serrana, Batatais, Porto Ferreira, Ipuã e São Joaquim da Barra, todos na região de Ribeirão Preto. E outros três projetos que orientei conquistaram a fase Sudeste do Expocom. Nesse período, também vieram dois prêmios profissionais: o José Hamilton Ribeiro, promovido pela Associação Brasileira do Agronegócio em Ribeirão Preto (Abag-RP), que leva o nome do atual repórter do Globo Rural considerado o jornalista brasileiro do século 20, por uma reportagem sobre ostras de água doce, publicada no Enfoque, e o Andef – Associação Nacional de Defesa Vegetal, pela edição de uma série sobre sustentabilidade publicada na Revista CanaMix.

Com a saída da Barão, comecei a mirar o Doutorado. Entrei em contato com professor Sérgio Kodato, da USP-Ribeirão, e manifestei interesse em desenvolver um projeto sobre violência, um de seus focos de pesquisa. Ele me convidou a cursar, no primeiro semestre de 2014, uma disciplina com ele, como aluno especial. Conheci a Teoria das Representações Sociais (TRS) e comecei a planejar uma abordagem sobre programas jornalísticos sensacionalistas na TV. No entanto, a morte do meu pai, no ano seguinte, mudou os planos. Percebi que estava mentalmente cansado. Um mês após meu pai descobrir a doença, minha cunhada, Juliana, única irmã da minha esposa, tinha falecido, também de câncer, aos 44 anos. Havia sido um baque atrás do outro. Fora que, desde 2007, eu havia perdido, ainda, minha avó materna, meu avô paterno, meu avô materno – sim, o do caderno de poemas, conforme relatarei adiante – e três tios. E minha esposa, quatro tios. A carga estava bastante pesada.

Após o encerramento da disciplina na USP, fui convidado, em agosto de 2014, para dar aulas no curso de Jornalismo da Universidade de Franca (Unifran). Como precisava de um respiro, pensei em dar um tempo das redações, já que tocava o Enfoque, para me dedicar mais à sala de aula e ao Doutorado. Mas, inicialmente, o número de disciplinas atribuídas a mim era baixo. Precisava complementar a renda. Em outubro, entrei numa assessoria de imprensa de uma associação de agricultores em Sertãozinho-SP, onde ficaria por pouco mais de um ano. E, em dezembro, passei

num processo de seleção para professor de Comunicação no Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro-SP (IMESB), onde trabalhei por três anos. Lá, além do Jornalismo, pude ministrar disciplinas no curso de Administração. Com isso, fiquei com todas as noites ocupadas: três na Unifran e duas no IMESB. De novo, a velha rotina: assessoria manhã e tarde, noite nas salas de aula. O Doutorado esperaria mais um pouco.

No final de 2017, o IMESB anunciou que o curso de Jornalismo acabaria, por falta de alunos. Mas, a partir de 2018, eu conseguiria pegar mais aulas na Unifran – havia sido convidado a atuar, também, no curso de Publicidade e Propaganda. Desde a admissão na universidade, trabalho muito em parceria com o também professor e amigo José Augusto Reis, o que rendeu, até o final de 2020, outras 12 premiações em congressos e eventos, por orientações de trabalhos em disciplinas e em projetos experimentais de conclusão de curso. Entre eles, mais um Expocom Nacional, com o projeto “[In]Visíveis”, elaborado por um grupo de seis alunas, com o objetivo de produzir Jornalismo para deficientes visuais, sete Expocom Sudeste, três prêmios José Hamilton Ribeiro na modalidade Jovem Talento e um prêmio de Jornalismo cultural promovido pelo Jornal Diário Verdade, de Franca.

No início daquele mesmo 2017, Plínio César, diretor da revista CanaMix, sobre economia rural e cultura do campo, um dos veículos pelos quais eu havia passado ao longo da carreira, me procurou e ofereceu a vaga de editor-chefe. A publicação tinha mudado de nome, para Terra&Cia. Falei que tinha planos de cursar o Doutorado e que voltar para uma redação poderia inviabilizá-lo. Ele ofereceu, então, a possibilidade de que eu trabalhasse como freelancer, sem precisar ir à sede da empresa. Topei. Estaria em casa manhã e tarde. Poderia retomar os planos do Doutorado.

Procurei, novamente, o professor Kodato. Ele me informou que, por causa de mudanças em departamentos da USP, não conseguiria, naquele momento, acolher novos orientandos. E me indicou o professor Wilson Pedro, com o qual fiz contato. Caso me respondesse, estaria de volta à UFSCar, como aluno especial. E melhor: ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, para juntar mais algumas pontas da história.

Para tentar o ingresso no Doutorado, pensei que seria interessante adaptar o projeto, visando, entre outros motivos, dialogar com a linha de pesquisa do professor Wilson: da violência para o envelhecimento humano, o que me deixou entusiasmado.

Ainda mais quando soube que o professor era cientista social, apreciava fotografia e já havia flertado, em alguma fase da vida, com a possibilidade de cursar Jornalismo. Outras pontas se fechando.

Aquela seria uma chance, também, de me sensibilizar com novas situações, como a de meu sogro, diagnosticado com Alzheimer no início de 2016, bem como validar meus movimentos de “zigzague” pela vida, termo que Wilson tanto gosta de usar. Uma vez contei a ele sobre minha dificuldade de focar e meu incômodo com isso. Ele me perguntou: “Por que quer focar?”. Fiquem sem saber o que responder.

No vai e vem de possibilidades, veio outro prêmio José Hamilton Ribeiro, por uma reportagem sobre produção de uvas na região de Ribeirão, como alternativa de renda à monocultura canavieira, e, pouco antes, mais um livro, “Onze: Futebol e Ciências Humanas”, organizado com o jornalista e ex-aluno da Barão Wolfgang Pistori. A inspiração foram meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no Jornalismo, que analisava o futebol como mercadoria na TV e estava engavetado, e o projeto de Mestrado dele, que propunha uma interface entre futebol e arte. A obra saiu, também, pela Paco Editorial. Produzi, ainda, reportagens para a Revista Revide Ancienne, de Ribeirão Preto, direcionada a pessoas idosas, e me aventurei como repórter de TV, produzindo sete matérias na região de Ribeirão para a TV Justiça, de Brasília-DF.

Com a volta à UFSCar, eu poderia, ainda, rememorar influências da infância, como a do meu avô paterno, que, naquela tarde de 2008, me apresentava, no quarto dele, seu caderno de poemas. Depois de folheá-lo, página a página, pedi permissão para levá-lo. Ele consentiu. Passei tudo para o computador. Produzi um exemplar de livro, encadernado em capa dura, com a foto dele e de minha avó. Foi meu presente de aniversário de 82 anos.

Ele morreu em 2014. Pouco depois da minha cunhada. Pouco antes de meu pai. Também de câncer. O caderno e o livro compõem parte do acervo da minha pequena biblioteca. Estão numa prateleira um pouco abaixo da escultura da capela, onde já há um espaço reservado para esta tese. Mais do que guardá-la, porém, espero que ela solte outras pontas. Me ocupar com elas será, sem dúvidas, uma das formas de continuar ouvindo e contando histórias. De juntar gente. De conviver e dialogar. De ensinar e aprender. De vencer a morte. Como a do meu sogro, que sucumbiu ao Alzheimer em junho de 2022.

Além de ajudar nos cuidados com ele, especialmente nos últimos seis meses de vida, por causa do agravamento da doença, tive um ano intenso também profissionalmente, com a saída da Unifran, pouco antes, depois de dois anos de aulas online por causa da pandemia de Covid-19, e com o exercício, também a distância, das funções de coordenador de comunicação no Instituto Inlua, em São Sebastião do Paraíso-MG – instituição que trabalha em prol da inclusão social -, e de repórter do jornal Gazeta de Bebedouro, em Bebedouro-SP, para onde me deslocava dois dias por semana.

Em julho do mesmo ano, exatamente um mês após o falecimento do meu sogro, fui convidado a integrar a equipe da cooperativa de crédito Sicoob Cocred, em Sertãozinho-SP, este um trabalho presencial, no qual atuo como assistente de comunicação – como necessidade de continuar experimentando, in loco, o processo de adaptação de jornalistas para diferentes áreas da comunicação. Lá, recebi, durante uma reunião, a informação de que havia sido um dos vencedores, junto com a equipe da Rádio CBN, para a qual havia produzido uma série de reportagens em abril, da fase estadual do Prêmio Sebrae de Jornalismo, que recebi em solenidade na capital paulista.

Praticamente de forma concomitante, fui um dos 80 indicados, em todo o Brasil, ao Programa de Aceleração Digital, promovido pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em parceria com o ICFJ (International Center For Journalists) e a Meta, para aprimoramento do Jornalismo digital no país. Recebi um incentivo em dinheiro e participei de mentorias durante três meses para implementar um portal de informações sobre saúde, o Laboratório de Notícias, que tenho desenvolvido aos poucos, com o intuito de intensificar a produção após a conclusão do Doutorado.

Pouco tempo depois, em maio de 2023, fui convidado a fazer um trabalho de produção de conteúdos para o G1 de Campinas, com o qual mantenho a parceria, e que são veiculados em plataformas online de programas como Terra da Gente, Mais Caminhos, Chega Aí, No Pé do Café, entre outros.

Prazer, meu nome é Igor Savenhago, tenho 43 anos e sou orientando do professor Wilson Pedro, no Programa de Pós-Graduação em CTS na UFSCar.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	27
1.1 Apresentação e contextualização do estudo.....	27
1.2 Perguntas de pesquisa.....	40
1.3 Objetivo geral.....	40
1.4 Objetivos específicos.....	41
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	43
2.1 Mudanças no Jornalismo e o trabalhador idoso.....	43
2.1.1 Dos meios tradicionais aos digitais.....	47
2.2. Representações sociais: pressupostos teórico-epistemológicos.....	70
2.2.1 Ciência do senso comum.....	75
2.2.2 Representações sociais sobre jornalistas: a figura do herói.....	87
2.3. O campo CTS e o envelhecimento.....	90
2.3.1 O contexto latino-americano.....	102
2.3.2 Envelhecimento saudável e ativo.....	105
2.3.3 Envelhecimento, tecnologia e trabalho.....	112
2.3.4 Perspectivas no campo CTS.....	115
3 MÉTODO.....	119
3.1 Tipo de Pesquisa.....	119
3.2 Arcabouço teórico e documental.....	119
3.3 Procedimentos para coleta de dados.....	120
3.4 Procedimentos para análise dos dados.....	123
3.5 Aspectos éticos.....	125
4. TRATAMENTO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	128
4.1 Corpus 1.....	132
4.2 Corpus 2.....	144
4.3 Corpus 3.....	155

4.4 Discussão.....	169
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
6. REFERÊNCIAS.....	181
7. APÊNDICES.....	195

1 INTRODUÇÃO¹

“Não existe imparcialidade. Todos são orientados por uma base ideológica. A questão é: sua base ideológica é inclusiva ou excludente?”
(Paulo Freire, Pedagogia do Oprimido, 1987).

1.1 Apresentação e contextualização do estudo

Este estudo investiga como jornalistas 60+ que residem e/ou atuam profissionalmente em duas regiões geográficas intermediárias paulistas – Ribeirão Preto e São Paulo – representam o trabalho jornalístico diante das transformações tecnológicas na profissão, e como tais representações contribuem para atualizar estereótipos do imaginário social e indiciam comportamentos referentes ao exercício da profissão, às relações trabalhistas e ao próprio processo de envelhecimento.

O advento de novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs), caracterizadas, a partir da revolução tecnológica iniciada na década de 1960, pela digitalização e pela comunicação em rede, integra uma mudança de paradigmas e suscita questionamentos sobre as relações humanas pelas e com as próprias tecnologias. Um dos desafios é não apenas promover as ferramentas, mas pensar como e por que são usadas, avaliando se contribuem para atender aspirações e resolver problemas individuais e de grupos, adaptando-se para a preservação do planeta e para o bem-estar coletivo, ou se apenas condicionam o homem à técnica.

No Jornalismo, essas tecnologias integram intensas transformações na rotina de produção de notícias, especialmente a partir da década de 1990, com a disseminação dos computadores pessoais e da internet. Um cenário transformador, tanto no exercício profissional e nas relações de trabalho como fora deles, para seus profissionais, entre eles pessoas idosas. Um dos motivos é a necessidade de adaptação aos dispositivos digitais, que evoluem de forma muito rápida, demandando a disponibilização de conteúdo multiplataforma e em velocidade também acelerada,

¹ O estudo proposto por esta tese foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no dia 8 de fevereiro de 2022, sob CAAE 54845221.6.0000.5504 e número de parecer 5.230.767 (Apêndice A).

para dar conta das mudanças ocorridas na dinâmica de consumo da informação jornalística que acompanham esse processo.

Uma situação bem diferente de anos anteriores, quando os profissionais do Jornalismo usavam, como principal instrumento de trabalho, a máquina de escrever e tinham mais tempo para produzir. Construir grande parte da carreira com tecnologia analógica e se ver praticamente forçado a migrar teria pressionado os jornalistas e os deixado, especialmente os mais velhos, sob condições vulneráveis de trabalho.

Uma das questões que influenciam esse contexto são novos modelos de financiamento da imprensa, uma das consequências da digitalização. Com o aumento da concorrência promovida pelo Jornalismo na internet aos meios de comunicação tradicionais – rádio, TV e impressos –, as verbas publicitárias, que passaram a ser monetizadas pela lógica dos algoritmos digitais, diminuíram e veio a necessidade de reduzir custos, o que provocou enxugamento ou fechamento de redações, principalmente de jornais e revistas, que absorviam grande parte da mão de obra.

O professor e pesquisador norte-americano Dale Maharidge (2016) conversou com jornalistas com mais de 60 anos que foram demitidos nos Estados Unidos, país que é o principal modelo para o mercado brasileiro. Para o autor, as mudanças tecnológicas trouxeram instabilidade. Maharidge explica que, durante a maior parte do século passado, os jornalistas podiam confiar que seus empregos eram estáveis, já que os meios impressos eram uma ponte entre anunciantes e o público. Entrava dinheiro, o que permitia que as redações vivessem repletas de repórteres e editores, que, por sua vez, enxergavam no Jornalismo uma forma de defesa das comunidades.

Muitas vezes significava proteção sindical, emprego vitalício e pensões. [...] Tudo isso são coisas do passado. A extensa grade de redações locais está encolhendo [...] esfaceladas pela ascensão da internet e o declínio dos anúncios gráficos e a forte migração dos anúncios classificados para a *Craigslist* (uma rede de comunidades online centralizadas que disponibiliza anúncios gratuitos aos usuários). (MAHARIDGE, 2016, s/p).

Ainda segundo o professor, diretores de veículos de comunicação partilham preconceito e resistem a manter, em seus quadros, jornalistas com idades mais avançadas. Primeiro porque estes, pelo tempo de profissão, têm geralmente salários mais altos. Depois, porque estariam presos ao passado, produzindo mais lentamente e não dispostos a usar mídias digitais no dia a dia da profissão. Para sobreviver, a

tendência é que passem a prestar serviço *freelancer*, oferecendo sua força de trabalho como pessoa jurídica, ou tenham que abandonar a carreira e atuar em outras áreas.

Por um outro lado, muitos profissionais optam, por questões culturais, por não se manter nas redações, já que consideram o Jornalismo praticado atualmente, com ênfase a textos de blogs e presença constante em redes sociais, como “[...] uma coisa simplesmente estranha” (MAHARIDGE, 2016, s/p).

Em países emergentes, como o Brasil, esse cenário pode trazer outras implicações para além dessas, já que, nesses lugares, o envelhecimento populacional se intensifica – com as pessoas buscando se manter ativas conforme a idade avança – e sob acentuadas desigualdades socioeconômicas, o que aponta para a necessidade de trabalhar por mais tempo, seja por dificuldades financeiras – o que faz aceitar qualquer oferta de emprego, muitas vezes na informalidade, sem gozar de direitos, com baixa remuneração e em condições insalubres – ou porque alterações recentes em sistemas trabalhistas e previdenciários trouxeram exigências adicionais para a aposentadoria.

Ao analisar como os jornalistas brasileiros são vistos e se veem na sociedade, Dias (2012) afirma que os mais velhos, a chamada Velha Guarda, carregam uma representação simbólica de nostalgia, “[...] uma ideia de identidade perdida no grupo jornalístico [...]” (p. 161). Já para Oliveira (2005), a implementação da lógica industrial de produção de notícias a partir da década de 1960 teria abalado os ideais romantizados de mudar o mundo dessas pessoas, o que se intensificou, anos mais tarde, com a chegada e a expansão da internet nas redações. Enquanto esses novos paradigmas agilizaram as rotinas laborais, o que se convencionou chamar de profissionalismo, a Velha Guarda passou a ter dificuldades para se encaixar.

Relatório sobre o impacto das plataformas digitais no Jornalismo publicado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Camargo *et al.*, 2021) alerta que, nesse cenário, as redes sociais digitais, que poderiam representar maior liberdade de opinião e consequente participação social na construção e consolidação da democracia, trouxeram riscos de abuso de poder econômico e à manutenção do estado democrático de direito. Isso porque a administração dessas redes ficou concentrada nas mãos de grandes empresas de tecnologia, as *big techs*, que controlam dados de usuários. Uma das consequências, conforme o estudo, é o enfraquecimento da imprensa. Uma crise que, por se basear na “lógica do clique” (p. 8), e não na

preocupação de que a leitura promova reflexões, contribui para a mercantilização cada vez mais acentuada da notícia, em que a prática jornalista é voltada a atender, prioritariamente, interesses de mercado em detrimento do debate público.

A partir do primeiro trimestre de 2020, somaram-se a esses entraves os efeitos da pandemia de Covid-19, em que jornalistas se arriscaram para conseguir informações sobre a doença. Por causa do risco de contágio, muitos veículos de comunicação brasileiros preferiram afastar do trabalho presencial funcionários dos grupos considerados mais suscetíveis, entre os quais aqueles com mais de 60 anos, que passaram a fazer entrevistas e produzir textos de casa, por meio do teletrabalho.

O surgimento da Covid-19 caracterizou, na imprensa, mais um capítulo das intensas transformações que os jornalistas vivenciaram desde a chegada da internet nas redações. Durante esse período, de três décadas, uma sequência de crises afetou as relações de trabalho, com reflexos na saúde dos profissionais. A emergência sanitária do novo coronavírus impôs novas e rápidas adaptações para que eles pudessem continuar informando a sociedade e, ao mesmo tempo, se protegendo – isso para os que foram mantidos como funcionários das empresas, escapando das demissões, e que conseguiram dispensa do serviço presencial. Nesses casos, as NTICs compõem o que se configura como um aparente paradoxo: permitem atuar de casa, mas ameaçam a permanência nos empregos.

Considerando tal contexto, a escolha da presente proposta de pesquisa se ampara, primeiramente, em quatro pilares propostos por Eco (2017, p. 33): 1) Que o tema seja condizente com os interesses do candidato; 2) Que as fontes sejam acessíveis; 3) Que as fontes “[...] estejam ao alcance cultural do candidato”, e 4) Que a metodologia esteja “[...] ao alcance da experiência do candidato”.

Levam-se em conta, também, motivos de ordem teórica, prática e pessoal estabelecidos por Minayo (2019). Os de ordem pessoal, segundo a autora, dialogam com a trajetória acadêmica e profissional do pesquisador, que, no meu caso, proponente deste estudo, expõe uma preocupação histórica com questões ligadas à atuação do Jornalismo e com aspectos relativos à temática do envelhecimento – entre eles, alguns pertinentes ao próprio ingresso no Doutorado em CTS, incluindo também, nesse movimento, o percurso acadêmico do meu orientador, Wilson Pedro.

Já os motivos de ordem teórica apontam para as contribuições do estudo para compreender os problemas apresentados, contexto no qual os ESCT propõem

pesquisas e intervenções interdisciplinares sobre as interações e determinações de ciência e tecnologia (C&T), em seus fatores sócio-históricos e culturais que influenciam mudanças científico-tecnológicas (PEDRO; SOUSA; OGATA, 2018).

Neste sentido, Alvarenga *et al.* (2011), quando refletem a retomada do contexto histórico que teria trazido à ciência a necessidade de pensar sob uma óptica interdisciplinar, com base em Kuhn (1978), Morin (2000, 1996), Japiassu (2006, 1994), entre outros, lembram que a interdisciplinaridade aparece, a partir dos anos 1960, não apenas como crítica, mas como possibilidade inovadora na busca por respostas aos limites disciplinares da ciência clássica – para a qual o exercício da atividade científica resulta, diretamente, por uma óptica linear, em maior desenvolvimento tecnológico e, conseqüentemente, em mais riqueza e bem-estar social.

A partir de um olhar interdisciplinar, os pontos em que os diversos campos do conhecimento se tocam uns nos outros, que os clássicos consideravam vazios de significados, passam a ser cheios de potencialidades e, portanto, lugares privilegiados de investigação. A proposta é de “[...] integrar o conhecimento e humanizar a ciência, tendo como princípio básico considerar o homem como ponto de partida e [...] de chegada do conhecimento científico” (ALVARENGA *et al.*, 2011, p. 22).

Nessa nova epistemologia, as Ciências Humanas, principalmente, perceberam que seria impossível abordar os fenômenos humanos, devido à sua complexidade, por uma perspectiva disciplinar. Mesmo correndo o risco de ver mascarada sua própria identidade, estabelecida por um racionalismo matemático que protagonizava, sozinho, a ciência até a década de 1960, seus campos propuseram se aproximar, emprestando compreensões e conceitos para estudos conjuntos (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Articulado com essas proposições, esta pesquisa busca contemplar os quatro aspectos da pesquisa social, conforme Minayo (2019). 1) Seu objeto é histórico, considerando a impossibilidade de desvincular a trajetória humana do espaço-tempo e, também, porque a história confere, a indivíduos e grupos contemporâneos, formas comuns de se comunicarem. Isso ajuda a explicar o dinamismo da disseminação ou da decadência de algumas teorias, já que o pensamento científico condiz com a época em que emerge e se desenvolve. 2) Se é histórico, o objeto possui *consciência histórica* (p. 13, grifo da autora), capacidade que o pesquisador, grupos e sociedades têm para atribuir significado a seus pensamentos e ações. 3) A pesquisa social pressupõe uma *identidade entre sujeito e objeto* (p. 13, grifo da autora), ou seja, as

escolhas não são aleatórias, mas de acordo com razões históricas e culturais. 4) Como toda ciência, é *intrínseca e extrinsecamente ideológica* (p. 13, grifo da autora), por estar sujeita a interesses e visões de mundo criados nas relações que se estabelecem sócio-historicamente.

O principal objetivo da pesquisa social não é resolver um determinado problema cotidiano, tampouco desenvolver uma teoria que explique toda a sociedade – considerando que esta é multifacetada, o que impossibilita a apenas uma metodologia abarcar todos os fenômenos relevantes –, mas, a partir de um olhar crítico para os problemas, gerar conhecimento que possa ser generalizado, via participação social num ambiente democrático, e seus benefícios amplamente revertidos à sociedade. “[...] aqui a generalização do conhecimento é mais importante do que a resolução de um problema concreto no caso isolado” (FLICK, 2013, p. 17).

O objeto social é, então, “essencialmente qualitativo” (Minayo, 2019, p. 13), já que a aproximação da ciência com a sociedade será sempre “[...] incompleta, imperfeita e insatisfatória [...]” (p. 14). Isso porque, se nenhuma teoria consegue conter a totalidade das conexões da vida social, cada abordagem será sempre um recorte. Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2012, p. 72) pensam em linha:

Se tentássemos analisar todas as propriedades e todos os acontecimentos que interagem com um objeto, ficaríamos perdidos no meio de tanta variedade. Por isso, na tentativa de apreendermos o real, selecionamos certos aspectos da realidade e construímos um modelo do objeto que pretendemos estudar.

Diante disso, o que investigador busca é estabelecer metodologias apropriadas para esboçar teorias que permitam apreender o mundo concreto e investigar, justamente, a historicidade que permite a emergência de certos processos, relações, símbolos e significados sobre o cotidiano. Para Minayo (2019), enquanto os cientistas que trabalham com estatística visam compreender e explicar a regularidade de fenômenos, os que se voltam à pesquisa qualitativa estão mais interessados no “mundo dos significados” (MINAYO, 2019, p. 21).

Segundo a autora, a condução da pesquisa qualitativa pode ser dividida em três etapas. A primeira, que denomina como “exploratória” (p. 25), consiste na preparação do projeto de estudos e em todo o planejamento visando à entrada em

campo. É a fase em que se decidem referências, objetivos, metodologia, hipóteses, amostra, cronograma e procedimentos necessários à coleta de dados.

A segunda etapa é a “de campo” (p. 25). É quando o pesquisador busca uma interação dialógica com os pesquisados, o que pode ser feito por meio de observação, entrevistas, grupos focais, entre outros instrumentos. Esse momento depende de uma boa concepção da fase exploratória e da capacidade de observação do investigador, para que se possa estabelecer relações que confirmem ou não suas hipóteses.

Já a terceira etapa é a do tratamento e da análise, composta pela ordenação, classificação e análise propriamente dita dos dados obtidos.

O tratamento do material nos conduz a uma busca da lógica peculiar e interna dos grupos que estamos estudando, sendo esta a construção fundamental do pesquisador. Ou seja, análise qualitativa não é uma mera classificação de opinião dos informantes, é muito mais. É a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações. A busca da compreensão e da interpretação à luz da teoria aporta uma contribuição singular e contextualizada do pesquisador. (MINAYO, 2019, p. 26).

Nesse percurso, ao contrário do que acreditava a ciência clássica, teoria e método não caminham de maneira isolada, mas juntos, amparados um no outro. Um processo semelhante se aplica na análise da própria trajetória do pesquisador, que, enquanto elabora uma teoria, vai se constituindo como tal na interação com outros humanos. “[...] possibilidade de tratarmos de uma realidade da qual nós próprios, enquanto seres humanos, somos agentes” (MINAYO, 2019, p. 11).

O pesquisador se insere no universo pesquisado a partir de seu sistema de valores, que indicam preferências e interesses, tornando muito difícil alguém imergir numa temática se não tiver o mínimo interesse por ela. O resultado disso é que o objeto fica impregnado do sujeito e vice-versa. (LAVILLE, DIONNE, 1999).

Por ser essencialmente humana, a ciência é atravessada por “[...] reflexões, contradições, sistematizações, re-sistematizações [...]” (VERGARA, 2005, p. 11), o que a torna um organismo vivo, dinâmico e, portanto, não dogmático, aberto a dúvidas e hesitações, que vão surgir mesmo que possa haver uma longa dedicação ao objeto – fazendo com que a pesquisa assuma caráter temporal, provisório, não se fechando, apesar do rigor dos métodos de análise, nela mesma. Como está conectada a processos sociais, que, por sua vez, têm explicações históricas, pode ser retomada por outros estudos, num ciclo de produção de conhecimento do qual surgem novas

indagações (MINAYO, 2019, p. 26). E, longe de querer a verdade, diferentemente da ciência clássica, aponta, como se deseja com este estudo, para dúvidas, debates, desencaixes. Uma continuidade do caminho percorrido no/pelo campo CTS.

No âmbito da pesquisa social, os indivíduos reagem a fenômenos e acontecimentos do cotidiano do modo parecido ao dos cientistas – daí a validação, na ciência, de abordagens sobre representações sociais, que se alinham com as correntes questionadoras da noção clássica do conhecimento científico, como a do construtivismo social, já que buscam compreender a formação e a circulação de saberes cotidianos como as da própria ciência, ou seja, que são construções sócio-históricas. Em síntese, nos abrem a possibilidade de compreender por que as pessoas fazem o que fazem (MOSCOVICI, 1978).

Foi com base, inicialmente, numa abordagem histórico-sociológica, que teóricos como Kuhn, Bruno Latour, estudiosos dos chamados programas fortes de Ciência e Tecnologia, como David Bloor e Barry Barnes, entre outros, contribuíram para instaurar, nas pesquisas em Ciências Humanas, a vertente do construtivismo social, basilar dos ESCT, nascida na Universidade de Edimburgo, na Escócia, e que, além de promover crítica à noção determinista de que a tecnologia, sozinha, é suficiente para alterar a organização social, defende que as funções desempenhadas por C&T, bem como os pontos de vista que se formam sobre elas e que orientam, nessa dinâmica, as ações dos indivíduos são permeados por aspectos sociais.

As discussões acadêmicas sobre essa problemática começaram a ganhar intensidade após a Segunda Guerra Mundial, momento de corrida tecnológica marcada pela digitalização, o que provocou, também, preocupação do meio científico em educar para a compreensão de fenômenos advindos da influência tecnológica na sociedade. Para o construtivismo social, são os movimentos de uma sociedade que constituem demandas por tecnologias e direcionam seus usos. As tecnologias seriam apropriadas de forma ideológica, a partir de como são interpretadas, via linguagens – verbais e não verbais –, por grupos diversos. Sem o elemento humano, suas funcionalidades desaparecem. Ou não teriam sequer existido.

Diante disso, Spink (1993) lembra que Moscovici, diferente dos deterministas, não vê o senso comum como “[...] cidadão de segunda classe, mas como conhecimento legítimo e motor das transformações sociais” (p. 302). Se cada um de nós é constituído a partir de percepções que circulam no/pelo senso comum, caso

investiguemos o indivíduo, encontraremos as que são comuns a outros membros de um grupo, sobre problemas econômicos, políticos, entre outros, inclusive sobre a atuação da própria ciência, bem como as que se contradizem. Observá-las ajudaria a compreender como uma sociedade ou parte dela se organiza, num dado momento histórico, sob certas condições e permeada por jogos de poder, e que tipos de significados são mais relevantes a seus indivíduos, permitindo pensar respostas do lugar de análise – no caso, o campo CTS. “[...] para o chamado homem moderno, a representação social constitui uma das vias de apreensão do mundo concreto, circunscrito em seus alicerces e suas consequências” (MOSCOVICI, 1978, p. 44).

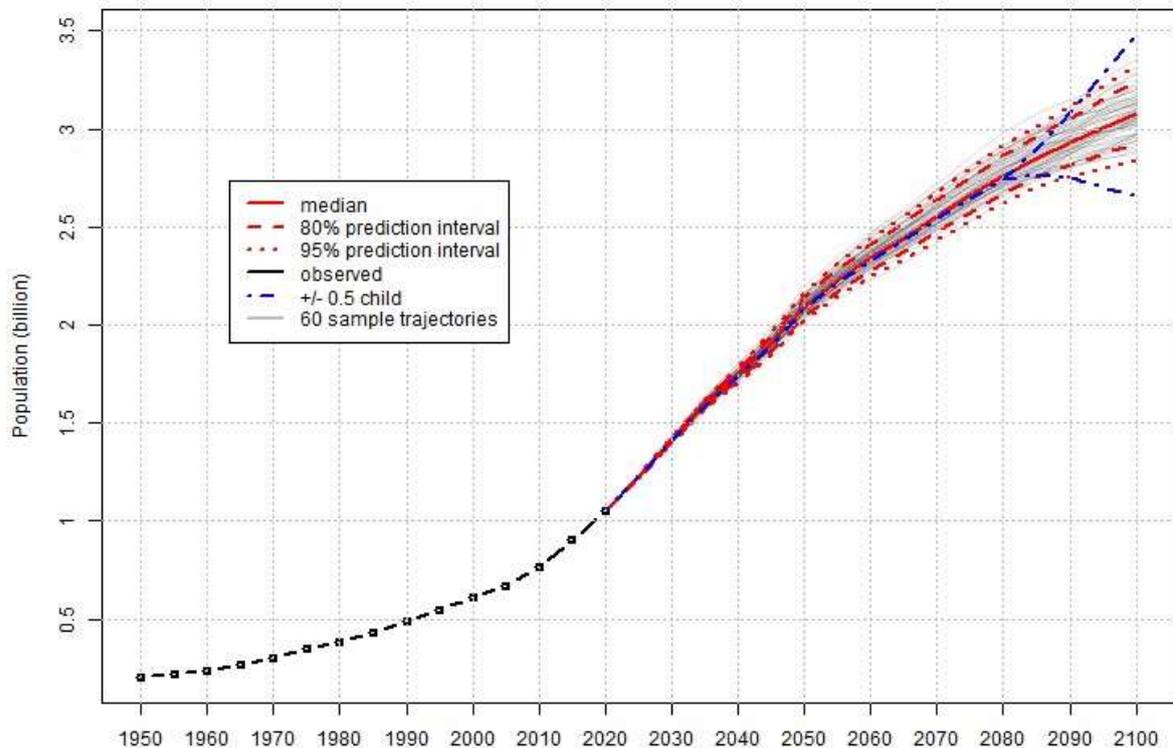
Moscovici reconhece a transitoriedade da pesquisa nesse contexto, ao afirmar que “[...] os resultados do nosso trabalho são simultaneamente provisórios e abertos” (p. 35). Provisórios pela maneira com que se estabelecem, suscitando necessidades de complementos, novas epistemologias e/ou movimentos reflexivos, e abertos porque seus procedimentos metodológicos podem provocar e amparar propostas de pesquisas e de experimentos análogos. Segundo o autor, investigar a apreensão, a organização e o uso de conhecimentos, e como isso ajuda a explicar comportamentos é uma tarefa limitada, pois deve ser conduzida sob determinado “ângulo instrumental” (p. 81). Apesar disso, a insistência é válida e, no caso das representações sociais, afirma que elas nos incitam uma maior preocupação “[...] com as condutas imaginárias e simbólicas na existência ordinária das coletividades” (MOSCOVICI, 1978, p. 80-81).

A partir de tais proposições e apontamentos, este estudo se aproxima, portanto, da Teoria das Representações Sociais (TRS), cunhada por Moscovici (1978), tanto como arcabouço teórico como indicativo de método.

Finalmente, os motivos de ordem prática que justificam um estudo são os que indicam sua relevância para a intervenção no problema abordado (Minayo, 2019). Primeiro que a preocupação com questões ligadas ao envelhecimento tem crescido à medida em que o mundo fica mais velho.

De acordo com a *World Population Prospects* (UNITED NATIONS, 2019a), divisão populacional da Organização das Nações Unidas (ONU), o número de pessoas com 60 anos ou mais no planeta ultrapassaria, em 2020, 1,1 bilhão, pouco mais de 14% dos 7,8 bilhões de habitantes da Terra. Em 1950, o percentual era de 8%. Em 2100, pode chegar a 28,2%, com os incrementos mais significativos devendo ocorrer nas América Latina e na Ásia.

Gráfico 1. Projeção de aumento da população idosa no mundo



Fonte: UNITED NATIONS (2019a)

No Brasil, a situação é parecida.² Segundo a mesma organização (UNITED NATIONS, 2019b), o país entraria em 2020 com 29,8 milhões de idosos (14% da população), índice bem próximo à média mundial. Já em 2025, deverá ter cerca de 36 milhões, a sexta maior população idosa do globo. Em 1950, eram 2,6 milhões (4,9% da população). Em 2100, a estimativa é atingir 75 milhões (39,4% da população).³

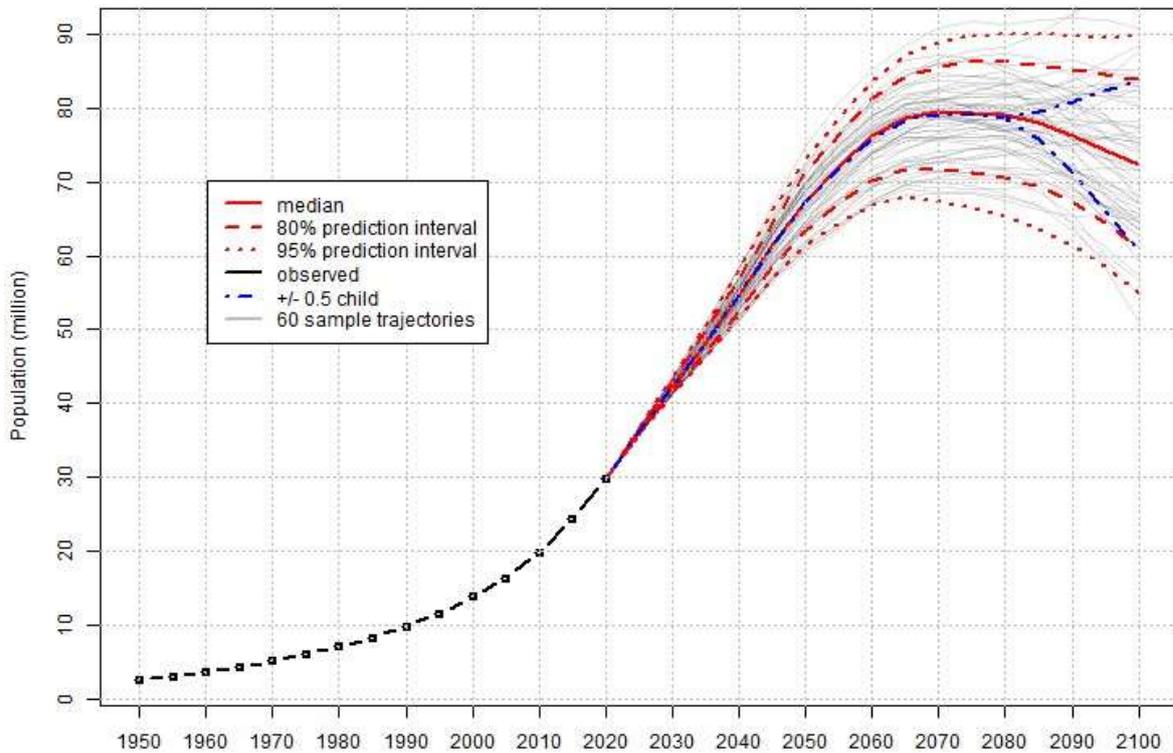
O censo populacional 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado em junho de 2023, apontou que, em dez anos (2012-2022), o número de pessoas 60+ no Brasil passou de 11,3% da população para 15,1%. No

² A Resolução 39/125, divulgada pela ONU em 1982, durante a primeira Assembleia Mundial para o Envelhecimento da População, classifica como idosos, em países desenvolvidos, as pessoas a partir dos 65 anos. Já em países menos desenvolvidos, como o Brasil, elas atingem essa condição com 60, já que, devido às maiores desigualdades socioeconômicas, tendem a se deparar mais cedo com as dificuldades impostas pelo avanço da idade. Para efeito deste estudo, serão consideradas idosas as que passaram a barreira dos 60, independentemente da localidade, exceto se a diferença com países desenvolvidos estiver demarcada ou as situações apresentadas no texto envolverem, especificamente, aquelas acima dos 65.

³ A pandemia de Covid-19, que surgiu após essas projeções e incide sobre o índice de mortalidade de pessoas de todas as faixas etárias, pode ter alterado o perfil demográfico em todo o mundo e, por isso, é preciso se atentar para possíveis mudanças também entre os idosos nos próximos anos.

mesmo período, o percentual do grupo com menos de 30 anos caiu de 49,9% em 2012 para 43,9% em 2022.

Gráfico 2. Projeção de aumento da população idosa no Brasil



Fonte: UNITED NATIONS (2019b)

Em segundo lugar, as preocupações com o envelhecimento exigem maior resposta dos sistemas de saúde e, por consequência, incremento nos recursos para este segmento. Mas não só. Passam a ser necessários estudos em outros campos, como a Sociologia, a Antropologia, a Filosofia, a História, a Gerontologia, a Educação, a Comunicação, entre outros, para que seja possível, por meio de uma abordagem interdisciplinar, refletir sobre as dinâmicas sociais a partir desse novo cenário.

Defende-se que é preciso conduzir esforços para a construção de um conhecimento capaz de apreender tais dimensões: individual, intra e intersubjetivas; sociais, históricas e culturais e as suas respectivas interações, bem como as consequências e impactos no curso da vida. Canalizam-se esforços para a construção de aportes teóricos neste sentido (PEDRO, 2013, p. 12).

Para Orlandi e Pedro (2016), considerando a necessidade de divulgar questões relacionadas a inovações tecnológicas e que, entre os objetivos do campo CTS, está

o de educar para C&T, “[...] formando a cultura e democratizando novos estudos [...] (p. 37), é importante inserir as pessoas idosas em suas análises, para que se possa pensar, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico, como é possível diminuir a diferença entre as culturas científico-tecnológica e humanista, bem como nos legados às futuras gerações.

Sob esses olhares, observar a influência das NTICs para um envelhecimento com qualidade considera que essas tecnologias são fundamentais, atravessando diversos aspectos no curso da vida na velhice, como relações interpessoais, busca por informações sobre aposentadoria, participação em ações das comunidades, lazer, trabalho e/ou cuidados com a saúde (PEDRO, 2013; CABRAL *et al.*, 2013).

Com Tavares e Souza (2012), corrobora-se. Para os autores, acompanhar os avanços tecnológicos é condição para o exercício da cidadania entre pessoas idosas. “Promover ações e políticas de inclusão digital é uma forma de oportunizar ao idoso a possibilidade de usufruir da gama de conhecimentos que (...) estão disponíveis nos ambientes web (revistas, jornais, portais acadêmicos, blogs).” (p. 4).

O terceiro aspecto de ordem prática que justifica este estudo está relacionado ao trabalho, que, além de criar sentido para a vida, emancipando a existência individual e coletiva, possibilita o acesso a bens e serviços sem desprezar uma perspectiva histórico-crítica (Pedro, 2018). Deve-se pensar que o trabalho, no contexto do envelhecimento, está ligado à constituição da identidade humana, sendo um elemento relevante para que se busque a solução de problemas voltados, por exemplo, à promoção da saúde, aos recursos humanos e aos movimentos sociais.

Ante o exposto, quando se viram os holofotes das Ciências Humanas para o Jornalismo, tido, entre acadêmicos e profissionais, como lugar privilegiado de fomento a C&T, à divulgação científica e à participação social para o amadurecimento do processo democrático – por meio, entre outros motivos, da própria atuação dos jornalistas nesse sentido e da intensa circulação, na imprensa, de saberes do senso comum –, e pelo qual questões sobre trabalho e tecnologias digitais se intercambiam e se relacionam à temática do envelhecimento, nota-se que existem contribuições em pesquisa qualitativa na perspectiva CTS – algumas das quais relacionam os profissionais, a partir de uma abordagem sobre o imaginário social, como incansáveis e infalíveis defensor da coletividade, conferindo a eles características de heróis.

São escassas, no entanto, as que se ocupam de analisar como os jornalistas representam as transformações tecnológicas no dia a dia da profissão, nas relações de trabalho e no próprio envelhecer, conforme poderá ser conferido mais adiante. Ao dar contornos científicos a essa perspectiva, consideram-se as possibilidades de compreensão interdisciplinar das dimensões sociais de C&T e de seus efeitos na coletividade.

Para isso, foi feita uma revisão bibliográfica, com levantamento do estado da arte do conhecimento científico sobre o trabalho de jornalistas, com foco nos profissionais idosos frente a esses novos paradigmas. Esse processo embasou uma análise documental, amparada em dados abertos, recolhidos de plataformas digitais públicas, e a realização de entrevistas *online* síncronas com 13 jornalistas 60+, sendo seis na região geográfica intermediária⁴ de Ribeirão Preto e sete na de São Paulo. As sessões foram gravadas, transcritas, validadas pelos participantes e submetidas, com auxílio do *software* gratuito Iramuteq, a uma Análise de Conteúdo (AC), pela qual se pôde observar a construção de representações sociais.

O olhar para o Estado de São Paulo está atrelado ao fato de que é considerado polo de atração não apenas de jornalistas, mas de implementação de NTICs nas redações, o que poderá permitir pensar sobre as condições profissionais também em outras regiões brasileiras, incentivando novas pesquisas sobre o assunto. Já a escolha de duas regiões específicas para aprofundamento da análise – Ribeirão Preto e São Paulo – se explica porque a primeira é onde resido e construí praticamente toda a minha trajetória acadêmica e profissional, e a segunda é tomada como referência para efeito comparativo, para que se identifique possíveis distinções sobre a atuação jornalística no interior e na área onde está a capital do estado, além da influência delas nas representações sociais dos profissionais entrevistados.

Os critérios para definição dos participantes e outros procedimentos referentes à metodologia serão conhecidos também posteriormente, depois dos três capítulos que compõem o referencial teórico da tese, a saber:

No primeiro, “Mudanças no Jornalismo e o trabalhador idoso”, se aborda o trabalho de jornalistas 60+ no contexto das transformações sociais e na profissão com

⁴ Regiões geográficas intermediárias fazem parte de uma classificação proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), em substituição às mesorregiões, que consiste em um grupo de cidades que se organizam pelo espaço geográfico e compartilham semelhanças sociais e econômicas. A região intermediária de Ribeirão Preto é composta por 64 municípios e a de São Paulo por 50.

o advento das NTICs. No segundo, “Representações sociais: pressupostos teórico-epistemológicos”, se delimita e justifica a escolha do enquadre teórico do estudo, a Teoria das Representações Sociais (TRS). Já o terceiro, “O campo CTS e o envelhecimento”, visa discutir as contribuições dos estudos CTS para uma pesquisa como a que está sendo proposta e, sob esta perspectiva, as principais mudanças de paradigmas tecnológicos e populacionais que influenciam a participação social das pessoas idosas, com direcionamento para os contextos latino-americano e brasileiro.

1.2 Perguntas de pesquisa

Dado o contexto, apresentam-se as seguintes questões de pesquisa:

- Como jornalistas 60+ que residem e e/ou que atuam profissionalmente no estado de São Paulo, nas regiões geográficas intermediárias de Ribeirão Preto e São Paulo, representam o trabalho jornalístico do grupo etário a que pertencem diante das transformações tecnológicas na profissão influenciadas pela emergência das NTICs e pelas mudanças decorrentes da Covid-19?

- Como tais representações indiciam comportamentos referentes ao exercício profissional, às relações trabalhistas e ao próprio processo de envelhecimento?

- As transformações tecnológicas no Jornalismo são vistas como possibilidades de participação social por meio do trabalho ou como precarização profissional?

- Como os estereótipos construídos no imaginário social sobre o trabalho jornalístico são ressignificados por jornalistas idosos e atualizados no contexto do envelhecimento e dos novos cenários tecnológicos, dentro e fora dos ambientes profissionais?

1.3 Objetivo geral

A partir dessas proposições, esta pesquisa se volta, a partir de um olhar pelos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT), de caráter interdisciplinar – que delimitam o campo da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) –, considerando os pressupostos da pesquisa social, qualitativa, de cunho exploratório-descritivo, a investigar, conforme antecipado no início desta Introdução, jornalistas 60+ que residem e/ou atuam profissionalmente em duas regiões geográficas intermediárias paulistas – Ribeirão Preto e São Paulo –, observando, a partir de análises documental e de entrevistas reflexivas individuais *online* síncronas, sob enquadre da Teoria das

Representações Sociais (TRS), como eles representam o trabalho jornalístico diante das transformações tecnológicas na profissão, e como tais representações contribuem para atualizar estereótipos do imaginário social e indiciam comportamentos relativos ao exercício profissional, às relações de trabalho e ao próprio envelhecimento.

Isso permitirá formular respostas para as questões de pesquisa apresentadas e compreender, a partir dos preceitos teóricos, como os participantes da pesquisa conferem significados a eles mesmos e às interações que estabelecem, e vice-versa, ou seja, como as interações atribuem significados às tecnologias –, já que elas se dão em momentos e com ferramentas distintos –, bem como reunir subsídios que ajudem, mesmo que singelamente, a partir de mobilizações da sociedade, a embasar ações estatais, de universidades, de empresas jornalísticas e dos próprios jornalistas que ampliem e consolidem o estabelecimento de espaços democráticos e a capacitação para o trabalho jornalístico como condições para designar o envelhecimento como um processo saudável e ativo.

1.4 Objetivos específicos

- Conhecer, em profundidade, por meio de amparo documental e de revisão bibliográfica interdisciplinar, aspectos das dimensões sociais de ciência e tecnologia (C&T), da emergência das NTICs e da (re)organização social contemporânea por meio de seus usos, da apropriação de ferramentas digitais por pessoas idosas, do envelhecimento humano como processo saudável e ativo, do trabalho no Jornalismo, bem como da construção e disseminação de significados da vida cotidiana no/pelo senso comum, promovendo, pelo olhar interdisciplinar das Ciências Humanas e dos ESCT, que constituem o campo CTS, uma aproximação entre eles, e contribuindo para a construção do pensamento sobre o papel das tecnologias no trabalho para um envelhecimento saudável e ativo, principalmente em lugares de desigualdade social intensa, como a América Latina, e, de forma mais específica, o Brasil;

- Fomentar o olhar de C&T para suas determinantes sociais e para as relações de poder que a atravessam, a partir da observação de visões hegemônicas sobre as transformações tecnológicas para o trabalho e para o envelhecimento, bem como das estratégias de resistência que se formam e circulam nesses cenários, sobretudo entre profissionais jornalistas, que, ao mesmo tempo em que utilizam NTICs para pensar novas formas de interação social, são transformados com sua implementação;

- Levantar o estado da arte do conhecimento científico sobre o trabalho de jornalistas idosos e sua relação com as transformações tecnológicas nesse âmbito, na América Latina e, mais especificamente, no Brasil, afunilando para o estado de São Paulo, diante das mudanças tecnológicas;

- Discutir, nesse mesmo cenário, a relevância social do trabalho dos jornalistas atrelado a tecnologias disponíveis em diferentes tempos e sob diferentes condições históricas, em especial pessoas idosas, e das plataformas digitais no Jornalismo para potencializar reflexões, entre os próprios profissionais e/ou de pesquisadores, sobre a interação com as próprias tecnologias e com a sociedade contemporânea;

- Considerar a aderência das metodologias e do desenvolvimento deste estudo a novos olhares epistemológicos, que atualizam práticas mecanicistas da ciência clássica, avaliando como eles podem contribuir para uma nova ordem social, que seja demarcada pela construção reiterada de representações de e sobre pessoas idosas pela óptica da independência e da autonomia, inclusive no/pelo próprio Jornalismo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Mudanças no Jornalismo e o trabalhador idoso

O processo de compreensão das transformações a partir das NTICs e sua implementação como ferramentas de trabalho envolve, antes de sua ramificação para segmentos específicos, como o Jornalismo, reflexões sobre sua pertinência nas sociedades como um todo. Isso porque os usos das tecnologias não se desvinculam de suas dimensões sociais, ou seja, estão atreladas a ações humanas forjadas sócio-historicamente.

Se pensamos tecnologias como sociais, ou seja, não isoladas da trajetória humana, elas não são apenas fabricadas e interpretadas pelos homens conforme vão sendo usadas, mas são seus próprios usos, segundo Lévy (1999), que constituem, junto com as instituições sociais e as linguagens, a humanidade como tal. Nesse sentido, entende-se que a atividade jornalística se constrói, também, no jogo das relações humanas que a circundam e que, no contexto das plataformas digitais, intensifica dilemas da democracia, alguns dos quais são discutidos a seguir:

Tempo da vida/tempo-máquina. A questão é trabalhada por Chartier (2020), que coloca em debate os desafios relacionados à temporalidade no contexto da comunicação digital a partir da percepção de que o tempo histórico nas sociedades contemporâneas é acelerado e do apagamento da memória que isso provoca. Para o autor, a velocidade tecnológica carrega efeitos de um poder tirânico, em que o tempo humano é suplantado pelo dos dispositivos automatizados. “A humanidade entrou no ‘tempo-máquina’, que é uma das formas de ‘matematização’ do mundo [...]” (p. 22).

Outra consequência são tentativas de promover o desaparecimento dos tempos locais, que haviam ganhado força nos estudos históricos com a Escola dos Annales, iniciada no final da década de 1920, em detrimento de um tempo planetário, ditado pela globalização. O resultado, segundo Chartier (2020), é uma escassez temporal para que o ser humano exercite o que o fez humano em outros momentos, como marcar encontros presenciais e desfrutar das negociações e especulações que tais encontros permitem.

O uso de tecnologias por grupos que buscam prejudicar a memória visa, para o autor, aproveitar de situações em que, se o passado não é mais conhecido, pode-se “[...] impor as representações de uma realidade que nunca foi” (p. 45), ou seja,

produzir e colocar em circulação, de maneira ágil, para impedir questionamentos incisivos, novas versões da história, que passarão a compor a memória coletiva atravessadas por interesses de quem ocupa posições de poder.

Em oposição, o esforço da história deve ser o de desempenhar um papel que Chartier denomina como “cívico e ético” (p. 44), para garantir, justamente, que as memórias, antes que sejam apagadas, apontem e relatem as forças que atuam pelo desaparecimento tanto das vítimas da tirania quanto das recordações delas sobre possíveis violências sofridas. Um processo que imerge no passado e, diante dos poderes impositivos da velocidade, propõe um saber que seja mais contemplativo – mas que, ao mesmo tempo, diante dos desafios da contemporaneidade, não demore tanto –, para que se possa, num movimento inverso, iluminar o que pode ter ficado esquecido ou passado despercebido, ressignificando o presente.

[...] a história sempre deve ser o saber que desmascara as falsificações, que rechaça as negações do que foi ou do que é, que estabelece um conhecimento comprovado. Assim, pode contribuir a apaziguar as feridas que deixou em nosso presente um passado foi amiúde injusto e cruel (CHARTIER, 2020, p. 43-44).

Essas proposições encontram consonância, a partir do que já foi apresentado, com os ESCT, com as abordagens sobre representações sociais e com o objeto deste estudo, que, ao se abrir para ouvir e observar jornalistas idosos, considera que esses grupos podem ter memórias privilegiadas por vivências em espaços-tempos que foram demarcados por tecnologias diferentes das atuais. Permitem-se, com isso, reflexões sobre os esforços e obstáculos para lidar com oportunidades de prolongar a vida e aproveitá-la com qualidade frente a interações que, por estarem aceleradas, podem agir na contramão das demandas por um envelhecimento saudável e ativo.

Necessidade de contatos/relações líquidas. A dificuldade observada por Chartier, da escassez de contatos mais duradouros, é trabalhada por Bauman (2004) como liquidez. O autor descreve uma era de relações líquidas, que se formam e se dissipam no ritmo da sociedade de consumo, bastante acelerado pela disponibilidade de tecnologias digitais. Explica que essa dinâmica se dá em mais de um sentido: enquanto, via tecnologias, se impulsiona o consumo, a própria vida consumista favorece a velocidade do desenvolvimento tecnológico, para dar conta da ânsia do consumidor por novidades. Bauman lembra que não é o volume de compras que

caracteriza a vida no capitalismo, mas a rotatividade delas, ou seja, consumir sucessivamente, o que garantiria a sensação ininterrupta de satisfação.

Se o foco é o consumo, e os espaços-tempos são construídos na interface com novas tecnologias, como o telefone celular, os espaços físicos e os tempos humanos já não importam mais. “Estando com o celular, você nunca está *fora* ou *longe*. Encontra-se sempre dentro – mas jamais trancado em um lugar. Encapsulado numa teia de chamadas e mensagens, você está invulnerável” (p. 79, grifo do autor). Com isso, as pessoas também desaparecem, anulando as diferenças que identificam um grupo em relação a outro. Quem está ao lado se torna invisível, já que as conexões virtuais seriam capazes de estabilizar o indivíduo a despeito de um universo em movimento. “Cada conexão pode ter vida curta, mas seu excesso é indestrutível. Em meio à eternidade dessa rede imperceptível, você pode se sentir seguro diante da fragilidade irreparável de cada conexão singular e transitória” (BAUMAN, 2004, p. 80).

Uma segurança que, de acordo com Bauman, é paradoxal e, por isso, ilusória, porque, se o celular representa uma possibilidade de abrigo caso a sociedade à volta seja encarada como delirante – ou, então, um caminho para se destacar dela –, permite, por meio da posse de um dispositivo que outros também possuem, integrar-se, fazer parte dessa mesma sociedade, que é comparada a um “enxame” – “[...] um agregado em movimento no qual cada unidade faz a mesma coisa, mas nada é feito em conjunto” (p. 81). Apesar de os celulares não criarem o enxame, ajudam a mantê-lo, já que, se o enxame não existisse, os aparelhos não teriam utilidade.

A partir dessa perspectiva, Bauman traça uma visão pessimista a respeito das relações humanas permeadas pelas tecnologias digitais, dado o risco de que visões individuais ou autoritárias se imponham sobre as coletivas, configurando uma “[...] uma sociedade nitidamente incivil” (p. 179). Em contraposição, afirma que existe uma esperança, um consolo: de que a história ainda nos pertence e pode ser transformada, (re)construída. Que escolhas ainda podem ser feitas, desde que se fale sobre elas – uma visão parecida com a de Arendt (1968), de que a humanidade é exercida na e pela fala, quando o mundo é tornado objeto de discurso.

Trabalhar mais/mundo sem empregos. O avanço no desenvolvimento das NTICs e seus efeitos nas relações humanas influenciam, significativamente, a esfera trabalhista, considerando que o sistema capitalista se sustenta na noção do humano como força de trabalho. Segundo Castells (1999), as principais teorias sobre a

evolução das questões ocupacionais, como a do pós-industrialismo e a do informacionalismo, dão conta de que os novos paradigmas se amparam em uma estrutura social que se caracteriza pela mudança do protagonismo dos produtos para os serviços, pelo surgimento de profissões especializadas e com foco administrativo, pelo fim dos empregos rurais e industriais, e pela relevância crescente da informação em economias consideradas mais avançadas, estendendo-se, dados o intercâmbio entre países e a inexistência de fronteiras físicas para a comunicação, para os emergentes.

Diante disso, o autor afirma que não se pode negar que haja uma relação entre a difusão tecnológica e a realidade dos empregos. Alerta, porém, que ela não é direta, já que depende de aspectos específicos de cada nação, como posição geográfica e geopolítica, contextos socioeconômicos, estratégias governamentais, condições dos ambientes institucionais e atuação empresarial. Portanto, a evolução dos níveis de emprego não depende apenas de uma combinação entre fatores demográficos e aqueles relativos à expansão das tecnologias, mas de movimentos da sociedade no sentido de pensar o acesso a elas e seus usos, além das novas estruturas familiares, do enfrentamento de desafios provenientes da imigração, da distribuição dos tempos de serviço e da organização das novas relações trabalhistas.

Não é possível, com isso, dizer que informatização causa desemprego, mas que, “[...] sob o paradigma informacional, os tipos de emprego mudam em quantidade, qualidade e na natureza do trabalho executado” (p. 328). Sendo assim, a partir da década de 1990, passaram a ganhar espaço as funções que exigem conhecimentos em tecnologias digitais e na disponibilização, com o auxílio delas, de dados e outras informações úteis, enquanto as rurais e industriais restritas à operacionalização de máquinas ficaram menos requisitadas. Com as empresas se integrando em redes, o que favorece processos mais flexíveis de trabalho, não tão dependentes do exercício presencial e do cumprimento de horários, surge, conforme Castells (1999), uma nova categoria de trabalhador: o de jornadas flexíveis. Diante disso, o autor chega a se perguntar sobre a possibilidade de que tenhamos uma sociedade sem os empregos como conhecemos, em que as atribuições são desempenhadas, exclusivamente, nas empresas.

No caso de trabalhadores idosos, que se submeteram, durante a maior parte da vida, a um lógica específica, não tiveram tecnologias digitais à disposição e

precisam, em muitos casos, estender sua inserção no mercado por motivos diversos, especialmente em países menos desenvolvidos, como mencionado, esses novos paradigmas podem representar dificuldades extras, considerando que as pessoas idosas devem encontrar maneiras de se adaptar rapidamente num contexto em que muitas das ferramentas para isso estão longe de seu alcance – o que impõe a urgência de pensar caminhos e respostas.

2.1.1 Dos meios tradicionais aos digitais

Quando observamos o Jornalismo, os dilemas da democracia no contexto do desenvolvimento tecnológico se evidenciam tanto nas possibilidades de transformar a realidade a partir das ferramentas digitais para atender demandas coletivas, por um profissional que se coloca como agente de produção simbólica, de divulgação científica e de educação para C&T, quanto nas mudanças nas dinâmicas produtivas e de consumo da informação, com novas exigências a esses mesmos profissionais, influenciando na empregabilidade e na qualidade das condições de trabalho – tendo em vista que, pela óptica da pesquisa social, o jornalista, ao mesmo tempo em que aplica a técnica na execução de projetos de construção de conteúdo, está sujeito a seus determinantes sociais e, portanto, a seus efeitos. Esses desafios nos colocam a necessidade de pensar que, ao mesmo tempo em que os meios digitais podem, então, contribuir para otimizar os processos do trabalho, podem compor um conjunto de prejuízos para a continuidade do exercício das funções, especialmente em casos de idades mais avançadas.

Citando Castells (1999), Schwingel (2012) afirma que, nesse contexto, um dos primeiros aspectos com o qual o profissional do Jornalismo passou a lidar foram novas maneiras de disponibilizar a informação, considerando uma estrutura textual expandida, hipertextual, direcionada a novos tipos de audiência – não mais massiva, mas segmentada, em nichos. Com isso, aos poucos, se estabeleceu a possibilidade de emergir uma produção exclusivamente para os meios *online*, diferente dos anos iniciais da década de 1990, em que os textos produzidos para outros meios eram apenas migrados, sem modificações, para os ambientes virtuais. Isso se deu em etapas, chamadas, em consenso por vários de seus estudiosos, de gerações.

Conforme Schwingel, são elas:

1ª geração – Momento em que se passou a observar as potencialidades de produção e consumo da informação *online* e foram montadas as primeiras redações com essa finalidade, ainda que pequenas, com estrutura de trabalho reduzida e integradas às dos impressos, rádio e TV. O jornalista tinha, como missões, a busca e a checagem de dados, bem como e a disponibilização de conteúdos não inéditos na web. “Não há uma sistemática definida para a produção ciberjornalística: o conteúdo é elaborado de acordo com o processo produtivo de outra modalidade (impresso, rádio, televisão) e chega pronto para ser inserido [...]” (SCHWINGEL, 2012, p. 132).

2ª geração – As redações passaram a se desvincular das outras e começaram a produzir materiais específicos para o ciberespaço. Houve a incorporação de profissionais, como editores exclusivos, e os repórteres já saíam às ruas para buscar conteúdo. Os processos, mesmo os ainda vinculados às modalidades tradicionais, eram feitos sem que houvesse contato com os jornalistas delas.

3ª geração – Desenvolvimento de sistemas específicos para a publicação de conteúdo *online*. As redações já tinham uma estrutura dividida em ilhas, com lugares bem demarcados para editores, repórteres, fotógrafos, entre outros.

4ª geração – A convergência midiática promoveu a volta da integração entre o *online* e outras modalidades, para que fosse possível um processo colaborativo na produção de material multimídia. A denominação entre pesquisadores mudou de “jornalismo *online*” para “ciberjornalismo”. Houve toda uma sistematização para integrar o conteúdo produzido pelos usuários da rede aos das equipes de Jornalismo. “Nessa transição, todo o processo produtivo estaria integrado, no que pode ser denominado uma completa convergência em termos de produção jornalística (de redação, de processos, de conteúdo)” (SCHWINGEL, 2012, p. 146).

Tomando esse percurso histórico, é possível definir, segundo Schwingel, oito fatores que caracterizam o ciberjornalismo: 1) multimídia – com o conteúdo integrando linguagens midiáticas diferentes numa mesma plataforma; 2) interatividade – permitindo *feedbacks* instantâneos dos leitores; 3) hipertextualidade – possibilidade de que textos levem a outros conforme os interesses do leitor, configurando uma navegação personalizada; 4) customização dos conteúdos – o que favorece uma produção mais direcionada a nichos de consumo para atender a uma segmentação do público; 5) memória – a recuperação de dados e outras informações pode ser feita rapidamente, por meio de mecanismos de buscas, dispensando os arquivos físicos;

6) atualização contínua – e veloz; 7) flexibilização de tempo e espaço – que antes eram limitados pelas páginas dos jornais e revistas, e pela duração dos programas de rádio e TV; e, finalmente, 8) uso de ferramentas automatizadas nas rotinas produtivas. “Aspectos relacionados à reconfiguração da mídia tradicional, aos novos modelos de negócios e às alterações no processo de produção (...) são fatores estruturantes do ciberjornalismo” (p. 30-31).

Schwingel ainda discute que a automatização dos processos permite conceber o ciberjornalismo como um modelo produtivo diferenciado das demais modalidades, tendo em vista que serve a produções multimídia e com liberdade de flexibilização de espaço-tempo. No entanto, é a interatividade, propiciada pela incorporação dos usuários na produção de notícias, um dos maiores avanços trazidos com as novas tecnologias, o que, em contrapartida, aponta para incertezas e para a complexidade de compreensão do fluxo das mensagens, das quais passarão a se ocupar as teorias dedicadas aos estudos da comunicação – nas e pelas quais é indispensável situar o papel do jornalista enquanto um “arquiteto da informação” (p. 75).

Entre as incertezas, segundo Souza (2017), estão as trazidas, principalmente, pelas novas formas de financiamento da produção jornalística, antes demarcadas por modelos bem definidos. A busca por se fazer visível na rede e por captar recursos para a manutenção da atividade dos veículos integra o que a autora vê como um “[...] profundo mal-estar no campo do jornalismo local” (p. 129), o que é fomentado pela escassez de análises que buscam as dimensões sociais das tecnologias, face àquelas que se ocupam apenas de decretar um cenário de indefinições. Neste panorama, é primordial, ainda na visão de Souza, que sejam mobilizados estudos críticos, que se proponham a entender não só os contextos da crise como as motivações dos sujeitos que dela participam – entre eles, os próprios jornalistas e, como resistência a um tempo global, em contextos específicos, locais ou regionais.

Alves (2006) alertava, já em 2006, que a internet seria somente “a ponta do iceberg” (p. 93) da revolução mais ampla que se observa nas comunicações desde a invenção da prensa, e com influência direta no Jornalismo. Isso levaria a uma reflexão que, segundo o autor, não se restringiria a uma “midiamorfose” – passagem dos meios tradicionais para os digitais –, mas a um risco de “midiacídio”, já que, caso as transformações não fossem bem geridas, poderiam significar a extinção de empresas que não percebessem a necessidade de adaptar linguagens e modelos de negócios,

bem como de carreiras, especialmente de jornalistas que encontrassem dificuldades nessa nova realidade.

Segundo Schwingel (2012), com as NTICs, veio uma aposta das empresas em profissionais jornalistas mais jovens. A tendência é que se veja, em recém-formados, atributos mais adequados às peculiaridades da internet, já que estes teriam maior familiaridade com ela em comparação com os mais velhos, e menor ou nenhuma resistência às adequações de outras modalidades para o digital, mesmo que isso reflita, pela inexperiência da mão de obra, na falta de profissionalismo e de qualidade no tratamento da informação.

Schwingel pensa em linha com Maharidge (2016), Dias (2012) e Camargo *et al.* (2021), de que essa conjuntura, se traz avanços ao ofício do jornalista – como maior velocidade no contato com fontes e na apuração de informações, estreitamento de canais com leitores, ouvintes e telespectadores, possibilidades de produção de reportagens convergentes, com oferta de conteúdo mais vasto –, pressiona os profissionais para que atendam a uma lógica de mercado, baseada na intensificação da oferta de material jornalístico como mercadoria, o que contribui para um cenário de instabilidades, sobretudo àqueles que veem no Jornalismo possibilidades de transformação social por meio da proposição de debates pautados no diálogo com vistas ao fortalecimento da democracia. Entre eles, jornalistas idosos.

Para que se possa ir ao encontro desses indivíduos, analisando suas representações compartilhadas sobre a profissão no contexto das transformações tecnológicas e de mudanças laborais decorrentes da pandemia de Covid-19, este estudo busca levantar o estado da arte do conhecimento científico sobre a inserção de NTICs no Jornalismo no contexto latino-americano e, de forma mais específica, no Brasil, bem como sua influência nas condições de trabalho jornalístico com foco em profissionais 60+, para entender como a compreensão sobre isso vem sendo construída, e como a pesquisa proposta por esta tese se insere e pode contribuir nessa discussão.

Tal levantamento foi realizado no dia 15 de dezembro de 2022 em duas bases de dados: a Biblioteca de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que reúne as dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação distribuídos pelo Brasil, e o Portal de Periódicos também da CAPES, no qual estão indexados artigos e outros estudos publicados por

mais de 39 mil periódicos, tanto nacionais quanto internacionais, com textos completos, e “[...] 396 bases de dados de conteúdos diversos, como referências, patentes, estatísticas, material audiovisual, normas técnicas, teses, dissertações, livros e obras de referência”. (CAPES Periódicos, 2020).

As buscas não tiveram recortes temporais. O objetivo foi ter uma visão inicialmente bastante abrangente sobre as pesquisas envolvendo a relação entre profissionais jornalistas 60+, trabalho e o processo de envelhecimento diante do cenário de transformações tecnológicas e sanitárias na profissão.

Foram mobilizadas, para isso, as seguintes palavras-chave: “jornalismo ou jornalista”, “trabalho” e “idoso ou pessoa idosa”. Depois, as palavras “idoso ou pessoa idosa” foram substituídas por “velhice ou envelhecimento”, para abarcar possíveis variações. Além dos termos em Português, foram pesquisados, no caso do Portal de Periódicos, correspondentes em Inglês e Espanhol, para que fosse possível avaliar a abrangência do tema em questão, visando, de maneira mais específica, identificar estudos no contexto latino-americano e no Brasil.

Primeiro, as palavras “jornalismo ou jornalista” foram cruzadas com “trabalho”. Em seguida, com “idoso ou pessoa idosa”. E, por fim, tanto com “trabalho” quanto com “idoso ou pessoa idosa” e “velhice ou envelhecimento”. As tabelas a seguir mostram o número de referências obtidas em cada busca.

Tabela 1. Busca em Português (Biblioteca de Dissertações e Teses da Capes)

Palavras-chaves	Número de referências
(jornalismo OR jornalista) AND trabalho	1039
(jornalismo OR jornalista) AND (idoso OR pessoa idosa)	21
(jornalismo OR jornalista) AND trabalho AND (idoso OR pessoa idosa)	4
(jornalismo OR jornalista) AND trabalho AND (velhice ou envelhecimento)	1

Fonte: elaboração do autor

Na primeira busca, o sistema retornou mais de mil referências, que tratam de diversos aspectos referentes a Jornalismo e trabalho, como história da profissão,

importância da memória para o exercício profissional, significados do fazer jornalístico, precarização da mão de obra, evolução tecnológica, entre outros – inclusive sobre temas que não se inserem no universo pesquisado. Entre elas, foram identificadas duas que merecem destaque, por abordar temáticas tangenciais à que é proposta por esta tese. São duas dissertações de mestrado: uma em Gerontologia, “A velhice e o envelhecimento: seus significados na vida de um jornalista com mais de 60 anos de idade”, de Maria Lígia Mathias Pagenotto, defendida na PUC de São Paulo em 2011; e outra em Jornalismo, intitulada “A carreira profissional dos jornalistas veteranos em tempos de mudanças estruturais: mercado de trabalho, práticas e socializações”, de Marcella Silva Mousinho Machado, defendida em 2021 na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Pagenotto (2011) investigou, a partir de conceitos como “tempo cronológico” e “tempo kairós”⁵, como jornalistas com mais de 60 anos lidam com o envelhecimento, tanto no meio profissional quanto no contexto social. Entrevistou seis profissionais da imprensa escrita da cidade de São Paulo e observou o processo de familiarização com as tecnologias digitais nas redações jornalísticas e como esses jornalistas eram vistos quando enfrentavam dificuldades com os artefatos. O trabalho, de cunho qualitativo, utilizou entrevistas semiestruturadas. Entre as considerações finais, a autora afirma ter percebido um intercâmbio entre processos de inclusão e exclusão do mercado de trabalho. Inclusão porque os profissionais ouvidos relataram, de forma geral, terem construído uma trajetória como profissionais, e por ainda estarem ativos, produzindo. E exclusão por desempenharem suas funções como terceirizados ou como *freelancer*, sentindo que espaços destinados a eles nas redações estavam ficando escassos.

Machado (2021) analisou, tomando como base o conceito de “carreira”, como os jornalistas envelhecem no exercício profissional. A partir de um levantamento exploratório sobre jornalistas a quem a pesquisadora se referiu como “veteranos”, e que atuavam em João Pessoa, capital paraibana, ela aplicou um questionário *online* e depois entrevistas em profundidade com 14 profissionais acima de 50 anos e que tinham experiência profissional de 30 anos ou mais – um grupo que, conforme lembra

⁵ Autores utilizados na dissertação classificam o tempo cronológico como aquele atrelado à passagem de horas e dias, e o tempo kairós como o que é ligado a situações que fazem com que um momento se torne marcante. Nesse caso, a vida não é contada pelo relógio, mas por acontecimentos memoráveis.

a autora, foi o último a ingressar nas redações antes das mudanças nas rotinas produtivas a partir da internet e das tecnologias digitais. Ainda segundo Machado, os jornalistas mais velhos que continuavam atuando compunham um novo perfil profissional, e a longevidade no trabalho era justificada, entre os principais motivos, “[...] pelas socializações, escolhas e renegociações operadas nos cursos das carreiras” (MACHADO, 2021, p. 9).

Após esses dois trabalhos terem sido recuperados, partiu-se, então, para uma tentativa de restringir a busca. Primeiro, combinando “jornalismo ou jornalista” com “idoso ou pessoa idosa”, o que resultou em 21 referências. Um novo refinamento, dessa vez com “jornalismo ou jornalista”, “trabalho” e “idoso ou pessoa idosa”, retornou quatro referências. Mas, em nenhum desses casos, as teses e dissertações tinham a ver diretamente com a temática deste estudo.

A última busca na Biblioteca de Dissertações e Teses da Capes substituiu os termos “idoso ou pessoa idosa” por “velhice ou envelhecimento”, no cruzamento com “jornalismo e jornalista” e “trabalho”. Nesse caso, o sistema retornou apenas uma referência, justamente a de Pagenotto (2011).

Tabela 2. Busca em Português (Portal de Periódicos da Capes)

Palavras-chaves	Número de referências
(jornalismo OU jornalista) E trabalho	4
(jornalismo OU jornalista) E (idoso OU pessoa idosa)	0
(jornalismo OU jornalista) E trabalho E (idoso OU pessoa idosa)	0
(jornalismo OU jornalista) E trabalho E (velhice OU envelhecimento)	0

Fonte: elaboração do autor

Tabela 3. Busca em Inglês (Portal de Periódicos da Capes)

Palavras-chaves	Número de referências
(journalism OU journalist) E work	3
(journalism OU journalist) E elderly	0
(journalism OU journalist) E work E elderly	0

<i>(journalism OU journalist) E work E (old age OU aging)</i>	0
---	---

Fonte: elaboração do autor

Tabela 4. Busca em Espanhol (Portal de Periódicos da Capes)

Palavras-chaves	Número de referências
<i>(periodismo OU periodista) E trabajo</i>	0
<i>(journalism ou journalist) E anciano</i>	0
<i>(periodismo OU periodista) E trabajo E anciano</i>	0
<i>(periodismo OU periodista) E trabajo E vejez OU envejecimiento</i>	0

Fonte: elaboração do autor

Nas buscas realizadas no Portal de Periódicos da Capes, como pode ser visto nos quadros acima, foram extraídas sete referências – quatro quando o uso de palavras-chave foi em Português e três em Inglês. Todas elas aparecem, porém, quando são cruzadas, apenas, as palavras “jornalismo/jornalista” e “trabalho”, com seus correspondentes nos outros idiomas. No entanto, nenhuma apresenta, para as palavras-chave utilizadas, um estudo que inclua jornalistas mais velhos.

As duas obras encontradas que se relacionam como a temática estudada nesta tese se situam, portanto, no Brasil, com apenas uma se concentrando no Estado de São Paulo, especificamente na capital, o que demonstra a incipiência das abordagens e reforça as justificativas para a realização desta pesquisa.

Por isso, para complementar as referências encontradas, foram buscados dados em outros meios, como veículos jornalísticos e plataformas públicas abertas, alguns dos quais se ocuparam, nos últimos anos, especialmente por causa da pandemia de Covid-19, de entender os efeitos deste período de crise pandêmica sobre o trabalho e o cuidado com a saúde de jornalistas, inclusive os 60+.

No contexto brasileiro, as jornalistas Aline Maciel e Júlia Dolce (2020) publicaram, em 11 de maio de 2020, no portal da Agência Pública, a reportagem “Jornalistas arriscam a vida na crise do coronavírus em meio a demissões, cortes de salário e agressões do presidente”. Na época, o país vivia um período em que os casos de Covid-19 começavam a aumentar. Não se completavam três meses do

anúncio do primeiro registro da doença no país, em 26 de fevereiro do mesmo ano, e quatro jornalistas, apenas dos veículos mais conhecidos nacionalmente, haviam morrido, segundo as repórteres, por complicações causadas pelo novo coronavírus. Entre eles, dois idosos, um de 61 e outro de 68 anos.

No entanto, conforme dossiê publicado em março de 2022 pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj, 2022), que incluiu todos os jornalistas mortos por Covid-19 no Brasil de abril de 2020 a fevereiro de 2022, o número chegou a 314, média de um óbito a cada 2,2 dias. Do total de mortes, o maior percentual, 46,6%, foi de profissionais entre 51 e 70 anos

O estado de São Paulo liderava a lista, com 42 mortos no período. Isso podia ser explicado, segundo a Fenaj, por ser o estado mais populoso e concentrar a maioria dos jornalistas com carteira assinada do país. O território paulista tinha, em 2019, de acordo com levantamento feito pelo Dieese, a pedido do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo (Unidade, 2021), 14.149 desses profissionais, número correspondente a quase um terço (28,6%) do total em todo o Brasil naquele ano.

Em dossiê anterior (Fenaj, 2021b), a federação havia afirmado que era inegável reconhecer que, entre os jornalistas, a curva de mortes tinha configuração semelhante a de dados gerais do território nacional, com aumento vertiginoso verificado nos últimos meses de 2020 e no início de 2021, como resultado da redução do distanciamento físico em todas as regiões do país, por causas das festas de Natal e Réveillon. Foi apontado, ainda, entre os motivos, o descaso com que muitos funcionários teriam sido tratados nas empresas, com exposição a riscos frequentes no exercício da profissão. A curva de mortes por Covid entre jornalistas, que apontou 81 em 2020, 222 em 2021 e 11 nos dois primeiros meses de 2022, havia começado a cair, de acordo com a Fenaj, apenas depois do início da vacinação.

Levantamento da organização internacional *Press Emblem Campaign* (PEC, 2021) apontou, com dados atualizados também até março de 2022, que o Brasil ocupava, com as 314 mortes, o primeiro lugar em todo o planeta em número de óbitos de jornalistas em decorrência da Covid-19. Atrás do Brasil, vinham Índia, com 284, Peru, com 199, e México, com 129. Todos os outros haviam registrado menos de 100 mortes cada.

Dos 22 primeiros colocados, dez eram latino-americanos: além de Brasil, Peru e México, apareciam Colômbia (5º), Venezuela (9º), Equador (10º), Argentina (11º), República Dominicana (16º), Bolívia (21º) e Honduras (22º).

Outra pesquisa, intitulada “Como trabalham os comunicadores em tempos de pandemia da Covid-19?” (Figaro *et al.*, 2020), observou que, apesar de o distanciamento ter sido indicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma das medidas eficazes para evitar a propagação da Covid-19, muitos profissionais foram requisitados, no caso das empresas jornalísticas, para que a apuração de informações *in loco*, considerada essencial à atividade, não parasse, principalmente em casos de divulgação científica por meio de editorias de Saúde – o que, de novo num aparente contrassenso, colocou a busca por reportagens sobre cuidados com a saúde no limite dos riscos à própria vida dos jornalistas, afetando emocionalmente os profissionais, que, entre outros motivos, lidaram com pressões para levantar e veicular dados que eram atualizados a cada segundo, e com o medo se expor à doença e de contaminar pessoas próximas.

Para os autores do estudo, a pandemia de Covid-19, com isso, contribuiu para evidenciar uma crise que não surgiu com o novo vírus, em que, no âmbito latino-americano, uma das principais características são mudanças profundas nas rotinas de trabalho, como consequências da forma como as empresas, atentando-se, prioritariamente para seus interesses financeiros, se apropriaram da internet a partir de que a lógica de conseguir visibilidade a qualquer custo, para agradar anunciantes, se sobrepõe à preocupação com o interesse público. Uma das consequências foram dificuldades severas aos trabalhadores, como aumento dos cortes de pessoal e de contratos precários, rebaixamento de salários e incertezas quanto ao futuro.

A base sociotécnica dos meios de produção se transformou com os meios digitais e a internet. Esses eventos foram assimilados pelo mercado da comunicação na forma de ampliação da precarização do trabalho, da densificação do ritmo de atividades e do aumento de horas trabalhadas. (FIGARO *et al.*, 2020, p.10)

Diante disso, segundo Figaro *et al.* (2020), considerando que os jornalistas são essenciais para atender necessidades da população por informação, sobretudo em uma época pandêmica, mas que também há uma crise trabalhista em curso, desenvolver pesquisas científicas nessa esfera ajuda não só na defesa desses

profissionais como da população, para que, amparada no trabalho jornalístico, esta possa tomar atitudes em prol de não descuidar da saúde.

Para realizar o levantamento, os autores aplicaram um questionário com perguntas fechadas e abertas via Google, respondido de forma voluntária, pelo qual buscaram saber em que condições os comunicadores trabalhavam nos picos da pandemia, avaliando quesitos como autocuidados, meios de trabalho usados, adaptação ao *home office* (ou teletrabalho), horas dedicadas ao ofício e desafios enfrentados. Foram obtidas 557 respostas, provenientes de 24 estados e do Distrito Federal, no Brasil – sendo 206 do estado de São Paulo –, e também de Portugal,

Apesar de envolver diversas áreas da Comunicação, e não apenas Jornalismo, pouco mais de três quartos dos respondentes (76,6%) disseram que tinham formação como jornalistas – seja exclusiva (74,5%) ou associada a alguma outra área (2,1%), como Publicidade/Propaganda ou Letras. Do total de participantes, 74,8% afirmaram ter concluído, no máximo, a graduação, e 2% que pararam antes – ou seja, mais de três em cada quatro não haviam cursado nenhum tipo de pós-graduação, seja especialização ou mestrado/doutorado.

Em relação à faixa etária, um informou ter entre 10 e 19 anos, 120 de 20 a 29, 221 de 30 a 39, 114 de 40 a 49, 77 de 50 a 59, e 24 de 60 a 69. Entre os nomes informados pelos respondentes, 334 foram identificados como femininos e 223 masculinos. Sobre os locais de trabalho, o maior índice de respostas foi para mídia tradicional (167). Assessorias de comunicação (114) e agências de comunicação, marketing e publicidade (85) vieram na sequência, demonstrando que jornalistas têm buscado outras opções de atuação para enfrentar as mudanças nas redações de impressos, rádios, televisões e ciberjornalismo.

Quando questionada com qual suporte trabalha, a maioria (33,9%) respondeu internet. Em seguida, veio impresso associado à internet, com 11,1%, e televisão, com 7,5%. Rádio teve um índice de 3,8%. Houve, ainda, os que assinalaram sala de aula (2,9%). Associações como rádio com internet, rádio com impresso e com TV, entre outras, tiveram índices mais baixos, girando perto dos 2%.

Sobre as adequações impostas pela Covid-19, 307 relataram que houve alteração na carga horária de trabalho – 250 com acréscimo e 57 com redução. Ao serem perguntados sobre ritmo de trabalho com a pandemia, 192 (34%) responderam que estava “muito mais pesado”, e 198 (36%), “um pouco mais pesado”, totalizando,

juntos, 70% – os outros 30% variaram suas respostas entre “menos pesado”, “um pouco menos pesado”, que “não mudou nada” ou que estavam “sem emprego”.

Na pergunta sobre a posse dos meios de trabalho, 331 responderam que eram todos próprios e 25 que eram todos da empresa – o restante afirmou que parte era própria e parte da empresa. E, entre os principais medos dos comunicadores, foram relatados a contaminação pela doença (323), equivalente a 57% da amostra, seguida por desemprego, agravamento da crise sanitária e social, morte e perda da renda.

A respeito das condições gerais de trabalho em tempos de Covid-19, foram demarcadas mudanças como: rodízio de trabalhadores, para evitar que estivessem nas empresas ao mesmo tempo; aumento de informações a serem tratadas, checadas e atualizadas; necessidade de cuidados próprios para a prevenção do contágio; dificuldades de realizar tarefas por causa do distanciamento social; rotina mais estressante e intensa; mudanças nas relações de comunicação com a equipe em *home office*; acúmulo de funções e alterações nos modos de fazer Jornalismo, com a substituição de entrevistas presenciais por aquelas pelo WhatsApp, telefone, e-mail e vídeo-chamada.

Entre os problemas para trabalhar com recursos próprios, foram mencionados, principalmente, computadores obsoletos, falta de *softwares*, falta de acesso remoto ao banco de dados das empresas, uso de *drives* com custos adicionais e restrições de conexão com a internet. Como principais mudanças provocadas pelo *home office*, as mais citadas foram necessidade de mudar a organização do trabalho, aumento da jornada e do volume de tarefas, produção de novos tipos de conteúdo, passar muitas horas conectado e falta de recursos técnicos. Como dificuldades adicionais, foram lembradas: conciliar tarefas profissionais com trabalhos domésticos e cuidados com os filhos, gerir o tempo adequadamente e sensação de cansaço.

Entre as conclusões do estudo, os autores apontaram que:

[...] É preciso reconstruir as formas de trabalhar, como refazer as relações de comunicação quando o mundo do trabalho foi deslocado e desestruturado. Há um árduo empenho em reconstruir as dinâmicas das prescrições para o trabalho, refazer as relações com as entidades relativamente pertinentes sem as quais é impossível trabalhar (FIGARO *et al.*, 2020, p. 72-73).

A outros três elementos, foi dada especial atenção nas considerações finais: 1) As relações de gênero, tendo em vista que a mulher, ao ampliar sua participação no

mercado de trabalho, passou a ter dificuldades para conciliar com as atividades domésticas, que, historicamente, foram delegadas a elas como obrigações; 2) A combinação entre o trabalho remoto e a necessidade de distanciamento social na pandemia. Para Figaro *et al.* (2020), transformações que vinham sendo gestadas de maneira cautelosa nas empresas foram aceleradas no contexto da pandemia, mas desorganizadamente, ou seja, sem planejamento e infraestrutura que permitissem uma adaptação aos poucos, sem que os jornalistas precisassem ultrapassar os limites de sua saúde física e mental, e sacrificassem seus direitos trabalhistas. 3) A presença massiva de jornalistas em outras áreas da Comunicação, ou seja, deslocados daqueles que deveriam ser seu campo de atuação, um processo que pode estar sendo influenciado pela desregulamentação da profissão.

O decreto-lei que dispõe sobre o exercício profissional do Jornalismo é o de nº 972 (BRASIL, 1969), promulgado em 17 de outubro de 1969 pelos ministros da Marinha, Augusto Hamann Rademaker Grunewald, do Exército, Aurélio de Lyra Tavares, e da Aeronáutica, Márcio de Sousa e Mello. Essa junta militar governou o país de forma provisória em setembro e outubro daquele ano, após o afastamento de Artur da Costa e Silva – segundo presidente do período militar, que faleceu meses depois – e antes que Emílio Garrastazu Médici pudesse assumir. A redação do decreto-lei cita que as atribuições para sua elaboração foram dadas pelo parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, que fora decretado em 13 de dezembro de 1968 e ficou conhecido como o mais repressivo e violento do regime.

Entre outras exigências, o decreto estabelecia que, para atuar como jornalista, o profissional deveria ter diploma de curso superior em instituição credenciada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), carteira profissional, folha corrida – uma espécie de atestado de antecedentes criminais – e um documento comprobatório de nacionalidade brasileira. A profissão poderia ser exercida em atividades de rádio, televisão, fotografia, impressos, arquivos de material jornalístico, distribuição gráfica, ensino de técnicas de Jornalismo, além de desenhos artísticos ou técnicos voltados a publicações jornalísticas.

Antes da lei, o Jornalismo era praticado por profissionais que, geralmente, começavam a trabalhar em outros setores de veículos de comunicação – escritórios, áreas técnicas, como impressão, e vendas de jornais e revistas – e, por demonstrarem

aptidão com produção de textos, eram promovidos e repórteres, editores, entre outras funções nas redações.

Conforme Duarte (2011), foi também no contexto do período militar que cresceram as atividades ligadas a assessoria de imprensa. Primeiro, no setor público, com a criação, em 1968, sob o governo de Costa e Silva, da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência (AERP), para fazer propaganda do regime. Depois, no setor privado, com o nascimento, em 1971, da Unipress, a primeira assessoria de imprensa corporativa do Brasil, implantada dentro da Volkswagen. Já em 1973, surgiria a Mecânica de Comunicação, a mais antiga ainda em atividade.

Na época, no entanto, as assessorias de imprensa no país estavam vinculadas às Relações Públicas. O reconhecimento como atividade jornalística veio em 1983, após um movimento do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo.

Em 17 de junho de 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) extinguiu a exigência do diploma de Jornalismo, atendendo a um pedido do Ministério Público Federal (MPF), por entender que as regras em vigor até então eram resquícios da ditadura e, portanto, incompatíveis com a Constituição Federal de 1988. Com isso, estendeu a permissão para que qualquer pessoa que comprovasse conhecimentos na área pudesse requerer o registro de jornalista junto ao Ministério do Trabalho.

A disputa judicial sobre essa temática começou em 2001, quando uma decisão em caráter liminar da 16ª Vara Federal de São Paulo suspendeu a obrigatoriedade do diploma – o que, quatro anos depois, foi revogado pela Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª região (TRF-3). No final de 2006, o ministro do Supremo Gilmar Mendes, alegando que, ao jornalista, não são necessários conhecimentos técnicos específicos, e que, por isso, é desnecessária uma formação superior, concedeu nova liminar para que aqueles que trabalhavam como jornalistas sem formação ou sem registro no Ministério do Trabalho pudessem continuar exercendo suas funções.

Desde a extinção da exigência do diploma pelo STF, um projeto de lei contrário a essa decisão tramita no Congresso Nacional. Um dos efeitos dessa discussão é o avanço da desregulamentação da profissão, que resulta, entre outros efeitos, na ausência de um conselho representativo. O órgão máximo de defesa da classe é a Fenaj, a qual estão vinculados os sindicatos estaduais de jornalistas, mas, para muitos profissionais e acadêmicos, sem força para cobrar melhorias nas relações de trabalho.

Talvez fosse o caso de repensar o jornalismo à luz da realidade da prática profissional. Como defender o jornalismo como discurso da *pólis* e da cidadania se as pautas são construídas a partir das métricas dos fluxos de rede e precisam da monetização da publicidade programática? Quanto da lógica do funcionamento da produção jornalística, da perda de credibilidade da instituição jornalística está vinculada às lógicas dos dispositivos comunicacionais acionados pelas redes sociais: instantaneidade, superficialidade, emotividade, lógica algorítmica de circulação e recepção dada pelas bolhas de usuários? Que tipo de jornalismo e que subgênero de discurso jornalístico é possível no modus operandi do Facebook, do Twitter, do Instagram? Quem paga o trabalho e quem garante a fidedignidade da informação? (FIGARO et al., 2020, p. 75)

Promover mudanças nesse quadro dependeria, entre outras demandas, de conhecer profundamente o perfil dos jornalistas brasileiros. Quem e quantos são, onde atuam, o que fazem, quanto ganham, como estão alocados nas empresas, públicas e privadas, por tipo de veículo, gênero, etnia e idades, quantos estão desempregados, entre outras características. Mas os dados disponíveis são, também, incipientes.

Em 2021, a Fenaj não sabia, por exemplo, quantos jornalistas idosos estão contratados com carteira assinada, fazem trabalhos *freelancer* ou estão sem emprego na área. A entidade (Braga, 2021) explicou, por e-mail, em 14 de janeiro daquele ano, atendendo a um pedido encaminhado um dia antes por mim, proponente desta pesquisa, que não filiava diretamente os jornalistas, mas os sindicatos que os representam pelo país. E que, por isso, não mantinha um cadastro dos profissionais e não acompanhava os números de ocupação. Afirmou, ainda, se basear, quando necessário, no Perfil do Jornalista Brasileiro (BERGAMO; MICK; LIMA, 2013), publicado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

No ano seguinte, o perfil foi atualizado com um novo estudo (LIMA *et al.*, 2022), que envolveu uma rede de pesquisadores liderados pelo Laboratório de Sociologia do Trabalho da mesma universidade (Lastro/UFSC). O documento, no entanto, não se trata de uma contagem total de jornalistas, e sim de uma pesquisa por amostragem.

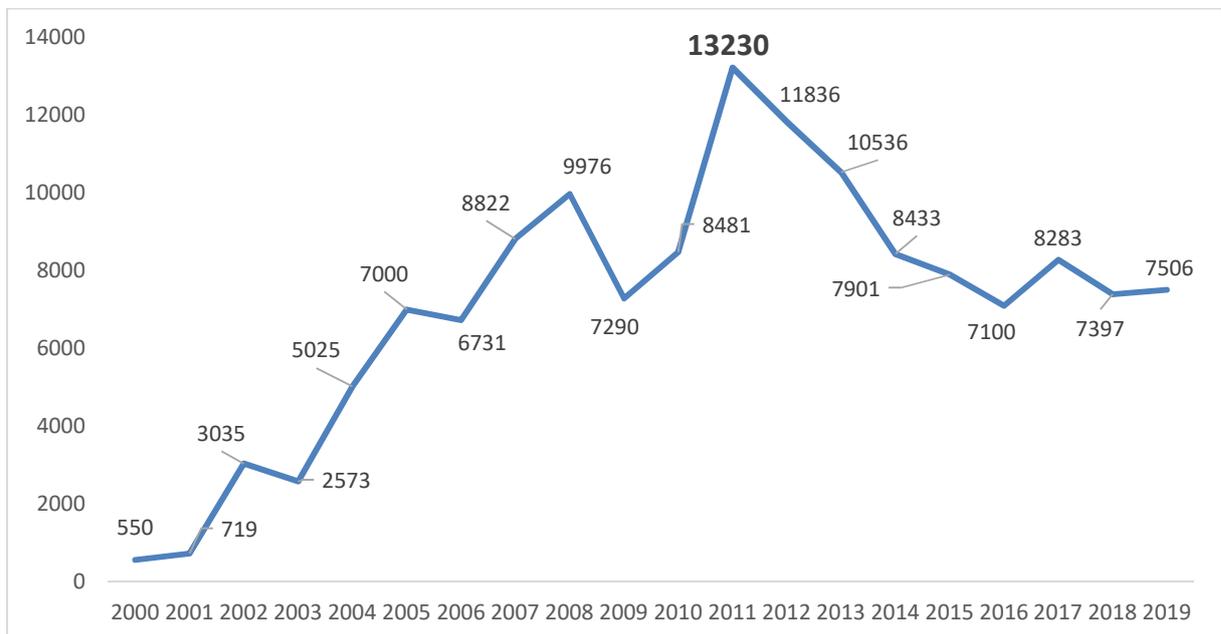
No texto de apresentação, os autores apontaram para a precarização do trabalho dos jornalistas no Brasil a partir da implementação das novas tecnologias de informação e comunicação. Eles se ampararam em Deuze e Witschge (2016) para propor uma reflexão sobre “o que o jornalismo está se tornando” a partir de quatro tópicos: 1) a reorganização dos ambientes de trabalho; 2) a fragmentação das redações, em que a produção é orientada para converter em número de acessos; 3)

a emergência de uma sociedade redacional, que provoca a perda do protagonismo do Jornalismo como mediador da informação; e 4) a ubiquidade das tecnologias midiáticas. A partir disso, expuseram os principais dados coletados:

- Entre 16 de agosto e 1º de outubro de 2021, 7.029 jornalistas responderam a um questionário *online*. Desses, 6.594 tiveram as respostas validadas, quantidade a partir da qual foi definida uma amostra, de 3.100 participantes. Além de profissionais que atuavam no país, houve 56 adesões de jornalistas brasileiros que viviam no exterior;

- Com base em informações do Ministério do Trabalho, os pesquisadores apuraram que, de 2000 a 2019, foram concedidos 142.424 registros profissionais de jornalistas no Brasil. Até 2011, quando o total do ano chegou a 13.230, o cenário foi de ascensão. Depois disso, e até 2014, de queda. A partir de 2015, observou-se certa estabilização, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 3. Registros profissionais de jornalistas no Ministério do Trabalho (2000-2019)



Fonte: Coordenação de Identificação e Registro Profissional (CIRP/CGCIPE). In: LIMA et al., 2022, p. 11.

A seguir, apresentam-se outros dados relevantes para entender a inserção dos jornalistas no mercado de trabalho, todos extraídos da amostra de 3.100 respostas.

- Mais de um terço (1.132) eram profissionais do Estado de SP, seguido por Minas Gerais (360) e Rio de Janeiro (343).

- 57,8% se declararam do gênero feminino, 41,9% do masculino e 0,3% de outros. Os participantes tinham, predominantemente, entre 31 e 40 anos (30,3%), quase a metade era solteira (49,4%) e sem filhos (61,6%). Profissionais acima de 50 anos somavam 22,8%.⁶

- Quando estratificados pelo critério de cor/raça, 67,8% disseram ser brancos, 20,6 pardos, 9,3% pretos, 1,3% amarelos, 0,4% indígenas e 0,5% outros.

- Sobre a formação, 94,1% afirmaram ter cursado Jornalismo, e 68% que atuavam como jornalistas.

- 77,3% informaram possuir o registro profissional de jornalista. Os outros 22,7% eram um indicativo, de acordo com os pesquisadores, do crescimento da desregulamentação da profissão.

- 42,3% tinham apenas a graduação em Jornalismo, 28,6% especialização, 14,7% mestrado, 4,7% doutorado e 1,6% pós-doutorado.

- 49,8% responderam que haviam tido de 2 a 5 vínculos empregatícios; 24,3% de 6 a 10; 9,2% um só vínculo; 6,1% entre 11 e 15; 2,1% de 16 e 20; e 3,3% mais de 20. Outros 5,1% nunca haviam trabalhado com vínculo profissional.

- Quando perguntados sobre a área de ocupação principal, 57,7% responderam que trabalhavam “na mídia”, classificação dada pelos autores da pesquisa a empresas de comunicação de grande e pequeno portes; e 34,9% “fora da mídia” – assessorias ou produtoras de conteúdo para mídias digitais. Outros 7,4% atuavam na docência, em cursos de formação em Jornalismo ou áreas afins.

- Em relação à remuneração, a maioria (27,1%) disse ganhar entre R\$ 5 mil e R\$ 10 mil mensais; 40,1% afirmaram que a renda mensal não era suficiente para pagar suas despesas; e 62,1% revelaram que não tinham plano de saúde oferecido pelas instituições onde trabalhavam.

- Dos jornalistas que informaram trabalhar “na mídia”, os perfis predominantes atuavam em veículos *online* (61,5%) de empresas privadas (34%). E, dos que estavam “fora da mídia”, 43,4% exerciam suas funções em assessorias de imprensa.

- 85,8% disseram que, em dias normais de trabalho, a atividade que mais faziam era a de produção de conteúdo – não necessariamente jornalístico. Neste item, era possível assinalar mais de uma resposta. O índice correspondeu a praticamente

⁶ Não houve segmentação específica para profissionais a partir dos 60 anos.

o dobro do apurado para reportagem (42,2%) e edição (41,8), e quase o triplo para fotografia (32,2%), que já foram atribuições predominantes no Jornalismo.

- 51,5% estavam no atual trabalho havia menos de três anos, sendo que 25,8% havia menos de um ano.

- 52,7% apontaram ter uma única fonte de renda; 28,6% duas, 7,8% três, 2,4% quatro ou mais; 3,4% que só atuavam como *freelancer*, com renda variável; e 5,1% informaram estar desempregados no momento em que participaram da pesquisa.

- 66,2% disseram se sentir estressados no trabalho; 79,9% que já haviam sido diagnosticados com algum transtorno mental relacionado às atribuições profissionais; e 55,8% que não sentiam que seus esforços eram reconhecidos.

Para os pesquisadores, poucas profissões sofreram, nas últimas duas décadas anteriores ao estudo, tantas transformações como o Jornalismo. Segundo eles, os resultados auferidos demonstravam “[...] a necessidade de se debruçar em estratégias de proteção do emprego, da saúde e do bem-estar dos jornalistas brasileiros” (LIMA *et al.*, 2021, p. 8). Destacaram, ainda, que novas ocupações profissionais surgiram no contexto tecnológico e diversificaram, de maneira significativa, as áreas de atuação, que passaram a exigir competências e habilidades desconhecidas até então.

Em artigo publicado em relatório da Fenaj (Camargo *et al.*, 2021), Pagani e Ikuta (2021) divulgaram que, em 2019, o país contabilizava 49.391 jornalistas com carteira assinada. Para chegar a esse número, eles levantaram os trabalhadores formalizados em 19 ocupações da CBO⁷, mesma metodologia utilizada pelo Dieese para fazer um diagnóstico de mercado específico para o estado de São Paulo a partir de um pedido feito pelo sindicato estadual da categoria (Unidade, 2021). Como essas ocupações podem ter profissionais de outras áreas, além de que jornalistas podem integrar ocupações não contempladas no levantamento, não se tratam, portanto, de dados exatos, mas de uma estimativa.

Segundo Pagani e Ikuta (2021), a quantidade de jornalistas formais no país em 2019 era a menor desde 2010, quando havia 54.713 profissionais nessas condições.

⁷ As 19 ocupações selecionadas foram: Arquivista Pesquisador (Jornalismo); Assessor de Imprensa; Diretor de Redação; Editor; Jornalista; Produtor de Texto; Repórter (exclusive Rádio e Televisão); Revisor de Texto; Crítico; Redator de Textos Técnicos; Editor de Jornal; Editor de Mídia Eletrônica; Editor de Revista; Âncora de Rádio e Televisão; Comentarista de Rádio e Televisão; Repórter de Rádio e Televisão; Repórter Fotográfico; Desenhista Industrial Gráfico (Designer Gráfico); Editor de Texto e Imagem. No caso das duas últimas ocupações, foram considerados apenas os vínculos de trabalho que exerciam atividades nos setores de Jornais e Revistas e Rádio e Televisão.

Em 2013, melhor ano da série, chegou a 60.899, a partir de quando começou a cair, conforme a tabela a seguir:

Tabela 5. Números de empregos formais de jornalistas no Brasil, por atividade econômica (2010-2019)

ANO	Rádio e TV	Jornais e Revistas	Edição de Livros	Adm. Pública	Portais, provedores e outros Fonte: RAIS – ME – Elaboração: DIEESE Internet	Prod. cinema, vídeos e de programas TV independentes	Agências de Publicidade	Ensino Superior – graduação e pós	Associações de defesa de direitos sociais	Outros setores	TOTAL
2010	10.228	12.357	1.877	5.975	302	723	989	1.398	664	20.200	54.713
2011	11.403	12.686	2.061	6.702	383	855	1.084	1.471	723	21.241	58.609
2012	11.767	12.515	2.055	4.916	417	900	1.120	1.555	691	21.566	57.502
2013	12.462	12.251	1.961	7.846	476	1.001	1.061	1.705	770	21.366	60.899
2014	13.226	12.201	1.909	6.933	649	952	1.082	1.830	883	20.738	60.403
2015	13.201	9.870	1.933	7.529	721	907	862	1.871	875	19.728	57.497
2016	12.779	8.588	1.782	5.388	786	871	805	1.876	894	18.336	52.105
2017	12.733	7.838	1.659	7.882	816	781	789	1.795	820	17.474	52.587
2018	12.626	6.286	1.921	7.774	969	742	877	1.726	780	16.389	50.090
2019	12.456	5.867	1.895	8.832	1.072	910	893	1.674	746	15.046	49.391
<i>Var. período</i>	21,8%	-52,5%	1,0%	47,8%	255,0%	25,9%	-9,7%	19,7%	12,3%	-25,5%	-9,7%
<i>Média anual</i>	2,2%	-7,9%	0,1%	4,4%	15,1%	2,6%	-1,1%	2,0%	1,3%	-3,2%	-1,1%

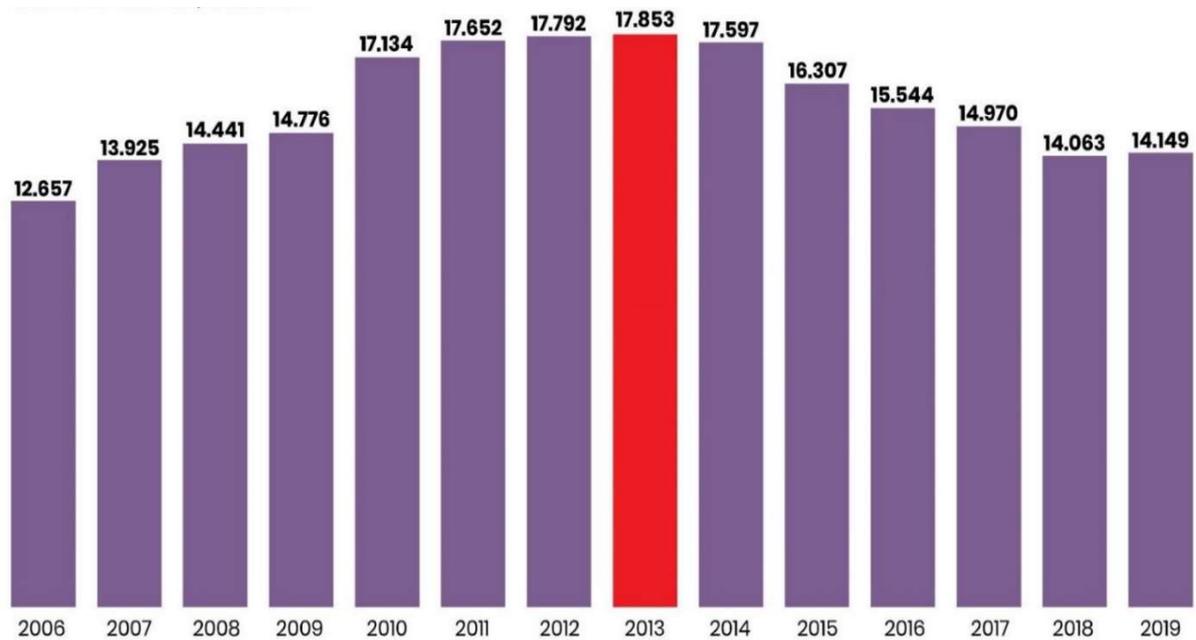
Fonte: RAIS – Elaboração: Dieese (PAGANI; IKUTA, 2021, p. 91)

O mesmo relatório da Fenaj, apesar de trazer outras informações, como cargos mais comuns entre jornalistas e evolução salarial por segmentos, não apontou divisões por gênero e idades. E esses tipos de dados ficaram disponíveis apenas para o estado de São Paulo, também apurados pelo Dieese, como antecipado, e publicados no Jornal Unidade, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, em sua edição nº 408, de janeiro e fevereiro de 2021.

O jornal trouxe um panorama sobre a presença de jornalistas no mercado paulista desde 2006. Em 2019, o número era de 14.149 profissionais com carteira assinada, o que correspondia, conforme já mencionado, a 28,6% do mercado nacional no mesmo ano.

A exemplo de todo o território nacional, São Paulo teve 2013 como o melhor ano, com 17.583 jornalistas contratados, marca alcançada após um período de ascensão, de acordo com o gráfico abaixo. A partir de 2014, porém, registrou uma sequência de quedas, com 2019 tendo voltado a um patamar parecido ao de 2007.

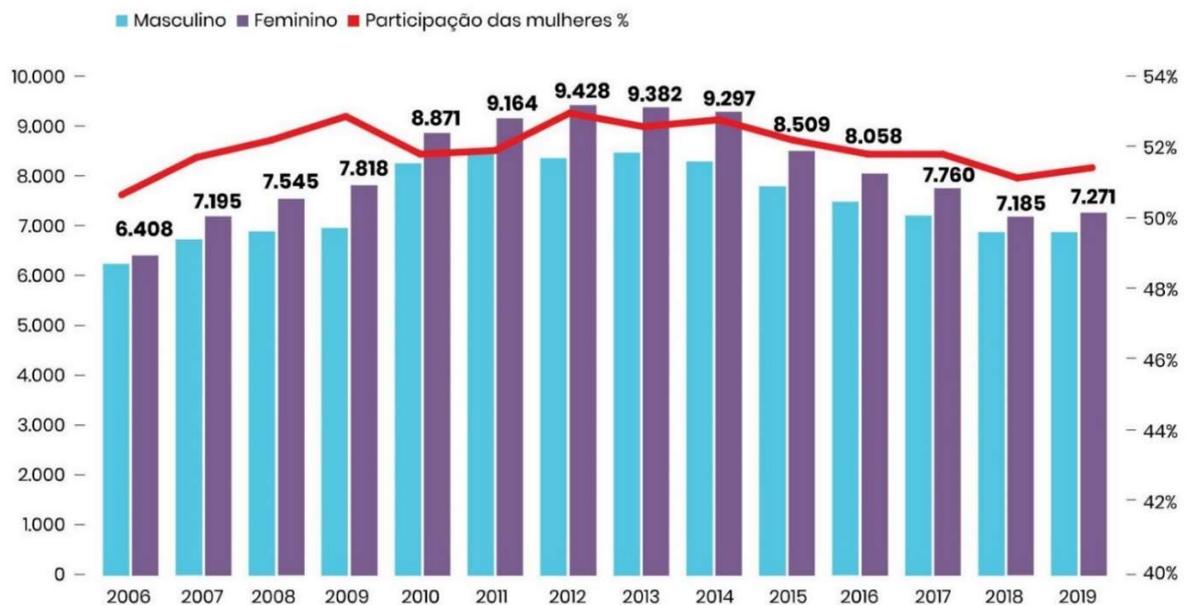
Gráfico 4. Empregos formais de jornalistas no estado de São Paulo (2006-2019)



Fonte: RAIS – Elaboração: Dieese (UNIDADE, 2021, p. 4)

Em 2019, ainda segundo o Dieese, o Estado de São Paulo tinha mais jornalistas mulheres contratadas que homens (51,4% contra 48,6%), mas elas ganhavam, em média, 18% menos (R\$ 6.090,40 contra R\$ 7.374,50).

Gráfico 5. Participação feminina no mercado paulista de jornalistas



Fonte: RAIS – Elaboração: Dieese (UNIDADE, 2021, p. 7)

A maioria dos profissionais com carteira informava ser branca (72%), seguida pelos pardos (10%), pretos (3%), amarelos (1%) e indígenas (menos de 1%, apenas 16 profissionais). Os de etnias não identificadas ou ignoradas somavam 13%.

A divisão por local de trabalho tinha a grande maioria alocada em empresas privadas (77,6%), seguidas por entidades sem fins lucrativos (13,1%), pelo setor público municipal (5,2%), por empresas estatais (1,8%), pelo setor público estadual (1,6%) e pelo setor público federal (0,4%). Outros 0,3% se declaravam autônomos.

A maior parte das ocupações era em rádio e TV (23,4%), depois jornais e revistas (12,6%), edição de livros (8,9%), administração pública (5,6%), portais de internet, provedores e outros (3,9%), produção de cinema, vídeos e TV independente (2,9%), agências de publicidade (2,4%), ensino superior – graduação e pós (1,8%), assessores de defesa de direitos sociais (1,5%) e outros setores somados (37%).

No quesito idade, o levantamento mostrava, em 2019, 19,13% dos profissionais contratados com 40 a 49 anos; 12,77% entre 50 e 64 anos; e apenas 1,9% com mais de 65 anos. Em todas essas faixas etárias, houve queda de vagas em relação a 2013, considerado o melhor ano da série para a categoria, exceto para os acima de 65, que tiveram ligeiro crescimento em números absolutos (191 para 240 profissionais)⁸. A tabela abaixo, que não constou da edição do Jornal Unidade, mas foi recebida por e-mail (Freire, 2021a), de um assessor de imprensa do sindicato paulista, em 2 de abril de 2021, detalha a evolução das contratações:

Tabela 6. Jornalistas no estado de São Paulo por idade (2006-2019)

Faixa Etária	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
10 a 14 anos	0	0	0	0	0	0	1
15 a 17 anos	57	77	52	25	43	63	44
18 a 24 anos	1.929	2.237	2.196	2.063	2.565	2.590	2.542
25 a 29 anos	3.075	3.548	3.777	3.905	4.424	4.546	4.516
30 a 39 anos	4.100	4.338	4.490	4.735	5.524	5.723	5.874
40 a 49 anos	2.347	2.470	2.573	2.615	2.906	2.892	2.887
50 a 64 anos	1.025	1.131	1.221	1.292	1.496	1.660	1.746
65 anos ou mais	124	124	132	141	176	178	182
Total	12.657	13.925	14.441	14.776	17.134	17.652	17.792

⁸ No entanto, por causa do alto número de ocupações que integram jornalistas, não é possível definir se esse aumento foi protagonizado por atividades de mídia ou fora da mídia. A análise também fica prejudicada porque não há estratificação para intervalos menores de idade para os profissionais acima dos 65 anos.

Faixa Etária	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
10 a 14 anos	0	0	0	0	0	0	0
15 a 17 anos	52	33	15	11	5	8	6
18 a 24 anos	2.345	2.189	1.799	1.596	1.483	1.318	1.393
25 a 29 anos	4.467	4.256	3.794	3.379	3.050	2.619	2.565
30 a 39 anos	6.047	6.085	5.854	5.781	5.652	5.454	5.430
40 a 49 anos	2.894	2.878	2.735	2.741	2.724	2.586	2.707
50 a 64 anos	1.857	1.945	1.877	1.814	1.829	1.841	1.808
65 anos ou mais	191	211	233	222	227	237	240
Total	17.853	17.597	16.307	15.544	14.970	14.063	14.149

Fonte: RAIS – Elaboração: Dieese (FREIRE, 2021)

Ainda segundo Freire (2021b), em outro e-mail, de 16 de junho de 2021, não existiam dados adicionais sobre a presença de jornalistas no mercado por faixa etária, como divisão por gênero. No caso específico dos jornalistas idosos, o remetente afirmou que eram desconhecidas a estrutura e as condições de trabalho que acompanhavam a participação deles, que o sindicato não realizava e também não conhecia nenhuma consulta que autorizasse qualquer afirmação sobre a relação desses profissionais com novas tecnologias e que “[...] as empresas adotam a política da substituição dos jornalistas mais antigos pelos mais novos para diminuir a folha de pagamento, a despeito da experiência acumulada por esses profissionais.”

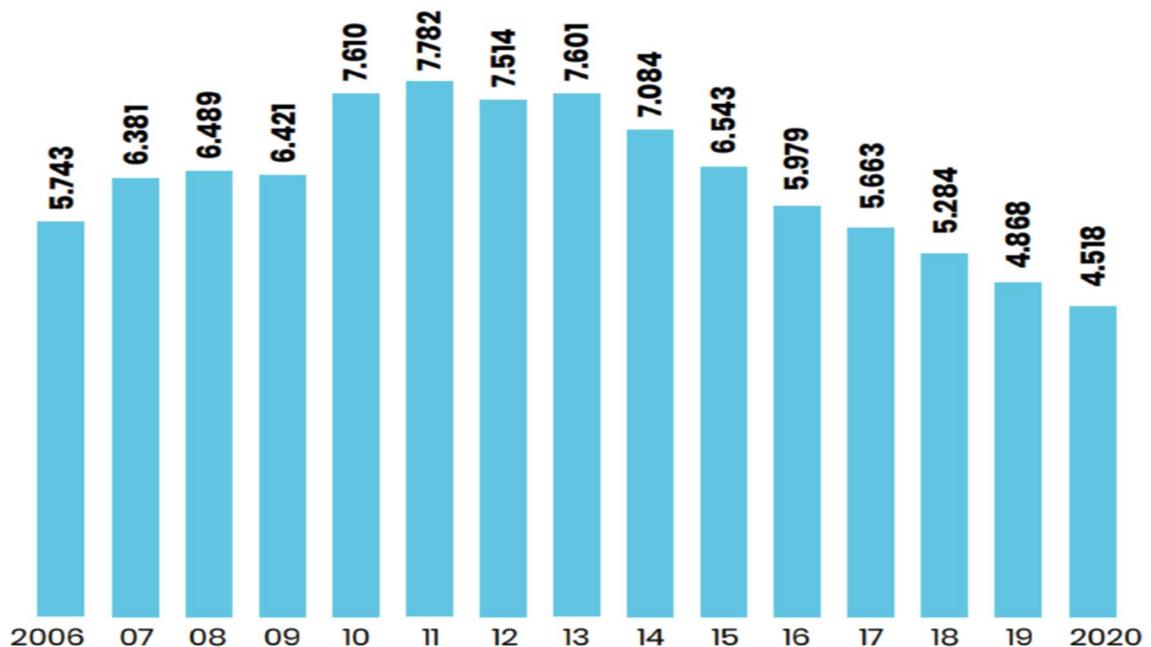
O Jornal Unidade (Santana, 2022) também divulgou, em sua página na internet, dados específicos sobre a atuação de jornalistas do interior paulista e do litoral. Nesse caso, o levantamento foi feito de 2006 a 2020, e considerou os profissionais em atividade em todas as cidades paulistas, exceto a capital e Osasco. O comportamento em relação ao número de jornalistas com carteira assinada foi parecido com o de dados de todo o estado, quando São Paulo e Osasco são inseridos. Até 2011, conforme pode ser verificado no gráfico a seguir, observa-se um cenário de crescimento, que se mantém estável até 2013. Depois disso, começa a haver queda.

Um dos motivos, de acordo com a reportagem, é um avançado processo de “pejotização”⁹ no Jornalismo paulista, que abarca boa parte dos profissionais em alguns veículos e quase a totalidade em outros – como era o caso, na época da publicação, do Correio Popular, de Campinas, e do Diário do Litoral, de Santos.

⁹ Termo usado para se referir ao processo de desvinculação dos jornalistas do regime de CLT e passagem dos profissionais para a prestação de serviços como pessoa jurídica, em que os encargos trabalhistas não ficam mais sob responsabilidade das empresas contratantes, mas dos trabalhadores.

As empresas de comunicação, que sofreram o impacto da crise econômica, resolveram seus problemas precarizando e, muitas vezes, usando de assédio moral para obter mais por menos do e dos jornalistas, como atestam denúncias que chegam ao Ministério Público do Trabalho (MPT). Ou trocam profissionais experientes por outros, com menores salários [...]. (SANTANA, 2022).

Gráfico 6. Números de empregos formais de jornalistas no estado de São Paulo (2007-2020) (Exceto a capital e Osasco)



Fonte: RAIS – Elaboração: Dieese (SANTANA, 2021)

Para contextualizar a realidade paulista, o jornal também utilizou informações até 2020 coletadas pela 5ª edição do Atlas do Notícia¹⁰, e que foram compiladas entre agosto de 2021 e fevereiro de 2022. Os dados apontavam que o número de veículos *online* no estado (859) era maior que o de impressos (769) e o de emissoras de rádio (658). A mesma reportagem destacou, porém, que a evolução tecnológica não era

¹⁰ É uma publicação do Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor), patrocinado pelo Meta Journalism Project, da companhia Meta, e com apoio do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom) e da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Também conta com a participação de colaboradores voluntários por meio de crowdsourcing. Baseado na ideia do projeto America's Growning News Desert, da Revista Columbia Journalism Review, o Atlas da Notícia busca mapear os veículos jornalísticos no Brasil, identificando os desertos de notícias (cidades sem qualquer publicação jornalística) e avaliar o comportamento migratório de veículos tradicionais para os meios *online*. Quando da finalização dessa tese, cinco edições haviam sido lançadas e a sexta estava em elaboração.

acompanhada pelas condições de trabalho, com defasagem em todas as regiões, ainda maior no interior e no litoral. Em rádio e TV, o número de empregos nessas regiões se manteve praticamente estável entre 2007 e 2020, oscilando um pouco para cima, de 1.023 para 1.141, mas, em jornais e revistas, a diminuição foi brusca, passando de 1.508 em 2007 para 481 em 2020 – menos de um terço.

2.2 Representações sociais: pressupostos teórico-epistemológicos

Para analisar as representações sociais de jornalistas 60+ sobre as questões abordadas, este estudo busca contribuir com uma linha interdisciplinar latino-americana de pesquisas sobre envelhecimento e, de forma mais específica, brasileira, dadas, por um lado, a necessidade de ampliar esse tipo de discussão, e, por um outro, a abertura propiciada pelo PPGCTS na UFSCar. O recorte proposto permite uma articulação tanto com uma rede de conhecimento já produzido sobre a temática quanto com propostas que considerem as dimensões sociais de C&T visando a uma constituição coletiva e dialógica para as Ciências Humanas.

Sabemos que, nesse âmbito, as pesquisas se caracterizam pelo caráter transitório. No entanto, os grandes problemas dos quais os ESCT se ocupam, desde quando surgiram, na década de 1960, carregam forte carga de atemporalidade. Isso porque continuam atuais: luta pela democracia, estímulo à educação, submissão das atividades científico-tecnológicas a ditames sócio-históricos, políticos, culturais, entre outros, o que demonstra que, independentemente das tecnologias em voga, elas estão envoltas por disputas de poder – que, segundo Harvey (1998), estabelecem práticas espaço-temporais em acordo com forças que buscam hegemonia.

Para Foucault, que, primeiro com a teoria sobre arqueologia do saber (1995) e, depois, com a microfísica do poder (1979), participou, ativamente, da fundamentação das abordagens construtivistas, “[...] a verdade não existe fora do poder ou sem poder” (1979, p. 12). Não um poder caracterizado por fazer calarem os saberes contrários usando mecanismos repressivos ou punitivos – muito comuns no passado –, mas por abafá-los com os favoráveis, ou seja, que aqueles colocados em circulação pelo poder se espalhem, por meio de palavras e/ou atos, e, com isso, se ramifiquem e se consolidem. Não existe, então, segundo Foucault (1979), exercício de poder sem que se construa um campo de saber e vice-versa.

Nesse sentido, as NTICs, a depender de quem delas se apropria, podem ser usadas para reforçar estratégias de controle social, impedindo vínculos humanos duradouros. Em tempos de Covid-19, pôde-se observar a emergência de ingredientes que, durante os meses mais duros da pandemia e vislumbrando períodos posteriores, reafirmam a relevância dessas tecnologias. A velocidade com que se formam e se desfazem redes digitais para espalhar desinformação, por exemplo, se apresenta contrária à necessidade de contatos mais sólidos para a disseminação de propostas que visem à consolidação da democracia, especialmente em lugares onde ela carece de amadurecimento, como no Brasil. Um cenário que oferta mais indagações do que respostas.

Não se pode negar, porém, que as inovações tecnológicas, incluindo as NTICs, assumem, desde que bem geridas, protagonismo na promoção do desenvolvimento socioeconômico. Lévy (1995) afirma que as tecnologias de comunicação exercem um papel relevante na auto-organização e na transformação das coletividades. O autor explica (1999) que isso se intensificou com a digitalização, que inaugurou novos espaços caracterizados pela pluralidade de saberes. Nessa linha, Soares (2002) concebe que saberes plurais demandam aperfeiçoamento da gestão e da mediação tecnológicas, visando à compreensão das mudanças ocorridas no contexto das próprias inovações.

Na compreensão do papel da tecnologia no processo de envelhecimento saudável e ativo, em cenários pluridimensionais, atravessados por aspectos culturais, ambientais e socioeconômicos contemporâneos, é possível defender que as políticas públicas nesse âmbito, ao contemplarem ações integradas entre governos, setor privado e sociedade, mobilizem, no caso específico de jornalistas idosos: a) o Estado, incentivando a normatizando a aplicação de ferramentas tecnológicas com foco nas necessidades humanas conforme esses profissionais envelhecem; b) as empresas jornalísticas, oferecendo condições para o exercício do trabalho compatíveis com as necessidades desses profissionais, não apenas laborais, mas também pessoais; 3) universidades, desenvolvendo pesquisas sobre a situação profissional e social em que essas pessoas se encontram e buscando implementar e/ou colaborar com propostas de educação tecnológica inclusivas e participativas; 4) Os próprios trabalhadores, se socializando e partilhando oportunidades de participação, de aprendizado e de cuidados.

Posicionando os indivíduos e grupos de profissionais como beneficiários dessa conjunção de esforços interdisciplinares, há a necessidade de entender como percebem os rumos da sociedade e, com isso, planejam como vão agir diante das transformações. Do ponto de vista da pesquisa social, que vai em busca do que se articula na esfera do senso comum, é mister que, dos passos do investigador, quando este se apropria de teorias pelas quais pode explicar processos por uma perspectiva coletiva e dialógica, não sejam desprezados procedimentos elementares: ouvir e observar.

Mas por que ouvir e observar velhos ou adultos envelhecendo? Entre outros motivos, porque essas ações permitem integrar movimentos que visam resistir a uma lógica de dissolução da memória verificada nas sociedades industriais e que, segundo Bosi (1994), é maléfica aos mais velhos, ao não propiciar condições para que suas histórias tenham continuidade. Por enxergar o humano apenas como força de trabalho e seus corpos a partir de padrões estabelecidos para suportá-la, [...] rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra” (p. 31). Com o declínio biológico do organismo, que faz emergir outros corpos, transgressores a esses estereótipos, a velhice se torna uma categoria social à parte, já que, “[...] perdendo a sua força de trabalho, ele [o velho] já não é produtor nem reproduzidor” (p. 31).

Para Martins e Rodrigues (2004), os estereótipos, definidos como “[...] tópicos, ditos, refrões, frases feitas, etiquetas verbais ou adjetivações a respeito de pessoas ou grupo [...]” (p. 249), surgem como tentativa de simplificar, sem que se passem pelos procedimentos científicos de análise – ou seja, no senso comum –, explicações sobre questões complexas, o que permite encontrar soluções para as controvérsias que aparecem no cotidiano e, com isso, a apropriação, o domínio do mundo real, concreto.

Nesse caso, há um reforço de um ponto de vista parecido com o de Bosi (1994), de que, “[...] no ‘mundo civilizado’ de hoje [...]” (p. 250), os estereótipos que se formam sobre pessoas idosas são, geralmente, gerontofóbicos, contribuindo para projetar uma imagem de que essas são prejudiciais ao desenvolvimento socioeconômico e associando o envelhecimento a representações sociais típicas do “ancianismo”¹¹. Entre elas, incapacidade funcional, senilidade, inatividade, fragilidade e inutilidade.

¹¹ Definido por Martins e Rodrigues (2004) como discriminação sistemática de pessoas porque são velhas. Pode aparecer, em escritos de outros autores, como ageísmo ou etarismo.

“[...] a velhice é tida como uma doença incurável, como um declínio inevitável, que está voltado ao fracasso” (MARTINS; RODRIGUES, 2004, p. 250).

Nessa discussão, um octogenário poderia, em sociedades mais estáveis, pensar em iniciar novos projetos – construir uma casa, plantar uma horta, semear um jardim – com a garantia de que os descendentes dariam continuidade (Bosi, 1994). Já naquelas em que as mudanças são muito aceleradas, como as industriais, pelo próprio processo de incremento tecnológico, pode haver uma série de impedimentos nas relações interpessoais e destas com a natureza, desestimulando sentimentos de prolongamento. Nesse sentido, ouvir os velhos, como fez Bosi (1994), ao entrevistar pessoas com mais de 70 anos moradoras na cidade de São Paulo, pode oferecer possibilidades de identificar, por meio do acesso à memória, justamente as continuidades perdidas, as interdições e as interrupções, bem como as explicações para hábitos mantidos e passados às gerações seguintes – ou seja, uma ação em prol da resistência, já que almeja contrapontos aos estereótipos.

Apoiando-se em Halbwachs (1956), para quem a memória não se reduz a números ou nomes, mas a correntes de pensamento que nos permitem um reencontro com o passado, e as memórias de velhos trazem elementos diferentes de adultos mais jovens, Bosi (1994) nos lembra que as pessoas idosas, por já terem vivenciado uma história social bem desenvolvida, marcada por referências culturais que se tornaram familiares, lidam com o passado de uma forma geralmente mais profunda em comparação com aquelas que, imersas em situações presentes que as ocupam mais, o acionam de forma mais despreziosa. Recordações que são encaradas como distração por outros adultos, não idosos, como algumas peripécias da infância e adolescência, aparecem para os idosos como evocação, oportunidades de atribuir novos sentidos à vida. “Ao lembrar o passado, ele [velho] não está [...] se entregando fugitivamente às delícias do sonho: ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da vida” (BOSI, 1994, p. 24).

Diante disso, a luta pela preservação e democratização da memória social deve ser um imperativo do trabalho daqueles que Le Goff (1996) classifica como profissionais científicos da memória, como antropólogos, historiadores, sociólogos e jornalistas, como forma de evitar uma análise restritiva, excludente, que priorize apenas sujeitos que ocupam posições de poder exercidas a partir de uma perspectiva linear da história, o que agrada a grupos que querem permanecer como dominantes.

“O interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens” (LE GOFF, 1996, p. 477).

Quando analisa os mecanismos de dominação, Le Goff (1996) entende que aqueles que ocupam posições de poder buscam ajustar a memória coletiva visando manter uma ordem nos saberes que não deturpe seus projetos em curso. Esquecimentos, silêncios, retomadas de momentos históricos, a partir de um olhar no presente, são reveladores de como se dão as interferências.

Na busca pelos contrapontos, os movimentos científicos a partir da década de 1960 não tirariam, de acordo com Savenhago e Souza (2019), os estadistas de cena, mas reservariam lugares na pesquisa para grupos sociais “[...] antes discriminados, marginalizados, cujas vozes eram abafadas, pelos ‘donos do poder’, em formatos estereotipados com visões negativas” (p. 229) – aqui, podem ser citadas as pessoas idosas que vivem sob condições sociais específicas. Nesse processo, possibilitado por tensões, embates e disputas ideológicas materializados nas linguagens, esses grupos clamam por formas dissonantes de domínio espaço-temporal em relação às ópticas dominantes e “[...] pelo direito de existir para além dos estereótipos negativos que lhes haviam sido impingidos e construídos como limitadores da existência” (p. 229). Nesse sentido, uma tese de Doutorado que olhe para os mais velhos e os ouça pode ser vista como um ato político de resistência.

Para estudar esses e outros processos, a escolha de uma teoria deve ser feita, então, a partir da capacidade de explicar, por meio dela, novos fenômenos sociais (Geertz, 1973). Não é o caso de que as ideias nela contidas sejam forçadas a parecer novas a cada abordagem, mas que, diante da observação de que o passado é ajustado pelas lentes do hoje, ela também possa ser adaptada, refinada e aplicada a “[...] novos problemas interpretativos” (p. 37).

Nas ciências interpretativas, que são o nosso caso, existe, conforme o autor, uma dupla tarefa: descobrir as estruturas conceituais que indiciam os atos dos sujeitos, o “[...] ‘dito’ no discurso social [...]” (p. 37-38), e construir um sistema de análise que possibilite se atentar para os consensos – elementos estáveis, que se repetem e apontam para o conhecimento compartilhado –, mas também para o diverso, o disperso, o outro, fragmentado, o contraditório, o caótico, o que se mostra deslocado, aos quais as Ciências Humanas aceitaram, a partir dos anos 1960, o

desafio da imersão e que, de acordo com Justo (2018), além de dizerem muito sobre a intensidade com que a sociedade contemporânea se movimenta, demonstram que a capacidade de controle ou de dominação não é completa. Há sempre a possibilidade de escapar.

Com Morin (1983), incrementa-se o debate, pois, segundo o teórico, o que é diferente pressupõe mudanças, questionamentos, aberturas a novidades, adesão a outras formas de apreender a realidade concreta e que ainda não encontraram condições para expansão – ou seja, que não são partilhadas, mas podem vir a ser –, ou, então, pode dar pistas para deslizos, falhas ou os próprios escapes, que indicam resistência ao que pode (ou não pode) e o que deve (ou não deve) aparecer no dizer. É no esforço de silenciar, de não dizer, que o dizer pode aparecer, num movimento que contribui para caracterizar as linguagens como jogos de “[...] deslocamentos, de mudanças, de tentativas, às vezes descontroladas, de controlar o movimento dos sentidos” (SAVENHAGO, 2009, p. 24).

O olhar para a resistência integra uma nova configuração da ciência, que, para além de encontrar estabilidades e regularidades, considera os próprios movimentos de uma sociedade plural, multifacetada e sempre em processo de mudança como seu objeto de estudo.

É obvio que se trata de embriões de uma nova cidadania e de um novo espaço público, configurados por uma enorme pluralidade de atores e de leituras críticas que convergem para um compromisso emancipador e uma cultura política na qual a resistência é ao mesmo tempo formadora de alternativas. (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 53).

2.2.1 Ciência do senso comum

Nessa discussão, quando as abordagens de Moscovici (1978) surgiram como modelo de teoria crítica social, percebeu-se que, apesar de se referir aos consensos como formas de organização do pensamento e da vida social, o autor buscava uma compreensão da sociedade justamente a partir do que se mostra heterogêneo – é o que entende por polifasia cognitiva, ou seja, que, nas diferentes maneiras de conhecer e de se apropriar do cotidiano, coexistem perspectivas também diversas, como “[...] o tradicional e o moderno, o ritualístico e o científico [...]” (MARKOVÁ, 2017, p. 363).

Para Marková, “[...] polifasia cognitiva é caracterizada por tensão, conflito e restrições, ao invés de equilíbrio e adaptação” (p. 363). Com isso, Moscovici não

estaria em busca, em contraste com os teóricos clássicos, para os quais a ciência é tida como fonte de um conhecimento superior ao do senso comum, de explicar que determinados tipos de representações são mais adequados que outros, mas de avaliar possibilidades de transformação de um conhecimento em outro – ou seja, como o senso comum pode virar ciência e vice-versa, bem como os intercâmbios e as implicações presentes nessa relação.

Moscovici promoveu a perspectiva de um desenvolvimento contínuo do pensamento de senso comum para a ciência. Igualmente importante, o pensamento científico se difunde no pensamento cotidiano. Como é notório, a ideia da transformação do pensamento científico em senso comum tem sido vital no desenvolvimento da teoria. (MARKOVÁ, 2017, p. 362)

Pela visão de Moscovici, quando a ciência vira representação social e passa a compor o senso comum, não perde a racionalidade, mas assume outra, que não nega as possibilidades de variações e desvios dos fenômenos humanos, dada sua heterogeneidade (Jovchelovitch, 2011). O cotidiano também é caracterizado pela racionalidade, expressa nos saberes, nas estratégias que as pessoas encontram, em meio às dinâmicas da sociedade, de lidar com seus problemas. “A racionalidade do cotidiano é, portanto, tão importante e eficaz quanto a racionalidade da ciência e da lógica formal. Privilegiar uma e diminuir a outra faz parte das ilusões da modernização e dos processos de hierarquização dos saberes” (JOVCHELOVITCH, 2011, 218).

A partir de tais proposições e apontamentos, este estudo se aproxima, portanto, conforme apontado na Introdução, da Teoria das Representações Sociais (TRS), tanto como arcabouço teórico quanto como indicativo de método, pela possibilidade de observar mudanças, transições, heterogeneidades, significados polissêmicos – como o do próprio conceito de “representação” – que exigem tratamento interdisciplinar.

Foi por meio do romeno naturalizado francês Serge Moscovici (1978) que ela surgiu na França, em 1961, em meio à efervescência acadêmica que daria origem a abordagens teóricas que percebem C&T a partir de dimensões sociais, como as adotadas no campo CTS. A terminologia “representações sociais” apareceu, pela primeira vez, na obra *La Psychanalyse, son image et son public*, traduzida para o Português como “A representação social da Psicanálise”. Bebendo nos estudos de Émile Durkheim, que, no final do século XIX, falava em representações coletivas, Moscovici daria continuidade a um movimento que se ocupa de conferir um caráter

científico aos significados que aparecem no senso comum, aos quais chamou de “representações sociais”. Na obra, propõe um estudo sobre os processos sociais que levaram a Psicanálise para a esfera pública, além de como era percebida e difundida pela sociedade de Paris.

Durkheim se incumbira de separar o estudo de representações individuais das coletivas: as primeiras caberiam à Psicologia; as outras, à Sociologia. Tanto que, inicialmente, a Psicologia Social de Moscovici ficou mais próxima da Sociologia e só mais tarde aderiu à Psicologia. Segundo Farr (1995), isso ocorreu porque a teoria de Moscovici compreende uma faceta da Psicologia que é explicitamente sociológica – uma psicossociologia, que busca uma compreensão multifatorial da sociedade, a partir de aspectos que outras disciplinas estudavam separadamente, em fragmentos – e constituída por críticas a modelos que se ocupavam de processos psicológicos dos indivíduos como se fossem restritos apenas a eles próprios. Moscovici recupera essas questões para avançar em relação ao pensamento durkheimiano e buscar as dimensões sociais também nos pensamentos individuais.

Isso porque, antes de Moscovici, as pesquisas sobre representações ainda eram atravessadas por um modelo positivista, cartesiano, com raízes no “[...] fisicalismo e no pragmatismo” (Paula; Kodato, 2016, p. 201). Dialogando com Farr (2002), esses autores lembram que a base epistemológica da Psicologia Social, por estar inicialmente centrada no indivíduo, compreendia os aspectos sociais amparada em abordagens comportamentais porque isso era alimentado pelas ideologias dominantes, às quais interessava um “[...] psiquismo sem história e uma história sem sujeito” (p. 201). Essa lógica seria questionada por Moscovici (1978), que posicionaria o saber cotidiano como um tipo de conhecimento produzido e representado em grupo, ou “[...] um produto de interação dialética entre indivíduo e sociedade” (Paula; Kodato, 2016, p. 202), e o pesquisador como alguém que participa ativamente da análise do objeto de estudo, diferente das concepções mecanicistas, que pregavam neutralidade.

É importante que o pesquisador, nesta área, consiga abordar os fenômenos psicossociais da atualidade, atento as formas de vida que pedem passagem, as novas modalidades de controle, vigilância e opressão e, principalmente às linhas de fuga e resistência. (PAULA, KODATO, 2016, p. 2016)

Ainda para Paula e Kodato (2016), apoiados em Jovchelovitch (1988), por deslocarem o entendimento de que a Psicologia Social se ocupa, em vez de processos estáveis de cognição, das mudanças, transformações dos saberes, os escritos de Moscovici preconizam que se abandone a pretensão de neutralidade e se pautem em questões contextualizadas por aspectos socioculturais, aproximando-se das “minorias ativas” (p. 202) e de seus movimentos de enfrentamento, contestação, reivindicação. No contexto latino-americano, por exemplo, a TRS é caracterizada como:

[...] uma vertente que não ignora o viés político e ideológico na ciência e no conhecimento produzido, desmascarando os mecanismos de alienação, as formas com que os discursos dominantes do capitalismo pós-industrial legitimam e mantêm a exclusão perversa. (PAULA, KODATO, 2016, p. 206)

O que se põe em pauta, com a TRS, é o “[...] desvelamento da teia de significados que sustenta nosso cotidiano e sem a qual nenhuma sociedade pode existir” (Spínk, 1993. p. 303). Ao reconhecer que o poder das representações sociais carrega uma dupla face, uma marcada por estruturas estruturadas e outra por estruturas estruturantes, Moscovici inscreve a teoria entre as perspectivas construtivistas do conhecimento. Tem-se, então, um sujeito nem completamente ativo nem completamente passivo, ou seja, ele não é “[...] apenas produto de determinações sociais nem produtor independente [...]” (Spink, 1993, p 305), pois as representações estão ligadas, sempre, às condições em que emergem e circulam – portanto, contextualizadas. Ao mesmo tempo em que contribui para a construção da sociedade (estruturante), o indivíduo é construído por ela (estruturado), fortalecendo o senso comum (estruturante) e sendo fortalecido por ele (estruturado). Com a teoria, então, é possível estudar as generalidades sociais para encontrar especificidades e vice-versa, dado o imbricamento entre indivíduos e grupos.

Moscovici (1978, p. 28) define representações sociais como “[...] um corpus organizado de conhecimento e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligíveis a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas, e liberam os poderes de sua imaginação”. Afirma, ainda, que elas devem ser vistas como “[...] uma maneira específica de compreender e comunicar o que já sabemos” (2004, p. 46).

O autor usa, em referência às representações, a expressão “criaturas do pensamento” (2004), que, em síntese, invoca aquilo que as pessoas, na interação com o mundo concreto, percebem e imaginam, formulando opiniões que indiciam como agem ou como vão agir. As representações sociais direcionam, então, a comunicação, que modela novas representações, que, por sua vez, direcionam novamente a comunicação e assim sucessivamente. “[As representações sociais] determinam o campo das comunicações possíveis, dos valores ou das ideias presentes nas visões compartilhadas pelos grupos e regem, subsequentemente, as condutas desejáveis ou admitidas” (MOSCOVICI, 1978, p. 51).

Por essa perspectiva, as representações sociais estão inscritas num referencial complexo, dependente de pensamentos pré-existentes, formados por “[...] sistemas de crenças ancorados em valores, tradições e imagens do mundo e da existência” (Moscovici, 2004, p. 216). Esses sistemas devem ser objeto de um trabalho social permanente, para que a compreensão de um novo fenômeno não deixe de incorporar esse conjunto de modelos, explicações e justificativas que circulavam anteriormente em determinado grupo, ou seja, tal fenômeno será interpretado a partir de elementos de comunicação já conhecidos.

Diante de um dilema colocado por Bosi (1994) – se a memória dos velhos seria evocação pura ou uma forma de reconstruir o passado –, Moscovici (1978), lembrando que é pela temporalidade do presente que a memória é (re)organizada, já que ela, a própria memória, é que faz o elo com o passado, trazendo de lá antecedentes das representações sociais que circulam no agora, defenderia, como faz a autora, a segunda opção. Por um lado, então, as representações, enquanto estão presas a um imaginário social – conjunto de significados tecidos ao longo da história humana –, encontra, por um outro, via linguagens, frestas para mudanças. Ou seja, se, ao mesmo tempo em que as representações remetem a tradições que decretam o que pode e o que deve ser pensado e dito pelos membros de um grupo, elas não são apenas recombinações de conteúdos anteriores desse mesmo grupo, mas alimentadas por conceitos provenientes da ciência e que são publicizados pelos meios de comunicação (Spink, 1993). Resultam, portanto, das negociações promovidas entre os indivíduos a partir de conteúdos arcaicos e novos, com o passado sendo atualizado continuamente pelo presente. Por isso, quando se consulta a memória, não se

recupera o passado em si, mas aquilo que sobrou dele, uma interpretação da qual fazem parte, também, as interpretações atuais (Moscovici, 1978).

Essa construção teórica sustenta o pensamento de Jodelet (2001), para quem as representações sociais são “[...] uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (p. 22). Partilhar um conhecimento seria, então, uma forma de reforçar, ao mesmo tempo, a identidade dos indivíduos e o vínculo existente com o grupo que compõem.

Frente a esse mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou ideias, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num vazio social; partilhamos esse mundo com os outros que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo. Eis porque as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a elas de forma definitiva (JODELET, 2001, p. 17).

Portanto, apesar de as representações sociais poderem ser acessadas a partir do conteúdo cognitivo, só podem ser interpretadas a partir dos contextos em que foram produzidos, ou seja, a partir das formas de comunicação pelas quais circulam e das funções simbólicas e ideológicas a que servem (Jodelet, 2001). Ou, como afirmam Paula e Kodato (2016), as representações sociais, justamente por essa transversalidade entre fenômenos individuais e coletivos, interessam às Ciências Humanas, o que ajuda a consolidar e justificar sua constituição interdisciplinar.

Numa análise simplificada, as representações sociais poderiam ser descritas como visões de mundo que circulam entre participantes de um determinado grupo e que podem definir a tomada de atitudes frente ao que é representado. A partir de que aquilo que o indivíduo manifesta por meio de linguagens indicia como ele pensa, bem como as relações e jogos de poder que atravessam essas manifestações, buscar as representações, por meio de pesquisa de opinião ou da conversação, ajudaria a explicar como o imaginário social foi construído coletivamente, a quais significados se confere mais ou menos valor e como eles podem ditar comportamentos (Moscovici, 1978). Nesse sentido:

As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano. A maioria das relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos, as comunicações trocadas, delas estão impregnadas. Sabemos que as representações sociais correspondem, por um lado, a substância simbólica que entra na elaboração e, por outro, à prática que produz a dita substância [...] (MOSCOVICI, 1978, p. 41).

Entendendo a TRS como uma teoria aberta, como afirma o próprio Moscovici (1978), outras explicações são possíveis, como a de que as representações sociais estão ligadas a um conjunto de imagens mentais, que, estando o objeto real ausente, permitem evocá-lo. A partir dessa concepção, o que é representado está associado a uma imagem, ou seja, pode, com o exercício de linguagens, ser substituído.

Mesmo que não queira, cada pessoa carrega, em suas percepções, considerando que a própria constituição do indivíduo se dá em sociedade, um conjunto de “[...] proposições, reações e avaliações [...]” (Moscovici, 1978, p. 47) sobre os objetos representados que decorrem do “coro” coletivo do qual ele faz parte. E que, por sua vez, essas proposições constituem “universos de opinião”, que se organizam de maneiras muito diferentes de uma cultura para outra, de uma classe para outra ou de um grupo para outro. Diante disso, atribui-se às opiniões uma “virtude preditiva”, pois, a partir do que indivíduos dizem, é possível deduzir o que vão fazer (p. 47). Sim, deduzir, porque, apesar de reconhecer que não existe representação social sem discurso, Moscovici observa que ideias não são traduzidas diretamente pelo dizer e os discursos não são reflexões imediatas das posições sociais (MOSCOVICI, 2004).

Moscovici confere a esses universos de opinião três dimensões de estudo: 1) informação, 2) campo de representação ou imagem, e 3) atitude. A informação tem a ver com a organização dos conhecimentos de um grupo sobre um objeto social (p. 67). Dela, deriva o campo de representação, que remete à imagem ou ao conteúdo concreto das proposições. Em síntese, seria como se concebe, se interpreta tal objeto, no pensamento ou em intervenções no mundo real, a partir de como o conhecimento se organiza. Já a terceira dimensão, a da atitude, remete à orientação que se assume em relação ao objeto, à tomada de posição. Com base nisso, pode-se dizer que, a partir da informação construída coletivamente sobre determinado objeto, forma-se uma imagem sobre ele, que pode levar a um certo comportamento.

As representações, desta forma, decorrem de em um trabalho subjetivo que encontra sentido por estar imerso em um ambiente coletivo. É no social que as representações são construídas para orientar decisões práticas (PAULA; KODATO, 2016, p. 2014).

Por ser engendrada no coletivo, as representações sociais têm, como um de seus significados, o da dimensão dos grupos sociais. Moscovici (1978) alerta, porém, que, para classificar uma representação como social, não basta, apenas, definir quem a produz. Mas por que é produzida.

Em outras palavras, para se poder apreender o sentido do qualificativo social é preferível enfatizar a *função* a que ele corresponde do que as circunstâncias e as entidades que reflete. Este lhe é própria, na medida em que a representação contribui exclusivamente *para os processos de formação de condutas e de orientação das comunicações sociais*. (p. 76-77, grifo do autor).

Nessa perspectiva, os humanos não se relacionam de forma passiva com as representações sociais, mas elas passam, a todo momento, no jogo das relações humanas, por transformações, ressignificações, retomadas, em que algumas são impulsionadas, disseminadas, e outras silenciadas, esquecidas. O resultado é que a vida cotidiana vira palco ora de convergências ora de conflitos, descontinuidades, tensionamentos (Pavarino, 2003), que permitem, pelo que é dito, a possibilidade de alcançar, também, o que é omitido, silenciado (os não-ditos), além do que expõem um distanciamento entre o que é dito em relação ao que é pensado por quem diz e, ainda, ao que o interlocutor é capaz de interpretar. Essas incoerências aparecem nas representações sociais como novas demandas, exigindo do pesquisador que se posicione para estudar respostas a elas a partir de atualizações epistemológicas.

Toda representação social possui, portanto, uma dimensão social e outra individual, ambas atravessadas por relações de poder, de forma que as respostas sociais não devem considerar, apenas, os saberes a partir dos quais se dão as interações entre os indivíduos e grupos, e os que são produzidos nesses encontros, mas as estruturas de poder que sustentam tais saberes (Jovchelovitch, 2011).

Nos escritos de Serge Moscovici está o entendimento de que o campo da atividade simbólica humana é vasto e diversificado, capaz de funcionar como mito, folclore, crença, sonho, ideologia, religião, ciência, senso comum; um campo que tanto nos enquadra no mundo como nos abre para ele, que nos ajuda a ler o real com precisão e ao

mesmo tempo nos liberta para desconsiderá-lo, de modo que a imaginação humana possa voar e nesse voo buscar sonhos e redefinir projetos. Neste vasto campo estão as histórias humanas, as muitas narrativas e práticas desenvolvidas por homens e mulheres sobre o que percebem, veem e sentem, sobre suas dores e suas esperanças, sobre os valores e ideias que querem sustentar e transmitir. Esta é a lição maior que tenho comigo da psicologia social de Moscovici: contextualizar o pensamento e o saber, ligar a cognição à vida e pôr a razão no seu lugar. (JOVCHELOVITCH, 2011, p. 18-19)

Ao pensar as interfaces do senso comum com a ciência e os poderes que as atravessam, Moscovici (1978), na busca por atribuir sentidos ao desenvolvimento científico-tecnológico, discorda de Kuhn (1978), que classifica as novas demandas como lacunas ou déficits, para os quais a ciência ainda não havia se atentado e que impõem o surgimento de novas teorias. Não seriam déficits, mas “excedentes”. Moscovici defende que as mudanças de paradigmas tecnológicos não acontecem a partir de problemas que a ciência não conseguiu resolver, mas porque a mobilização social para pensá-la, inclusive sobre seus riscos, é que faz emergir novas verdades e obriga a adequações epistemológicas. Portanto, não seria a ciência a definir, por conta, novas maneiras de olhar, mas estas é que influenciariam mudanças na ciência.

Nas ciências interpretativas, comprometer-se com esse tipo de análise é assumir que [...] o progresso é marcado menos por uma perfeição do consenso do que por um refinamento de debate. O que leva a melhor é a precisão com que nos irritamos uns aos outros” (Geertz, 1973, p. 39). Uma irritação que deve ser demarcada pelo inconformismo e, conseqüentemente, pelo permanente contato com “[...] superfícies duras da vida [...]” (p. 40), ou seja, uma realidade que exclui, que reprime a participação, das decisões públicas, indivíduos e grupos em detrimento de outros. “Olhar as dimensões simbólicas da ação social [...] não é afastar-se dos dilemas sociais da vida em favor de algum domínio empírico de formas não-emocionalizadas; é mergulhar no meio delas” (GEERTZ, 1973, p. 40).

O mergulho do pesquisador em entender como se elaboram as representações sociais, segundo Moscovici (1978), deve se basear em dois aspectos fundamentais: a objetivação e a amarração (ou ancoragem). A primeira compreende as percepções não como produtos do intelecto, mas do que existe no exterior, ou seja, é a partir da classificação dos objetos e do acesso a eles por meio dos sentidos do corpo físico que o mundo concreto se naturaliza e passa a integrar, via linguagens, o conteúdo do pensamento. Tem a ver, portanto, com as relações estabelecidas com aquilo que está

fora da mente, o que permite conhecer o ambiente e, também, que as ideias sejam convertidas em coisas. Há uma substituição do que era apenas percebido pelo que agora é conhecido, ou seja, o desconhecido se torna familiar. “O hiato entre a ciência e o real se reduz, o que era específico de um conceito se propõe como propriedade de sua contrapartida no real” (MOSCOVICI, 1978, p. 112).

Enquanto a objetivação integra o domínio humano do *ser* (p. 174), da substância simbólica que constitui o “eu”, a partir de uma orientação do *eu para outros* ou do *eu com outros* (grifo nosso), a ancoragem estaria na esfera do fazer, da prática que produz a substância, o que possibilita a movimentação, o trânsito entre pares, daquilo que se pensa, ou seja, a comunicação. Pela ancoragem, pode-se compreender como a sociedade converte os objetos em “[...] algo de que ela pode dispor” (p. 172), instrumentos úteis, a partir dos quais determina hierarquias, preferências no uso, dentro do que é acordado nas relações, bem como pode adotar outras funcionalidades segundo interesses envolvidos. Os indivíduos, então, se ancoram ou se amarram aos objetos, não só a seus elementos físicos, mas aos significados produzidos socialmente sobre eles, para se comunicar, de forma que esses objetos, ao instrumentalizarem o saber, aparecem como mediadores das relações humanas e conferem “[...] um valor funcional para permitir a gestão do ambiente [...]” (Jodelet, 2001, p. 39), dando continuidade à objetivação. Já para Spink (1993), enquanto a objetivação é um processo de se apropriar da novidade, a ancoragem se volta para a domesticação desse novo, para que ele seja capaz de influenciar, também, os outros. Se a primeira remete a um processo cognitivo intraindividual, a segunda é “[...] feita na realidade social vivida” (p. 306).

Nesse contexto, a comunicação de conhecimentos pode submergir as regras acordadas nos grupos, oferecendo perigos para a identidade coletiva (Moscovici, 1978). Tanto objetivação quanto ancoragem visam reduzir esses riscos, com a primeira materializando, nos objetos do ambiente, os conceitos abstratos e a segunda transformando os objetos em saber útil. “Se a objetivação mostra como os elementos representados de uma ciência se integram a uma realidade social, a amarração [ancoragem] permite compreender o modo como eles contribuem para modelar as relações sociais e como as exprimem” (Moscovici, 1978, p. 176). Um processo marcado por convergências e conflitos, que transformam, continuamente, tanto objetos quanto os sujeitos.

Se a comunicação dá vazão aos saberes pelo fazer, essas convergências e conflitos aparecem, com frequência e intensidade, nos meios de comunicação de largo alcance, pela capacidade de circulação e disseminação, com rapidez, de representações sociais, o que encontra cada vez mais amparo nas novas tecnologias. Segundo Porto (2014), “[...] as mídias constituem, nas modernas democracias, um dos principais produtores de representações sociais, as quais, para além de seu conteúdo [...] falso ou verdadeiro, têm a função pragmática como orientadora de condutas dos atores sociais” (p. 211).

A atuação desses meios promove um reforço de certos posicionamentos no senso comum ou, então, faz emergir estratégias de resistência. A análise de sua gestão compartilhada permite compreender, a partir de um contexto que envolve experiências anteriores dos indivíduos, as relações entre eles e as condições socioeconômicas, culturais e ambientais em que estão inseridos, quais são interpretadas ou reinterpretadas, e quais são descartadas (Pavarino, 2003).

Na formulação da teoria sobre a Espiral do Silêncio, no início dos anos 1970, a alemã Elisabeth Noelle-Neumann (2017) buscou analisar se e como a resistência opera nos processos de dominação. Ao perceber que compõem a opinião de uma minoria, muitos tendem a silenciar o que pensam para evitar conflitos. Com isso, prevalecem os posicionamentos da maioria, muitos das quais circulam via meios de comunicação. Portanto, a resistência existe, mas acaba subjugada pelas mídias. Para afirmar isso, a autora pesquisou eleições em seu país entre 1965 e 1972, notando que, nas fases finais das campanhas, uma parte do eleitorado que tendia a votar nos candidatos mais cotados haviam manifestado, pouco antes, intenções diferentes. Com isso, pôde constatar que, quando um lado é superestimado, os que divergem podem não expressar opiniões, sob o receio de carregarem um ônus social.

Noelle-Neumann reconhecia, então, os meios de comunicação como eficientes modificadores e formadores de opinião, principalmente quando analisava o poder da televisão (Hohlfeldt, 2001). Numa das pesquisas, observou que a visão dos alemães sobre o país era predominantemente negativa. Quando comparou com o que era propagado na TV, se deparou com um discurso também pessimista.

Essa lógica é alterada quando posições minoritárias encontram respaldo a ponto de encorajar sua manifestação, por poderes também legitimados socialmente para questionar, com equilíbrio de forças, representações consideradas dominantes.

Um exemplo seria a recorrência, no meio científico, com a qual se busca contribuir com esta tese, de estudos que considerem a falta de controle total dos sistemas de dominação, com aberturas sobretudo àqueles que identificam as estratégias usadas pelos poderes para se perpetuarem.

Moscovici (1978) inseriu, na análise sobre as representações sociais da Psicanálise, paralelamente a uma pesquisa de opinião que aplicou em Paris, o estudo dos meios de comunicação de massa¹² – que se faria presente depois em toda a obra dele. Analisou 1.640 artigos publicados em jornais e revistas francesas, sendo 110 em Paris e mais 120 na província, de janeiro de 1952 a julho de 1956. Até março de 1953, os escritos foram recolhidos pelo próprio Moscovici. A partir daí, foram enviados por um serviço de documentação especializada. Com o material, o autor elaborou, primeiramente, um questionário que permitia conhecer o tamanho do espaço ocupado pelos artigos nos veículos impressos, os termos que descreviam a Psicanálise, quais eram os objetivos atribuídos a ela, as atitudes dos autores e para quais pontos eles chamavam a atenção. Depois, para cada grupo de jornais e revistas, foram formulados esquemas de mensagens para extrair as afirmações que pareciam assumir posições mais relevantes – que, na sequência, foram colocadas em relação mútua e ponderadas a partir de uma análise mais dedutiva.

A observação da imprensa passa pelo entendimento de que sistemas capazes de estruturar uma simbologia de influência têm maiores chances de impor suas visões de mundo. Bourdieu (1989) denomina esse processo como “poder simbólico”, descrito como “[...] um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica* – uma ordem imediata do mundo” (p. 9, grifo do autor). Essa estruturação e o reconhecimento sócio-histórico de um sistema como lugar de poder permitiriam compartilhamentos mais velozes de suas percepções, de forma que passem a integrar um conjunto de representações dominantes – as mais sólidas, que permanecem por mais tempo, que não são esquecidas/desprezadas com facilidade.

É necessário descobrir onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido; o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber se lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (BOURDIEU, 1989, p. 8)

¹² Caracterizam-se por meios de comunicação de largo alcance considerados tradicionais, como jornais, rádio e televisão.

2.2.2 Representações sociais sobre jornalistas: a figura do herói

Os meios de comunicação de largo alcance e, por consequência, o Jornalismo, poderiam ser tomados, com base em Bourdieu, como sistemas de poder simbólico.

Antes dos movimentos científicos iniciados na década de 1960, que também deslocaram a imprensa para estudá-la enquanto construção social, orientada por interesses socioeconômicos, históricos, políticos, culturais, entre outros, a atividade jornalística era marcada como um lugar da imparcialidade, da neutralidade e da objetividade, o que contribuía para a construção de uma imagem de credibilidade, de verdade e, conseqüentemente, de poder para validar suas representações.

Mas, enquanto a academia passaria a ensejar esforços para desmistificar o Jornalismo e estudá-lo como dependente de ações humanas – sujeito, portanto, a nuances ideológicas –, o próprio Jornalismo, que, a partir dessa mesma década, veria substituídas suas rotinas produtivas manufatureiras pelas industriais, atuaria para reforçar esse caráter de infalibilidade, com seus profissionais assumindo, cada vez mais, características de super-heróis.

A sustentação desse poder se dá no próprio objeto de trabalho da imprensa: os fatos (Schneider e Soares, 2009). A conquista da confiança segue a lógica de que aquilo que é veiculado só pode ser verdade porque é embasado em algo que aconteceu. Nesse contexto, se ignora que versões diferentes para um mesmo fato são possíveis, o que escanteia aspectos subjetivos dos próprios jornalistas que se constroem no social.

Essa relação com a imprensa também se respalda na configuração do Jornalismo como sistema perito ou, ainda, como meta-sistema perito (Giddens, 1991). Os sistemas peritos são definidos como “[...] sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (GIDDENS, 1991, p. 30).

Justamente por causa dessa capacidade de organização, as pessoas, leigas para exercitar certas atividades, se impelem a depositar confiança em sistemas que seriam capazes de executá-las sem falhas, como a aviação, a qual se atribuem viagens com segurança, ou seja, nas quais o meio de transporte não pode cair; a medicina, da qual se espera zelo pela saúde dos pacientes; a engenharia, que deve entregar estruturas sem risco de desabamento; a administração pública, que deve conduzir o patrimônio das cidades para o bem-estar dos moradores, entre outros.

Nesse caso, ao Jornalismo, é possível a denominação de meta-sistema perito porque, a ele, caberia fiscalizar os outros sistemas. Caso estes falhem, o Jornalismo não pode falhar, denunciando e exigindo explicações.

Do contrário, se correria o risco de que, ao se desfazer a imagem de que os jornalistas são capazes de enfrentar tudo e todos, ultrapassando obstáculos que parecem intransponíveis para conseguir qualquer tipo de informação, como forte calor, enchentes, frio, lama, tiroteios, entre outros, e atribuir a eles características típicas humanas, que o aproximariam do público, como limites físicos e emocionais – no caso do estudo proposto por esta tese, aqueles trazidos pelo contexto do envelhecimento –, poderiam comprometer a reputação da profissão.

De acordo com Traquina (2003), todas as profissões são permeadas por mitos, mas talvez nenhuma outra carregue tantos como o Jornalismo. Para este autor, são as próprias práticas jornalísticas, legitimadas pela classe profissional, que validam o papel do indivíduo.

No caso dos jornalistas, o de incansáveis defensores dos interesses de uma coletividade permite, de acordo com Oliveira (2005), uma analogia com o herói, representado, historicamente, pelo repórter, que, habitualmente, assume funções que deveriam ser da polícia, de políticos, entre outras autoridades. Um processo que é alimentado pela própria sociedade, pois, quando o Estado se ausenta e seus cidadãos não veem mais solução possível nessa esfera, os jornalistas são chamados como últimos (ou únicos) recurso de salvação – típico das histórias de super-heróis.

Mesmo vivenciando na prática profissional limitações para canalizar energias em torno desse ideal heróico e aventureiro, não seria improvável dizer que, seduzidos pela imagem de prestígio e glamour da profissão, alguns jornalistas acreditam mesmo que são serem à parte. (OLIVEIRA, 2005, p. 46).

Dias (2012) fez um compilado das principais representações sociais sobre o papel dos jornalistas que circulavam na sociedade e/ou entre os próprios jornalistas e que haviam sido registradas em pesquisas recentes. A de herói era uma delas, dividindo atenção com as de 1) “artista e intelectual” (p. 154); 2) “cão de guarda” dos preceitos sobre os quais se sustentam as democracias (p. 156); 3) representante da “verdade” (p. 157); 4) “missionário” (p. 161), a partir de uma noção de que ser jornalista é uma vocação; 5) alguém capaz de promover “autofiscalização” (p. 162) e 6)

“informante fiel” (p. 163). Ao abordar a questão do heroísmo, o autor percebe que esta atribuição é vinculada pelo senso comum aos jornalistas devido a fatores como a falta de justiça social, o uso dos meios de comunicação como tribuna para a resolução de conflitos, constrangimentos e pressões enfrentadas no dia a dia do ofício e rápida adequação desses profissionais à imprevisibilidade da atividade jornalística.

Pereira Júnior (2005), ao se debruçar sobre a realidade brasileira, enxerga o Jornalismo como a “[...] grande Praça Pública do país” (p. 2), que assume um importante papel de mediação para estabelecimentos de sentidos comuns e de coesão social. O autor se apoia em Verón (1995), para quem a mídia informativa é lugar de construção da realidade das sociedades industriais, para pensar, neste cenário, o papel dos jornalistas, que, enquanto formulam e/ou disseminam conceitos sobre a política, a economia, os rituais da cultura, entre outros, despertam a atenção de pesquisadores. Ainda mais com a emergência das NTICs, que promovem uma aceleração da vida, transformando modelos de interação e, por consequência, a identidade dos atores (Giddens, 1995). A busca desenfreada por informações e de se comunicar seriam tentativas, em contextos de incerteza, de estabilizar significados do cotidiano – como ficou evidente nesses tempos pandêmicos, exigindo dedicação aumentada dos jornalistas e colocando sua relevância social em debate.

Uma das demandas de pesquisa é compreender se e como as relações de trabalho, permeadas por tecnologias e por aspectos conjunturais, contribuem para explicar, para além de uma atividade de emprego, visões de mundo e formas de agir específicas. Aqui, percebe-se que as rotinas produtivas do Jornalismo exercem, para Pereira Júnior (2005), uma tentativa de ordenar espaço e tempo nas redações para dar conta da imprevisibilidade dos fatos aos quais os profissionais precisam estar atentos, o que contribui para a estereotipia, a noção reducionista que caracteriza os jornalistas como super-heróis – em alusão às figuras do cinema ou das histórias em quadrinhos que também são desafiados por acontecimentos não previstos.

Com Reimberg (2015), que estudou sofrimento e prazer em jornalistas, fomenta-se o argumento, apontando que é o “sentido do trabalho” (p. 26) que faz com que esses profissionais tolerem situações adversas para que possam se manter produtivos, visando atender às necessidades do público por informação.

Esse sentido do trabalho, que inclui o sujeito se identificar com o material produzido, um trabalho não alienado, traz implicações não só

na transformação do sofrimento em prazer, [...] mas pode contribuir para uma prática jornalística voltada para princípios éticos e para o interesse do cidadão (REIMBERG, 2015, p. 26).

Nessa linha de pensamento, a organização espaço-tempo das redações se estabelece nos valores-notícia, um conjunto de critérios pelos quais se elege, com base na lógica de atuação e de distribuição dos veículos jornalísticos, quais fatos, entre os muitos observados no dia a dia, vão ser reportados (Pereira Júnior, 2005). Observar se esses limites editoriais – influenciados, por sua vez, por possíveis relações comerciais, políticas, entre outras – predominam na construção de representações sociais entre jornalistas e em como as vivências profissionais, no contato com as NTICs, se relacionam com as de fora do ambiente laboral está entre as demandas nessa complexa teia de possibilidades.

Com isso posto, analisar representações sociais de jornalistas – e, de forma mais específica, de profissionais idosos – se torna imprescindível. Uma maneira não apenas de se conhecer como se formam as autorrepresentações, mas de refletir sobre que tipos de relações de poder sustentam a realidade na qual esses profissionais estão inseridos e de produzir respostas, a partir de como eles a veem e lidam com ela (SANTANA, 2008).

2.3 O campo CTS e o envelhecimento

Mas por que fazer uma análise pelo campo CTS? Como os estudos CTS podem contribuir nessa abordagem?

Iniciados nos Estados Unidos nos anos 1960 e consolidados como percurso de pesquisa na década seguinte, entre os acadêmicos norte-americanos e também na Europa, os Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia (ESCT), que constituem o campo CTS, questionam e atualizam, por meio de uma revisão epistemológica, a ideia de que ciência e tecnologia (C&T) obedecem a um caráter linear, reducionista, que posiciona a tecnologia como decorrência, direta e unicamente, do desenvolvimento científico e infere que mais conhecimento produz, necessariamente, mais riqueza e bem-estar social, numa orientação linear. Para os pesquisadores dos ESCT, é necessária uma visão crítica, atribuindo ao binômio C&T um olhar social.

Conforme Pedro, Sousa e Ogata (2018), esses estudos se pautam em três grandes áreas – pesquisa, educação e políticas públicas – e na compreensão de que conceitos como saúde, educação, comunicação, C&T, entre outros, são constructos

sociais. Por essa perspectiva, o conhecimento, longe de ser linear, assume aspecto conjuntural – com as tecnologias compondo um processo de adaptações contínuo, sujeito aos movimentos da sociedade, que, além de estabelecer onde e como serão aplicadas, buscam entender as ações humanas por meio delas que nos trouxeram até aqui na História.

A partir do reconhecimento da complexidade dos ESCT, a proposta de uma ciência neutra, objetiva, isolada de outras formas de conhecimento e tida como a única forma de explicar o mundo é, portanto, refutada, para deslocá-la como uma área sujeita a interesses, o que a insere numa intrincada e difusa teia de relações sociais, pela qual transitam diversas possibilidades de olhares e posicionamentos. Sendo assim, as tentativas de compreensão da relação ciência-tecnologia-sociedade são caracterizadas por aberturas, a serem ocupadas pelos pesquisadores, propondo reflexões de forma a trazer benefícios aos grupos sociais estudados (Kuhn, 1978). A preocupação da ciência não passa a ser mais a busca da verdade, que é relativizada, mas de pontos de vista transitórios e circunstanciais.

Ao refletir sobre questões sociais da tecnologia, Flusser (1989) observa a centralidade que esta, aos poucos, foi assumindo. Para o autor, até a Segunda Revolução Industrial, em meados do século XIX, as ferramentas eram extensões do humano – que comandava a relação e estava cercado delas. A partir daí, observou-se uma inversão: as máquinas passando a ser protagonistas e os homens a monitorá-las. Já na fase pós-industrial, a informatização tornou desnecessária a presença física nas fábricas. O homem saiu da condição de alguém que executa tarefas para pensar o que faz. Pelo computador, poderia criar outros universos e viver a partir deles.

Flusser não deixa de mencionar limitações provocadas pelo desenvolvimento tecnológico, sobretudo às artes, que podem se sujeitar a uma mentalidade tecnicista. Mas aí reside, segundo ele, a chance de estabelecer uma filosofia da tecnologia, que supere a dualidade da análise, do bom contra o ruim, do belo contra o feio. Isso porque a cibernética abre espaço para uma transcendência do pensamento, de linear para circular, em que as mudanças nas relações humanas e destas com a tecnologia são capazes de influenciar o todo.

Baseando-se nisso, a tecnologia não se isenta dos valores sociais. E, quando aborda, em tal contexto, o binômio C&T, Flusser identifica uma “zona cinzenta” (p. 151), caracterizada pela ambiguidade.

De um lado [a tecnologia] é tida por pura, por isenta de valores, porque aplica teoria pura, e porque propaga o progresso da teoria pura. Do outro lado torna-se portadora das esperanças utópicas da sociedade: "deve" resultar em sociedade feliz, isto é, boa e bela. O técnico passou por escola que castra a sua potência valorativa, e é chamado a secretar valores. E, por ser a tecnologia ambígua em sua ideologia, são ambíguos também os seus feitos. Tal ambigüidade dos feitos é, ela própria, ideologizada: a técnica seria neutra tanto ética quanto esteticamente (pura), e os responsáveis pelos seus resultados não seriam os próprios técnicos, mas poderes obscuros (eminências pardas do tipo "economia", ou "interesses inconfessos"). (FLUSSER, 1989, p. 151-152).

Ainda para o autor, a tecnologia, ao mesmo tempo em que está submetida a esses poderes, tende a substituir, como ocorreu com a organização do trabalho, “[...] os métodos políticos que governam a sociedade” (p. 152). Por isso, é impossível sustentar uma tecnologia neutra, que não seja valorada, mas também não se pode negar que uma “[...] pretensa neutralidade valorativa [...]” incide sobre os valores humanos (p. 152).

As transformações provocadas pela tecnologia significam, para Flusser, maior liberdade, diferente de Arendt (2010), que traça uma visão mais pessimista. Para Arendt, um risco do acelerado desenvolvimento tecnológico é alienar o homem sobre sua condição como habitante do planeta. Racionalizar em demasia o estudo da tecnologia, sem considerar as transformações sociais nas quais ela se insere, pode dissociar a produção do conhecimento científico da vida cotidiana, onde se desenrolam os afazeres humanos. E entender as aplicações sociais da tecnologia demanda que o pesquisador saia dos laboratórios, herméticos, e observe as significações da modernidade como questões políticas, em que os usos tecnológicos estão atrelados a ações humanas contextualizadas no espaço-tempo.

Isso porque, para Arendt (1968), o mundo não é humano apenas porque é habitado por humanos ou porque se ouve nele a voz humana, mas porque ele pode ser transformado em discurso, ou seja, humanizamos o mundo quando falamos sobre ele – como numa tese de Doutorado.

Entendendo que os ESCT estão cada vez mais ocupados em encontrar formas e espaços para a participação da sociedade em processos decisórios, buscando uma compreensão de como se dá essa abertura e o intercâmbio com questões científico-tecnológicas, fica impossível separar esses estudos do campo político. Inclusive porque eles se ocupam da relação entre Estado e universidades, já que estas devem

adotar uma postura crítica àquele, mas, ao mesmo tempo, estão sujeitas a interferências dele, o que, a depender de quais sejam, intensificam a crítica, gerando contra-ataques, novas críticas e assim sucessivamente.

Para Dewey (1966), como a vida cotidiana se desenrola, geralmente, distante das universidades e institutos de pesquisa, onde o conhecimento é produzido, os cidadãos se veem afastados da produção científico-tecnológica. A participação social depende, então, justamente de movimentos de aproximação, no sentido de que eles possam se inteirar das pesquisas e suas aplicações. Na visão do autor, isso deve ser papel do Estado, pelo incentivo à educação científica participativa, e da imprensa, a quem cabe a abordagem de temas de interesse público.

Vislumbra-se, portanto, a necessidade de políticas públicas de C&T que se baseiem em princípios democráticos racionalmente aceitos, com caráter participativo e enfoque em questões éticas e morais ambientalmente consideradas. Neste sentido, Merton (2013) entende que a democratização opera tanto para o desenvolvimento de capacidades socialmente valorizadas quanto para a eliminação progressiva das restrições ao próprio exercício democrático.

Para Cuevas (2008), a participação social contribui, ainda, para desmistificar questões que provocam, no cidadão, desconfiança sobre os papéis da ciência, como o de que ela pode priorizar interesses pessoais ou não produzir benefícios sociais. “A participação na comunidade transforma as perspectivas estritas ou exclusivas dos cidadãos, tornando seus interesses particulares em interesses sociais, que podem beneficiar a comunidade em seu conjunto” (CUEVAS, 2008, p. 76, tradução nossa).

Nesse contexto, Morin (2003) vê a sociedade como sistema complexo. Afirma que, nela, estão inseridos outros sistemas complexos, como as próprias C&T. Nesse tipo de sistema, as relações são vistas como uma grande rede, em que o todo é mais que a soma das partes, já que é possível estabelecer diferentes associações entre os mesmos elementos, e menos que a soma das partes, considerando que, na vida em sociedade, em meio a regras de convivência, não é possível o exercício de todas as individualidades.

Um sistema complexo é caracterizado por problemas travessos, que opõem valores monetários e solidários, como fundamentalismo religioso, aquecimento global, crises econômicas e sanitárias, adoção de tecnologias, relações de trabalho, cujas

soluções não são simples, mas exigem planejamento e aplicação de novas abordagens metodológicas.

Diferente dos paradigmas deterministas, mecanicistas e que concebem o universo como soma exata das partes, com as áreas do conhecimento isoladas uma das outras em disciplinas, os estudos de complexidade o pensam como um jogo entre ordem e desordem, e, na busca por consensos, considerando a inexistência de limites nítidos entre um sistema e outro, as explicações devem ser interdisciplinares, o que encontra consonância nos ESCT.

Os desenvolvimentos disciplinares das ciências não só trouxeram as vantagens da divisão do trabalho, mas também os inconvenientes da superespecialização, do confinamento e do despedaçamento do saber. Não só produziram o conhecimento e a elucidação, mas também a ignorância e a cegueira. (MORIN, 2003, p. 15)

Em outra obra, Morin (1989) afirma que lhe interessa um pensamento que não se quebre nas fronteiras disciplinares – já que as disciplinas recortam dimensões nos fenômenos –, mas que os próprios fenômenos sejam observados a partir de uma perspectiva multidimensional, que possa abarcar os aspectos que estão presentes em todos eles, como os psíquicos, sociológicos, econômicos, históricos e demográficos. “É importante que estes aspectos não sejam separados, mas sim que concorram para uma visão poliocular. O que me estimula é a preocupação de ocultar o menos possível a complexidade do real” (MORIN, 1989, p. 35).

Em linha, Japiassu (1994) acredita que as práticas interdisciplinares emergem como inovação ao saber especializado, que considera esfacelado, já que buscam promover uma negociação entre pontos de vista e interesses diferentes, visando “[...] produzir um discurso e uma representação práticos e particulares dizendo respeito aos problemas concretos” (p. 1). O autor acredita que o futuro pertence às pesquisas interdisciplinares, que expõem o estado de carência e patológico da ciência disciplinar e provocam, justamente pela proposição do novo, medo e recusa, e, por isso, podem ter sua disseminação prejudicada por preconceitos epistemológicos que dão um caráter dogmático ao conhecimento. “Todo novo incomoda. Porque questiona o já adquirido, o já instituído, o já fixado e o já aceito” (p. 1).

Apesar de a lógica disciplinar, que segmenta a compreensão do mundo em caixinhas, não dar conta de explicar os problemas complexos, não se trata de criar,

pela visão interdisciplinar, uma “[...] superdisciplina ou uma espécie de super-ciência [...], mas “[...] simplesmente uma nova abordagem, uma nova disciplina, um novo paradigma [...]” (Japiassu, 1994, p. 1). Pela primeira perspectiva, haveria o risco de apenas juntar disciplinas com pretensão de neutralidade, sem considerar as questões políticas que incidem na atividade científica. Já a segunda é considerada “[...] muito importante, para que a interdisciplinaridade não se converta num mero instrumento de um poder tecnocrático fazendo as decisões dependerem unicamente de negociações entre ‘experts’, longe de qualquer debate democrático” (p. 2).

A passagem de uma ciência marcada, exclusivamente, pela racionalidade para uma perspectiva do construtivismo social, em que os relacionamentos humanos se constituem não mais em linha, mas integrado em círculos ou redes, propõe reflexões sobre a capacidade que a própria atividade científica teria de questionar seu caráter estritamente desenvolvimentista para defender e promover o bem-estar coletivo, por meio de uma aplicação socialmente responsável de tecnologias.

O ponto-chave é a apresentação da ciência e tecnologia não como um processo ou atividade autônoma, que segue uma lógica interna de desenvolvimento em seu funcionamento ótimo, mas como um processo ou produto inerentemente social, em que os elementos não técnicos (por exemplo valores morais, convicções religiosas, interesses profissionais, pressões econômicas, etc.) desempenham um papel decisivo em sua gênese e consolidação. A complexidade dos problemas abordados e sua flexibilidade interpretativa, a partir de distintos marcos teóricos, fazem necessária a presença desses elementos não técnicos, na forma de valores ou interesses contextuais. (LÓPEZ CERESO, 2002, p. 6-7)

Conforme López Cerezo (2002), é justamente a partir dessa complexidade que o CTS mobiliza diferentes campos de conhecimento, permitindo que suas análises sejam feitas a partir do encontro de matrizes teóricas das Ciências Humanas.

Palacios *et al.* (2003) definem CTS como “[...] um campo de trabalho acadêmico cujo objeto de estudo está constituído pelos aspectos sociais de ciência e tecnologia [...]” (p. 119) – que, por sua vez, estão associados às transformações científico-tecnológicas e suas consequências sociais e ambientais. Por defenderem participação democrática e incentivarem que as discussões dos bancos universitários se estendam para o âmbito social e vice-versa, seus estudos assumem grande relevância pública. “Hoje, as questões relativas a ciência e tecnologia e sua importância na definição das

condições da vida humana saem do âmbito acadêmico para converter-se em centro de atenção e interesse do conjunto na sociedade” (p. 9)

Pedro, Sousa e Ogata (2018) caracterizam o campo CTS como “interdisciplinar, [...] pautado em aportes teóricos e epistemológicos da filosofia e da sociologia da ciência e da história da tecnologia” (p. 98), que permitem evidenciar que o desenvolvimento científico-tecnológico é todo construído socialmente e retorna à própria sociedade, mobilizando aspectos da organização social e/ou questões ambientais. Sendo assim, o campo investiga as dimensões sociais de C&T, referentes a antecedentes sócio-históricos relativos às transformações científico-tecnológicas e às repercussões éticas, ambientais e culturais das mudanças – aspectos nos quais o presente estudo se vê contemplado. Nesse sentido, há grande protagonismo dos atores sociais, na produção e disseminação de artefatos tecnológicos, ou no fomento à participação social nas discussões sobre democratização do acesso ou nas tomadas de decisões sobre investimentos em pesquisa, educação e políticas públicas de C&T.

A Ciência e a Tecnologia convertem-se, nessa perspectiva, em parte constitutiva da maioria dos dilemas que a humanidade enfrenta, estendendo-se ao redor do mundo desenvolvido e subdesenvolvido, da indústria intensiva em conhecimento científico à de baixa intensidade tecnológica, do escritório da direção até o chão da fábrica, passando pela sala de visitas. Estuda-se a Ciência e a Tecnologia investigando a forma pela qual os fenômenos técnicos e sociais interatuam e influenciam-se reciprocamente uns aos outros. (PEDRO; SOUSA; OGATA, 2018, p. 100)

O campo CTS emerge pela desconfiança em fatores que, historicamente, se tornaram intrínsecos ao modelo liberal de ciência, como a pretensão de objetividade, neutralidade e universalidade (Thorpe, 2008). Foi preciso um duro ataque a eles – que ainda perduram – para que os estudos críticos pudessem almejar uma consolidação acadêmica. O resultado disso não poderia ser outro. Quando se propõe rever valores que pareciam cristalizados, a reação tende a ser forte, inclusive do campo político, que, por essa nova óptica, torna-se, também, alvo de dúvidas.

Esta abordagem converge a uma compreensão de que a política, antes de ser uma questão burocrática das elites, deve ser um problema democrático para o público. Mas como apontar para a abertura democrática quando os próprios governos enxergam na democracia um risco? Como prover educação e ocupação de espaços

públicos quando há uma ânsia totalitária disposta a restringir decisões a uma oligarquia e a manter o domínio de certos grupos sobre outros?

Os escritos de Thorpe se entrelaçam com os de outros autores, como Feenberg (1991), para quem as tecnologias se revestem de uma constituição tecnológica, enquanto as sociedades, de uma constituição política. O intercâmbio entre elas depende de decisões humanas – sujeitas, portanto, a paixões, mas cujos esforços devem ser no sentido de garantir participação social, não excluindo alguns grupos do debate para favorecer outros.

Lasaga (2019) reflete sobre isso a partir da obra de Hanna Arendt. O autor afirma que as reivindicações por participação nos processos políticos provocaram seus primeiros efeitos justamente na ciência. A evolução do conhecimento impôs questionamentos sobretudo de ordem religiosa. Por mil anos, na Idade Média, a Europa esteve sob o comando da Igreja Católica, que ditava as regras da vida em sociedade e condenava pensadores que ousavam questionar seus dogmas. Marcos posteriores, como o Iluminismo, a Revolução Francesa e os estudos sobre a evolução das espécies de Charles Darwin, deslocaram Deus do centro e ofereceram esse lugar ao homem. A construção da história dependia, agora, das ações humanas.

No mundo do trabalho, as Revoluções Industriais, que fizeram surgir novas tecnologias, foram possíveis com exploração de mão de obra. Isso ligou um alerta nos trabalhadores, que passaram a se unir em sindicatos e associações. Se a história dependia dos homens para ser escrita, eles deveriam, então, agir, traçando uma trajetória de luta plural, de mistura de opiniões, sob a noção de que é na diversidade que devem se amparar governos voltados ao bem-estar coletivo. A política, portanto, antes vista como extensão do Reino de Deus, agora representava vontades humanas.

Foi Kant, antes de Hegel, quem recuperou a concepção platônico-agostiniana da história, com base no fato de que um Deus é a medida e o autor dos eventos humanos, embora a fórmula seja a segunda: a história é dirigida pela astúcia da razão (LASAGA, 2019, p. 231).

Se não há destino, a história e a natureza são, por essa visão, um processo infinito, sujeito à ideologia. Trabalho e consumo também, o que mantém um ciclo de exploração. Dar-se conta disso é se libertar da concepção de que o homem deveria aceitar ser explorado porque era vontade de Deus.

Perceber que os processos democráticos resultam da mobilização humana e escapar de propostas de poder predatórias exigem que os políticos estejam a serviço do que é público. Nesse caso, o argumento de reação deles, conforme Lasaga (2019), é promover um retorno ao mundo metafísico, encarando que a consciência crítica traz insegurança, ou seja, uma volta à calma da sensação provocada pela existência de um ente superior que olha por nós, favorecida pelo niilismo nas ações políticas.

Conforme o autor, sistemas totalitários existem e fazem perdurar a trindade romana – religião, tradição e autoridade – em lugares onde as pessoas buscam derrubá-las, por terem percebido a dominação. Diante da falta de liberdade, lembra que Arendt recomendava não se render e nem se desesperar. Mas resistir, na esperança de que “[...] liberdade e verdade sempre surjam no coração do homem [...]”, mesmo em meio a uma doutrinação avassaladora, já que não se pode esquecer que a “[...] história é uma trama de histórias que podem ser regeneradas a qualquer momento [...]” (LASAGA, 2019, p. 234).

Considerando que as tecnologias podem produzir efeitos indesejados e se voltar contra as demandas sociais, configura -se um cenário em que é possível criticar não apenas a fabricação de armas, o uso de produtos químicos para a produção de bombas, formulações com gases tóxicos para aplicação em câmaras de tortura ou aplicações excessivas de agroquímicos em lavouras, mas qualquer situação pela qual seja possível construir pontes com a sociedade pela via do conhecimento científico-tecnológico. Uma delas é observar, por exemplo, num mundo altamente conectado, as condições que favorecem ou não um envelhecimento com qualidade, como o que se pretende neste estudo, ao se investigar as representações sociais de jornalistas 60+ frente a transformações permeadas pelas NTICs e por mudanças laborais decorrentes da pandemia de Covid-19.

A ciência que se acreditava isenta, feita apenas de cientistas para cientistas, que se negava a assumir consequências ambientais de suas descobertas ou de sua atuação, vai, agora, ao encontro do cotidiano, mirando para o conjunto de explicações, significados, representações, saberes circulantes nos grupos sociais, ou seja, ao senso comum, do qual a visão clássica buscava se desvincular, sob o argumento de que C&T só poderiam se aproximar da verdade se desprezassem a influência da sociedade e respeitassem um código de eficiência interno.

Deste modo, o desenvolvimento tecnológico [...] não é processo linear de acumulação de melhorias, e sim um processo multi-direcional e quase evolutivo de variação e seleção (quase-evolutivo porque, ao contrário da evolução biológica, a produção de variação não é cega). Os problemas técnicos não constituem fatos sólidos como pedras, mas admitem certa flexibilidade interpretativa. Num determinado contexto histórico e cultural, distintos atores sociais com diferentes interesses e valores verão um problema de formas alternativas, propondo distintas soluções. (PALACIOS *et al.*, 2003, p. 131)

Berger e Luckmann (2004) abordam a importância de lançar luz sobre o senso comum. Os autores afirmam que, se queremos entender a vida cotidiana, precisamos esclarecer os fundamentos do conhecimento que atuam nela. Eles residiriam no “[...] mundo intersubjetivo do senso comum [...]” (p. 36), nos pensamentos/ações que circulam na sociedade e, por adquirirem significado, encontram uma lógica de replicação e disseminação. O senso comum exerceria, então, papel fundamental na organização social, por conter explicações “[...] pré-científicas e quase científicas [...]” (p. 36) sobre o dia a dia, que se tornarão objeto da ciência para a compreensão sobre como a consciência pode ditar comportamentos.

A realidade da vida cotidiana [...] apresenta-se a mim como um mundo intersubjetivo, [...] de que participo juntamente com outros homens. Esta intersubjetividade diferencia nitidamente a vida cotidiana de outras realidades das quais tenho consciência. [...] De fato, não posso existir na vida cotidiana sem estar continuamente em interação e comunicação com os outros. (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 40)

Este reconhecimento da participação do outro na constituição dos indivíduos é também o de que, na experiência da convivência, se constroem não apenas objetivos individuais, mas trocas de explicações, significados, que passam a ser comuns a outras pessoas que integram um grupo.

Castañon (2015) explica, porém, que, ao substituir a crença de que os fatos naturais não são definidos pela natureza, mas por construções sociais na atividade científica, e a de que objetos naturais são produtos de linguagens, o construtivismo social “[...] nos leva a uma peculiar posição na qual as representações de mundo não são resultado da proatividade do sujeito nem formadas pelos sentidos. Temos então uma espécie de ‘objetivismo sociológico’ [...]” (p. 230-231) – que enxerga que, mesmo o sujeito não determinando, sozinho, seus pontos de vista, não deixa de agir. Seria, portanto, passivo no sentido de que esse tipo de autonomia é limitado, já que a vida

em sociedade exige articulação com as conjunturas sociais, mas ativo quando se compreende que a mesma sociedade demanda sua participação na construção da democracia, compondo redes de relacionamento.

Buscando desdobrar controvérsias como esta, típicas da vida em sociedade, Latour (1999) afirma que atores humanos e não humanos se conectam entre si, formando redes, que se movem e se inter-relacionam. Como natureza e sociedade estão em relação de causa e efeito, o autor, ao formular a teoria “ator-rede”, rejeita a oposição sujeito x objeto, já que natureza e sociedade estariam em relação de causa e efeito uma com a outra. Humanos e tecnologias em contato, em determinados tempo e lugar, compõem redes circunstanciais, em que as próprias conexões estabelecidas entre eles impelem o sujeito a agir, e ajudam a explicar por que as relações se dão de uma maneira e não de outra e que fatores interferem nas tomadas de decisões. Os atores, por serem construídos nas redes, também se tornam redes, ao passo que as redes passam a agir como atores. Aceitar a autonomia tecnológica, portanto, seria desprezar que, por meio dessas conexões, é possível estudar a sociedade.

Palacios *et al.* (2003) reforçam a necessidade de desmistificar conceitos de C&T por intermédio da representatividade, ou seja, da participação dos diferentes atores sociais, de forma a aproximá-las da sociedade, já que esta é a principal destinatária desse processo. Lembrando que o exercício da democracia extrapola a eleição de governantes e consiste em capacitar o cidadão para que ele entenda o contexto em que está inserido e contribua na articulação para que a sociedade seja mais informada, responsável e crítica, os autores cobram que o desenvolvimento científico-tecnológico não só abra espaço à participação social como crie condições para que ela aconteça, permitindo que as diferentes interpretações construídas socialmente sejam incluídas no diálogo e que as controvérsias integrem a formulação de políticas públicas.

Considerando tais colocações, Trujillo e Faraco (2019) discutem os dilemas da democracia e o papel da educação ao colocar o ser humano em interação com os aspectos culturais da sociedade, como o uso da tecnologia, e permitir negociar com eles por meio da ampla participação social. Para esses autores, os avanços na comunicação estão sendo acompanhados por movimentos de retrocesso no pensamento, caracterizados pela nostalgia dos paraísos perdidos, das sociedades isoladas, e pela busca de pureza étnica, que visam aniquilar o que é diferente.

Rejeitando que o humano se constrói socialmente, alguns grupos têm se voltado apenas para seus nichos, fazendo circular, com intensidade, dizeres associados ao racismo, à misoginia, à xenofobia, ao nacionalismo, a dogmatismos político e religioso, entre outras formas de discriminação. A hiperconexão, ao mesmo tempo em que aparenta sensação de acesso democrático ao consumo e à produção de informação, dá espaço, com alta reprodutibilidade, a ideais políticos antidemocráticos (p. 2).

Visando o reforço às práticas democráticas, a participação social em C&T é, também, defendida por Sismondo (2008), que, ao tecer críticas à noção reducionista de ciência e a enxergar a atividade científica como resultado das relações sociais envolvidas na construção do conhecimento, busca demonstrar como C&T se embasam – ou deveriam se embasar – em políticas públicas que sejam planejadas sob caráter interdisciplinar, estendendo, a avaliações populares, as discussões da esfera pública¹³ para a tomada de decisões.

Já na discussão sobre a relação entre ciência, tecnologia e democracia, Sismondo vê no construtivismo social um caminho para ampliar a participação democrática, de maneira que, mesmo aqueles que desconhecem as rotinas de produção de C&T, os leigos, possam opinar, o que favoreceria a oferta de tecnologia em acordo com demandas locais. Nesse sentido, submeter o conhecimento científico e tecnológico a consulta popular é fundamental para que a sociedade se insira nas definições de prioridades sobre investimentos e aplicações de novas tecnologias, o que ajudaria a evitar que o poder político seja exercido a partir de impulsos privados. Baseando-se nessas formulações, pode-se discutir, no caso do Jornalismo, que os investimentos em tecnologia sejam voltados ao desenvolvimento humano, incluindo seus profissionais, não visando, exclusivamente, à expansão comercial de empresas ou ao enfraquecimento da profissão por interesses políticos antagônicos.

Para Pedro e Ogata (2008), essa noção de C&T é transcendente porque a construção do saber psicossocial deixa de ser mera junção de palavras para permitir a compreensão do ser humano tanto em sua integralidade quanto nas especificidades, favorecendo a aproximação da pesquisa de demandas locais, regionais ou de grupos específicos – como o de jornalistas 60+ que residem e/ou atuam profissionalmente em

¹³ Trata-se de um conceito interdisciplinar e com definições que podem variar um pouco a depender do autor que o utiliza. Para Sismondo (2008), esse conceito caracteriza espaços onde agentes privados fazem circular suas opiniões sobre questões de interesse público em busca de consensos e de forçar mudanças políticas.

duas regiões do estado de São Paulo – por melhores condições de vida. Uma noção que parte do global para o local, do macro para o micro, e considera que, se o mundo é complexo, entrelaçado, portanto interdisciplinar, a pesquisa, para dar conta de compreender e responder a seus processos, também deve ser.

2.3.1 O contexto latino-americano

Esse movimento tem protagonizado o campo CTS não apenas nos Estados Unidos e na Europa, que concentram as principais tradições teóricas – com a europeia priorizando as análises de antecedentes e condicionantes da ciência, e a norte-americana se voltando, principalmente, às consequências sociais e ambientais do conhecimento científico (Santos; Ichikawa, 2002). Mas também na América Latina, em que o Pensamento Latino-Americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (PLACTS) surgiu, paralelamente aos movimentos europeu e norte-americano, para atender, justamente, demandas locais/regionais (Kreimer, 2007), com ênfase em políticas e participação públicas em C&T (VON LINSINGEN, 2007).

Isso porque os países latino-americanos apresentam variantes específicas no enfrentamento de problemas sociais, que exigem análises sobre desenvolvimento socioeconômico não restritas à democratização do saber científico, mas que valorizem a “[...] riqueza [...] do saber popular e local” (Incrocci *et al.*, 2017, p. 57). Isso, porém, ainda se mostra um desafio. Segundo Dagnino (2009), apesar dos avanços obtidos, ainda são incipientes nas universidades e inexistentes no nível secundário de ensino as iniciativas voltadas aos ESCT nesses lugares – até mesmo nos que se fizeram pioneiros, como a Argentina, pelas pesquisas de Oscar Varsavsky, Amílcar Herrera e Jorge Sábato, e no Brasil, pelos escritos, entre outros, de Paulo Freire.

O PLACTS surgiu num momento de efervescente discussão sobre o papel das universidades na transferência de tecnologia (Auler; Delizoicov, 2015), a partir do qual os autores argentinos questionavam se o modelo de industrialização vigente no contexto latino-americano não se baseava em práticas de países desenvolvidos, o que desprezaria demandas específicas – ou seja, a transferência levaria, com ela, modelos de sociedade do Hemisfério Norte. Diante disso, passaram a propor uma agenda própria de pesquisas, com enfoque regional, a partir de questões que estavam historicamente relegadas, como analisar as potencialidades de desenvolvimento de C&T em condições de pobreza.

Para Auler e Delizoicov (2015), a aproximação entre essas teorias do PLACTS com a filosofia de Freire permitiu que fossem detectadas particularidades dos determinantes sociais de C&T, a serem investigadas com a ampla participação dos atores sociais em processos decisórios, dando voz a eles, “[...] na perspectiva de potencializar aspectos positivos e mitigar os avaliados como negativos” (p. 78).

Mesmo não pensando especificamente a apropriação de C&T pela sociedade, Freire nos fornece subsídios para promover reflexões sobre educação no campo CTS, com a tecnologia aparecendo como mediadora das relações entre indivíduos e grupos, e destes com o mundo. O autor parte de uma definição de educação que questiona o enfoque clássico de transferência de saber para concebê-la como “[...] encontro de sujeitos interlocutores” (Freire, 1987, p. 29). Está ligada, portanto, a transformação, devendo ser “libertadora”, conceito que o autor opõe ao de “educação bancária” (p. 33). Nesta, o conhecimento não se constrói sobre o diálogo, mas a partir da imposição de valores de determinados grupos sobre outros, restringindo-se a um mecanismo de controle que consolida visões dos que ocupam alguma esfera de poder. Já aquela é de mão dupla, “[...] em que ninguém educa ninguém, como tampouco se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (p. 39). Ao dar voz aos oprimidos, a educação libertadora compreende a construção do conhecimento como coletiva, o que pode ser entendido, segundo Freire, como ação política ou “[...] ação cultural para a liberdade” (p. 30).

Essas novas possibilidades de abordagens contribuíram para dar ao Brasil, segundo Laville e Dionne (1999), níveis científicos que já se observavam na Europa há muito tempo. Uma defasagem explicada pela falta de condições históricas para o desenvolvimento da pesquisa, decorrente de uma ordem patrimonial e escravocrata fomentada pelo interesse das elites, e por fundamentos religiosos e conservadores, ditados pelo clero e por juristas burocratas, que impulsionaram, justamente, uma resistência cultural aos papéis sociais da ciência. No âmbito dos ESCT, a escassez de estudos, no Brasil ou nos outros países latino-americanos, se torna ainda mais notória quando envolve o envelhecimento, principalmente quando se atesta que, nos estudos interdisciplinares sobre a temática, há paradoxos importantes a serem abordados, como “tecnologias para que e para quem?” (PEDRO *et al.*, 2019).

Amparado em Cabral *et al.* (2013), Pedro *et al.* definem o “envelhecimento” como processo dialético entre aspectos “[...] individuais e/ou coletivos, retrospectivos

e/ou prospectivos [...]” (Pedro, 2019, p. 144), que não ocorrem isoladamente, mas são influenciados pelas condições sociais e relacionamentos estabelecidos no curso da vida – o que demanda, no campo CTS, reflexões sobre essas interações e sobre como as estruturas sociais influenciam, permeadas pelas tecnologias, a busca por um envelhecimento com qualidade, sendo ainda possível questionar se e como C&T contribuem para melhorar a visibilidade e a atenção à velhice.

As perspectivas de aumento da população idosa no planeta, segundo o Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde, da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2015), para a qual a humanidade vive uma “revolução demográfica” (WHO, 2002), estão fundamentadas nos avanços da ciência que permitem viver mais tempo somados a uma tendência de queda de natalidade. Com necessidades específicas, as pessoas idosas respondem por uma mudança no perfil de consumo, impulsionando o desenvolvimento de produtos e serviços voltados a elas.

O documento “Megatendências 2030”, publicado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), em 2018, apontou os principais movimentos globais que devem ocorrer em várias áreas da sociedade mundial nos próximos anos. Entre eles, o envelhecimento, que deve estimular a oferta de tecnologias direcionadas. Na saúde, por exemplo, verbas para pesquisas sobre diagnósticos avançados, equipamentos cirúrgicos, sensores para rastreamento e programação de manutenção hospitalar, entre outros, devem somar US\$ 278 bilhões em todo o mundo até 2030. Em nano e biotecnologia para os setores farmacêutico e cosmético, o montante está estimado entre US\$ 600 bilhões e US\$ 3 trilhões, respectivamente. E, para telemedicina e monitoramento por sensores e chips para atendimento médico em domicílio, em US\$ 43,4 bilhões.

Há pouco mais de três décadas, Kalache, Veras e Ramos (1987) afirmavam que o crescimento da população idosa no planeta era considerado um fenômeno novo, apesar de ter sido favorecido, em países desenvolvidos, já no final do século XIX e início do XX, por importantes avanços médicos que reduziram, por exemplo, as taxas de tuberculose na Inglaterra e nos Estados Unidos. Nos menos desenvolvidos, só começaria a ser percebido na década de 1960, a partir da qual o Brasil, segundo os mesmos autores (Veras; Ramos; Kalache, 1987), experimentaria um intenso processo de envelhecimento, que traria consequências importantes para a população como um todo e, particularmente, para as próprias pessoas idosas.

Mesmo o Brasil tendo, atualmente, proporcionalmente à sua população total, um percentual de idosos semelhante à média do globo, observa uma taxa de aumento das pessoas idosas historicamente maior, o que pode fazer com que as mudanças sejam até mais aceleradas na comparação com outros países. Em julho de 2018, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgara a expectativa de que, nos próximos 21 anos, o número de pessoas com mais de 65 anos no país ultrapasse o de crianças de até 14 (Agência IBGE, 2018). Naquele ano, para cada grupo de 100 crianças, eram 43,2 idosos a partir dessa idade. Em 2039, é possível que a relação se inverta e, em 2040, seja de 104 idosos para 100 crianças. Já em 2060, segundo o instituto, serão 173 idosos para 100 crianças.

Ainda segundo o instituto (IBGE, 2020), a expectativa de vida ao nascer no Brasil também estava em alta. Em 2019, a média era de 76,6 anos – 6,8 anos a mais que em 2000, quando atingiu 69,8 anos. Em 2040, as projeções indicavam que deveria chegar a 79,9 e, em 2060, a 81,2 anos. O IBGE projetou, também, que uma pessoa que completasse 50 anos em 1940 viveria, em média, mais 19,1 anos. Em 2019, o número subiu para 30,8, quase 12 anos mais.

As altas taxas de mortalidade de pessoas idosas pela Covid-19 podem ter, segundo a Organização das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2020), alterado um pouco a expectativa de vida, mas não mudam a tendência de envelhecimento populacional para os próximos anos. Neste cenário, demanda-se atenção para a necessidade de integrar as pessoas idosas em respostas humanitárias à doença e suas consequências, como usar meios de comunicação para ampliar o conhecimento sobre a velhice e criar leis que inibam a discriminação por idade.

2.3.2 Envelhecimento saudável e ativo

Mais do que chegar à velhice, é importante avançar por essa etapa com qualidade. A OMS (2015) define “envelhecimento saudável” como “[...] processo de desenvolvimento e manutenção da capacidade funcional que permite o bem-estar em idade avançada” (p. 13). Já “capacidade funcional” consiste num conjunto de “[...] atributos relacionados à saúde que permitem que as pessoas sejam ou façam o que com motivo valorizam” (p. 13).

Pedro (2013) explica que, conforme a população envelhece, os estudos sobre essa temática não devem se restringir aos serviços sociais e de saúde, mas se

estender para os âmbitos da educação, justiça, previdência, habitação, transporte, esporte e lazer, ciência e tecnologia (C&T), trabalho e emprego – fatores no entorno dos quais gira a discussão sobre o “envelhecimento ativo”, também defendido pela OMS entre as condições para o envelhecimento saudável.

Em outro documento, a OMS (WHO, 2005) explica “envelhecimento ativo”, conceito divulgado inicialmente na Segunda Assembleia Mundial das Nações Unidas para o Envelhecimento, realizado em Madri, em 2002, como “[...] processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas” (WHO, 2005, p. 13). Visa garantir a participação contínua, não apenas a presença física, nas ações sociais. E que as pessoas idosas interajam com independência e autonomia.

“Qualidade de vida” é definida como a “[...] percepção que o indivíduo tem de sua posição na vida dentro do contexto de sua cultura e do sistema de valores de onde vive, e em relação a seus objetivos, padrões e preocupações” (WHO, 2005, p. 14); “independência” como “[...] habilidade de executar funções relacionadas à vida diária – isto é, capacidade de viver independentemente na comunidade, com alguma ou nenhuma ajuda de outro”; e “autonomia” como “[...] habilidade de controlar e tomar decisões pessoais sobre como se deve viver diariamente, de acordo com suas próprias regras e preferências” (p. 14).

Uma série de diretrizes é essencial para favorecer o envelhecimento ativo, que a OMS (WHO, 2002) denomina como “determinantes”. São eles: 1) serviços sociais e de saúde, 2) comportamentais, 3) pessoais, 4) ambiente físico, 5) sociais e 6) econômicos. Todos devem ser inseridos, de maneira integrada, em políticas públicas, bem como na atuação de grupos sociais e em hábitos individuais, tendo respeitadas a garantia de equidade entre gêneros e etnias, como os indígenas, para que se possa usufruir das fases da velhice com a independência e a autonomia almejadas. Deve-se, ainda, priorizar a pesquisa científica amparada em evidências e a aplicação de recursos tecnológicos a partir das características de cada país, para que seja possível aferir os efeitos dos investimentos em questões centrais para uma velhice equilibrada.

Figura 1. Determinantes do envelhecimento ativo



Fonte: WHO (2005)

Nos determinantes dos serviços sociais e de saúde, estão previstos o acesso a programas de prevenção de doenças; serviços curativos, que devem ser oferecidos em todos os níveis de atendimento, a começar pelo setor de atenção primária; cuidados de longo prazo, definidos como um sistema de atividades realizadas por cuidadores informais, como amigos, vizinhos e parentes, e formais, os profissionais de saúde, em prol de pessoas incapazes de prover, sozinhas, suas necessidades; e, finalmente, serviços de saúde mental – que se mostram uma questão prioritária.

Os determinantes comportamentais consistem na adoção de estilos de vida saudáveis, como prática de atividade física, alimentação balanceada, evitar o uso de tabaco e álcool, e fazer uso sábio de medicamentos que ajudem a prevenir e controlar doenças e o declínio funcional, e ampliar a longevidade.

Estes são seguidos pelos determinantes pessoais. Eles se referem a fatores biológicos e genéticos que, combinados aos ambientais e comportamentais, ajudam a explicar por que doenças como diabetes, hipertensão, Alzheimer, câncer, entre outras, atingem mais alguns indivíduos do que outros. Nesse tópico, entram, também, os aspectos psicológicos, como a capacidade de resolver problemas e de se adaptar

a mudanças, e o acaso, ao qual todo ser humano está sujeito, mesmo tendo condições de adotar todos ou a maioria dos cuidados recomendados.

Entre os determinantes voltados ao ambiente físico, se destacam serviços de transporte público e espaços urbanos, que devem ser adaptados às necessidades de mobilidade, além de habitação segura, que garanta conforto e evite acidentes, como quedas, e acesso a água limpa, ar não poluído e alimentação saudável.

Nos determinantes sociais, estão inclusos o suporte social – conexões que permitem estabelecer laços pessoais, fontes vitais de apoio emocional e para reduzir o isolamento social e a solidão –, o acolhimento e a prevenção de casos de violência, e a inclusão em programas educativos, que visem à literacia em novas tecnologias, outros tipos de aprendizado e a participação nas comunidades, em que indivíduos expressem e vejam respeitada sua heterogeneidade, e se insiram em oportunidades de promoção de bem-estar e de desenvolvimento de suas habilidades e criatividade.

Já os determinantes econômicos preveem o acesso à proteção social, renda e trabalho digno, que consistem em estabelecer meios financeiros e materiais para pessoas que não contam com suporte familiar. Nos países menos desenvolvidos, é bem provável, segundo a OMS, que as pessoas precisem se manter ativas no trabalho até a velhice, mas podem encontrar empecilhos na adoção de tecnologias que visem atender, apenas, interesses industriais e comerciais, bem como na exploração da mão de obra e na mobilidade do próprio mercado. Diante disso, é necessário que as políticas de desenvolvimento favoreçam, às pessoas idosas, ter acesso a crédito e participar de oportunidades de geração de renda.

Para que esses determinantes sejam implementados, porém, a OMS (WHO, 2002) lista sete desafios: 1) O crescimento de doenças não transmissíveis, que, em 1990, respondiam por 51% da carga global de doenças, com previsão de bater a marca dos 78% em 2020; 2) O maior risco de incapacidade, especialmente das pessoas com deficiência, físicas e mentais, que, ao envelhecerem, podem encontrar novas barreiras, como o agravamento de dificuldades de mobilidade ou a morte de familiares responsáveis por cuidar deles; 3) Falta de equilíbrio entre o apoio para o autocuidado, o apoio da rede informal e o da rede formal. Conforme a OMS, embora a maioria dos cuidados que indivíduos que precisam seja de amigos, vizinhos e parentes, a maior parte dos recursos é distribuída a profissionais de saúde; 4) A feminização do envelhecimento. Enquanto as mulheres vivem mais que os homens

na maioria dos lugares do mundo, elas são mais propensas a sofrer violência de todos os tipos, como a doméstica e discriminação no acesso a saúde, segurança social, poder político, educação, trabalho e renda, entre outros; 5) Ética e desigualdades. À medida em que as populações envelhecem, aumentam os dilemas ligados aos cuidados de longo prazo e garantias dos direitos humanos a idosos mais pobres e/ou com deficiência, além de falta de proteção contra esquemas fraudulentos que buscam vender fórmulas sem eficácia para manter a juventude; 6) Economia. Ao mesmo tempo em que o envelhecimento gera dúvidas sobre o aumento de demandas e custos na saúde, a OMS afirma que inovação, cooperação e planejamento podem permitir gerenciar os investimentos; 7) A possibilidade de forjar um novo paradigma para a velhice – que tem sido muito associada a aposentadoria, doenças e dependência –, haja vista que as pessoas mais velhas buscam se manter tanto em trabalhos formais quanto informais, como zelar pelos netos enquanto os pais trabalham ou contribuir no cuidado para com outros idosos, o que representa, mesmo que não entrem nas estatísticas do mercado de trabalho, importantes contribuições sociais e econômicas.

Para o enfrentamento desses desafios, as propostas da OMS devem nortear ações de parceria entre governos, setor privado e sociedade, e, para isso, precisam se relacionar a normativas nacionais. Durante a Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro de 2020, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, reforçou essa necessidade, ao dizer que, com ações integradas, “[...] poderemos não apenas adicionar anos à vida, mas também vida a esses anos” (OPAS, 2020, s/p).

Na ocasião, o período que vai de 2021 a 2030 foi declarado como “Década do Envelhecimento Saudável”. No processo de preparação para fazer este anúncio, a OMS divulgou uma estratégia global para o envelhecimento e a saúde (WHO, 2017), documento que trouxe um plano de ações voltadas a cinco principais objetivos: 1) Compromisso de ação para o envelhecimento saudável em todos os países; 2) Desenvolver ambientes amigáveis aos idosos; 3) Alinhar os sistemas de saúde às necessidades das populações mais velhas; 4) Desenvolver sistemas sustentáveis e equitativos para cuidados de longo prazo; e 5) Melhorar medição, monitoramento e pesquisa sobre envelhecimento saudável.

No Brasil, algumas das principais medidas em prol do envelhecimento estão previstas na portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006, que instituiu a Política

Nacional da Pessoa Idosa e estabelece, a partir dos itens que se seguem, o acesso a promoção, proteção e recuperação da saúde para o envelhecimento com qualidade.

a) promoção do envelhecimento ativo e saudável; b) atenção integral, integrada à saúde da pessoa idosa; c) estímulo às ações intersetoriais, visando à integralidade da atenção; d) provimento de recursos capazes de assegurar qualidade da atenção à saúde da pessoa idosa; e) estímulo à participação e fortalecimento do controle social; f) formação e educação permanente dos profissionais de saúde do SUS [Sistema Único de Saúde] na área de saúde da pessoa idosa; g) divulgação e informação sobre a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa para profissionais de saúde, gestores e usuários do SUS; h) promoção de cooperação nacional e internacional das experiências na atenção à saúde da pessoa idosa; e i) apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas. (BRASIL, 2006, s/p)

Tais itens dialogam com o Estatuto do Idoso, Lei nº 10741, instituído no país em 1º de outubro de 2003, que apresenta, entre outras, as seguintes condições:

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2003, s/p)

A partir disso, a canalização de esforços interdisciplinares para a compreensão do envelhecimento deve abarcar, segundo Pedro (2016), que as mudanças tecnológicas nesse âmbito, ao mesmo tempo em que favorecem a longevidade, trazem novos desafios, multidimensionais, decorrentes da diversidade e da complexidade do fenômeno – considerando que cada indivíduo ou grupo envelhece de uma forma, em consonância com suas dimensões sociais. Um cenário que impõe a busca de respostas a perguntas relativas a 1) Como podemos colaborar para que as pessoas idosas se mantenham ativas conforme a idade avança, encorajando políticas públicas voltadas a elas?; 2) Se e como a qualidade de vida pode ser aprimorada na velhice, vislumbrando que pode haver maior pressão nos sistemas de saúde e de segurança social devido ao aumento da população idosa?; e 3) Como

podemos projetar e apoiar um equilíbrio entre as responsabilidades familiar e do Estado para com os idosos, e estimular os próprios idosos no cuidado para com outros?

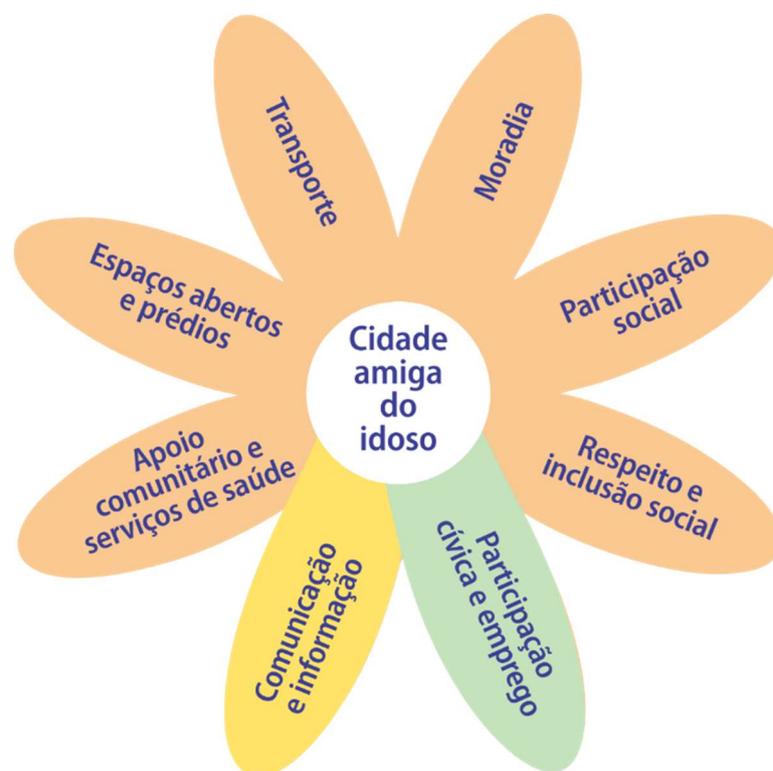
Diante disso, a própria OMS (WHO, 2002) recomenda que a observação dos determinantes do envelhecimento ativo parta de uma perspectiva do curso de vida dessas pessoas, ou seja, de como se dá sua inserção em grupos heterogêneos, com condições diversas de envelhecimento, destacando que essas diferenças podem ser diminuídas com a promoção de ambientes amigáveis a eles. A palavra-chave aqui é capacitação, ou seja, que é possível aprender a envelhecer com qualidade, com o indivíduo participando, de forma ativa, da construção de uma consciência social e contribuindo, assim, para fortalecer as ações grupais e agregar valor às próprias.

Caldas e Thomaz (2010) lembram que, mesmo com o envelhecimento sendo alvo de ações políticas no mundo todo, há carência de produção e divulgação do conhecimento científico-tecnológico sobre o tema. “[...] subsiste a necessidade de se investirem recursos de todo tipo nesta área. Desta forma se garantirá o avanço nas questões relativas ao envelhecer [...], propiciando então novas formas de encarar e lidar com esta temática” (p. 76).

Para que isso aconteça, segundo Assis (2005), a preocupação com questões pertinentes ao envelhecimento deve contemplar as condições adversas que, em países menos desenvolvidos, como o Brasil, são amplificadas por diferenças culturais e por desigualdades sociais e de gênero, e que, nesses casos, pensar em estratégias que visem à qualidade de vida em contextos de vulnerabilidade é condição básica para garantir saúde com integração social, devendo considerar um amplo diálogo com a sociedade para atacar os problemas. Esse, no entanto, é apenas um dos muitos desafios emergentes, já que, numa sociedade altamente tecnológica e competitiva, a atenção à velhice tem sido negligenciada, especialmente onde tem havido redução no número de membros das famílias, que poderiam auxiliar nos cuidados com idosos, e agravamento da pobreza (NOGUEIRA; ALCÂNTARA, 2014).

Segundo a OMS (2008), a garantia de um envelhecimento com qualidade, que siga as diretrizes estabelecidas, globais e nacionais, passa, necessariamente, pelo acesso às NTICs e ao trabalho – que, nesta tese, ganham protagonismo.

Figura 2. Quesitos relevantes para uma cidade amiga do idoso



Fonte: OMS (2008, destaques nossos)

2.3.3 Envelhecimento, tecnologia e trabalho

Com relação às NTICs, a OMS considera este um direito básico dos idosos, como saúde ou saneamento básico. No Brasil, o número de pessoas com mais de 60 anos que usam a internet, por exemplo, cresceu mais de 1.300% em menos de uma década. De acordo com a pesquisa mais recente sobre os hábitos da velhice do Instituto Locomotiva, de São Paulo, divulgada em 2016, 364 mil brasileiros desse grupo etário tinham acesso à rede em 2008 – 1,7% da população dessa faixa etária naquele ano. Oito anos depois, o índice saltou para mais de 20%, com mais de 5,2 milhões de conectados. Eles detinham, juntos, de acordo com o instituto, uma renda anual de cerca de R\$ 330 bilhões, favorecendo a demanda por inovação tecnológica (Meirelles, 2016). Redes de relacionamentos, sites de bancos e portais de notícias estavam entre os mais visitados.

Em artigo publicado em setembro de 2016, na Revista Brasileiros, o presidente do instituto, Renato Meirelles, afirmou que o número de idosos *online* estava dividido, igualmente, entre homens e mulheres. Pessoas com 60 a 64 anos representavam

51%; outros 27% tinham entre 65 e 69, e 22% mais de 70. E que, “[...] conectados com o mundo, os idosos ficam mais otimistas e se sentem mais felizes na sociedade” (Meirelles, 2016). A classe A tinha 1% dos internautas da terceira idade; classe B, 23%; classes C e D, 38% cada; e não foram identificados representantes da classe E.

No mesmo ano, o jornal O Estado de São Paulo (Cambricoli, 2016) divulgou um estudo feito por pesquisadores brasileiros e ingleses que concluiu que a internet pode ser uma ferramenta poderosa para levar qualidade de vida e independência aos mais velhos. Mais de seis mil idosos foram acompanhados durante um período de oito anos, evidenciando que a chamada *digital literacy*, ou educação digital, reduz perdas cognitivas e influencia no aumento do tempo de vida. “Estamos em uma sociedade em que os brasileiros querem continuar ativos, mas isso requer mudanças no mercado de trabalho e um programa de redemocratização de acesso à internet”, declarou, na reportagem, o presidente do Locomotiva.

A pesquisa TIC Domicílios, do Cetic-br (2020) – Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação sob os auspícios da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) –, com dados de 2019 e divulgada em maio de 2020, evidenciou que, nos anos seguintes a 2016, a adesão à internet continuou em alta: 34% das pessoas com mais de 60 anos do país já estavam conectados – pouco mais de 10 milhões.

Apesar desse cenário, o levantamento mostrou que dois terços dos idosos ainda não tinham acesso, o que nos coloca diante do desafio de que a inclusão digital seja extensiva a todas as classes e se mantenha gradativa, com a disponibilização de ferramentas e conteúdos específicos não só a grupos de indivíduos a partir dos 60 anos, mas já em fases de transição para a velhice. Para Cabral *et al.* (2013), não se pode aceitar, em ambientes democráticos, a exclusão ou marginalização de pessoas, incluindo as idosas, do seu exercício de direitos, de forma que não só a adesão às NTICs, mas também a educação para seu uso seja tomada como um desafio político visando à participação social e, no caso específico da velhice, principalmente em sociedades mais envelhecidas, como condição fundamental para a qualidade de vida.

Já no mundo do trabalho, idosos que participaram de um projeto da OMS (2008) relataram que tinham acesso frequente a atividades voluntárias e que se sentiam respeitados por isso em suas comunidades. Mas que gostariam de ver ampliadas as possibilidades de emprego e que as oportunidades fossem em condições menos

precárias e moldadas às necessidades deles. Afirmaram que também gostariam de maiores incentivos à participação cívica, mas viam barreiras a isso, entre obstáculos físicos e estigmas culturais.

Antes da Covid-19, apesar de crescimentos sucessivos nas contratações de pessoas acima dos 50 anos, uma das preocupações evidentes era com a precarização das atividades laborais. Laporta e Cavallini (2018), em reportagem para o G1 Globo, apuraram, por exemplo, que o percentual de pessoas com mais de 60 anos no mercado brasileiro havia batido recorde no segundo trimestre daquele ano, mas que 74% dos representantes desse grupo etário atuavam na informalidade, sem os direitos garantidos a quem tinha carteira assinada.

Apesar de a pandemia de Covid-19 ter freado uma sequência de aumentos de vagas formais para as pessoas idosas, que haviam sido observados de 2017 a 2019, elas tendem a continuar buscando permanecer no mercado de trabalho – cenário favorecido pelo avanço da vacinação – o que mantém a necessidade de vigilância. Em entrevista à BBC Brasil (Alegretti, 2020), a subprocuradora do Trabalho Sandra Lia Simon disse que o preconceito no trabalho mercado não é observado apenas contra pessoas que passaram a barreira dos 60 anos, mas já a partir dos 50. E cita três motivos: a saúde, já que as pessoas mais velhas são consideradas mais propensas a ter complicações, a preferência por mais jovens, por causa do preparo físico e dos salários mais baixos pagos a eles, e a dúvida dos patrões sobre a afinidade dos mais velhos com tecnologias.

Sandra destacou, também, que a rejeição aos mais velhos é até mais difícil de medir em comparação com mulheres e negros, por exemplo, por não haver uma definição do que ela chama de “ponto de corte”, ou seja, a idade exata em que começa a discriminação. Um agravante nesse contexto, segundo ela, é que, apesar de o Estatuto do Idoso considerar, como pessoas idosas, as que têm mais de 60 anos, algumas políticas públicas são voltadas apenas a quem tem mais de 65, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que paga um salário mínimo por mês a quem tem renda *per capita* menor que um quarto do próprio salário mínimo.

Para Félix (2016), estudos sobre a situação das pessoas idosas no trabalho contribuem para evitar que essa população se veja excluída dos debates sobre políticas públicas – sejam elas assistencialistas ou que considerem a geração de riquezas para “[...] todo o conjunto da sociedade” (p. 241) – que possam dar respostas

a essa problemática. Para o autor, o debate na esfera pública brasileira pouco se preocupou, historicamente, com a ocupação de pessoas a partir de 50 anos. Nesse caso, o entendimento era o de que, com o desenvolvimento econômico, não faltariam oportunidades ou, então, que o Estado conseguiria garantir aposentadoria a todos. Não houve, com isso, atenção a programas de qualificação profissional ou de preparação para aposentadorias mais tardias, o que gerou dificuldades principalmente aos trabalhadores menos qualificados, “[...] embora os mais qualificados também não estivessem imunes” (FÉLIX, 2016, p. 247).

Ao abordar as tecnologias como facilitadoras para o trabalho, Fleming, Mason e Paxton (2018) discutem que, se, por um lado, elas permitem fazer o que antes não era possível, por um outro é necessário se atentar para que as pessoas não sejam capacitadas *pela* tecnologia, mas *com* a tecnologia (grifos nossos), em espaços democráticos e participativos, nos quais possam conduzir as ferramentas para suas necessidades, e não fiquem submissas a elas.

2.3.4 Perspectivas no campo CTS

Olhando para esse conjunto de possibilidades, o Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Gerontologia Social (NIEPGS) da UFSCar, do qual o professor e pesquisador Wilson Pedro, orientador desta tese, é um dos líderes, exerce um pioneirismo latino-americano na observação do envelhecimento no campo CTS, ao subsidiar análises no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS), para o qual este estudo foi aceito, na linha 1 de investigação, em Dimensões Sociais da Ciência e da Tecnologia.

Desde 2009, Pedro se dedica a estudar aspectos do envelhecimento nos pressupostos da pesquisa social, qualitativa, apontando para diferentes conexões entre ciência, tecnologia e sociedade voltadas a compreender fenômenos nas áreas da saúde, da educação, do trabalho, entre outras, como a inovação tecnológica em ambientes organizacionais privados e, especialmente, em instituições de ensino e pesquisa públicos.

Entre as dissertações e teses envolvendo essas questões que ele orientou ou coorientou no PPGCTS, Mello (2021) mapeou iniciativas de inovação social voltadas ao envelhecimento ativo em São Carlos-SP e nas regiões centro e norte de Portugal. Por meio do levantamento do estado da arte e de um estudo multicase, percebeu a

escassez de conhecimento sobre essa interface, identificando possibilidades de ampliá-la por meio de sua difusão e do incentivo à transformação social.

Orlandi (2018) identificou e caracterizou programas de inclusão digital para pessoas 60+ no Brasil e em Portugal, avaliando, ainda, o perfil dos frequentadores e as visões deles acerca dos processos de ensino-aprendizagem de tecnologias digitais adotados. Primeiro, levantou possíveis locais de investigação, que se concentraram, em Portugal, em Universidades da Terceira Idade, e, no Brasil, em instituições públicas. Posteriormente, foram aplicados questionários semiestruturados com coordenadores, professores e participantes com 60 anos ou mais desses locais. Os resultados foram aferidos por meio de análise de conteúdo e estatística simples. Ao observar que os dois países oferecem a promoção de tecnologias às pessoas idosas, mas sem metodologia definida, e que não é possível afirmar que há inclusão digital, Orlandi propôs uma formatação para cursos voltados a esse público.

Nessa linha de investigação sobre o acesso de pessoas idosas às NTICs, a mesma autora (Orlandi, 2014) avaliou se usuários do Programa de Inclusão Digital (PID) da Fundação Educacional de São Carlos (EESC), uma entidade governamental, usavam a internet para buscar informações sobre saúde. Dezenove dos convidados a contribuir com a pesquisa concordaram em participar – oito do sexo masculino e 11 do feminino, que responderam, inicialmente, a um questionário semiestruturado. A seguir, oito deles integraram um estudo dirigido e, na terceira etapa, a coleta de dados foi por grupo focal, com seis pessoas – dois homens e quatro mulheres. Os principais resultados apontaram que a idade média dos participantes era de 67 anos, com renda de até três salários mínimos, e que a maioria não fazia buscas de informações sobre saúde, apesar de considerá-las importantes para a qualidade de vida.

Gomes (2017) analisou representações sociais de funcionários de uma Instituição de Longa Permanência de Idosos (ILPI) do interior de São Paulo sobre o trabalho do *cuidado* (grifo nosso). Primeiro, fez um estudo exploratório com posterior aplicação de questionário semiestruturado a nove pessoas. Como resultados, extraiu que elas constroem suas representações ligando o cuidado a “aprendizado”, amor”, “arte” e “carinho”, mas também a “trabalho pesado”, que requer reconhecimento e esforço físico e que “está para além das técnicas” (p. 59). Constatou, ainda, que o conhecimento da sociedade sobre esse trabalho é limitado, demandando tanto o

desenvolvimento de ações internas nas instituições quanto de políticas públicas direcionadas ao acompanhamento a longo prazo e às condições do cuidado.

Silva (2016) também analisou representações sociais, mas, desta vez, sobre a Política Nacional da Pessoa Idosa na Direção Regional de Saúde (DRS) III, de Araraquara-SP, município próximo a São Carlos. A pesquisa foi feita em duas etapas: a primeira documental e a segunda de exploração de campo, com aplicação de entrevistas semiestruturadas a gestores de saúde e articuladores da saúde do idoso. A autora percebeu que, apesar de uma política nacional bem estruturada, as práticas, que dependem das representações de quem as implanta em âmbito regional/local, são frágeis e seguem diretrizes adequadas às demandas de suas realidades, mesmo com a existência de normativas nacionais e internacionais.

Mantendo o foco na DRS III, Anitelli (2016) questionou se pesquisadores sobre Gerontologia e envelhecimento conhecem e utilizam a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde do Idoso. Por meio de um estudo exploratório-descritivo, composto por várias etapas, entre elas análise documental, levantamento de informações junto ao Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e entrevistas semiestruturadas, identificou, nos municípios que compõem a DRS, 14 grupos de pesquisa sobre as temáticas abordadas, sendo que seus líderes, num total de 11, tinham formações acadêmicas variadas, um indicativo de tendência à interdisciplinaridade. Entrevistas com eles, porém, demonstraram conhecimento limitado sobre a agenda, demandando que a disseminação das informações nela contidas seja priorizada.

Já a preocupação de Queiroz (2020) foram as percepções de trabalhadores a partir de 50 anos e que buscam recolocação profissional, sobre as mudanças científico-tecnológicas no mundo do trabalho e suas demandas para se manterem no mercado, e as de gestores desses profissionais. A pesquisa também foi desenvolvida em Araraquara-SP, onde o autor entrevistou dez pessoas, sendo cinco trabalhadores e cinco gestores, a partir das quais considerou que a recolocação no mercado é percebida de forma diferente por esses grupos: os trabalhadores relataram dificuldades de (re)inserção por causa das NTICs e de questões culturais, como a de que estão em desvantagem em relação a gente mais nova, enquanto os gestores reconheceram dificuldades de adaptação às tecnologias, mas com visões diferentes

quanto à idade dos profissionais – que, para eles, representa comprometimento, experiência e maturidade, características vistas como vantagens estratégicas.

Rosário (2021) analisou as dimensões sociais da formação e atuação de bacharéis em Gerontologia graduados na Universidade de São Paulo (USP) e na UFSCar. Olhando para os projetos político-pedagógicos de ambas as instituições, currículos da Plataforma Lattes e perfis da rede social LinkedIn, a autora observou, por meio de pesquisa documental e netnográfica, as habilidades contidas nesses projetos pedagógicos. Os resultados evidenciaram a necessidade de prospectar demandas e criar oportunidades para uma atuação interdisciplinar desse profissional.

Custodio (2022) buscou compreender como mulheres idosas produtoras de conteúdo na rede social Instagram se manifestam e se posicionam sobre aspectos relacionados a autoestima e autoimagem. Com um estudo pluriométrico, qualitativo, descritivo e documental, se voltou para as interações entre as mulheres idosas e seus seguidores, pelas quais pôde perceber que o maior domínio das tecnologias digitais pelas pessoas mais velhas tem permitido questionar estereótipos sobre a imagem das mulheres construídos sócio-historicamente.

Evidencia-se, então, que demandas tecnológicas em cenários contemporâneos são cruciais para o desenvolvimento científico-tecnológico, e, para questões sobre envelhecimento, a análise de políticas públicas e da educação CTS pode revelar, pela via epistemológica construtivista das tecnologias, contribuições bastante férteis.

3. MÉTODO

Na investigação de questões como essas, considerando a identidade sujeito-objeto traçada pelas Ciências Humanas e a escolha de uma teoria que dê conta de processos transitórios e dialógicos, o método exerce um papel fundamental para aproximar ainda mais o pesquisador do fenômeno observado. “Entende-se aqui por método a intervenção do pesquisador, sua atividade mental consciente para realizar o papel cognitivo da teoria” (Vergara, 2005, p. 9). Por isso, sua escolha não pode ser aleatória, já que ele pode gerar ou ser gerado pela teoria, ou seja, há, entre eles, uma interdependência. “Ambos se nutrem” (p. 9).

Na definição de método, Severino (2013) alerta que, independentemente do tipo de pesquisa, seja qualitativa, quantitativa ou quanti-qualitativa, deve-se lembrar que ela não remete “[...] a uma modalidade de metodologia em particular [...]” (p. 73), ou seja, há sempre a necessidade de um conjunto de métodos para explicar os fenômenos estudados.

Nas pesquisas qualitativas nos ESCT, nos quais esta proposta de pesquisa se insere, esse intercâmbio ganha força, tendo em vista que, em propostas interdisciplinares, são associadas diferentes matrizes teóricas. “São várias metodologias que podem adotar uma abordagem qualitativa, modo de dizer que faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos do que propriamente a especificidades metodológicas” (SEVERINO, 2013, p. 73-74).

Apresenta-se, então, a seguir, o conjunto de procedimentos metodológicos que, considerando os objetivos propostos, foi usado nesta pesquisa.

3.1 Tipo de Pesquisa

A partir do arcabouço teórico, é possível definir que este estudo, inserido no campo CTS, interdisciplinar e com aderência à linha de pesquisa em Dimensões Sociais de Ciência e Tecnologia, do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), se caracteriza como de natureza social e qualitativa.

3.2 Arcabouço teórico e documental

A primeira etapa, justamente a de construção do arcabouço teórico, que, para Minayo (2019), compõe a fase exploratória da pesquisa, consistiu em revisão

bibliográfica, pela qual se levantou o estado da arte do conhecimento científico sobre as questões em investigação, e análise documental, em bancos de dados públicos abertos, conforme exposto, no tópico 2.1.

Segundo Severino (2013), a pesquisa bibliográfica é extremamente relevante porque se ocupa dos registros anteriores referentes à temática abordada, permitindo avançar a partir de problemas pouco ou ainda não abordados na produção do conhecimento sobre uma determinada temática. “Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores [...]. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos” (p. 76).

Já no caso da análise documental, ela pode ser usada, conforme Flick (2013) – caso se julgue, a partir dos objetivos propostos, adequada para amparar a pesquisa –, mesmo que os documentos tenham sido produzidos, inicialmente, para outros contextos. Nesse caso, deve-se identificar quais deles são relevantes, onde estão armazenados e se são acessíveis.

3.3 Procedimentos para coleta de dados

Conforme Thiry-Cherques (2009), nas pesquisas em Ciências Humanas, uma das dificuldades é definir o número de participantes ou de observações a serem feitas para que se atinja o chamado ponto de saturação, que “[...] designa o momento em que o acréscimo de dados e informações em uma pesquisa não altera a compreensão do fenômeno estudado” (p. 21), ou seja, quando os dados passam a ser repetitivos. Segundo o autor, experimentos em diversos campos do conhecimento demonstram que este ponto é obtido com, no máximo, 15 observações. Para o caso deste estudo, o número estabelecido, inicialmente, foi de 12, com a perspectiva de que fossem acrescentados mais participantes caso se entendesse que a saturação não tivesse sido atingida, o que não foi o caso. A amostra final, porém, acabou sendo de 13, por causa da entrada de um profissional com perfil que não vinha sendo encontrado, como será explicado adiante.

O uso de entrevistas para a coleta de dados está atrelado não só ao tipo de pesquisa adotado, mas, no caso deste estudo, à minha formação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, o que me proporcionou, ao longo da carreira, a realização recorrente de entrevistas.

Nesta fase da pesquisa, que Minayo (2019) denomina como etapa de campo, foi usada a entrevista reflexiva, definida por Szymanski (2000) como aquela em que o pesquisador submete suas compreensões aos entrevistados, para que o conhecimento que está sendo construído no diálogo seja não só validado como fidedigno pelos participantes da pesquisa, mas permita a eles reflexões sobre o que estão dizendo, de forma que podem voltar às respostas e articulá-las de outra maneira a partir das falas do pesquisador. Nesse tipo de entrevista, é importante, também, segundo a autora, que os participantes tenham acesso às transcrições feitas a partir das gravações, para que possam, caso achem pertinentes, suprimir ou acrescentar informações. Isso porque uma entrevista é sempre um processo de interação, não neutro, ou seja, é definido pelo intercâmbio de interpretações entre todos os envolvidos. E as interpretações, por sua vez, podem decorrer da própria interação.

Para a entrevista reflexiva, Szymanski (2000) recomenda que ela seja semidirigida, ou seja, parta de um pré-roteiro pertinente aos objetivos da pesquisa, que possa ser ampliado conforme surjam desdobramentos a partir do que os entrevistados respondem, sempre informando os participantes e refletindo junto com eles, além do que possa permitir uma interação horizontalizada entre pesquisador e entrevistados, para que estes se sintam à vontade para fazer suas intervenções.

A autora destaca que, em pesquisas qualitativas, as entrevistas têm sido usadas para investigações consideradas complexas para serem feitas apenas com instrumentos padronizados. Minayo (2019) incrementa a explicação ao afirmar que esta é uma “[...] forma privilegiada de interação social [...]” (p. 60), tendo em vista que sua dinâmica se aproxima muito daquela observada nas conversas cotidianas. Um dos motivos é que, pelo fato de a sociedade ser demarcada por muitos conflitos, cada entrevista expressa, “[...] de forma diferenciada, a luz e a sombra da realidade, tanto no ato de realizá-la quanto nos dados que ali são produzidos” (p. 60).

As entrevistas para esta pesquisa foram feitas remotamente, de forma síncrona, com o uso do *software* Google Meet, gratuito, dada a necessidade de distanciamento físico imposta pela pandemia de Covid-19 nos momentos em que foram feitos os primeiros contatos com os participantes e do envio do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com Seres Humanos da UFSCar. Uma vantagem, segundo Flick (2013), além da economia de tempo e recursos, é a possibilidade de alcançar pessoas a grandes distâncias, que estariam impedidas de participar caso

houvesse a necessidade de encontros presenciais. E que, apesar da não presencialidade, existe a facilidade de contextualizar as falas com gestuais. Por um outro lado, o autor destaca, como desvantagem, a perda do contato direto com os entrevistados.

A amostra de participantes foi obtida por meio de busca ativa, possibilitada pelos contatos reunidos por mim, proponente desta tese, ao longo de minha atuação profissional, bem como por indicação de outros jornalistas, sindicatos e associações – portanto, na esfera do senso comum. As sessões, que foram realizadas entre 16 de novembro de 2022 e 31 de janeiro de 2023, duraram, cada uma, entre 56min e 2h45min. Elas foram gravadas com o uso do próprio Meet e, posteriormente, transcritas, de forma minuciosa, atentando-se a detalhes (LAVILLE; DIONE, 1999). O processo de transcrição foi dividido em duas etapas: a primeira, com auxílio do *software* Pinpoint, do Google, e a segunda manualmente, para correções, já que o Pinpoint apresenta, geralmente, alguns trechos sem pontuação ou com palavras faltando, além de termos diferentes dos que foram ditos.

A proposta inicial era promover duas sessões com cada participante, de acordo com o que foi previsto no TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B): uma para apresentação da proposta e das condições da pesquisa, e outra para a realização da entrevista. Mas, conforme solicitado pelos participantes, por diferentes motivos, de ordem pessoal e profissional, optou-se por uma sessão apenas, com a duração que se fizesse necessária.

Dos 13 participantes, sete são do sexo masculino e seis do feminino. Todos residentes ou atuando profissionalmente em duas regiões geográficas intermediárias paulistas: Ribeirão Preto e São Paulo. Para cada região, a proposta era escolher dois jornalistas, um do sexo masculino e outro do feminino para cada faixa etária, a saber: de 60 a 69 anos, de 70 a 79 anos, e de 80 ou mais. Mas houve exceções: na região de Ribeirão Preto, foi encontrado apenas um jornalista do sexo masculino com mais de 80 anos, mas uma pessoa que o acompanha informou que ele não concede mais entrevistas. Por isso, nesse caso, foram ouvidos dois homens na faixa dos 70 a 79 anos – um deles a poucos meses de completar 80. No caso das mulheres, a maior idade encontrada na mesma região foi 75 – que integrou a pesquisa, bem como duas profissionais na faixa dos 60 aos 69 – uma de 60 e outra de 67. Não houve, portanto, profissionais do sexo feminino com mais de 80 anos na região de Ribeirão.

Já em São Paulo, na faixa etária dos 60 aos 69 anos, não foram escolhidos dois participantes, mas três. Isso porque, após ter sido feita a definição do grupo de 12 entrevistados, conforme inicialmente planejado, mais um jornalista demonstrou interesse em participar – o que foi aceito por mim e por meu orientador por se tratar de um profissional preto, um perfil que não havia sido ainda encontrado e que contribuiria para ampliar a diversidade do grupo.

Além de idades e características étnicas diversas, os participantes deveriam ter registro profissional de jornalista no Ministério do Trabalho (MTb) – não importando se tivessem conseguido o documento com ou sem diploma – e ter relações de trabalho também diferentes – como contratados com carteira assinada, em empresas de portes diferentes; *freelancers*; aposentados, que decidiram parar ou que continuavam trabalhando; desempregados; e atuando em áreas fora do Jornalismo –, no intuito de garantir variabilidade de participantes (Minayo, 2019) e permitir, com isso, identificar, além das representações sociais que circulam entre eles, a constituição de individualidades, e observar o próprio manejo da tecnologia – ou seja, o uso de NTICs. Os critérios de inclusão e exclusão dos participantes estão no Apêndice B.

Os participantes foram convidados, formal e individualmente, por e-mail, que teve apenas um remetente (eu, proponente desta pesquisa) e um destinatário (o entrevistado), para que se pudesse evitar que qualquer dos dados pessoais de um fosse divulgado para outros. O texto-padrão enviado a cada um deles está no Apêndice C, e o instrumento de coleta de dados (pré-roteiro de entrevista), no Apêndice D.

3.4 Procedimentos para análise dos dados

Após realizadas, transcritas e submetidas à validação dos participantes, que também assinaram um termo de autorização de uso de imagem (Apêndice E), as entrevistas foram, nesta fase, que Minayo (2019) denomina como de tratamento e análise, observadas por meio da Análise de Conteúdo (AC), que, segundo Bardin (1977), consiste num conjunto de técnicas de observação de conteúdos manifestos em quaisquer tipos de comunicações, como reportagens e anúncios de uma revista, a rede de comunicação formal e informal de uma empresa, a sinalização urbana, grafites em locais públicos, narrativas de histórias humorísticas e telenovelas, elementos da vida cotidiana, como as roupas que usamos, entre outros – podendo,

portanto, incluir falas de jornalistas 60+ residentes e/ou que atuam profissionalmente em duas regiões do Estado de São Paulo.

Conforme a autora, a AC possibilita, a partir do que é dito, inferir os não-ditos, deduzindo, de maneira lógica, o que favorece a emergência de um texto (enunciado), a que ela se refere como a origem da mensagem, e que efeitos ele pode provocar. As inferências são definidas como um procedimento intermediário que permite “[...] a passagem, explícita e controlada [...]” (Bardin, 1977, p. 39), entre a descrição das características dos textos a serem analisados e sua interpretação. Apoiando-se em Henry e Moscovici (1968, apud Bardin, 1977, p. 33), para os quais “[...] tudo o que é dito ou escrito é susceptível de ser submetido a uma análise de conteúdo [...]”, Bardin (1977) considera que “[...] qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor, controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas da análise de conteúdo” (p. 32)

A autora lembra, porém, que os dados recolhidos pelo pesquisador, assim como mencionado por Moscovici (1978), não expressam exatamente o que se desenrola na vida real, mas um indício. Entre os acontecimentos do cotidiano e a produção dos textos, existe um percurso interpelado pelas estruturas semânticas das palavras, bem com as psicológicas e sociológicas dos indivíduos e grupos. Por isso, nem sempre aquilo que é vivido é comunicado, mas pode ser ressignificado ou silenciado. Diante disso, a AC exige um conhecimento histórico sobre o objeto pesquisado e sobre o contexto em que ele se apresenta, para que se possa ter acesso, dedutivamente e a partir de parâmetros sistematizados de análise, não só à superfície dos textos, mas às condições que os determinaram, observando as consonâncias – ou não – entre o que se fala e o que se vive.

Sendo assim, as inferências podem responder a dois tipos de questionamentos. 1) Quais as causas de um certo enunciado, o que é que conduziu a ele; 2) Que consequências ou efeitos um enunciado pode provocar. Escreve Bardin (1977, p. 38): “O analista é como um arqueólogo. Trabalha com vestígios: os ‘documentos’ que pode descobrir ou suscitar. Mas os vestígios são as manifestações de estados, de dados e fenômenos. Há qualquer coisa para descobrir por e graças a eles”. Essa necessidade de descoberta deve ser exercitada pelo “desejo de rigor” (p. 29), ou seja, de forma não ingênua, em que a apreensão de significados não seja intuitiva, mas adequada aos objetivos pretendidos na pesquisa.

Independente do objeto, Bardin afirma que o uso da AC tem dois principais objetivos: 1) a ultrapassagem da incerteza, que permite perguntar: o que eu julgo ver nos textos está efetivamente lá? Minha visão é partilhada por outros, ou seja, é válida e generalizável? – daí a pertinência da validação pelos participantes da pesquisa e da apreciação por banca examinadora em sessão de Defesa da tese; 2) Se, por um olhar imediato, a leitura já é “fecunda” (p. 29), seu aprofundamento pode se revelar ainda mais produtivo, esclarecendo significações que antes não compreendíamos.

Vergara (2005, p. 16) define quatro características principais para a AC: 1) Serve tanto para fins exploratórios quanto de verificação de hipóteses; 2) Exige a necessidade de categorizar, ou seja, isolar elementos para depois agrupá-los - essas categorias devem ser exaustivas, permitindo a inclusão de todos, ou quase todos, os elementos de análise; mutuamente exclusivas, de forma que cada elemento seja incluído em apenas uma categoria; objetivas, para evitar dúvidas na distribuição dos elementos; e pertinentes, adequadas aos objetivos da pesquisa; 3) Podem-se analisar e armazenar, com o auxílio de *softwares*, grandes quantidades de dados, mas a interpretação cabe, exclusivamente, ao pesquisador, que 4) não deve se deter, apenas, a elementos regulares, sob o risco de desprezar o que está ausente ou raro, mas que seja relevante para a abordagem proposta.

Para efeito deste estudo, portanto, a escolha pela AC buscou contemplar essas questões. Para melhor visualização dos dados e sua categorização, foi utilizado, antes da aplicação da Análise de Conteúdo, o *software* Iramuteq, que pode ser baixado gratuitamente. Ele tem a AC como um de seus principais direcionamentos e apresenta funcionalidades de compilação de informações textuais consideradas adequadas aos objetivos propostos na pesquisa.

3.5 Aspectos éticos

Em todas as etapas em que houve contato com os participantes da pesquisa, buscou-se seguir os preceitos éticos para estudos em Ciências Humanas, que, no Brasil, estão expressos pela resolução nº 510/2016 (BRASIL, 2016) do Conselho Nacional de Saúde (CNS). A seguir, mencionam-se os principais deles, pertinentes a esta proposta:

- 1) A produção científica deve favorecer o acesso a benefícios, atuais e potenciais, aos humanos individualmente, a suas comunidades e à sociedade, respeitando

direitos civis, sociais, culturais e o equilíbrio ambiental, com vistas à promoção da qualidade de vida.

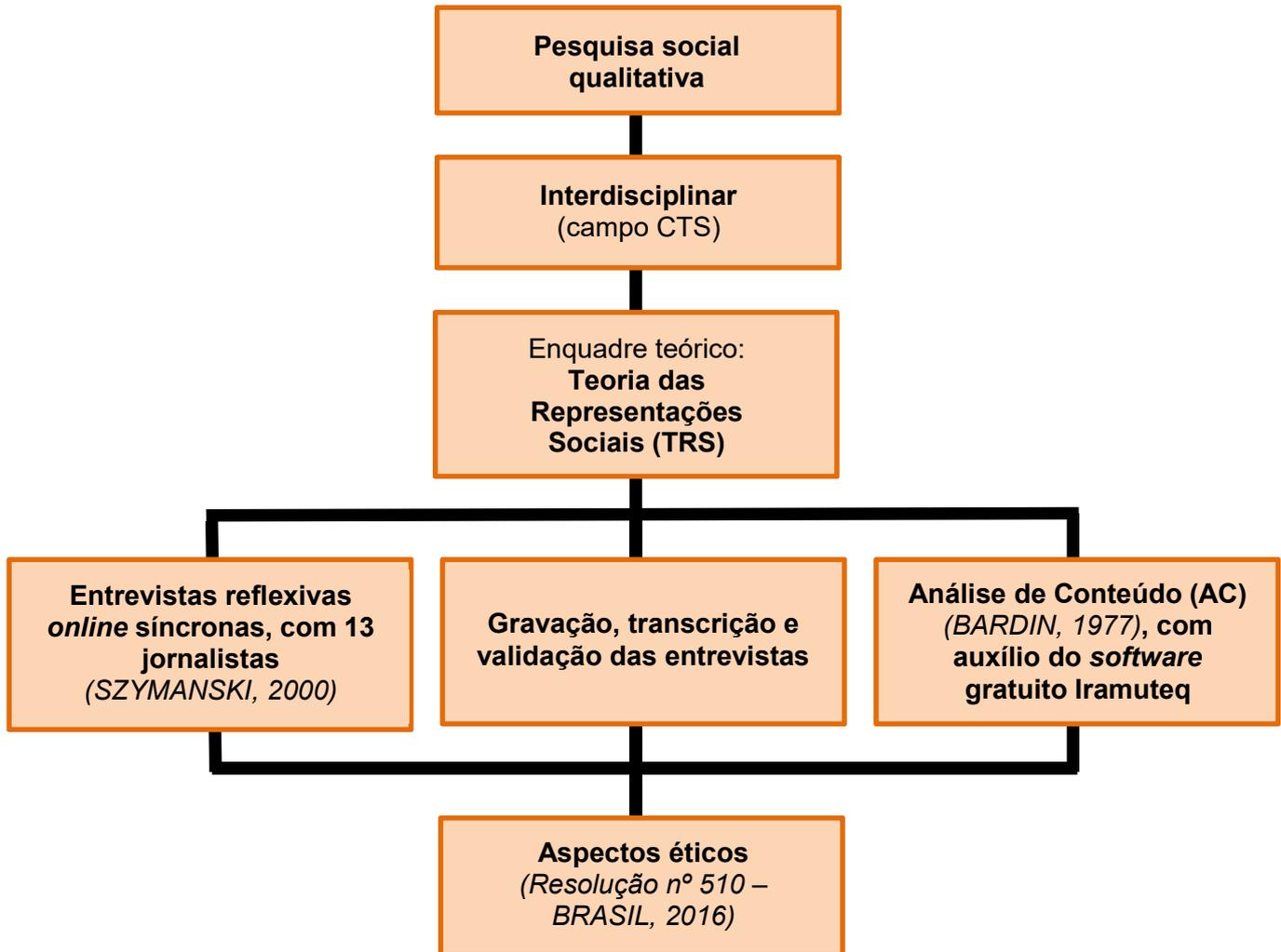
- 2) As Ciências Humanas possuem especificidades em suas concepções e práticas, atravessadas por um caráter pluralista e que demandam perspectivas teórico-metodológicas múltiplas, de forma que a relação entre pesquisador e participantes se constrói no decorrer da pesquisa, em que se buscam contatos mais horizontalizados, menos hierarquizados por algum tipo de poder.
- 3) A condução da pesquisa deve estar de acordo com diretrizes que se amparam na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e na Declaração Interamericana de Direitos e Deveres Humanos, do mesmo ano.
- 4) Os participantes têm direito à privacidade e de serem informados sobre todas as etapas da pesquisa e as condições para aderirem ou desistirem dela, bem como se terão de se submeter a algum risco. A adesão deve ser por ação livre e consciente, sem qualquer tipo de coação ou constrangimento, e a desistência pode ser manifestada a qualquer época, sem prejuízos morais ou financeiros.
- 5) O direito à privacidade consiste em permitir, aos participantes, o controle sobre suas escolhas e informações pessoais e “[...] resguardar sua intimidade, sua imagem e seus dados pessoais” (2016, s/p), além de que tais escolhas não sofram invasões, sejam de controles estatais ou não estatais, ou por eventuais reprovações sociais de características físicas ou dos resultados da pesquisa.

Ao descrever seus resultados, este estudo buscou, ainda, preservar a identidade e integridades dos participantes. Como eles precisaram, no entanto, se identificar ao pesquisador, durante as sessões, e ao orientador, a proposta teve parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com Seres Humanos da UFSCar, sob nº 5.230.767 (Apêndice A), visando prever e reduzir, em quaisquer etapas, possibilidades de danos físicos, intelectuais, morais, sociais e culturais, conforme previsto na resolução.

Considerando que se trata de uma pesquisa *online*, foram consideradas, também, as “Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual”, publicada em 24 de fevereiro de 2021 pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2021), como forma de garantir a confidencialidade, a proteção dos dados pessoais, informações sobre riscos e benefícios da participação na pesquisa e que os

participantes tivessem ciência, na íntegra, do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Figura 3. Percurso teórico-metodológico proposto para este estudo



Fonte: elaboração do autor

4. TRATAMENTO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Tanto a segunda etapa da pesquisa, a de campo, como a terceira, a de tratamento e análise dos dados, foram feitas, cada uma, com o auxílio de uma ferramenta tecnológica digital, no intuito de avaliar suas potencialidades para a pesquisa científica, tendo em vista que se trata de um estudo envolvendo, justamente, um contexto de transformações tecnológicas inserido em um programa de pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). Na etapa de coleta, se buscou observar, também, o domínio dos artefatos pelos profissionais que topavam participar.

Ao todo, 20 jornalistas receberam, por e-mail, o convite para entrevista. Sete recusaram, sendo seis na região de Ribeirão Preto e um na região de São Paulo. Eles alegaram motivos diversos, como falta de habilidade com tecnologias digitais, não ter “opinião formada” sobre as transformações no Jornalismo a partir do advento das NTICs e não estar em condições de saúde que consideravam adequadas.

Dos 13 jornalistas que consentiram, dois – sendo um na região de Ribeirão Preto e outro na região de São Paulo – relataram dificuldades pontuais em usar o Google Meet, *software* pelo qual as entrevistas foram realizadas e gravadas, mas que foram rapidamente sanadas. O próximo passo foi fazer a transcrição dos diálogos, com auxílio do Pinpoint, *software* também gratuito, fornecido pelo Google a profissionais da imprensa e professores mediante cadastro. Esta etapa foi complementada manualmente, para correções, já que o Pinpoint não retorna uma transcrição exata, como mencionado. Para fazer essas correções, eu, proponente deste trabalho, assistia às entrevistas gravadas, trecho a trecho, e, paralelamente, ia relendo as transcrições, que recebiam ajustes necessários. Também eram acrescentadas, entre parêntesis, descrições de ações e gestuais que pudessem ser relevantes para a análise, como pausas, curtas e longas, gargalhadas, gestos com as mãos, expressões no rosto, voz embargada, entre outros.

Após esse processo, as entrevistas foram preparadas para entrada no Iramuteq. Para isso, foram adaptadas conforme a linguagem aceita pelo software. Primeiro, cada entrevista foi identificada por uma linha de comando formada pelo número do indivíduo, de um a 13, região na qual mora e/ou trabalha, sexo e faixa etária.

A cada um dos itens, foi atribuída uma abreviação, seguindo a tabela abaixo:

Tabela 7 – Abreviações dos itens de comando

Item de comando	Abreviação
indivíduo	ind
região	reg
sexo	sex
faixa etária	fet

Fonte: elaboração do autor

A ordem numérica dos indivíduos foi estabelecida da seguinte forma: primeiro, dois entrevistados da região de Ribeirão Preto de 60 a 69 anos, com a mulher antes do homem. Depois, nos mesmos critérios, três de São Paulo – lembrando que um participante foi aceito mais tarde. Em seguida, mais dois de Ribeirão Preto com idades maiores que os primeiros. Depois, dois de São Paulo. E assim por diante.

Para as regiões, a de Ribeirão Preto foi classificada como “1” e a de São Paulo como “2”. Para o sexo, “1” se refere a feminino” e “2 a masculino”. E, para faixa etária, “1” para 60 a 69 anos, “2” para 70 a 79 anos e “3” para 80 anos ou mais. Portanto, se o entrevistado é, por exemplo, mulher, trabalha na região de Ribeirão Preto e tem 60 anos, foi atribuída a ela, como linha de comando, **** *ind_1 *reg_1 *sex_1 *fet*1.

A tabela a seguir traz todos os 13 entrevistados com as características de cada um e as respectivas linhas de comando.

Tabela 8 – Descrições dos entrevistados

Entrevistado	Linha de comando
Mulher, 60 anos, mora e trabalha em Ribeirão Preto. <i>Data da entrevista: 21/12/2022</i> <i>Duração da entrevista: 1h15min</i>	**** *ind_1 *reg_1 *sex_1 *fet_1
Homem, 60 anos, mora e trabalha em Ribeirão Preto. Aposentado, mas continua atuando na área. <i>Data da entrevista: 26/11/2022</i> <i>Duração da entrevista: 1h33min</i>	**** *ind_2 *reg_1 *sex_2 *fet_1
Mulher, 67 anos, mora e	**** *ind_3 *reg_2 *sex_1 *fet_1

<p>trabalha em São Paulo.</p> <p><i>Data da entrevista:</i> 30/11/2022</p> <p><i>Duração da entrevista:</i> 1h29min</p>	
<p>Homem, 67 anos, mora e trabalha em São Paulo.</p> <p><i>Data da entrevista:</i> 26/11/2022</p> <p><i>Duração da entrevista:</i> 1h45min</p>	**** *ind_4 *reg_2 *sex_2 *fet_1
<p>Homem, 67 anos, mora e trabalha em São Paulo. Aposentado, mas continua atuando na área.</p> <p><i>Data da entrevista:</i> 24/11/2022</p> <p><i>Duração da entrevista:</i> 1h50min</p>	**** *ind_5 *reg_2 *sex_2 *fet_1
<p>Mulher, 68 anos, mora e trabalha em município da região de Ribeirão Preto.</p> <p><i>Data da entrevista:</i> 19/11/2022</p> <p><i>Duração da entrevista:</i> 1h27min</p>	**** *ind_6 *reg_1 *sex_1 *fet_1
<p>Homem, 76 anos, mora e trabalha em Ribeirão Preto. Aposentado, mas continua atuando na área.</p> <p><i>Data da entrevista:</i> 17/11/2022</p> <p><i>Duração da entrevista:</i> 2h43min</p>	**** *ind_7 *reg_1 *sex_2 *fet_2
<p>Mulher, 72 anos, mora e trabalha em São Paulo. Aposentada, mas continua atuando na área.</p> <p><i>Data da entrevista:</i> 31/01/2023</p> <p><i>Duração da entrevista:</i> 56min</p>	**** *ind_8 *reg_2 *sex_1 *fet_2
<p>Homem, 75 anos, mora em São Paulo. Aposentado.</p> <p><i>Data da entrevista:</i> 16/11/2022</p> <p><i>Duração da entrevista:</i> 1h27min</p>	**** *ind_9 *reg_2 *sex_2 *fet_2
<p>Mulher, 75 anos, mora em Ribeirão Preto. Aposentada e continua trabalhando, mas se</p>	**** *ind_10 *reg_1 *sex_1 *fet_2

<p>considera desempregada.</p> <p><i>Data da entrevista:</i> 10/12/2022</p> <p><i>Duração da entrevista:</i> 1h30min</p>	
<p>Homem, 79 anos, mora e trabalha em Ribeirão Preto. Aposentado, mas continua atuando na área.</p> <p><i>Data da entrevista:</i> 19/01/2023</p> <p><i>Duração da entrevista:</i> 1h11min</p>	**** *ind_11 *reg_1 *sex_2 *fet_2
<p>Mulher, 84 anos, mora e trabalha em São Paulo. Aposentada, mas continua atuando na área.</p> <p><i>Data da entrevista:</i> 04/01/2023</p> <p><i>Duração da entrevista:</i> 2h31min</p>	**** *ind_12 *reg_2 *sex_1 *fet_3
<p>Homem, 80 anos, mora e trabalha em São Paulo. Aposentado, mas continua atuando na área.</p> <p><i>Data da entrevista:</i> 03/12/2022</p> <p><i>Duração da entrevista:</i> 1h53min</p>	**** *ind_13 *reg_2 *sex_2 *fet_3

Fonte: elaboração do autor

Do conjunto de entrevistados, um homem, da região de São Paulo, declarou ser aposentado e sem interesse de continuar no Jornalismo, por causa de fatores que dificultam manter a qualidade das produções; uma mulher, da região de Ribeirão Preto, afirmou ser aposentada, que gostaria de continuar trabalhando, mas está desempregada; dois, uma mulher e homem, ambos da região de São Paulo, disseram atuar como CLT, sendo que ela é aposentada e continua trabalhando; quatro, uma mulher e um homem da região de Ribeirão Preto, e uma mulher e um homem da região de São Paulo, relataram ser proprietários de assessorias de imprensa, jornal ou programa de rádio; e outros cinco, uma mulher e dois homens da região de Ribeirão Preto, e uma mulher e um homem da região de São Paulo, informaram prestar serviço *freelancer*, como pessoa jurídica (PJ) ou não. Desses, quatro eram aposentados.

Foram suprimidas, das entrevistas, todas as menções que pudessem dar pistas sobre a identidade dos indivíduos, como nomes de pessoas com quem trabalham ou

trabalharam, de veículos de comunicação onde atuam ou atuaram, e de universidades onde se formaram, mantendo o compromisso de garantir-lhes o anonimato.

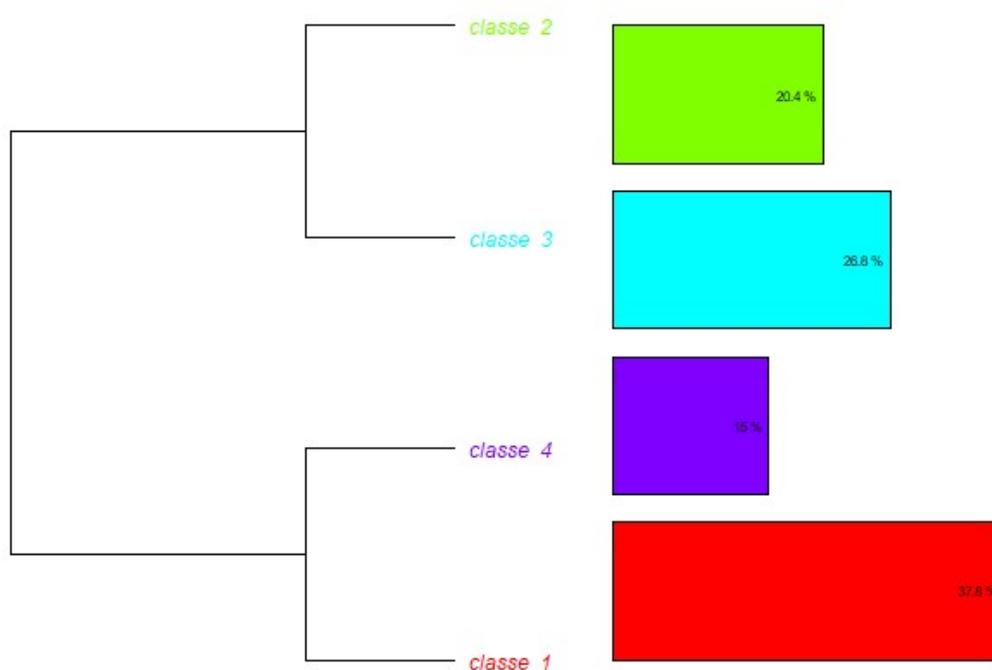
Antes da entrada no Iramuteq, foram formados três corpus de análise, a saber:

- **Corpus 1:** conjunto de todas as 13 entrevistas realizadas.
- **Corpus 2:** agrupamento das seis entrevistas concedidas por indivíduos da região de Ribeirão Preto.
- **Corpus 3:** agrupamento das sete entrevistas concedidas por indivíduos da região de São Paulo.

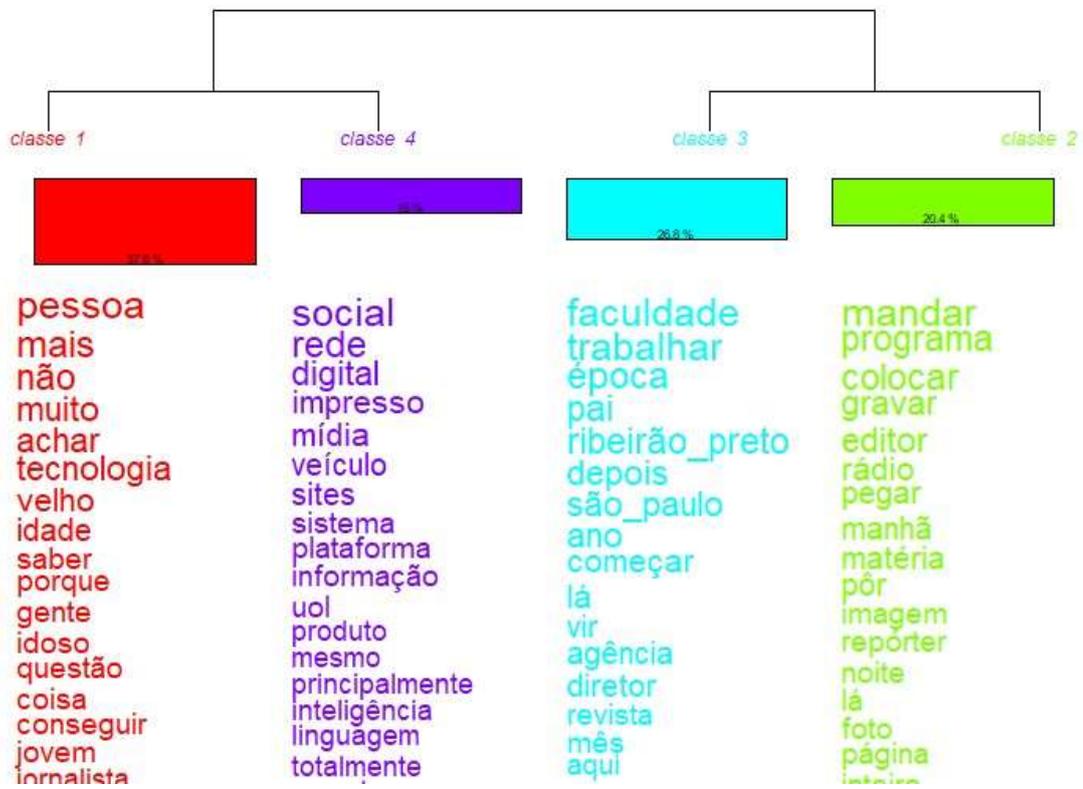
O intuito, com essa divisão, foi observar, primeiro, as representações sociais sobre o trabalho jornalístico em todo o grupo reunido por mim, proponente desta pesquisa, para buscar aquelas que independem de possíveis fatores geográficos, para depois analisar as diferenças entre os profissionais que trabalham e/ou moram na região de Ribeirão Preto e os que trabalham e/ou moram na região de São Paulo.

4.1 Corpus 1

Submetido ao Iramuteq, o corpus 1, composto por todas as 13 entrevistas coletadas, transcritas, validadas e tratadas, originou 13 textos e 2645 segmentos textuais, dos quais 2300 (86,96%) foram classificados pelo *software*. A partir deles, foi obtido o seguinte dendograma, com dois temas e quatro classes: o tema 1, que se subdivide nas classes 1 e 4, e o tema 2, que origina as classes 3 e 2.



O próximo dendograma ilustra as palavras mais comuns em cada classe:



A associação entre a análise das palavras mais frequentes e a leitura dos segmentos em corpus colorido, pelo qual o software agrupa, de acordo com as cores de cada classe, aqueles com construções semelhantes ou tangenciais, permitiu nomear os temas e classes do corpus 1 da seguinte forma:

Tema 1

O Jornalismo é transformado com as tecnologias digitais

Classe 1 (vermelha)

O jornalista passa a adotar novas práticas no dia a dia do trabalho

O reconhecimento de que o Jornalismo passa por uma série de transformações com as tecnologias digitais se baseia, entre outros fatores, nas mudanças ocorridas nas próprias rotinas produtivas em que os entrevistados estão inseridos. A seguir, alguns dos segmentos que permitiram nomear esta classe:

“do que ele tem que fazer do que ele tem que saber porque você tem que saber lidar com várias coisas com várias mídias é difícil eu nunca precisei editar uma matéria no rádio porque tinha alguém que fazia isso”

“essa coisa do podcast hoje o pessoal não tem mais limite com podcast é podcast de uma hora e meia o que você não consegue contar num podcast em quinze minutos não adianta a coisa vai se perder porque também essa facilidade cria todo mundo quer dizer não eu faço podcast e todo mundo cria programas e cria que isso é bom”.

Entre as principais alterações percebidas pelos indivíduos, estão as exigências em atender demandas multiplataforma, com a preocupação de que os textos sejam cada vez mais enxutos e instantâneos, visando nichos específicos e contemplando regras que permitam monetizá-los. Nesse sentido, há uma perda de protagonismo dos veículos jornalísticos como informantes da sociedade, já que, com as tecnologias digitais, os profissionais se submetem, com maior intensidade, à lógica de mercado. Isso sem contar que cada pessoa, com acesso aos dispositivos, pode se tornar uma produtora de conteúdo – passando a fazer parte, ativamente, da complexa teia de produção de informação (ou de desinformação) da sociedade.

“tá ficando chato também essa coisa do monetizar a mídia você tá no meio do texto vem uma propaganda desanima as pessoas desanima essa leitura o jovem quer se informar com o mínimo possível hoje”

“e como é que você vai falar pro cara ler um negócio que passa de 15 linhas isso dificulta as tecnologias elas são necessárias inevitáveis mas de novo elas não têm uma regulação”

“assim como você tinha jornal diário semanal e tal de repente você começou a ter periodicidades cada vez mais curtas a informação é muito perecível você tem que ser muito mais rápido do que sempre foi”.

“os textos estão ficando cada vez menores e menos informativos tem hora que a gente acaba de ler um texto mesmo em grandes portais e fala o resto onde que vai dar isso não tem”

“acabou aquela era de você pôr um anúncio no não resolve mais pôr anúncio no você pode pôr onde você quiser não funciona mais os desafios são cada dia maiores cada dia o profissional de comunicação é desafiado”

“tornou tudo muito mais rápido em termos de fluxo de informação quando eu tava na a melhor coisa que aconteceu na minha vida era eu ter dois terminais duas telas ou seja duas telas pra trabalhar”

“o microfone que você ou estende ou espeta na lapela do entrevistado e você faz a matéria você não precisa mais a rigor fazer curso pra isso você mudou muito no mercado de trabalho a tecnologia mudou alterou muito o mercado de trabalho”

“hoje a gente tá fazendo o contrário eu tô aqui e tenho uma porção de jornalistas trabalhando a distância é quebrar todos os paradigmas mesmo”

Amparando-se na discussão teórica, de que as tecnologias digitais, enquanto podem, de um lado, otimizar processos de trabalho, trazem, por um outro, prejuízos para a continuidade do exercício de funções laborais, especialmente em casos de profissionais mais velhos, percebe-se que os entrevistados representam, de forma predominante, que o Jornalismo deixa de ocupar uma posição central como detentor dos meios para gerar e distribuir informação.

O direcionamento da comunicação, antes verticalizado, das corporações de mídia para o público, assume, aqui, um caráter horizontal, em que os membros de uma rede podem falar com outros sem a mediação de jornalistas – observações que, nas entrevistas, vêm, geralmente, acompanhadas de críticas, principalmente por causa da dificuldade de assimilação por parte do público, num contexto de alta velocidade da produção jornalística.

“isso mudou a relação da pessoa com a notícia com o fazer jornalístico embora o jornalismo hoje seja um produtor de conteúdo pra qualquer tipo de mídia”

“seria apenas um problema de perda de publicidade mas houve também outra coisa muito mais importante que é perder o protagonismo”

“a gente só entende o presente porque a gente tem um passado pensando na questão da tecnologia tem muito do que nós já conversamos eu acho que elas são tão rápidas que a gente consegue assimilar muito pouco delas”

“é tudo muito imediato devorativo o noticiário hoje na televisão eu gosto de ler um jornal abrir um jornal e ler a necessidade de você dar notícia tão rápido a gente acaba acostumando”

A pandemia de Covid-19 levou, por causa das restrições de contato presencial, da necessidade de atuar de casa e de adaptações realizadas rapidamente para o trabalho remoto, a uma aceleração ainda mais de todo o processo, o que foi decisivo para configurar o aparente paradoxo de oferecer proteção à saúde ao mesmo tempo em que se ameaça a permanência nos empregos.

“o jeito de contar histórias de fazer produtos especiais tudo isso impactou muito na formação do jornalista e aí vem uma coisa mais radical ainda que foi a pandemia que transformou o home office no dia a dia dos veículos”

Classe 4 (roxa)

O jornalista precisa atender, cada vez mais, a interesses de mercado

De forma predominante, os profissionais entrevistados representam que as mudanças no trabalho jornalístico atendem a objetivos e fomentam o poder do mercado: quando um jornalista passa a produzir conteúdo multiplataforma, visando à instantaneidade das publicações e à busca prioritária por audiência, engajamento, cliques – que se convertem, por sua vez, em faturamento –, exerce as funções de mais de um profissional, o que, para as empresas de comunicação, é uma estratégia economicamente relevante, já que significa uma nova fonte de ganhos, influenciando em cortes de pessoal e, conseqüentemente, em redução de custos. Uma lógica autoritária, que prioriza favorecimentos privados e se sobrepõe aos interesses coletivos e de ordem pública – que deveriam, estes sim, nortear o trabalho jornalístico.

“o linguajar hoje não é o padrão do que era usado é calma lá não fique nervoso vamo esperar é uma linguagem que acha que você é burro é burrice mas tem que fazer”

“ele precisa de um parágrafo esse é o real desafio hoje é você conseguir passar informação em formatos diferentes pra diferentes públicos com diferentes linguagens às vezes dizendo a mesma coisa esse é o grande desafio”

“se ele quiser receber o impresso eu vou estar aqui para oferecer pra ele se isso for acabando com os óbitos e eu perceber que é só assinatura digital a gente vai com a assinatura digital”

“eles colocam de um jeito que a pessoa vai ler e a notícia é totalmente diferente porque eles ficam trabalhando no sensacionalismo acho que nunca teve tanto sensacionalismo o cara pode me falar assim”

“cê manter as suas vendas e seu faturamento isso cansa também você ir atrás de informação que agrada a equipe inteira pra que o jornal possa ir ao ar de maneira dinâmica e interessante”

“isso também provocou o maior dos males que foi o desaparecimento de muitos títulos no mercado por dois motivos primeiro que produzir um veículo pela internet o custo dele é muito menor do que você imprimir”

“o acesso ilimitado custo baixíssimo inclusive em alguns casos com algumas exceções o custo de uma inserção quer publicitária mesmo ou quer territorial é outro perigo o cara paga pra publicar aquilo que ele quer isso é perigoso”

Essa forma de atuar compromete a qualidade da produção de informação porque a elaboração de notícias em fluxo cada vez mais rápido e contínuo afeta etapas fundamentais à prática jornalística: apuração, checagem, responsabilidade no tratamento dos dados coletados, refinamento do texto, respeito às demandas de leitores, ouvintes e telespectadores, e às diretrizes éticas da profissão.

“o eletrônico às vezes ele pega no ar e reproduz alguém publicou hoje a publicou o outro pega e publica não vai nem ver se estiver errado vai em frente”

“pode ser que o jornalista ou jornal na sua missão de prestação de serviço tenha que ficar mais em cima mas ele é uma empresa privada portanto talvez seja falha de governos de investir não em veículos mas por que não também”

“existe isso a gente sabe que existe não existe espaço pra texto caiu morreu se você vir as manchetes do tem dia que eu tenho vergonha eles tentam querem cliques na verdade querem visualização”

“isso é um desafio pro jornalismo digital onde a rapidez é uma coisa supervalorizada a gente vê umas coisas publicadas e fala meu deus como é que saiu isso como é conseguiram publicar isso”

“o jornalismo profissional perdeu a capacidade da sua independência de apurar as informações de maneira própria independente e segura hoje você recebe as coisas e você não tem tempo nem de confirmar aquilo de checar aquilo”

Somam-se, a essa falta de compromisso com o interesse público, imposições para que os jornalistas gerem conteúdo não necessariamente jornalístico, no intuito, justamente, de satisfazer grupos, econômicos e políticos, que financiam a produção de informação, o que, de quebra, favorece uma glamourização do Jornalismo, como pode ser observado nos segmentos a seguir:

“esse material que não é notícia do dia a dia não é factual serve pra que eles além do site que existe usar como email marketing vai pros fornecedores expositores possíveis expositores”

“daqui pra frente o jornalista tá enrolado por quê o jornalista consciente é verdade que os veículos de comunicação induzem as pessoas sim é verdade está provado agora como é que fica o jornalismo”

“qualquer um com tanta tecnologia hoje você aprendeu a escrever mesmo errado no facebook twitter ele também já se acha e bendito o jornalismo a comunicação ter um glamour muita gente se satisfaz com glamour”

“capaz do cara vir trabalhar por mil reais fazer o negócio mal feito mas pelo glamour por estar participando de eventos do lado de personalidades de ter acesso político”

Tema 2

A precarização nas relações de trabalho se intensifica

Classe 3 (azul clara)

A rotatividade de profissionais e baixos salários trazem instabilidade, incerteza, vulnerabilidade

A adoção de políticas de redução de custos, sob o argumento de adequação das condições econômicas das empresas jornalísticas a um mercado concorrido, traz outras consequências aos profissionais, como rompimento de vínculos CLT.

Retomando Castells (1999), que considera que o sistema capitalista se sustenta na noção do ser humano como força de trabalho e que os processos em rede tornaram as empresas menos dependentes da presencialidade dos funcionários e do cumprimento de horários, fazendo surgir trabalhadores de jornadas flexíveis, muitos jornalistas têm se de assumir como pessoas jurídicas (PJ) e, para isso, devem dar conta dos encargos trabalhistas que vêm junto com isso, além de despesas com equipamentos e estrutura próprios para que continuem exercendo o trabalho de casa. Isso quando não perdem o emprego.

“esse investimento eu percebi que não compensa você sair montar no carro pagar aluguel para chegar lá abrir um notebook e fazer o que você pode fazer nesse quarto aqui onde é o escritório”

“um salário muito alto que passou de 15 mil por mês ele ia ser demitido tem esses dois pontos que você tem na profissão que são complicados sempre tem um ajuste financeiro pra fechar as contas do mês do jornal ou da revista”

“eu falei não não vou trabalhar porque você tem que fazer tudo levantar tudo por tua conta e mandar o preço não resolve nada nem paga o seu trabalho parei de mexer com isso”

“se tem um jovem lá que pode ganhar metade de você porque ele não tem filho ainda ainda não casou não tá comprando apartamento não tá pagando previdência porque acha que vai viver eternamente é mais fácil”

depois é difícil você conseguir emprego aí você vai pra web pra internet montar a sua radiozinha o seu jornalzinho meu filho não é brinquedo embora isso tenha dado condições até pra alguns sobreviverem”

Entre os profissionais 60+ que participam desta tese, esse novo cenário é representado, de forma predominante, como um conjunto de desafios ainda maiores e incertezas profissionais, porque, além da prática das empresas de pagar baixos salários, o que já era recorrente no Jornalismo, e dos impactos tecnológicos que os profissionais tiveram e terão ainda de absorver, lidam com dificuldades financeiras para arcar com cursos de capacitação para as novas tecnologias, o que prejudica a permanência no mercado, bem como demonstra uma falta de suporte, empresarial e governamental, para que possam fazer uma transição segura dentro do novo cenário das relações de trabalho.

Rocha e Ribeiro (2023) discutem essa problemática a partir do conceito de “gerontariado”, criado pelo sociólogo e professor Giovanni Alves, da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Para Rocha e Ribeiro, as transformações tecnológicas e sociais têm trazido, às pessoas mais velhas que buscam permanecer ou voltar ao mercado de trabalho, desafios complexos, exemplificados, entre outros fatores, justamente pelas fragilidades encontradas para a continuidade da capacitação, em função da exploração da mão de obra e da precarização das condições salariais.

Giovanni Alves e José Meneleu Neto (2020) refletem, no artigo “Trabalho e envelhecimento no século XXI: notas sobre a problemática do gerontariado no Brasil”, que os investimentos em saúde e educação, que serão demandados em proporção inédita diante do crescimento da população idosa, devem conflitar com as políticas de austeridade fiscal adotadas no Brasil nos últimos anos.

Nesse sentido, o “gerontariado”, que consiste, segundo esses autores, na camada de trabalhadores envelhecidos e com alta escolaridade – como os jornalistas que participam dessa pesquisa –, deve ser submetido a riscos e vulnerabilidades por causa do envelhecimento da força de trabalho, sobretudo em tentativas de reinserção nos ambientes laborais. “Devido à idade, falta-lhes, no momento da reinserção profissional, o desenvolvimento de habilidades necessárias para o novo padrão de exploração da força de trabalho” (ALVES; NETO, 2020, p. 393). Essa questão é expressada pelos jornalistas entrevistados nos segmentos a seguir:

“oportunidade vai surgir mas ela já vem junto com a precarização precarização notória”

“não tem isso de carteira na empresa que a reforma permitiu a precarização ela vem ela vem ela cresce mais ela vai superar as oportunidades”

“o jornal achava que era uma honra você estar lá dentro de fato era mas tem boleto pra pagar você recebe uma proposta que é o dobro do seu salário o que você faz você aceita”

“vi que os caras tavam trocando salário por alimentação aquelas coisas não pagavam os jornalistas faziam convênio com bar falei eu voltei pra idade média da minha profissão vou ter que voltar pra são_paulo”

“eu chamava o pessoal da redação mas só que era sem grana falei gente arruma uma verba pelo menos não a empresa não vai eu falei pô é da casa”

“isso aí vai ficar do jeito que tá e diminuindo tá muito difícil para as empresas de comunicação por isso que elas estão saindo pra outras coisas fazendo área de cinema streaming tudo onde você pode tirar algum dinheiro”

Classe 4 (verde)

O jornalista mais velho domina as tecnologias digitais, mas perde espaço no mercado de trabalho por motivos econômicos

Para os entrevistados, de forma predominante, a perda de espaço pelos jornalistas 60+ no mercado de trabalho jornalístico não se deve, primordialmente, a uma possível falta de domínio de tecnologias digitais. Isso porque, em outros momentos de transição tecnológica, os profissionais que estão com mais de 60 anos não apenas teriam se adaptado sem tantas intercorrências, como no momento da entrada da internet nas redações, a partir da década de 1990, como estariam entre aqueles que, quando tinham 30, 40 anos, lideraram a implementação das ferramentas digitais no exercício do Jornalismo.

“você conta uma historinha o contar história o abrir a janela ainda é importante muitos perderam o emprego porque o salário era mais alto e tem essa coisa de você contratar dois ou três pelo salário de um”

“teve que fazer os cortes cortes terríveis de pessoal de tudo primeiro começa já a cortar viagens corta a viagem corta deslocamento e depois você começa a cortar pessoal corta editor”

“chega no fim cê vai cortando os repórteres corta os mais antigos que são os mais caros e vai cortando teve o problema econômico e teve o problema da qualidade que tá ligado”

“meu salário acharam que ficou muito fui cortado no fim de 2014 fiquei um minuto dentro da sala com eles lá fui o primeiro a ser cortado tinha 34 jornalistas nessa fase”

“você tem a ideia de que o jovem é que entende de eletrônica e não o cara que botou aquilo do zero e montou porque os jornais estão hoje com todo esse arcabouço eletrônico porque ele ralou lá”

“não se pode atribuir às novas tecnologias o fato de as pessoas estarem fora do seu trabalho fora das redações eu acho que é uma questão muito maior o viés é outro”

“o mais velho em detrimento de tudo que ele sabe tem de conhecimento é colocado à margem desde lá de trás por causa de salário esse cara mais velho ele já é colocado à margem porque ele ganha muito mais”

“eu acho que o cara mais velho que tem tarimba e que sabe o jornalismo de trás para frente de frente para trás é colocado para fora das redações não por causa da tecnologia é custo”

A relação entre as NTICs e as mudanças no mercado seria, portanto, indireta: os novos artefatos teriam impactado as finanças das empresas, que passaram a demitir parte de seus funcionários para equilibrar custos com receitas. Os profissionais mais velhos se tornam visados porque, ao longo da carreira, conseguiram salários mais altos, em função do tempo de casa e da evolução dos conhecimentos na área. Sofrem, assim, os efeitos de uma transformação que ajudaram a promover.

“senão daqui a pouco eu perco ele para uma pessoa que sabe fazer isso se levar em conta que o gestor não tá muito preocupado com qualidade eu perco mesmo a coisa tá tenso vamos ficar tensos vamos aprender esse troço”

“põe seis da manhã ninguém assiste começa a ficar caro esse cara tem salário ar condicionado ligado pra ele seis horas da manhã eu noto que o mercado tá se fechando vai se fechar mais”

“o que você quer o que você precisa você precisa de alguém que escreva dez páginas em uma tarde eu escrevo talvez um jovem patine porque ele não tem essa prática de escrever todo dia que eu adquiri no jornal”

Conforme o arcabouço teórico apresentado, este cenário, por estar muito acelerado, pode agir na contramão das demandas por um envelhecimento ativo e saudável, bem como dificultar a compreensão de que o trabalho deve estar ligado à identidade humana e que as tecnologias podem subsidiar soluções para problemas que apareçam nessa fase da vida – e não apenas fazer avançar interesses industriais

e comerciais, que provoquem exploração da mão de obra e restrinjam a mobilidade no mercado de trabalho.

Há, ainda, nas entrevistas, referências a componentes estéticos, que excluem corpos mais velhos – transgressores a estereótipos contemporâneos de beleza – e que, conforme Bosi (1994), contribuem para a marginalização social da velhice. A seguir, segmentos das entrevistas que permitiram a nomeação desta classe:

“eu vou pintar o cabelo mas não tive coragem só de raiva porque eles já olham por cima vê cabelo branco eles nem olham na cara agora cê coloca isso numa redação”

“ninguém quer ver uma pessoa idosa apresentando fazendo uma live hoje se pensa tudo em termos de beleza juventude e influenciador talvez as pessoas mais idosas elas se sintam desconfortáveis como se elas tivessem indo a uma rave como é que ela vai participar de um encontro só de jovens o que que ela tá fazendo ali é estranho é estranhíssimo”

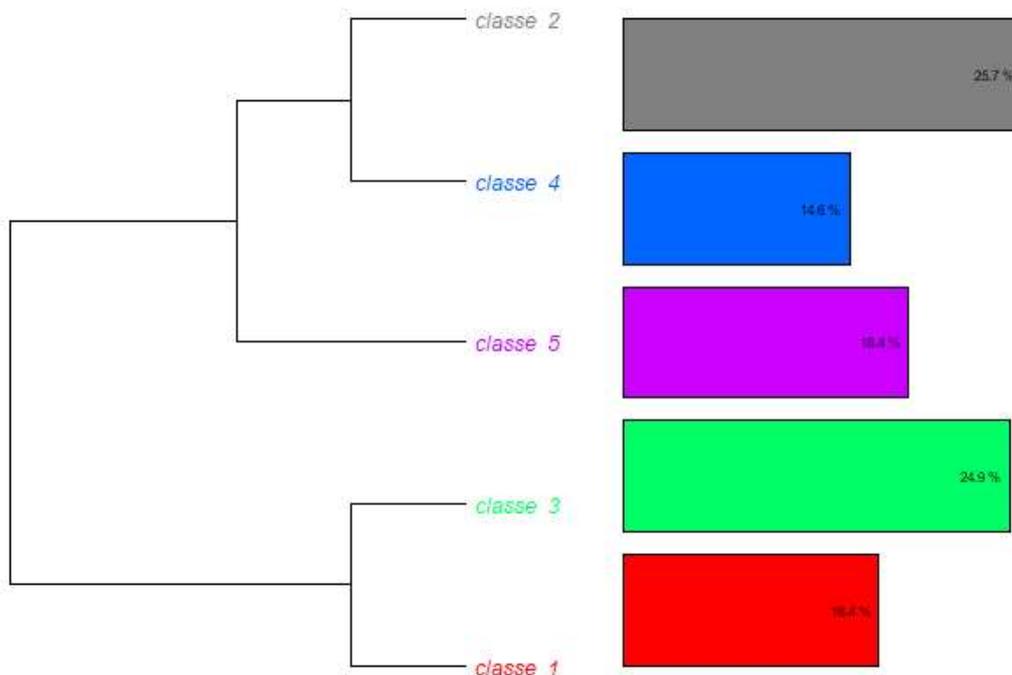
“sendo que a contrapartida disso é sempre o lucro sempre o ganho financeiro cê despede um jornalista que está lá há vinte anos trabalhando e que tem um salário de suponhamos dez mil reais ele substitui por um outro que vai entrar por 3”

“imagina cê entrar numa redação desse jeito com gente com 25 28 anos 30 40 anos trabalhando acaba sentindo”

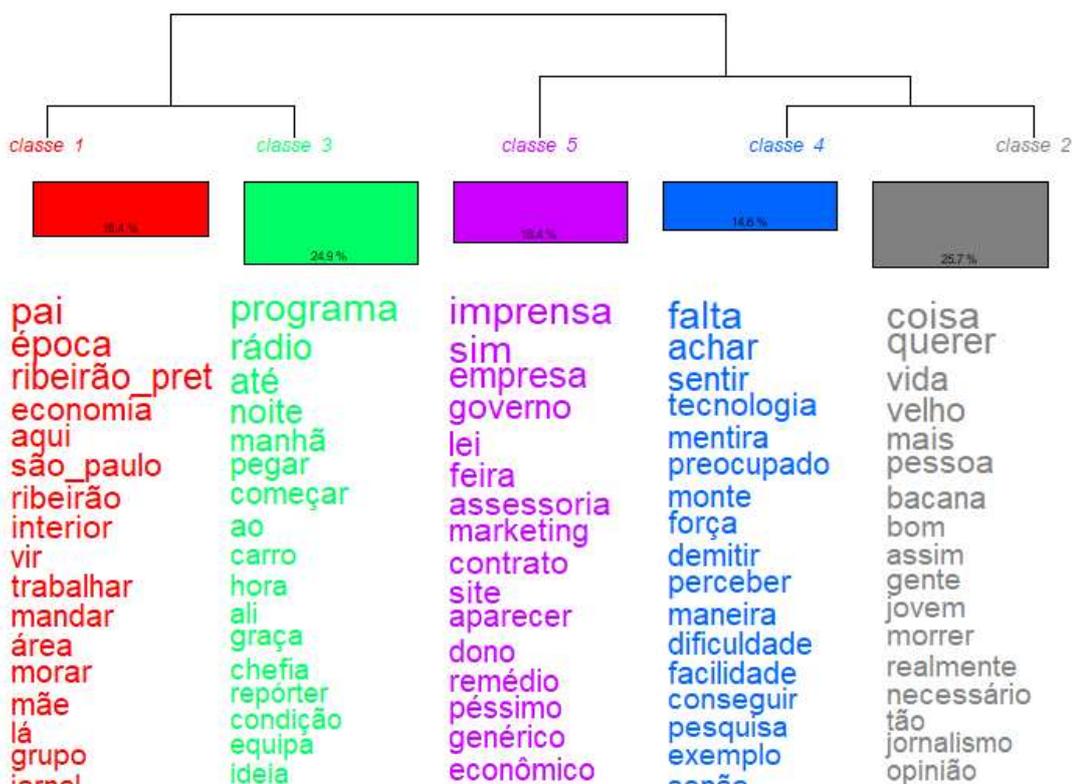
4.2 Corpus 2

O corpus 2 foi constituído pelo agrupamento das seis entrevistas feitas com jornalistas da região intermediária de Ribeirão Preto, o que tornou desnecessária a manutenção da variável “região” na linha de comando. Por isso, ela foi suprimida.

Com essas entrevistas, foram gerados, pelo Iramuteq, seis textos e 1162 segmentos textuais, dos quais 925 (79,60%) foram classificados. Foi obtido o dendograma a seguir, com dois temas, um subtema e cinco classes no total: o tema 1, que se abre para as classes 1 e 3, e o tema 2, que se subdivide entre a classe 5 e um subtema, no qual se inserem as classes 4 e 2.



A seguir, o dendograma com as palavras que mais aparecem em cada classe:



A partir dessa frequência de palavras e dos segmentos destacados em corpus colorido, foi possível nomear os temas, subtema e classes do corpus 2 dessa forma:

Tema 1

O Jornalismo construído a partir do advento das tecnologias digitais é marcado por perdas

Classe 1 (vermelha)

Os vínculos entre pessoas construídos no Jornalismo são afetados

A partir do corpus 2, é feita uma separação entre as entrevistas de jornalistas da região intermediária de Ribeirão Preto e os da região intermediária de São Paulo (que serão apresentadas no corpus 3). A partir da nomeação das classes, é possível identificar diferenças de representações sociais entre esses grupos.

No caso dos jornalistas do interior, são reconhecidos avanços promovidos com a entrada das novas tecnologias, mas a predominância é de lamento pelas perdas provocadas nas rotinas produtivas do Jornalismo. Já entre os de São Paulo, percebe-se um movimento inverso: não deixa de haver lamento pelas perdas, mas elas são contextualizadas com possibilidades, que se sobressaem, de aprimorar a atuação jornalística por meio das tecnologias digitais.

Nessa primeira classe do corpus 2, os participantes da região de Ribeirão Preto evidenciam que, com as novas ferramentas, houve um afastamento de pessoas, seja pelas demissões que reduziram as equipes de trabalho, seja pelas funções que podem ser exercidas a distância, como ocorreu nos picos da pandemia de Covid-19 e que contrapõe o que relatam ser uma necessidade para a prática do Jornalismo: o trabalho presencial coletivo, que permitiria, como vimos na discussão teórica, desfrutar das negociações e especulações possíveis nos encontros físicos. A seguir, segmentos que permitiram nomear a classe:

“quando eu trabalhava em tv você tinha cinco pessoas trabalhando junto um dia um dirigia o outro era cinegrafista tinha o cara que segurava o vt tinha iluminador e tinha eu cada um tinha sua função”

“hoje em dia é muito complicado é só o cinegrafista e o repórter os caras trabalham pra caramba se eles fazem uma cobertura longe eles têm que voltar às vezes até morre”

“você pode mandar um vídeo e a gente divulga porque antes a gente levava cartaz e colocava lá não a gente divulga no grupo de alunos isso atrapalhou muito porque o cara a cara cria uma curiosidade cria uma empatia”

“meus pais tiveram seis filhos era a convivência do jornalismo com a criação dessa molecada minha casa era uma verdadeira epopeia desde dessa época eu percebia o poder que o jornal tinha para mudar realidades e isso me entusiasmava demais”

“e nunca se teve um armazenamento tão grande de informação eu acho que o jornalismo ganhou nesse ponto mas perdeu em termos de equipe o número de pessoas você faz mais matérias com menor número de gente”

A perda da possibilidade de trocas presenciais de conhecimento reforça, nesse contexto, uma exigência mercadológica: a de que o profissional jornalista seja intensamente produtivo, para atender, prioritariamente, demandas operacionais, o que favorece o individualismo em detrimento da qualidade da produção coletiva. Também despreza a necessidade de proximidade afetiva, um dos determinantes para que o curso do envelhecimento evolua de maneira saudável e ativa. Nesse caso, as tecnologias digitais são representadas como um risco para as interações sociais, com consequente isolamento físico e emocional, como pode ser observado nos segmentos apresentados abaixo:

“o que eu sinto falta na realidade são as discussões entre os jornalistas as reuniões de pauta as conversas mais longas onde cada um dizia o que percebeu naquela entrevista na sensibilidade daquela pessoa”

“eu acho que isso a gente perdeu perdeu perdeu a gente passava muito tempo mas em detrimento a gente ganhou em produtividade porque a gente não tá mais discutindo e a gente tá produzindo”

“tinha uma porção de jornalistas trabalhando com sede de fazer mudança a gente deu uma revigorada na foi uma época superboa eu nem sentia esse cansaço meu de passar dois dias aqui três dias lá”

Classe 3 (verde)

As referências sobre o que é Jornalismo ficam deturpadas

As transformações provocadas com o advento das tecnologias digitais, apesar de as ferramentas serem vistas como funcionais no dia a dia do trabalho, são tidas como um fator complicador para o adequado exercício profissional. Os participantes da região de Ribeirão Preto representam, de forma predominante, que as mudanças tecnológicas – e, conseqüentemente, econômicas –, contribuem para uma perda de referência daquilo que aprenderam e construíram, ao longo da vida, sobre o que é o Jornalismo.

“o que que é um meio de comunicação eu acho que o meio de comunicação hoje com a internet a gente perdeu um pouco do que a gente sabia o que era é rádio tv revista e jornal”

“têm espaço e têm visibilidade para influenciar com informações e no juízo de valores dessas pessoas mais desavisadas principalmente isso me preocupa bastante eu acho que o jornalismo perdeu com o acesso à mídia digital”

Entre as críticas, é lembrada a escassez de contato com as ruas. Se, no item anterior, o lamento era pela perda de relações presenciais entre jornalistas, agora o que preocupa é a falta de acesso aos locais dos fatos e às pessoas envolvidas. Isso porque as novas tecnologias fixam os profissionais nas redações, dando uma impressão de onipresença, ou seja, de que as fontes de informação não precisam mais ser buscadas, mas que elas são trazidas pelos dispositivos digitais. . .

“eles [temas para as reportagens] surgiam de uma conversa elas surgiam de uma indicação e isso a gente já percebeu que a gente perdeu por essa falta de contato mais constante no local onde as coisas estão acontecendo”

“cê tem que ter conhecimento cê tem que ter leitura cê tem que ter um estofo e o que eu vejo é que as coisas se resumem a essa forma mecânica de fazer jornalismo”

Os entrevistados também demonstram descontentamento com as mudanças sofridas nos textos jornalísticos, que se tornam cada vez mais superficiais, em atenção à velocidade das produções; incoerentes, entre o que prometem nos títulos, para angariar cliques, e o que entregam nos parágrafos; e com conteúdo em que interesses privados se sobrepõem ao debate público pela democracia. Um ciclo que ganhou novos capítulos durante a pandemia de Covid-19, quando, nas fases mais críticas do avanço da doença, profissionais da imprensa chegaram a abandonar a defesa de recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e de outras instituições de ensino e pesquisa de vários países, sobre procedimentos a serem adotados em casos de emergências sanitárias, para defender grupos políticos que fomentavam a tomada de medidas sem comprovação científica.

“eu acho que o que mudou foi a forma foi a produção de texto eu acho que o que mudou foi a forma de escrever e a forma de se encarar o jornalismo eu acho que isso mudou muito”

“é uma saudade que eu acho que todas as pessoas mais idosas têm que trabalharam na área é de realmente produzir boas reportagens sem esse desespero sem essa pressa de ter que produzir texto produzir texto postar postar como os jornais são hoje”

“poucos jornais no começo deram cobertura e orientações à população de como proceder a população ficou vendida e enquanto isso a pandemia começou a crescer aquela história eu acho que nós tínhamos que ter um caráter educativo”

“aquela história quem é que ousaria falar diferente na época da pandemia qual o jornalista e mesmo aqueles que estavam em veículos engajados ao terminar a campanha e dá um revertério estão todos na rua”

“se você ver bonito aquilo que sai no jornal ou na internet é uma coisa aí você fica nervoso quando você vai buscar atrás da notícia você capta que não é aquilo”

Tema 2

Tecnologias digitais agilizam a execução de tarefas, mas comprometem a participação social dos profissionais no trabalho jornalístico, com evidentes reflexos nos idosos

Classe 5 (roxa)

O jornalista passa a ser prestador de serviço, com necessidade de adaptação rápida e podendo, também, ser substituído rapidamente, principalmente quando têm idades mais avançadas

Há, entre as representações predominantes dos entrevistados da região de Preto, uma noção de que os profissionais jornalistas que não se adaptam rapidamente às exigências do mercado podem, também de forma rápida, perder espaço. No caso dos profissionais 60+, os riscos são ainda maiores porque, como mencionado, a questão econômica desmerece o domínio das tecnologias digitais.

Além da exigência de que se mantenham atualizados sobre a emergência e a operacionalização dos novos artefatos tecnológicos, eles precisam aceitar condições como atuar como pessoa jurídica, em muitos casos com salários de iniciantes, evitar afastamentos do trabalho por necessidades de saúde, entre outros. E, mesmo assim, têm aceitação restrita. A seguir, segmentos que permitiram a nomeação da classe:

“não me convidaram pra ser assessora de imprensa pra fazer uns vídeos que eram os vídeos da campanha de valorização institucional do vídeo eu fui contratada sempre prestando serviço nunca fui contratada como funcionária”

“não sei se a turma tá sabendo eu tô indo meio nessa linha de repente eu não tenho mais esse contrato mas pode aparecer um concorrente mas baixa salário”

“se você quiser falar da idade já vai pegar”

“a idade não é o importante é a experiência geralmente são os que têm mais idade para tentar dar uma equilibrada no produto final (...) se o veículo for sério”

“esse cara que ainda está trabalhando ele tem que saber o mínimo e tem que continuar aprendendo senão ele vai estar fora isso já existe há décadas”

“a palavra que se tornou mais valorizada é a palavra jovem você percebe em textos em publicidades teve um pessoal que tava fazendo um jornal online e me convidou pra fazer crônicas e explicando o que que era o jornal ele escreveu assim uma linguagem jovem eu perguntei pra ele o que que é uma linguagem jovem e ele não soube me explicar o que que é uma linguagem jovem a palavra jovem ela te impacta ela te coloca no seu lugar”

Lima e Bridi (2019) buscam uma compreensão desses aspectos a partir do que chamam de “uberização do trabalho”, em analogia ao sistema a que se submetem os motoristas de transportes por aplicativo. Segundo os autores, a internet, por mesclar “tempo e espaço, embaralhando questões constituintes do próprio valor trabalho, do tempo e do espaço, do material e imaterial e do próprio conceito de empresa” (p. 327), compõe um cenário de precariedade de trabalhos que surgem em contextos de inovações tecnológicas e jornadas flexíveis. Os mesmos autores apontam que, entre as maiores contradições nesse âmbito, está a de transferir, para os trabalhadores, quaisquer ônus que possam surgir ligados às questões laborais, o que foi observado, por exemplo, durante os picos da Covid-19 e que aparecem em segmentos abaixo:

“teoricamente eu vivo da aposentadoria do inss e continuei trabalhando e continuarei pretendo continuar um bom tempo ainda eu sou microempreendedor individual e presto serviço via contrato”

“o benefício é pra lucratividade do veículo de comunicação o benefício só vai pra empresa o prejuízo é que o leitor não vai ter acesso às melhores cabeças e a gente vai perdendo em qualidade o que acontece muito”

“as duas necessidades de me manter ativa e financeira me manter ativa é uma necessidade muito grande porque eu tive um baque muito grande depois que eu me aposentei”

“a questão do envelhecimento ela é trágica mas a gente tem que encontrar alguma forma de superar isso eu moro sozinha eu fico muito comigo mesma dificilmente eu me deixo assim abater”.

“a pandemia por exemplo foi crucial para o home_office pra essas alterações na lei trabalhista que muitos perderam direitos tudo isso levou a uma alteração totalmente do sistema de informação”

Subtema 1

Há um processo de descredibilização do profissional jornalista

Classe 4 (azul escura)

A valorização da categoria não acompanhou a evolução tecnológica

Não bastasse a falta de suporte para uma transição segura das tecnologias analógicas para as digitais, os jornalistas entrevistados apontam, de forma recorrente, sentir falta de condições para que possam exercer suas funções adequadamente, principalmente na imprensa diária.

“mas eu acho que evoluiu bastante por um lado a assessoria de imprensa por outro eu acho que a coisa ficou pior pro jornalista do hard news o cara que faz o dia a dia”

“o cara tem que ser multi mesmo ele tem que fazer tudo mas eu acho que a valorização da categoria não acompanhou toda essa evolução”

“quanto menos mexer melhor tenho recorrido bastante onde tá um pouquinho mais agressivo que é esse jornalismo que eu gosto de ver algumas coisas no youtube o gestor ele não tá tão preocupado com qualidade não”

“falta o lado de escrever não dá para você pegar eu vou parar tudo agora larga mão disso aí vamos vender horta não sei se eu vou conseguir capaz de eu ficar mais uns dez aninhos ralando ou mais até”

“esses caras que são mais velhos e que estão sendo demitidos eles estão indo pro lado do livro você pode ver os jornalistas mais velhos estão escrevendo livros”

Além dos prejuízos à qualidade da informação e das exigências para que interesses comerciais e políticos sejam favorecidos, os jornalistas são instados a cumprir demandas em série sem que haja estrutura física e bem-estar que permitam cuidados com a própria saúde, o que se torna incompatível com as demandas por um envelhecimento saudável e ativo.

Esses fatores dialogam com as reflexões promovidas no campo CTS, que reivindicam, justamente, que as tecnologias se voltem, nesse caso, para melhorar a visibilidade e a atenção à velhice e ao curso do envelhecimento. Do contrário, os jornalistas mais velhos são colocados em condições inseguras de trabalho, que podem se estender para os vínculos sociais.

“quando perdeu o emprego ficou com medo com medo das tecnologias e se escondeu não posso falar pelos outros mas eu sinto um pouco isso perdeu e ficou e agora o que que eu vou fazer”

“é uma profissão bastante difícil hoje em dia parece que cada vez com mais dificuldade de ser exercida tanto por novos quanto velhos”

“eu sinto uma necessidade muito grande de trabalhar de poder ter continuado na área porque eu acho a idade nos limita muito mas a gente chega num ponto em que nossa experiência é maior e a gente não pode trabalhar”

“voltando à questão da tecnologia as mudanças são muito rápidas e a gente não pode nem imaginar como é que (...) será o futuro do jornalismo”

Classe 2 (cinza)

As exigências de mercado contribuem para deteriorar a realidade com mentiras

A lógica da busca por cliques e a falta de preocupação com a qualidade do conteúdo permitem a emergência e o crescimento da indústria da desinformação, um poderoso concorrente da atividade jornalística, incentivado por grupos políticos e

econômicos interessados apenas em alcance e na disseminação de ideologias partidárias, sem compromisso com o debate público. Uma configuração que ganhou força durante a pandemia de Covid-19, em que a saúde pública foi alvo de disputas por poder político no Brasil.

A rede de mentiras nos provoca a pensar sobre a aproximação entre ciência, educação e atividade jornalística, elementos que, no estudo proposto por esta tese, se inter-relacionam, no sentido de que a popularização do conhecimento científico depende de ações conjuntas e interdisciplinares, considerando a abrangência das produções midiáticas na construção de representações sociais, como contextualizado na discussão teórica.

Caldas (2004) já chamava a atenção, há quase duas décadas, antes mesmo da efervescência das discussões sobre o papel da internet na disseminação de informações falsas, para a também crescente preocupação de se criar uma cultura científica no Brasil, no intuito de evitar “problemas de precisão na informação, ausência de rigor na linguagem e dificuldades de relacionamentos entre jornalistas e cientistas” (p. 40), dado o forte impacto, na sociedade, da produção científica e tecnológica. Um contexto que, durante a crise sanitária, ganhou contornos ainda mais intensos, demarcados em debates envolvendo questionamentos à eficácia da vacina, polêmicas sobre o uso ou não de alguns tipos de medicamentos, e sobre a recorrência a soluções caseiras em tentativas de prevenção e combate à doença.

A partir de uma experiência prática desenvolvida em sala de aula, a professora e pesquisadora concluiu que possíveis conflitos entre jornalistas e cientistas podem ser dirimidos diante da mediação de educadores, o que denota a importância de parcerias para melhorar a qualidade da divulgação científica no Brasil. “[A prática com os alunos] Revela que os dois lados têm muito a aprender sobre o processo de produção de cada área. (...) Mostra, sobretudo, que a aventura do conhecimento é viável e que deve ser percorrida em regime de cooperação” (CALDAS, 2004, p. 52).

Neste cenário, a almejada aproximação é permeada por outros itens que acirram o estímulo à desinformação. Entre eles, a disputa por vitrine política, a falta de regulamentação do Jornalismo, a miscelânea de cobertura jornalística como entretenimento em plataformas que se autotransformam como noticiosas, negligências na formação humana e capacitação técnica de novos jornalistas, e o protagonismo

das tecnologias digitais na definição dos rumos da produção jornalística, como pode ser observado nos segmentos abaixo:

“eu sou contratada pela tv mas eu faço a mídia social eu faço rádio eu acho que o jornalismo acabou ficando pequeno se você olhar por esse lado”

“essa menina tá enxergando muito curto muito curto as universidades não estão fazendo nada por eles nada por eles”

“a minha visão do jornalismo profissional continua sendo a mesma o meu pesar é que a realidade foi deteriorada pelas mentiras e pelo acesso ao sistema digital todo mundo se considera um jornalista porque tem acesso a uma mídia digital”

“a gente tá sempre alertando pra isso também e falando porque o cara mais velho primeiro que ele é muito mais crédulo você pega um idoso ele jamais vai pensar que alguém tá entrando em contato com ele porque vai dar um golpe nele”

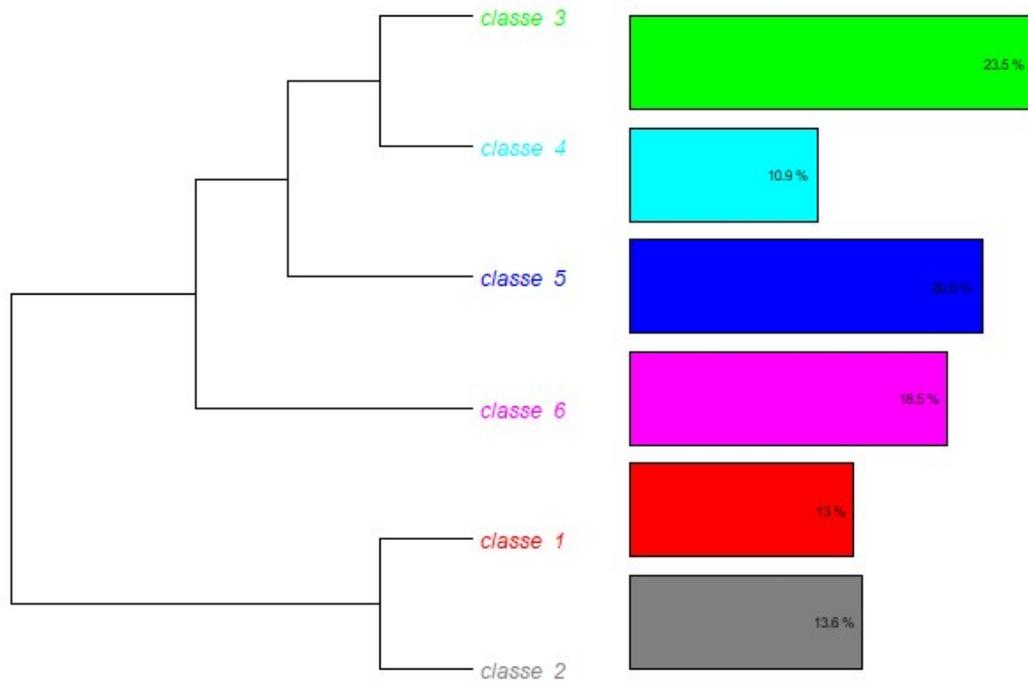
“uma coisa que está muito fora de moda hoje em dia é chamada de ética jornalista que deveria ser observada até pra justamente diferenciar o jornalista como investigador da realidade dos outros tipos o próprio repórter não investiga mais nada”

“eu acho que as redes sociais principalmente instagram facebook são um desserviço porque não existe contextualização e as fake news estão aí pra confirmar isso”

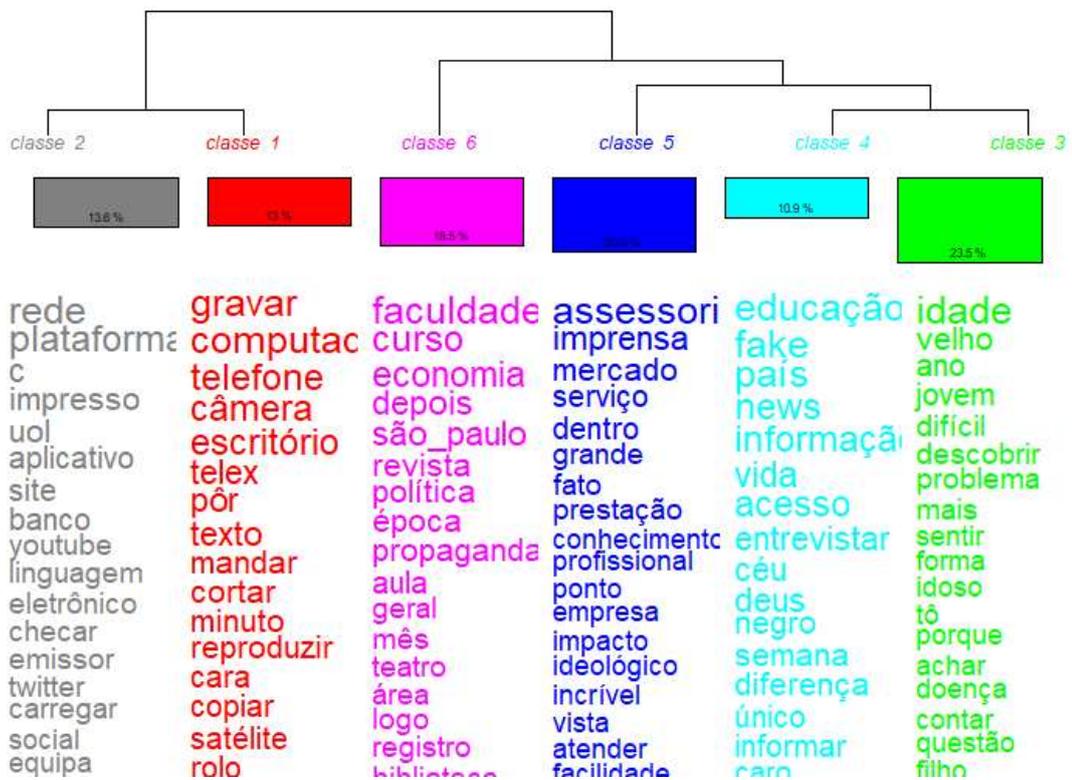
4.3 Corpus 3

O corpus 3 foi constituído pelo agrupamento das sete entrevistas feitas com jornalistas da região intermediária de São Paulo. Nesse caso, também foi suprimida a variável “região” da linha de comando.

Com elas, o Iramuteq gerou sete textos e 1483 segmentos textuais, dos quais 1355 (91,37%) foram classificados. Foi obtido o dendograma a seguir, com dois temas, dois subtemas e seis classes no total: o tema 1, que se subdivide nas classes 2 e 1, e o tema 2, formado pela classe 6 e por um subtema, que, por sua vez, inclui a classe 5 e um novo subtema, no qual se inserem as classes 4 e 3.



O próximo dendograma mostra as palavras mais comuns em cada classe:



As palavras mais frequentes e os segmentos destacados em corpus colorido permitiram nomear os temas, subtemas e classes do corpus 2 dessa forma:

Tema 1

As tecnologias digitais apresentam aspectos que favorecem o trabalho no Jornalismo

Classe 2 (cinza)

As tecnologias digitais são um meio de prestação de serviço, inclusive em prol de um envelhecimento com mais qualidade, caso haja acesso a elas

Diferente das entrevistas feitas com jornalistas da região de Ribeirão Preto, os participantes da região intermediária de São Paulo, apesar de reconhecerem impactos negativos causados pelas tecnologias digitais no Jornalismo, avaliam, de forma predominante, que elas podem ser mais aliadas dos profissionais do que adversárias. Para eles, as NTICs significam mais oportunidades do que precarizam o trabalho dos jornalistas, um posicionamento também diferente da observada entre os indivíduos da região de Ribeirão Preto.

“eu acho que a tecnologia serve por exemplo pra várias coisas o ele produz campanhas pra casas de repouso eu acho que isso é uma contribuição enorme nesse sentido de facilitar que a pessoa não caia”

“imagina se não tivesse informação se a gente não soubesse se a gente não tivesse como saber que álcool gel ajuda que máscara ajuda como é que seria seria muito pior”

“eu vejo muitas aulas sobre vinhos estudo um pouco sobre isso leio livros sobre vinhos eu bebo pouco mas entendo bastante de vinho fiz cursos eu gosto de cursos de vinho”

“daí até dominá las ou manipulá las e em ser um técnico um expert nessas novas ferramentas é um pouco diferente mas dá pra você continuar trabalhando como eu continuo a trabalhar e outros colegas da minha idade mesmo continuam a trabalhar”

Essas representações integram a tarefa do pesquisador de identificar, entre as regularidades, aquilo que é diverso, descontínuo, menos frequente, de forma a avaliar possibilidades outras no processo de compreensão do universo estudado, conforme abordado na discussão teórica a partir do olhar de Moscovici (1978).

“eu não conheço ninguém não me lembro de ninguém talvez possa até conhecer mas não não que eu saiba que ele tenha passado por isso alguém que tenha rejeitado totalmente ah eu não uso computador”

“a tecnologia traz o problema mas também traz uma solução e às vezes a gente tá no meio de um furacão em que as dificuldades são maiores mas daqui a 50 anos vamos ver esse período comum um período curto de transição virar história”

“claro que ele vai ter problema se ele começar a ter um problema de saúde de saúde mental mas eu não vejo que as novas tecnologias criam um problema para a pessoa mais velha”

“hoje no mínimo você tem uns 20 jornalistas participando de uma coletiva no brasil inteiro ou fora do país cê pode ter uma coletiva pela internet que é um negócio sensacional simples de se fazer”

Nesse sentido, é possível, com base nos dizeres desses entrevistados, que as tecnologias digitais sejam instrumentos relevantes para estimular a busca por envelhecer com qualidade, considerando que propiciam aprendizado, por meio de cursos, oferta de informação qualificada em saúde, desde que sejam extraídas de fontes confiáveis, e oportunidades de interação social – isso se houver políticas públicas de inclusão digital, considerando as desigualdades socioeconômicas que influenciam no processo de envelhecimento, e que, também, os próprios veículos jornalísticos incentivem o combate ao etarismo, abrindo, eles próprios, espaço para ampliar a atenção às pessoas 60+ enquanto potencial público leitor. Na sequência, outros segmentos que permitiram nomear a classe:

“pela primeira vez a gente teve que fazer todos os scripts dos jornais escrever as reportagens fazer as cabeças tudo no computador e tinha que ter os programas específicos que cada empresa tinha”

“eu ajudo eu ajudo a gente cria grupo tamo começando a criar grupos pra ajudar uma pessoa a ter uma assistência em casa porque a minha expectativa é que vários

colegas nossos com quem a gente trabalhou durante anos vão ficar sem condições de sobrevivência”

“porque você tem acesso a essa informação e isso é a tecnologia que te propicia nesse sentido eu vejo a utilidade da tecnologia no processo de envelhecimento que é você exatamente poder evitar as coisas que te fazem mal”

“você tem alguma preocupação alguma preocupação de saúde de bem_estar de equilíbrio nas principais publicações apareceu também uma preocupação uma briga contra o etarismo”

Classe 1 (vermelha)

As tecnologias digitais podem ser aliadas no aprendizado do jornalista e na educação da sociedade

Na esteira da classe anterior, os participantes opinam, de forma predominante, que a adaptação dos jornalistas às tecnologias digitais pode ter as próprias tecnologias como aliadas no processo de aprendizagem. E que os profissionais podem ampliar a participação em iniciativas que levem educação midiática e por meio de diferentes linguagens a pessoas com dificuldades de acesso aos meios digitais – o que poderia contribuir, inclusive, para a formação de novos leitores.

“pra mim a velhice é boa pra isso que eu tô fazendo pra estudar tô muito feliz com isso ah tem uma coisa boa sim aquilo é brincadeira o que é ruim são as dores os exames”

“às vezes é muito é muito você muda a história de alguém às vezes permitindo que ele tenha acesso ao estudo ou que ele tenha um trabalho diferente que ele participe de um concurso”

“você vê comunidades que acessam determinados canais que aprendem os tutoriais os cursos online cursos rápidos que o senac e o senai dão tá mudando a vida de muita gente”

“olha vamos pesquisar onde tem um curso disso que você possa fazer e através disso você possa começar em alguma outra área isso faz sentido a gente fornecer para as pessoas que estão próximas e algumas comunidades também”

“ter quatro telas é o paraíso tinha uma com a bloomberg no ar outra com todos os indicadores gráficos rolando uma que ele estava escrevendo a matéria e outra que ele podia pesquisar falei é sensacional isso”

“o volume de pesquisa que eu faço todo dia sem a eletrônica não dá é claro que eu gosto de pesquisar porque eu acabei sendo ensinado a pesquisar”

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, 2017) define “educação midiática” como um conjunto de competências que permita aos estudantes a capacidade de análise e de crítica diante de informações produzidas num contexto de diferentes plataformas midiáticas.

No final da primeira década do século XXI, os jornalistas norte-americanos Cunningham e Miller (2010) utilizavam a terminologia “alfabetização jornalística” para designar o ensino, às novas gerações, dos valores jornalísticos, dos quais, entre outros, depende, segundo eles, a saúde democrática na era da informação.

Com o tempo, e o surgimento de novos dispositivos digitais, os conceitos relacionados à necessidade de promover educação para as NTICs foram sofrendo variações – mas guardam, como semelhança, a preocupação da inclusão tecnológica. Não apenas no que se refere ao uso dos dispositivos, mas ao estímulo para a busca de entendimento sobre como eles podem ser apropriados visando à defesa de ambientes democráticos.

As potencialidades oferecidas para o aprendizado são citadas, ainda, em outros fragmentos, que permitiram nomear a classe:

“eu acho que o computador é uma coisa que vai andar sempre comigo e meio eletrônico vai ser muito fácil pesquisar coisas é muito muito rápido eu trabalho normalmente com dois computadores na minha casa estou em home_office”

“pra você ter uma ideia na eca existia uma gráfica montada a gente aprendeu a diagramar mas nunca a nossa turma ou as duas turmas seguintes nunca puderam editar um jornal imprimir um jornal porque era proibido era censura”

“também passaram a usar o telefone e tem os que já tão sabendo usar o celular navegar na internet e falar por vídeo com seus netos não tem muito mistério nessa adoção das tecnologias”

“mas isso não teve nenhum problema tô adorando isso aqui ainda mais um diagramador por profissão por tradição adora procurar imagens pôr imagem fazer o texto tamanho da letra e tudo”

“hoje você edita uma matéria no computador você grava no seu celular e manda pro editor e ele vai pra ilha e edita é muito muito ágil e a gente tem que acompanhar”

“eu acho que se a gente tiver um ensino desde garoto como eu vejo minhas netinhas que adoram com dois anos e meio a tecnologia mexem em tudo computador telefone celular isso tudo”

Tema 2

O Jornalismo é capaz de se adaptar ao cenário das tecnologias digitais

Classe 6 (rosa)

O Jornalismo como possibilidade de intercâmbio, integração com outras áreas

Há uma noção predominante de que a atividade jornalística, por promover transformação social, é fundamental para a organização da vida nas comunidades. No entanto, para que sobreviva e não se torne obsoleta, deve se adaptar à evolução do mercado, sobretudo a partir do advento das tecnologias digitais.

Uma das exigências é o aprimoramento da capacidade de dialogar com diferentes áreas, o que já é característico do Jornalismo, por seu aspecto eclético e interdisciplinar, mas que agora demanda maior integração com setores afins, como Marketing, Relações Públicas, e Publicidade e Propaganda.

“nas redações houve muito isso técnicos que aprenderam a ser cinegrafista ou aprenderam a ser motorista ou cinegrafista que virou jornalista de texto etc eu posso fazer totalmente home_office exceto em momentos em que é preciso por exemplo fazer treinamento”

“acho que é isso que caracteriza um jornalista eu não acho que é preciso fazer faculdade de jornalismo embora eu tenha feito na minha época pode muito bem fazer uma faculdade de história uma faculdade de gestão de políticas públicas e fazer uma especialização pra jornalista”

“o que eu faço hoje é estudar eu administrava ou ministrava um curso sobre política e democracia antes da epidemia veio a epidemia parei com isso agora tô retomando e refazendo meus estudos refazendo o meu curso”

“eu ganhei o direito de registro como jornalista assim como de relações públicas graças àquela lei que permitia que aqueles que exerciam essa atividade até uma determinada data poderiam ser registrados como jornalista na verdade me formei como publicitário”

“já tá sendo tocado inclusive fora da minha atividade eu quero isso pra exatamente abrir novos horizontes na área de educação a distância tá montado tá pronto já fiz cursos inclusive em vitivinicultura”

Nesse sentido, as assessorias de imprensa, que são uma atividade legalmente inserida no Jornalismo, mas com interfaces com esses setores, passaram a ser bastante requisitadas, como apontado na discussão teórica e nestes segmentos destacados a seguir.

“olha fulano tem uma oferta de emprego ganha xis aqui e vai ganhar xis mais tanto em uma assessoria ah não mas isso não é mercado eu dizia gente abre o olho”

“isso é mercado virou o mercado e eles não têm nenhum problema em sair do

emprego da chamada grande imprensa e ir fazer trabalhar em assessoria de imprensa”

“já tinha uma primeira pesquisa agora já tá na quinta ou na sexta onde muito jornalistas consideram fundamental a participação do assessor de imprensa nas pautas diárias”

“até um bom período que eu trabalhei em redação e eu sempre fui muito de cozinha de redação muito de equipe de trabalho em equipe eu vi o seguinte os jovens nem passava pela cabeça de um jovem ser assessor de imprensa”

“e iam pras assessorias hoje você vê gente saindo da faculdade e indo direto para as assessorias de imprensa”

“eu saí da em 2019 34 anos eu saí de redação eu parei de ser o jornalista de veículo e passei a ser um jornalista assessor de imprensa tô mais na área de marketing do que jornalismo propriamente dito”

“eu sei que ele quando ele viu ele tava fora de redação tava assessorando individualmente pessoas e criou um time que já estava lá quando eu entrei eu entrei em 2019 com 30 pessoas já”

Subtema 1

O jornalista deve estar frequentemente atento ao que o mercado exige

Classe 5 (azul escura)

Para que o Jornalismo exerça função social, deve conciliar essa preocupação com as expectativas de mercado

O papel do Jornalismo como questionador, que denuncia os problemas sociais, que cobra providências, que busca representatividade plural, que dá voz às minorias, deve ser conciliado, na opinião dos jornalistas entrevistados, de forma predominante, com a sobrevivência dos veículos, atrelada aos modelos vigentes de financiamento da produção de informação no Brasil.

“no momento que você escolhe uma coisa ou outra pra escrever em relação ao fato você já tá tomando partido a liberdade de imprensa tá diretamente relacionada à liberdade de sobrevivência do veículo de comunicação”

“jornalismo tem que ter uma função social você tem que atender alguém não existe a informação isenta mesmo quando o júlio_césar começou a fazer entre aspas assessoria de imprensa no império_romano e começou a colocar aquelas tábulas nos postes”

“a situação ou você tem o apoio do anunciante ou você tem o apoio do governo ou você tem apoio diversificado como os classificados permitiram pro por muito tempo”

“se você não transformar o seu cliente em notícia você não ocupa espaço de jeito nenhum a gente não teve outra alternativa senão se aprimorar cada vez mais como jornalista”

“você escreve todo dia ele ainda não pegou esse traquejo depende do que o mercado quer precisa de gente pra quê tem aí todo mundo disposto a fazer as coisas funcionarem”

“é difícil a gente tentar projetar agora eu acho que o jornalismo desnecessário não será mas vai ter que brigar muito para não ficar obsoleto vai ter que ter uma preocupação muito grande para não ser obsoleto”

A imprensa alternativa, que se expandiu nas redes digitais, acaba tendo participação pequena no mercado e, com isso, para os entrevistados, se perde em meio a uma profusão de conteúdos, não podendo ser considerada um mercado capaz de absorver mão de obra significativa.

“você jornalista jornal que não atende a ninguém não sobrevive porque ele não tem finalidade não tem grupo de apoio não tem quem segure ou então é de um magnata excêntrico que quer ter um jornal por deleite”

“alguns sites de jornalismo da mesma forma são feitos por jornalistas profissionais mas a qualidade é muito baixa não acho que a gente vai conseguir mudar alguma coisa principalmente agora quando você tem toda a possibilidade de fazer jornalismo livremente através das redes sociais”

As ações dos profissionais, portanto, caso queiram continuar na profissão, devem, segundo esses participantes da pesquisa, se atualizar sobre as ferramentas mais recentes disponíveis e sobre as tendências que influenciam a produção de conteúdo, como uma revisão do próprio papel do Jornalismo.

“talvez não tanto no final dos anos 90 mas havia muito de enxergar o jornalismo como prestação de serviço uma coisa mais assim missionária combativa jornalista vai mudar vai fazer oposição vai mudar a política vai fazer denúncias que separa o joio do trigo e publica o joio que é isso que a gente sempre tá vendo o mal nas coisas não as coisas positivas mas isso ainda bem que mudou porque o jornalismo é muito mais do que isso”

“eu como eu tenho saúde pra continuar trabalhando vou continuar trabalhando e espero que encontre quem me pague pra isso o jornalismo mesmo sendo essa prestação de serviço ele tem um pouco de indústria ele tem uma rotina”

“as circunstâncias da vida e uma série de fatos ou de considerações vão te encaminhando pra isso nesse momento eu acho que sim que eu vou continuar sendo vou continuar a atuar nessa área de marketing até um ponto em que eu não tenha que mentir ou que sacrificar parte do que eu acredito pra poder vender um peixe”

“que é o das redes sociais fazer alguma coisa dentro desse meio mas como eu vou mostrar na sequência não acho que pra mim serve isso eu acho que esse meio tá um pouco minado”

“a gente evoluiu até forçados até empurrados quando você tá parado em uma fila e alguém te empurra pelo mundo pela exigência do mundo o que eu acho é que nós temos que investir muito em tecnologia temos que investir muito em educação”

Subtema 2

As transformações no Jornalismo trazem novas demandas profissionais

Classe 4 (azul claro)

Há um processo de juvenilização das redações, em que o espaço para os mais velhos depende, justamente, de adequação às exigências de mercado.

As representações recorrentes são de que os jovens chegam às redações bem preparados: estão antenados com as tecnologias mais recentes, sabem trabalhar com dados, dominam mais de uma língua – diferente dos jornalistas da região de Ribeirão, que avaliam, de forma predominante, que a formação é falha, o que traz prejuízos à qualidade da produção de informação jornalística.

“portanto eu não tenho saudosismo para avaliar as redações eu acho que tem gente boa mais velho gente boa da juventude quando eu falo que eu acho que essa mistura é importante eu acho que em alguns momentos as redações conseguem isso mas na verdade no geral há uma juvenilização nas redações”

“vêm com excel vêm com tudo e sabe onde procurar onde é que têm os dados do ibge mantêm os dados em qualquer lugar conhece as coisas gente muito bem preparada”

“todos falam outras línguas também não só o português tudo facilita muito os mais velhos são os decanos as pessoas que todo mundo escuta os mais velhos são muito respeitados não só pela redação”

“mas a idade influi hoje na conquista de um trabalho eu me sinto bem porque não desapareceu o entusiasmo a criatividade a tomada de iniciativa tô com planos esse plano não tá no papel”

“os dois mais velhos eu aposentei agora 30 anos de assessoria a nossa atividade realmente tá nas mãos dos jovens só que nós temos os mais velhos uma vantagem que a gente tem mais experiência”

Tanto um grupo quanto o outro apontam, em linhas gerais, que o trabalho no Jornalismo está ficando nas mãos dos jovens e que os mais velhos, apesar das dificuldades, precisam encontrar meios de se adaptar às condições laborais atuais.

“ele vai ter que se adaptar a uma certa velocidade da informação e a velocidade da produção que ele vai ter que fazer e eu acho que ele vai ter que ser mais rápido ele vai ter que ser mais bem informado vai ser capaz de fazer associações muito mais rápido”

“você tem facebook como assim dá pra não ter profissional de comunicação hoje tem condições de não ter facebook não existe isso”

Há uma preocupação maior com os 60+ que não conseguiram se aposentar e com os profissionais de outras idades, como os 40+ e os 50+, que ainda têm vários anos até a aposentadoria e vão continuar enfrentando um cenário de instabilidades, demarcado por tecnologias ainda mais complexas, fomentadas pelo desenvolvimento, por exemplo, da Inteligência Artificial (IA).

“tem uns que não querem mas tem outros que fazem muito bem isso e vira a coisa fica legal a gente teve que se adaptar ao online isso não foi muito fácil porque eu tinha gente de mais idade”

“o sujeito fala eu não me adapto mais eu até queria eu pensava em contratá-lo é um grande jornalista do setor do agronegócio ele falou ai meu senhor se precisar usar o computador eu não vou”

“olhar pra trás e considerar algumas coisas nessa linha pra lembrar que nem tudo tá tão ruim assim tem muita coisa ruim mas eu acho que o mundo hoje tá melhor do que antes”

“mas chega uma hora que você tem que ceder lugar nas redações pros mais jovens principalmente nos postos operacionais e tentar ver se você consegue esticar a sua vida profissional usando a experiência pra uma coisa mais analítica”

Classe 3 (verde)

As adaptações dos jornalistas às tecnologias digitais dependem muito de atributos e de decisões individuais

A busca de profissionais mais velhos por manutenção ou reinserção no mercado de trabalho está muito ligada, de forma predominante para os entrevistados da região de São Paulo, ao “querer”, ao esforço dos profissionais em aprender novas tecnologias e linguagens, ao vestir a capa do super-herói, conforme abordado na discussão teórica – diferente dos entrevistados da região de Ribeirão Preto, que consideram, de forma predominante, como justificativa para o afastamento de profissionais idosos do mercado de trabalho, a conjuntura socioeconômica.

“agora de uma maneira geral eu acho que vai depender inclusive da cognição de cada um o quanto você consegue se manter lúcido porque a lucidez vai fazer toda a diferença no uso da tecnologia ou não”

“você tem que começar a saber o que que você pode fazer se interessar acho que é a pior coisa que pode acontecer pro ser humano é ele perder o interesse”

“foi parar na opinião pública por quê porque é rápido é tudo muito rápido você precisa ter agilidade você precisa se adaptar acho que os 60 como é o seu objeto de estudo”

“eu preciso de uma mão de obra mais especializada mas eu acho que também a idade o brasileiro não é muito de se cuidar você percebe que não é todo mundo que chega numa idade como a minha por exemplo e que tá bem como eu estou”

“a tendência pra frente é você ter mais análise e mais interpretação de fatos isso também exige que você tenha uma certa formação talvez até acadêmica mais sólida porque você não pode falar bobagem”

Então, os jornalistas mais velhos, visando se manter no mercado, precisam, de acordo com as opiniões predominantes dos entrevistados, se inteirar dos movimentos da profissão. No entanto, mesmo inteirados, podem enfrentar forte rejeição.

“existe uma dificuldade como em toda profissão quando você é mais velho mas talvez pro jornalismo seja menos problema do que em outras profissões porque a experiência conta muito”

pela chefia e por tudo mais são pessoas capazes por exemplo de discutir com o editor_chefe de igual para igual e mudar uma orientação coisa que o jovem nunca vai fazer”

“tem o interesse e eu acho que é em saber como jornalistas da minha idade encaram ou usam ou migram ou aceitam as novas mídias novas tecnologias”

“que não tiverem noção precisa disso eles vão estar fora do mercado eu acho que você tem que se manter ativo não é só para escrever”

4.4 Discussão

Após a nomeação e descrição das classes com auxílio do Iramuteq, eu, proponente desta pesquisa, voltei às transcrições originais, que foram feitas antes do preparo das entrevistas para entrada no *software*, no intuito de cruzar os segmentos regulares, destacados em corpus colorido, como os menos frequentes ou mais raros, além das anotações, entre parêntesis, de gestuais e outras ações não faladas. Isso remonta novamente aos escritos de Moscovici (1978, 2004), para quem a atenção aos consensos e elementos estáveis, que delimitam um conhecimento compartilhado pelos indivíduos de um grupo, não dispensam o que é divergente, pela possibilidade da emergência de representações represadas.

Não se deve esquecer que as entrevistas foram feitas com perfis específicos de jornalistas, devendo, ainda, considerar os limites dessas decisões. A começar pelas restrições impostas pela crise sanitária instaurada no planeta com a pandemia de Covid-19, que obrigou a um distanciamento físico sob o risco de transmissão da doença e influenciou, diretamente, no trabalho dos jornalistas e na necessidade de que os contatos com os profissionais entrevistados fossem feitos de maneira não presencial.

O meio online não permitiu, por exemplo, o acesso às representações sociais de profissionais que não usam tecnologias digitais ou que enfrentam dificuldades no

manuseio delas. Consequentemente, foi negada, por exemplo, que houvesse uma possibilidade de aprofundar a compreensão sobre possível exclusão digital no Jornalismo – que, no caso das abordagens para esta tese, foi indiciada com a recusa de alguns convidados, conforme mencionado, de conceder entrevista por eventual falta de domínio do Google Meet, ferramenta utilizada na fase de coleta de dados. Isso expõe um impedimento no dizer, um não querer/poder se expressar. Ao mesmo tempo, os silêncios, os não ditos, guardam dizeres potentes, nos provocando a pensar sobre os sentidos dessa ausência diante da temática proposta.

Identifica-se, ainda, um outro fator limitador: a visualização das ações dos jornalistas entrevistados, já que, apesar de movimentos de rostos e mãos estarem acessíveis ao pesquisador, outros foram recortados pelos limites da tela, bem como aspectos da composição dos ambientes onde os jornalistas se encontravam. Com isso, a fala acabou se sobressaindo em relação a outras linguagens.

Deve-se destacar, também, que o Iramuteq, a partir da inserção dos corpus de análise, contribui para desvelar regularidades, que compõem universos de opinião predominantes, mas, a todo momento, há mistura com o que é pouco frequente ou raro, de forma que as classes nomeadas não são únicas ou absolutas. Apenas foram observadas como mais recorrentes.

Com isso posto, foi possível, aliando essas questões com todo o arcabouço teórico apresentado na Introdução e nos capítulos da tese, que permitiram uma discussão crítica sobre aspectos da inserção das tecnologias digitais no Jornalismo, das adaptações ao trabalho, do envelhecimento populacional em um contexto de desigualdades sociais, qual seja o da América Latina e, mais especificamente, do Brasil, e da Teoria das Representações Sociais (TRS) como amparo teórico e método de análise, fazer as inferências de acordo com o objetivo geral proposto, que é rememorado: a partir dos pressupostos da pesquisa social, qualitativa, exploratório-descritiva, investigar, a partir de um olhar interdisciplinar, permeado pelo campo CTS, jornalistas 60+ de duas regiões geográficas paulistas, atentando-se a como eles representam o trabalho jornalístico frente às transformações tecnológicas, a partir de três frentes: a atuação profissional, as relações de trabalho e o próprio processo de envelhecimento.

A partir de todo esse conjunto de explicações, apresenta-se, então, as considerações possíveis dentro das categorias temáticas avaliadas. Lembremos que,

ao retomarmos o referencial teórico sobre representações sociais, com as contribuições de todos os autores citados, que se debruçaram sobre o conceito a partir da abordagem de Moscovici (1978), o objeto de análise é instável. Isso porque está sujeito à passagem do tempo e aos deslizamentos de memória decorrentes, além das condições de processamento do conteúdo cognitivo, ainda atravessadas pela heterogeneidade dos fenômenos humanos, pelos contextos em que tais fenômenos acontecem e pelas interpretações do pesquisador, com base no repertório de conhecimento construído ao longo da trajetória dele e dentro de um campo científico específico – no caso deste trabalho de pesquisa, o campo da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

Atuação profissional:

A análise de representações sociais envolve, conforme Moscovici (1978), aspectos que definem os conceitos de ancoragem e objetivação – a primeira ligada à classificação dos objetos para que se tornem conhecidos e a segunda voltada a conferir-lhes significados que permitem seus usos pelos grupos. É possível dizer, ao isolar as representações dos grupos de jornalistas entrevistados, no que se refere às transformações tecnológicas para a atuação profissional, que o trabalho jornalístico ora é objetivado dentro de um processo de evolução das ferramentas de trabalho na profissão, que, como em épocas passadas, podem e devem ser dominadas – representações mais comuns entre os jornalistas da região de São Paulo –, ora como uma descontinuidade nas práticas de produção da informação jornalística – o que é mais comum entre os entrevistados da região de Ribeirão Preto. Nesse último caso, aparecem, no processo de ancoragem, mais referências saudosistas, de um tempo em que as tecnologias eram tomadas como meios para produções de qualidade, ao passo que, atualmente, são impostas como um fim, ou seja, exige-se maior atenção ao cenário tecnológico, que, por sua vez, é incentivado dentro de uma lógica de mercado, para atender interesses privados.

Nesse caso, a memória sobre experiências em cenários em que as tecnologias eram analógicas contribui para balizar uma definição de que a adaptação às NTICs teria um curso semelhante. No entanto, a necessidade de se adequar à técnica se intensificou, com sobreposição ao olhar jornalístico, o que tornou as ferramentas

digitais uma ameaça ao exercício profissional com qualidade e à manutenção dos empregos.

Se, antes, as tecnologias estavam diretamente atreladas à investigação jornalística, hoje elas podem se tornar empecilhos diante da velocidade requerida para gerar informação e, também, se não forem desenvolvidas, a partir de ações empresariais ou governamentais, políticas públicas que fomentem a capacitação para entendê-las e operacionalizá-las. Do contrário, podem atender a demandas por educação midiática alinhada a diretrizes de organizações de saúde em prol de um envelhecimento saudável e ativo.

Relações de trabalho:

Nesse quesito, há um processo de objetivação do trabalho jornalístico, a partir do advento das NTICs, tanto como oportunidade quanto como precarização. As primeiras são mais comuns no grupo de jornalistas da região de São Paulo, enquanto as outras são mais frequentes entre os da região de Ribeirão Preto. No entanto, em ambos os grupos, há o reconhecimento de que as transformações tecnológicas impactam nas relações trabalhistas, afastando jornalistas idosos do mercado – seja por desconfiança com relação ao domínio dos artefatos ou, de forma mais frequente, por questões econômicas. Isso sem contar a existência de preconceito, muitas vezes velado, contra a presença dos mais velhos nas redações.

Para isso, eles se ancoram nas memórias de um ambiente que mesclasse juventude com experiência, que, ao reorganizar o presente, daria condições, como em épocas anteriores, de promover trocas de conhecimento e, conseqüentemente, aprendizado mútuo. Mas a projeção da realidade entra em conflito com a observação de que as funções jornalísticas são, cada vez mais, ocupadas por jovens, minando a participação social das pessoas idosas, a não ser que estas demonstrem capacidade de atender, rapidamente, às exigências do mercado, inclusive no aspecto salarial.

Quando conseguem se manter, precisam aceitar, em muitos casos, condições muito diversas (e adversas) das quais vêm ancorados. O trabalho, que poderia e deveria ser um componente constituinte da identidade, dando sentido para a vida, condição fundamental para a qualidade do curso do envelhecimento, acaba objetivado como uma dificuldade extra para envelhecer bem.

Todas essas transformações, que foram aceleradas durante a pandemia de Covid-19, deixaram jornalistas idosos perdidos, afetando a compreensão deles em relação ao próprio papel enquanto profissionais e às perspectivas diante dessas condições.

Processo de envelhecimento:

Conforme são confrontados com as NTICs e instados a agir no tempo-máquina, e não no tempo do homem, conforme discutimos no arcabouço teórico, sob o ponto de vista de Chartier (2020), os jornalistas, que se ancoram no imaginário social, pelo qual carregam características sobre-humanas, próximas àquelas ostentadas pelos super-heróis, acabam por desvelar, pelo processo de objetivação, justamente características típicas humanas: fragilidades, vulnerabilidades e a consequente necessidade de se apoiar em uma rede de proteção.

Esses profissionais, que estariam preocupados em estender suas capas e microfones em prol do bem-estar social, da busca pela cidadania e da valorização da democracia, agora se veem, eles mesmos, expostos a condições insalubres que, nas páginas dos jornais e das revistas, nas telas da TV e dos sites, nas ondas do rádio, nos releases das assessorias, ganhavam contornos de críticas contundentes, como a perda de direitos trabalhistas, a submissão a condições profissionais degradantes, a ditames político-ideológicos e comerciais, e a escassez de espaços de expressão diante do avanço da idade.

Nesse âmbito, ancoragem e objetivação operam nos processos de resistência a este cenário, mesmo quando estes são subjugados pela lógica de mercado e por uma engrenagem que subverte as marcas da memória para favorecer uma adaptação quase forçada. Mas a resistência existe. Pode até se assumir – ou não – mais lenta em relação ao ritmo de trocas de computadores e celulares como equipamentos de trabalho, mas busca chamar a atenção – apesar da voz de crítica por vezes abafada pela necessidade justamente de se mostrar forte, como os heróis –, para demandas por uma rede de proteção que assegure, por meio de inclusão em programas de capacitação tecnológica e para o trabalho, a participação social com vistas a um envelhecimento saudável e ativo.

Percebe-se que a resistência, porém, tem se restringido, por ora, ao nível das individualidades, carecendo de expansão para as próprias empresas jornalísticas,

governos, universidades, entidades representativas, grupos formados pelos próprios profissionais, pelos quais se busque o fortalecimento da categoria pelo diálogo sobre possibilidades de aproveitar o momento para permitir que os profissionais, já que assumem características humanas, possam continuar se posicionando dessa forma, reivindicando uma existência para além de uma ilusória infalibilidade.

Ao revisitarmos toda essa discussão, foi possível formular a seguinte tese, confirmando as hipóteses estabelecidas no projeto enviado ao Comitê de Ética: nos contextos sociais em que se inserem as mudanças laborais a partir das NTICs e da pandemia de Covid-19, o trabalho de jornalistas com 60 anos ou mais é deslocado para uma outra posição, que não a ocupada pelos heróis, ressignificando estereótipos impingidos a esses profissionais no imaginário social. Essas questões aparecem na fala dos participantes como conflitos entre o que se espera deles e o que eles mesmos representam, e ainda como tentativas de explicações para o afastamento de pessoas idosas do mercado – seja por dificuldade de adaptação às novas exigências, etarismo ou outros tipos de rejeição –, com consequente invisibilização social do trabalho desse grupo etário no Jornalismo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Envelhecer não chega a ser uma novidade, mas ter uma sociedade envelhecida sim. E, como todo novo fenômeno, faz emergir novas agendas, novas formas de pensar as relações humanas, novos fazeres científicos. Como a tendência para os próximos anos é de crescimento do número de pessoas idosas em todo o planeta, com estas representando demandas específicas em segmentos como saúde, educação, trabalho, moradia, mobilidade, lazer, aposentadoria, assistência social, entre outros, especialmente em contextos de acentuada desigualdade social, com sérios entraves à participação democrática, e atravessados por NTICs, a produção de conhecimento pede abordagens sistêmicas, multi e interdisciplinares – capazes de promover a articulação de áreas distintas de investigação baseadas em evidências.

De forma mais específica no campo CTS, que se ocupa, desde a década de 1960, de problemas atemporais, emergem agora, com o envelhecimento populacional, questões de uma temporalidade que é demarcada a partir de uma reconfiguração cronológica inédita na sociedade planetária, com particularidades em regiões em desenvolvimento, como a América Latina, e países como o Brasil. Uma situação complexa que vai exigir intervenções na mesma magnitude, articulando diferentes campos do conhecimento.

Com a emergência da pandemia de Covid-19, esse processo passou a ganhar ainda mais atenção e, no caso dos mais velhos, a cobrar, no rol de possibilidades de respostas, a constituição de redes de proteção e cuidados. No trabalho jornalístico, a crise sanitária colocou profissionais na linha de frente do combate à doença, como agentes para ofertar informação qualificada ao público leigo ao mesmo tempo em que passaram a operar novas tecnologias e a buscar escapar de se tornarem, eles próprios, vítimas de um vírus com agressividade sem precedentes na história humana.

Nestes tempos de luta pela vida, foi possível observar a atualidade e emergência de ingredientes que reafirmam a relevância das tecnologias. A velocidade com que se formam e se desfazem redes digitais se mostra inversamente proporcional à necessidade de contatos mais sólidos para o compartilhamento de propostas que visam à manutenção e consolidação da democracia, tendo em vista que, ao mesmo tempo em que favorecem a circulação de vozes plurais, as novas tecnologias de comunicação, a depender de quem delas se apropria, podem reforçar estratégias de controle social, impedindo vínculos humanos duradouros.

Enquanto percebe e reporta os principais movimentos da sociedade contemporânea, posicionando-se como instrumento de divulgação científica e de fiscalização política, pautando investimentos públicos em C&T, o Jornalismo pode deixar escapar, de seus holofotes, as transformações ocorridas nas suas próprias estruturas de atuação. Entre os jornalistas, se, por um lado, eles abrem os ouvidos para as mais diversas fontes, dos mais longínquos rincões, para reivindicações de todos os tipos, por um outro podem estar calados diante da falta de ações governamentais ou empresariais que possam garantir sua inclusão nessa rede de proteção e cuidados, especialmente quando envelhecem. Nesse sentido, tais profissionais, apesar de sustentarem posições de poder diante da esfera pública, amparadas nas figuras dos super-heróis, que enfrentam quaisquer obstáculos em prol do interesse coletivo, estão sujeitos a outras, baseadas em interesses corporativos – o que os desloca para uma situação de vulnerabilidade.

A possibilidade de interação em rede propiciada pelas NTICs trouxe, também, a necessidade de se repensar modelos consagrados de comunicação, sobretudo envolvendo os meios de largo alcance. Impressos, como jornais e revistas, e o rádio, referidos em várias teorias, a partir das décadas iniciais do século XX, como meios de comunicação de massa (MCM), eram analisados, pelos primeiros pesquisadores que se dedicaram à compreensão de fenômenos comunicacionais, de forma apartada de seus determinantes sociais. O surgimento do cinema e do rádio, logo no início do século, havia contribuído para que a comunicação adquirisse o *status* de ciência, mas ainda sem considerar que o público fosse capaz de reagir e resistir à atuação dos MCM.

A partir dos movimentos acadêmicos e sociais que se iniciaram na década de 1960, haveria mudanças, a partir da disseminação dos computadores pessoais, na década de 1990, e, no caso do Jornalismo, com entrada da internet nas redações. Uma característica prioritária dos novos meios é a mercantilização, em que a atenção dos consumidores é atraída com um objetivo bem delimitado: que seus perfis sejam explorados, comercial e politicamente.

Estamos ainda aprendendo a lidar com as redes sociais digitais, de forma a aproveitar, em certos nichos, o intercâmbio de informações com qualidade, confiáveis e fundamentadas. Exemplos são a divulgação de pesquisas na área médica, para o enfrentamento de doenças raras, ou formação de grupos de pessoas que possuem

dificuldades parecidas e que podem se ajudar mutuamente. Não bastasse isso, a internet força que os paradigmas da comunicação de massa sejam analisados, agora, na intersecção com as mídias pós-massivas, nas e pelas quais os movimentos da sociedade passam a ser vistos a partir de aspectos ciberculturais e a construção do ciberespaço como uma extensão da sociedade.

A mudança da compreensão humana sobre lugar e passado transforma o sentido de pertencimento dos indivíduos, a partir de um sentimento de que passam a partilhar um tempo global, uma trajetória comum – sujeita, cada vez mais, à produção de conteúdo simbólico pelas indústrias de mídia. As interações orais, face a face, não foram eliminadas, mas operam em conjunto com a difusão midiática. Nesse caso, é fundamental entender que as representações sociais de jornalistas sobre as transformações tecnológicas na profissão se dão em um contexto tecnológico, o que reafirma a complexidade de refletir sobre esse processo com ele em curso.

Na própria imprensa, esses diálogos se fazem ausentes. Mas, nesse caso, é possível conceber espaços-outros. O campo CTS, por exemplo, questionando os pressupostos de uma ciência essencialmente desenvolvimentista e racionalista, permite questionar possíveis interdições para propiciar aberturas a partir de uma perspectiva construtivista, histórico-crítica, sobre o trabalho como emancipador, criador de sentido para a vida, constituinte da identidade humana – e não restrito a uma lógica industrial que vê a produção de notícia estritamente como mercadoria.

Se a sociedade pode ser rastreada, segundo Latour (1999), por meio das redes, a análise sobre essas questões deve ser acelerada para dar conta da velocidade com que as mudanças acontecem. Mas como fazer isso considerando ser a ciência uma atividade contemplativa, que preza pela produção de conhecimento profundo, o que demanda tempo? De que forma a universidade pode ir ao encontro com leigos, permitindo participação social?

Um dos caminhos, para Moscovici (1978), é agir no sentido de que a ciência vire representação social e passe a compor o senso comum e vice-versa, ou seja, que o senso comum assuma lugar na ciência, como pretendemos como este estudo, principalmente porque, nas abordagens interdisciplinares sobre envelhecimento humano, ainda há paradoxos importantes a serem questionados, como a exclusão tecnológica num cenário digital.

Nas buscas iniciais para debater a temática proposta por esta tese, o proponente se deparou, por exemplo, com o desconhecimento, pelas principais entidades representativas de profissionais jornalistas do Brasil, do quadro de empregabilidade da categoria. Não existem, por exemplo, dados tabulados por gênero, tampouco estratificados por idade, o que atrapalha a formulação de políticas públicas norteadas por bases de dados.

Nesse sentido, exercitar a escuta de jornalistas idosos ou em transição para a velhice pode possibilitar um aprofundamento da compreensão da atuação profissional e das relações laborais neste cenário, permeadas por transformações tecnológicas, entre elas as decorrentes da pandemia de Covid-19, e do próprio processo de envelhecimento, o que poderá contribuir para o planejamento de intervenções práticas no problema.

Para isso, vislumbra-se, como próximos passos deste estudo, alimentá-lo com outras contribuições que complementem a proposta, tendo em vista que se trata de uma abordagem inserida num tempo histórico, portanto circunstancial, transitória e inquietante, com diversos pontos a serem aprofundados, bem como colocá-lo em circulação, com divulgação ampla em eventos científicos como congressos, simpósio, entre outros, e disponibilizando a quem possa interessar, inclusive em veículos de comunicação, para que se possa enriquecê-lo, também na esfera do senso comum, com as críticas que aparecerem, incentivando que se fale sobre essa temática como um ato político por melhores condições de vida, como no poema abaixo, em que se pede licença para parodiar Cora Coralina:

Todas as vozes

Vive dentro de mim
não um jornalista velho,
mas um velho jornalista,
que, no ofício
de esperar
e na esperança
do ofício,
vive pra trabalhar
querendo trabalhar
pra viver.

Vive dentro de mim
a mulher injustiçada,

o homem surrado,
a criança maltratada,
e todos a quem se nega
o direito de sonhar
e de fazer ecoar
sua voz na multidão.

Vive dentro de mim
gente sufocada
querendo gritar
e se fazer ouvir,
mas que cala,
obrigada,
oprimida,
subjugada,
impedida,
quase sem forças
pra protestar.
Denunciar.

Vive dentro de mim
o povo que sofre
com a fome, o luto,
a desordem,
a roubalheira,
a soberba.
Que morre sem saber
por que viveu.

Vive dentro de mim
alguém inquieto,
sem sossego,
agitado,
indignado,
destemido.
Que ergue a voz
por todos aqueles
que a perderam.
Ou a tiveram
tomada,
roubada.

Vive dentro de mim
um ser que incomoda.
Que querem também calar,
rasgar, mutilar, apagar a luz.

Para que tramem
no escuro, sem dar trabalho
pra suas vidas obscuras.

Portanto, num contexto de tecnologias digitais, que exigem adaptações céleres, para acompanhar as transformações que se observam nas rotinas produtivas do trabalho jornalístico, não se pode prescindir do elemento humano. Ainda mais se ele nutrir, como é caso de jornalistas idosos, uma memória pela qual se pode reconstruir um passado de luta pelo acesso à informação. Ainda mais porque o Jornalismo só faz sentido se puder trazer sentido à trajetória das pessoas. Inclusive de quem o produz.

6. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE. **Projeção da população 2018: número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047**. 25 jul. 2018. Disponível em <[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-deve-parar-de-crescer-em-2047#:~:text=Em%202060%2C%20o%20percentual%20da,%2C5%20milh%C3%B5es\)%20em%202018](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-deve-parar-de-crescer-em-2047#:~:text=Em%202060%2C%20o%20percentual%20da,%2C5%20milh%C3%B5es)%20em%202018)>. Acesso em 25 fev. 2021.

ALEGRETTI, Laís. **Coronavírus: por que a pandemia está acelerando a saída de idosos do mercado de trabalho**. BBC Brasil, 24 jun. 2020. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53109747#:~:text=Mais%20de%201%2C3%20milh%C3%A3o,mesmo%20per%C3%ADodo%20do%20ano%20anterior>>. Acesso em 20 abr. 2021.

ALVARENGA, Augusta Thereza de; PHILIPPI JR., Arlindo; SOMMERMAN, Américo. ALVAREZ, Aparecida Magali de Souza; FERNANDES, Valdir. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR., Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. (orgs.). **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia e Inovação**. Barueri-SP: Manole, 2011.

ALVES, Giovanni; NETO, José Meneleu. **Trabalho e envelhecimento no século XXI: notas sobre a problemática social do “gerontariado” no Brasil**. 2020. Disponível em <<https://www.researchgate.net/publication/345637301>>. Acesso em 18 jul. 2023.

ALVES, Rosental Calmon. Jornalismo digital: Dez anos de web... e a revolução continua. **Comunicação & Sociedade**, v. 9, n. 10, p. 93-102, 2006.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2012.

ANITELLI, Lídia Bonfanti. **O idoso na agenda de prioridades de pesquisa em saúde: um estudo no campo CTS**. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos-SP, 2016.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **Men in Dark Times**. New York: Harcourt Brace & Company, 1968.

ASSIS, Mônica de. Envelhecimento ativo e promoção da saúde: reflexão para as ações educativas com idosos. **Revista APS**, v. 8, n. 1, p. 15-24, jan./jun. 2005.

AULER, Décio; DELIZOICOV, Demétrio. Investigação de temas CTS no contexto do pensamento latino-americano. **Linhas Críticas**, v. 21, n. 45, p. 275-296, mai./ago. 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BERGAMO, Alexandre; MICKL, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas e políticas do trabalho** (2012). Santa Catarina: UFSC, 2012. Disponível em <<https://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>>. Acesso em 20 mai. 2021.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Disponível em <<https://docero.com.br/doc/xnvv5xv>>. Acesso em 12 abr. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

BRAGA, Maria José. **Solicitação pesquisa – jornalistas idosos**. Mensagem recebida por <tatigor.sav@gmail.com> em 14 de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://mail.google.com/mail/u/0/#search/FENAJ/FMfcgwxwKkRMvNbBsKhxQvwCfdJjxqgbh>>.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. 2016. Disponível em <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html>. Acesso em 18 mar. 2021.

_____. **Portaria n. 2528 de 19 de outubro de 2006**. 2006. Disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html>. Acesso em 15 jan. 2021.

_____. **Estatuto do Idoso**. 1º out. 2003. 2003. Disponível em <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/98301/estatuto-do-idoso-lei-10741-03>>. Acesso em 10 dez. 2020.

_____. Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969. 1969. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0972.htm>. Acesso em: 12 dez. 2020.

CABRAL, Manuel Villaverde (coord.); FERREIRA, Pedro Moura; SILVA, Pedro Alcântara da; JERÓNIMO, Paula; MARQUES, Tatiana. **Processos de envelhecimento em Portugal: usos do tempo, redes sociais e condições de vida**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013.

CALDAS, Célia Pereira; THOMAZ, Andrea Fernandes. A velhice no olhar do outro: uma perspectiva do jovem sobre o que é ser velho. **Revista Kairós Gerontologia**, v. 13. n. 2, p. 75-89; nov. 2010.

CALDAS, Maria das Graças Conde. Jornalistas e cientistas: a construção coletiva do conhecimento. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: PósCom Umesp, n. 41, p. 39-53, 1. sem. 2004.

CAMARGO, José Augusto; SANTOS, Dão Real Pereira dos; DANTAS, Marcos; OLIVEIRA, Jefferson de; PAGANI, Victor; IKUTA, Camila; COSTA, Beth. **O impacto das plataformas digitais no jornalismo**. Brasília-DF: Federação Nacional dos Jornalistas – Fenaj, 2021.

CAMBRICOLI, Fabiana. **Com internet, idoso vive mais e melhor**. O Estado de São Paulo, 14 out. 2016. Disponível em <https://docs.wixstatic.com/ugd/980d14_62000eda6f6d4d5bbb7bd8d5784236aa.pdf>. Acesso em 7 fev. 2021.

CAPES Periódicos. **Quem somos**. 2020. Disponível em: <<https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?>>. Acesso em 15 de dezembro de 2022.

CASTAÑON, Gustavo Arja. O que é construtivismo? **Cad. Hist. Fil. Ci.**, série 4, v. 1, n. 2, p. 209-242, jul./dez. 2015.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8. ed. Trad. Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Cetic.br – Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação sob os auspícios da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). **TIC Domicílios 2019: principais resultados**. Disponível em <https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2019_coletiva_imprensa.pdf>. Acesso em 19 jul. 2020.

CHARTIER, Roger. Entre aceleração e esquecimento: história, ficção e experiências. In: RÊGO, Ana Regina; QUEIROZ, Teresinha; HOHLFELDT, Antonio (orgs.). **Tempo & Memória: Interfaces entre os campos da Comunicação e da História**. Porto Alegre: ediPUCRS, 2020 (e-book).

CUEVAS, Ana. Conocimiento científico, ciudadanía y democracia. **Revista CTS**, v. 4, n. 10, p. 67-83, jan. 2008.

CUNNINGHAM, Brent; MILLER, Alan. **O jornalismo muda, o leitor precisa segui-lo**. USA Today. O Estado de São Paulo, 12 de maio de 2010, p. A-14. Trad. Augusto Calil.

CUSTÓDIO, Júlia. **Autoestima e autoimagem de mulheres idosas. Sob o olhar de produtoras de conteúdos digitais em uma rede social**. 2022. Dissertação

(Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

DAGNINO, Renato. A construção do espaço Ibero-americano do conhecimento, os estudos sobre ciência, tecnologia e sociedade e a política científica e tecnológica. **Revista CTS**, v. 4, n. 12, p. 93-114, abr. 2009.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. **O que o jornalismo está se tornando?** Parágrafo, v. 4, n. 2, jul/ dez, 2016. p. 7-21.

DEWEY, John. **Democracy and Education**. New York: Free Press, 1966.

DIAS, Robson. O retrato de quem retrata o mundo: uma compilação de representações sociais e da identidade profissional do jornalista. **Mediação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 14, p. 151-165, jan./jun. 2012.

DUARTE, Jorge (org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e prática**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese em Ciências Humanas**. Trad. Ana Falcão Bastos e Luís Leitão. Barcarena: Editorial Presença, 1997.

FARR, Robert Maclaughlin. A individualização da psicologia social. In GUARESCHI, P.; CAMPOS, R. H. F. (eds.). **Paradigmas em psicologia social: A perspectiva Latino-Americana**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. Representações Sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

FÉLIX, Jorge. O idoso e o mercado de trabalho. In: ALCÂNTARA, Ana Amélia Camarano; GIACOMIN, Karla Cristina. **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

FEENBERG, Andrew. **Do essencialismo ao construtivismo** – A filosofia da tecnologia numa encruzilhada. In: NEDER, R. T. A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS/UnB/Capes, 2010. Disponível em <https://www.sfu.ca/~andrewf/books/Portug_Do_essencialismo_ao_construtivismo.pdf>. Acesso em 3 abr. 2021.

_____. **Critical Theory of Technology**. New York: Oxford University Press, 1991.

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. **Dossiê Jornalistas vitimados pela Covid-19**. 2021a. Disponível em <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/04/DOSSIE-FENAJ-COVID19_MARCO_2021.pdf>. Acesso em 5 abr. 2021.

_____. **Dossiê Jornalistas vitimados pela Covid-19**. 2021b. Disponível em <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/02/DOSSIE-FENAJ-COVID19_2020_2021.pdf>. Acesso em 5 abr. 2021.

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. 2018. **Macrotendências mundiais**. Disponível em <<https://61d.com.br/wp-content/uploads/2018/09/MACROTENDE%CC%82NCIAS-MUNDIAIS-FIESP-CIESP.pdf>>. Acesso em 7 nov. 2020.

FIGARO, Roseli (coord.); BARROS, Janaína Visibeli; SILVA; Naiana Rodrigues da; CAMARGO, Camila Acosta; SILVA, Ana Flávia Marques da; MOLIANI, João Augusto; KINOSHITA, Jamir Osvaldo; OLIVEIRA, Daniela Ferreira de; PACHI FILHO, Fernando Felício. **Como trabalham os comunicadores em tempos de pandemia de Covid-19?** São Paulo: Editora ECA/USP, 2020 (e-book).

FLEMING, Aysha; MASON, Claire; PAXTON, Gillian. Discourses of technology, ageing and participation. **Palgrave Communications**, 2014. Disponível em <<https://www.nature.com/articles/s41599-018-0107-7>>. Acesso em 7 fev. 2021.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Trad. Magda Lopes; Revisão técnica: Dirceu Silva. Porto Alegre: Penso, 2013.

FLUSSER, Vilém. Zona cinzenta entre ciência, técnica e arte. **Cad. Dif. Tecnol.**, Brasília, v. 6, n. 1, 149-155, jan./abr. 1989.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, André. **Dados**. Mensagem recebida por <tatigor.sav@gmail.com> em 16 de junho de 2021. Disponível em: <<https://mail.google.com/mail/u/0/#search/andrefreiresjsp%40gmail.com/FMfcgzGkXdJDGVsXMvKLZhQHbKDVVfId>>.

_____. **Dieese**. Mensagem recebida por <tatigor.sav@gmail.com> em 2 de abril de 2021. Disponível em: <<https://mail.google.com/mail/u/0/#search/andrefreiresjsp%40gmail.com/FMfcgxwLsShbzwhBnwKNhqVwQtDFIkMS>>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/pedagogia_oprimido.pdf>. Acesso em 2 dez. 2020.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, Anthony; LASH, Scott; BECK, Ulrich. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Unesp, 1995.

_____. **As conseqüências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

GOMES, Angélica Fabiana. **O trabalho de cuidado: uma análise das representações sociais de cuidadores de pessoas idosas em uma instituição de longa permanência (ILPI)**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal de São Carlos: São Carlos-SP, 2017.

HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Paris: PUF, 1956.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1998.

HENRY, Paul; MOSVOCIVI, Serge. **Problèmes de l'analyse de contenu**. Langages 11. Paris: Didier/Larousse, 1968.

HOHLFELDT, Antônio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: HOHLFELDT, A. *et al.* **Teorias da Comunicação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

IBGE. **Expectativa de vida dos brasileiros aumenta 3 meses e chega a 76,6 anos em 2019**. 26 nov. 2020. Disponível em <<https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/29505-expectativa-de-vida-dos-brasileiros-aumenta-3-mesesechegaa76-6-anos-em-2019.html>>. Acesso em 29 mar. 2021.

INCROCCI, Lígia Maria de Mendonça Chaves; PIROLLA, Francisco Rocha; CARVALHO, Hilano José Rocha de; FALCÃO, Patrícia Mirella de Paulo; PEDRO, Wilson José Alves. Panorama acerca do enfoque Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) nos programas de pós-graduação da região Sul do Brasil. **Revista Científica Interdisciplinar Interlogos**, v. 1. n. 1, p. 53-78, jan. 2017.

JAPIASSU, Hilton. **Como nasceu a ciência moderna e as razões da filosofia**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. **A questão da Interdisciplinaridade**. Duque de Caxias-RJ. Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias-RJ, 1994. Disponível em: <<http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/interdisciplinaridade-japiassu.pdf>>. Acesso em 14 mar. 2021.

JODELET, Denise. **Representações sociais: um domínio em expansão**. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Representações sociais e polifasia cognitiva: notas sobre a pluralidade e sabedoria da razão. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araujo. **Teoria das representações sociais - 50 anos**. Rio de Janeiro: TechnoPolitik Editora, 2011.

_____. Representações sociais: Para uma fenomenologia dos saberes sociais. **Psicologia & Sociedade**, v. 10, n. 1, p. 54-68, 1988.

JUSTO, José Sterza. Problemas e desafios das mobilidades psicossociais contemporâneas. In: NALLI, Marcos; MANSANO, Sonia Regina Vargas (orgs.). **Diagnósticos do presente**. Maringá: Eduem, 2018.

KALACHE, Alexandre; VERAS, Renato P.; RAMOS, Luiz Roberto. O envelhecimento da população mundial – um desafio novo. **Saúde Pública**, v. 21, n. 3, p. 200-210, 1987.

KREIMER, Pablo. Social Studies of Science and Technology in Latin America: a field in the process of consolidation. **Science, Technology and Society**, v. 12, n. 1, p. 1-9, mar. 2007.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LAPORTA, Taís; CAVALLINI, Marta. **Idosos ampliam espaço no mercado de trabalho, mas só ¼ tem carteira assinada**. G1 Globo, 18 nov. 2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2018/11/18/idosos-ampliam-espaco-no-mercado-de-trabalho-mas-so-14-tem-carteira-assinada.ghtml>>. Acesso em 23 abr. 2021.

LASAGA, José. Crisis de la modernidad. El escenario del siglo XX. **ARBOR Ciencia, Pensamiento y Cultura**, v. 195-792, a512, p. 227-239, abr./jun. 2019.

LATOURETTE, Bruno. **For David Bloor... and beyond: a reply to David Bloor's 'AntiLatour'**. 1999. *Studies in History and Philosophy of Science*, v. 30, n. 1, p. 113-129, 1999.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **As tecnologias da inteligência**. São Paulo: Editora 34, 1995.

LIMA, Jacob Carlos; BRIDI, Maria Aparecida. Trabalho digital e emprego: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 325-341, mai./ago. 2019.

LIMA, Samuel Pantoja. **Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho**. Florianópolis: Quórum, 2022.

_____. **Perfil jornalistas brasileiros**. Mensagem recebida por <tatigor.sav@gmail.com> em 3 de abril de 2021. Disponível em:

<<https://mail.google.com/mail/u/0/#search/ufsc/KtbxLrjVnHSRrqqcPgMBPxFFZmsPpjjdWL>>.

LÓPEZ CERREZO, José Antonio. Ciência, Tecnologia e Sociedade: o estado da arte na Europa e nos Estados Unidos. In: SANTOS, L. W. dos *et. al.* (orgs.). **Ciência, Tecnologia e Sociedade: o desafio da integração**. Londrina: IAPAR, 2002.

MACHADO, Marcella Silva Mousinho. **A carreira profissional dos jornalistas veteranos em tempos de mudanças estruturais: mercado de trabalho, práticas e socializações**. 2021. Dissertação (Mestrado do Jornalismo) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

MACIEL, Aline; DOLCE, Julia. **Jornalistas arriscam a vida na crise do coronavírus em meio a demissões, cortes de salário e agressões do presidente**. Agência Pública, 11 mai. 2020. Disponível em <<https://apublica.org/2020/05/jornalistas-arriscam-a-vida-na-crise-do-coronavirus-em-meio-a-demissoes-cortes-de-salario-e-agressoes-do-presidente/>>. Acesso em 12 mar. 2021.

MAHARIDGE, Dale. **Quando o jornalista se torna descartável**. Observatório da Imprensa, 4 mai. 2016. Disponível em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/quando-o-jornalista-se-torna-descartavel/>>. Acesso em 14 mar. 2021.

MARKOVÁ, Ivana. A fabricação de teoria de representações sociais. Trad. Beatriz Gama Rodrigues e João Kaio Barros. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 163, p. 358-375, jan./mar. 2017.

MARTIN-BARBERO, Jesús. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades de múltiplos desordenados. In: MORAES, Dênis. **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MARTINS, Rosa Maria Lopes; RODRIGUES, Maria de Lurdes Martins. Estereótipos sobre idosos: uma representação social gerontofóbica. **Revista do ISPV**, n. 29, p. 249-254, 2004.

MEIRELLES, Renato. **Idoso conectado**. Revista Brasileiros, set. 2016. Disponível em <https://docs.wixstatic.com/ugd/980d14_172fad4ba30a4e8ea2613faff0b53ec4.pdf>. Acesso em 7 fev. 2021.

MELLO, Kemilly Bianca de. **Inovação social para o envelhecimento ativo: iniciativas em Portugal e no município de São Carlos-SP**. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos: São Carlos-SP, 2021.

MERTON, Robert King. **Ensaio da sociologia da ciência**. São Paulo: Editora 34, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social:**

teoria, método e criatividade. Série Manuais Acadêmicos. 2. reimp. Petrópolis-RJ: Vozes, 2019.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. A epistemologia da complexidade. In: MORIN, E.; LE MOIGNE, J. I. (orgs.). **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

_____. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. **Idéias contemporâneas**. Entrevistas do Le Monde. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **O problema epistemológico da complexidade**. Lisboa: Europa-América, 1983.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **A espiral do silêncio: opinião pública: nosso tecido social**. Florianópolis: Estudos Nacionais, 2017.

NOGUEIRA, Ingrid Rochelle Rêgo; ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. Envelhecimento do homem: de qual velhice estamos falando? **Kairós Gerontologia**, v. 17, n. 1, p.263-282, mar. 2014.

NOVO CAGED. **Painel de informações do Novo Caged**. Disponível em <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9>>. Acesso em 20 abr. 2021.

OLIVEIRA, Michelle. **Profissão jornalista um estudo sobre representações sociais, identidade profissional e as condições de produção da notícia**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (Unesp). Bauru-SP, 2005.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Relatório mundial de envelhecimento e saúde**. Publicações da OMS: Genebra-Suíça, 2015.

_____. **Guia Global: Cidade Amiga do Idoso**. Publicações da OMS: Genebra-Suíça, 2008.

OPAS – Organização Panamericana de Saúde. **Assembleia Geral da ONU declara 2021-2030 como Década do Envelhecimento Saudável**. 14 dez. 2020. Disponível

em <<https://www.paho.org/pt/noticias/14-12-2020-assembleia-geral-da-onu-declara-2021-2030-como-decada-do-envelhecimento>>. Acesso em 14 mar. 2021.

ORLANDI, Brunela Della Maggiori. **A inclusão digital das pessoas idosas: um olhar sobre o campo da Ciência, Tecnologia e Sociedade**. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos-SP, 2018.

_____. **Uma análise sobre o acesso e uso de informações em saúde via internet pelas pessoas idosas**. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos-SP, 2014.

ORLANDI, Brunela Della Maggiori; PEDRO, Wilson José Alves. A gerontologia e o campo CTS. In: HOFFMANN, Wanda A. Machado; MIOTELLO, Valdemir; PEDRO, Wilson José Alves. **Diferentes conexões em Ciência, Tecnologia e Sociedade**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016.

PALACIOS, E. M. Garcia; VON LINSINGEN, I.; GALBARTE, J. C. González; LÓPEZ CEREZO, J. A.; LUJÁN, J. L.; PEREIRA, L. T. V.; GORDILLO, M. Martín; OSORIO, C.; VALDÉS, C.; BAZZO, W. A. **Introdução aos estudos CTS** (Ciência, tecnologia e sociedade). Cadernos de Ibero-América. Madri: OEI, 2003.

PAULA, Alexandre da Silva de.; KODATO, Sérgio. Psicologia Social e Representações Sociais: uma aproximação histórica. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 8, n. 2, p. 200-207, 2016.

PAGANI, Victor Gnecco; IKUTA, Camila. A evolução do emprego formal dos profissionais de jornalismo. In: CAMARGO, José Augusto; SANTOS, Dão Real Pereira dos; DANTAS, Marcos; OLIVEIRA, Jefferson de; PAGANI, Victor; IKUTA, Camila; COSTA, Beth. **O impacto das plataformas digitais no jornalismo**. Brasília-DF: Federação Nacional dos Jornalistas – Fenaj, 2021.

PAGENOTTO, Maria Lígia Mathias. **A velhice e o envelhecimento: seus significados na vida de um grupo de jornalistas com mais de 60 anos de idade**. 2011. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

PAVARINO, Rosana Nantes. **Teoria das representações sociais: pertinência para as pesquisas em comunicação de massa**. XXVI Congresso Brasileiro das Ciências da Comunicação (Intercom), set. 2003. Disponível em <<http://www.portcom.intercom.org.br/navegacaoDetalhe.php?option=trabalho&id=42086>>. Acesso em 15 fev. 2021.

PEDRO, Wilson José Alves. Análisis de las Estrategias de Promoción del Envejecimiento Activo a Través del Trabajo en el Contexto Brasileño. **Integra 2 – Revista Electrónica de Educación Especial y Familia**, v. 9, n. 1, p. 21-35, enero-junio 2018.

_____. Processos de envelhecimento ativo e algumas dimensões sociais da ciência e da tecnologia. **Medicina (Ribeirão Preto. Online)**, v. 49, p. 6-7, 2016.

_____. Reflexões sobre a promoção do envelhecimento ativo. **Revista Kairós Gerontologia**, v. 16, n. 3, p. 9-32, 2013.

PEDRO, Wilson José Alves; OGATA, Márcia Niituma. Aportes teóricos e metodológicos para a compreensão das dimensões intersubjetivas e sociais na ciência e tecnologia. In: HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado; FURNIVAL, Ariadne Chloe (orgs.). **Olhar: Ciência, Tecnologia e Sociedade**. São Paulo: Pedro e João Editores / CECH – UFSCar, 2008.

PEDRO, Wilson José Alves; OGATA, Márcia Niituma; FURNIVAL, A. C.; FRIZZO, H.C.F; ORLANDI, B. D. M. Access and Use of Information and Communication Technologies to Promote Active Ageing: For What? For Whon? In: PEREIRA NETO, André; FLYNN, Matthew B. (orgs.). **The Internet and Health in Brazil. Challenges and Trends**. Chan - Switzerland: Springer Nature Switzerland, 2019.

PEDRO, Wilson José Alves; SOUSA, Cidoval Morais de; OGATA, Márcia Niituma. Ciência, Tecnologia e Sociedade. In: MILL, Daniel (org.). **Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação a Distância**. Campinas-SP: Papirus, 2018.

PEREIRA JÚNIOR, Alfredo Eurico Vizeu. Jornalismo e representações sociais: perspectivas teóricas e metodológicas. **Intexto**, v. 1, n. 12, p. 1-12, jan./jun. 2005.

PORTO, Maria Stela Grossi. Mídia, segurança pública e representações sociais. **Tempo social, Revista de Sociologia da USP**, v. 21, n. 2, p. 211-233, 2009.

PEC – *Press Emblem Campaign*. **Countries with the most Covid-19 related journalist death**. Disponível em <<https://www.presseblem.ch/-1.shtml>>. Acesso em 3 jun. 2023.

QUEIROZ, Fábio Renato. **Um estudo sobre envelhecimento e mercado de trabalho em Araraquara-SP**: percepções, entraves e desafios. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos-SP, 2020.

REIMBERG, Cristiane Oliveira. **O exercício da atividade jornalística na visão dos profissionais**: sofrimento e prazer na perspectiva teórica da psicodinâmica do trabalho. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo. São Paulo-SP, 2015.

ROCHA, Marlene Pereira; RIBEIRO, Bruno Chapadeiro. **Gerontariado**: A velhice do século XXI e as transformações no mundo do Trabalho. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/374892703_GERONTARIADO_A_VELHI CE_DO_SECULO_XXI_E_AS_TRANSFORMACOES_NO_MUNDO_DO_TRABALHO>. Acesso em 10 jun. 2023.

ROSARIO, Natalia Maria da Silva. **Dimensões da ciência e tecnologia e suas interfaces na atuação do bacharel em Gerontologia**. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

SANTANA, Adriana. As representações sociais e a auto-imagem do jornalista. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 5, n. 2, p. 141-151, jul./dez. 2008.

SANTANA, Solange. **Jornalistas do interior: um mercado em transformação**. 2022. Disponível em <<http://unidade.org.br/jornalistas-do-interior-um-mercado-em-transformacao/>>. Acesso em 8 de janeiro de 2023.

SANTOS, Lucy Woellner.; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. CTS e a participação pública na ciência. In: SANTOS, Lucy Woellner *et al.* (org.). **Ciência, Tecnologia e Sociedade: o desafio da interação**. Londrina: IAPAR, 2002.

SAVENHAGO, Igor José Siquieri. **Linguagem e sociedade: análise do discurso de cartas de detentas e ex-detentas**. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos-SP, 2009.

SAVENHAGO, Igor José; SOUZA, Wlaumir Doniseti. Estereótipos. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Antônio. **Dicionário Crítico de Gênero**. 2. ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

SCHNEIDER, Márcia Andréia; SOARES, Alexandre S. Ferrari. **A concepção de verdade no discurso jornalístico: o imaginário dos leitores da Folha de Londrina**. CELI – Colóquio de Estudos Linguísticos 3. Maringá. Anais Maringá, 2009, p. 1707-1718. Disponível em <http://www.ple.uem.br/3celli_anais/trabalhos/estudos_linguisticos/pfd_linguisticos/061.pdf>. Acesso em 7 dez. 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013 (e-book).

SILVA, Meliza Cristina da. **As representações sociais da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa: uma análise à luz do campo da Ciência, Tecnologia e Sociedade**. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos-SP, 2016.

SIMONDO, Sergio. Science and Technology Studies and an engaged program. In: HACKETT, Edward J. *et al.* **The handbook of science and technology studies**. 3. ed. Cambridge: The MIT Press, 2008.

SOARES, Ismar de Oliveira. Gestão comunicativa e educação: caminhos da Educomunicação. **Revista Comunicação e Educação**, ECA/USP, n. 22, p. 16-25, 2002.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. O trabalho do jornalista e suas contradições: uma ontologia da crise. **Matrizes**, v. 11, n. 3, p. 129-149, set./dez. 2017.

SPINK, Mary Jane. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, n. 3, p. 300-308, jul./set. 1993.

SCHWINGEL, Carla. **Ciberjornalismo**. São Paulo: Paulinas, 2012.

TAVARES, Marília Matias Kesting; SOUZA, Samara Tomé Correa de. Os idosos e as barreiras de acesso às novas tecnologias da informação e comunicação. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, v. 10, n. 1, julho de 2012. CINTED-UFRGS. Disponível em

<<http://www.seer.ufrgs.br/renote/article/viewFile/30915/19244>>. Acesso em 2 abr. 2021.

THORPE, Charles. Political Theory in Science and Technology Studies. In HACKETT, Edward J. et. al. **The handbook of science and technology studies**. 3. ed. Cambridge: The MIT Press, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. 2. reimp. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2003.

TRUJILLO, Antonio Luzón; FARACO, Juan Carlos González. Reactivar la democracia, un desafío ético e educativo: reflexiones urgentes a partir de la obra de John Dewey. **ARBOR Ciencia, Pensamiento y Cultura**, v. 195-792, a512, p. 1-10, abr./jun. 2019.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **Communication and information**. 2017. Disponível em:

<<http://www.unesco.org/new/en/communication-andinformation/capacity-building-tools/media-and-information-literacy/>>. Acesso em 12 ago. 2020

UNIDADE – Jornal do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. **Retrato da categoria**. 408 ed, p. 4-8, jan-fev 2021. Disponível em

<<https://www.sjisp.org.br/publicacoes/unidade-408-janeiro-e-fevereiro-de-2021-739b>>. Acesso em 5 abr. 2021.

UNITED NATIONS. **Policy Brief: The impact of COVID – 19 on older persons**. May, 2020. Trad. Wilson José Alves Pedro. Rev. trad: Antonio Rodrigues do Prado Junior. Disponível em

<<https://unsdg.un.org/sites/default/files/2020-05/Policy-Brief-The-Impact-of-COVID-19-on-Older-Persons.pdf>>. Acesso em 22 abr. 2021.

UNITED NATIONS. **World Population Prospects 2019 - World**. 2019a. Department of Economic and Social Affairs. Disponível em

<<https://population.un.org/wpp/Graphs/Probabilistic/POP/60plus/900>>. Acesso em 2 abr. 2021.

_____. **World Population Prospects 2019 - Brazil**. 2019b. Department of Economic and Social Affairs. Disponível em

<<https://population.un.org/wpp/Graphs/Probabilistic/POP/60plus/76>>. Acesso em 2 abr. 2021.

VERAS, Renato P.; RAMOS, Luiz Roberto; KALACHE, Alexandre. Crescimento da população idosa no Brasil: transformações e consequências na sociedade. **Saúde Pública**, v. 21, n. 3, p. 225-233, 1987.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VERÓN, Eliseo. **Construir el acontecimiento**. 2.ed. Barcelona: Gedisa, 1995.

VON LINSINGEN, Irlan. Perspectiva educacional CTS: aspectos de um campo em consolidação na América Latina. **Ciência & Ensino**, v. 1, n. esp., nov. 2007.

WHO – World Health Organization. **Global strategy and action plan on ageing and health**. Publicações da OMS: Genebra-Suíça, 2017.

_____. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Trad. Suzana Gontijo. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2005.

_____. **Active Ageing: A Policy Framework**. Second United Nations World Assembly on Ageing, Madri, 2002.

7. APÊNDICES

APÊNDICE A

**Parecer consubstanciado do CEP – Comitê de
Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSCar**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Transformações tecnológicas no trabalho de jornalistas idosos: um estudo na perspectiva CTS

Pesquisador: Igor José Siquieri Savenhago

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 54845221.6.0000.5504

Instituição Proponente: CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.230.767

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram extraídas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1874949.pdf, de 22/12/2021) e/ou do Projeto Detalhado (BROCHURA_PROJETO_DETALHADO.pdf, de 22/12/2021): RESUMO, HIPÓTESE (se houver), METODOLOGIA, CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO.

A chegada da internet às redações jornalísticas a partir dos anos 1990 demarcou transformações nas rotinas produtivas, influenciando as condições de trabalho – especialmente no caso de profissionais idosos, dadas as dificuldades de domínio de artefatos tecnológicos. Um processo intensificado com a pandemia de Covid-19, que obrigou muitos deles ao teletrabalho. Sob um enfoque multi e interdisciplinar, que reúne pensamentos da Psicologia Social, Sociologia, Antropologia, Filosofia, História, Gerontologia, Educação, Comunicação, entre outros campos das Ciências Humanas, a partir de uma perspectiva do construtivismo social, o que encontra pertinência nos Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia (ESCT), nos quais se insere o movimento CTS, pretende-se, com este estudo, promover, à luz da Teoria das Representações Sociais (TRS), uma análise sobre como jornalistas com mais de 60 anos, residentes e/ou que atuam profissionalmente no estado de São Paulo, Brasil, percebem o trabalho jornalístico diante dessas transformações tecnológicas e sobre como tais percepções atualizam estereótipos do imaginário

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SAO CARLOS

CEP: 13.565-905

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 5.230.767

social sobre o trabalho jornalístico e indiciam comportamentos referentes ao exercício da profissão, às relações trabalhistas e ao próprio processo de envelhecimento. Com amparo documental e bibliográfico – sobre aspectos das dimensões sociais de ciência e tecnologia (C&T), da emergência das novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) e da (re)organização social contemporânea por meio de seus usos, da apropriação de ferramentas digitais por pessoas idosas, do envelhecimento humano como processo saudável e ativo, do trabalho no Jornalismo, bem como da construção e disseminação de significados da vida cotidiana no/pelo senso comum –, com levantamento do estado da arte do conhecimento científico sobre transformações tecnológicas para o trabalho de jornalistas na América Latina e, mais especificamente, no Brasil, afunilando para o estado de São Paulo, com foco nos mais velhos, a abordagem, que se insere nos pressupostos da pesquisa social, qualitativa, de cunho exploratório-descritivo, propõe, considerando as diretrizes éticas para pesquisas em Ciências Humanas, contatar os participantes por meio de entrevistas reflexivas individuais online síncronas. As sessões serão gravadas, transcritas e validadas pelos participantes, para que seja possível analisar, com auxílio do software Iramuteq, gratuito e de acesso aberto, a construção e circulação de representações sociais via Análise de Conteúdo (AC).

Hipótese:

Nos contextos sociais em que se inserem o advento das NTICs e as mudanças laborais decorrentes da Covid-19, o trabalho de jornalistas com 60 anos ou mais é ressignificado, sendo deslocado para outra posição que não a da infalibilidade, diferente dos estereótipos que ligam os profissionais da área a super-heróis. Esses aspectos podem aparecer na fala dos participantes como conflitos entre o que percebem e o que o imaginário social espera deles, e como estratégias para explicar/justificar o afastamento de idosos do mercado jornalístico – seja por rejeição ou por falta de adaptação às novas exigências –, com consequente invisibilização social do trabalho desse grupo etário.

Metodologia Proposta:

A pesquisa é de natureza social e qualitativa. Para a construção deste projeto e do arcabouço teórico da tese - a fase exploratória -, estão em curso, desde o início de seu desenvolvimento, em 2019, uma revisão bibliográfica – sobre aspectos das dimensões sociais de ciência e tecnologia (C&T), da emergência das NTICs e da (re)organização social contemporânea por meio de seus usos, da apropriação de ferramentas digitais por pessoas idosas, do envelhecimento humano

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SAO CARLOS

CEP: 13.565-905

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 5.230.767

como processo saudável e ativo, do trabalho no Jornalismo, bem como da construção e disseminação de significados da vida cotidiana no/pelo senso comum – e uma análise documental, baseada em dados públicos, sobre condições de trabalho jornalístico na América Latina e, mais especificamente, no Brasil, afinando para o estado de São Paulo, com foco nos profissionais idosos. Esse conjunto de dados e informações contribuem com o levantamento do estado da arte, também em curso, do conhecimento científico sobre as questões em investigação. Já na fase de campo, será usada a entrevista reflexiva, definida por Szymanski (2000) como aquela em que o pesquisador submete suas compreensões aos entrevistados, para que o conhecimento que está sendo construído no diálogo seja não só validado como fidedigno pelos participantes, mas permita a eles reflexões sobre o que estão dizendo, de forma que podem voltar às respostas e articulá-las de outra maneira a partir das falas do pesquisador. Nesse tipo de entrevista, é importante também que os participantes tenham acesso às transcrições feitas a partir das gravações, para que possam, caso achem pertinentes, suprimir ou acrescentar informações. Szymanski (2000) ainda recomenda que a entrevista reflexiva: a) seja semidirigida, ou seja, parta de um pré-roteiro pertinente aos objetivos propostos para a pesquisa, que possa ser ampliado conforme surjam desdobramentos a partir do que o entrevistado responde, sempre informando, neste caso, os participantes e refletindo junto com eles, além do que possa permitir uma interação horizontalizada entre pesquisador e entrevistados, para que estes se sintam à vontade para fazer suas intervenções. b) Tanto para entrevistas individuais quanto coletivas, sejam realizados, no mínimo, dois encontros com cada participante, e que parte do primeiro encontro seja usado para que haja uma aproximação entre pesquisador e entrevistado, um momento para “quebrar o gelo”, bem como possibilitar uma apresentação de ambos, com o pesquisador aproveitando para reforçar as características e os objetivos da pesquisa. As entrevistas serão feitas remotamente, de forma síncrona, com o uso de um software gratuito e de fácil acesso, dada a necessidade de distanciamento físico imposta pela pandemia de Covid-19. A amostra de participantes será obtida por meio de busca ativa, possibilitada pelos contatos reunidos pelo proponente da pesquisa ao longo de sua atuação profissional, bem como por indicação de outros jornalistas, sindicatos e associações – portanto, na esfera do senso comum. As sessões, previstas para durar entre duas e três horas cada, serão gravadas e, posteriormente, transcritas, de forma minuciosa, atentando-se a detalhes (LAVILLE; DIONE, 1999). Metade dos participantes será do gênero feminino e outra metade do masculino, com todos residentes ou atuando profissionalmente em diferentes regiões do estado de São Paulo, como interior e áreas metropolitanas, tendo idades

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 5.230.767

variadas a partir dos 60 anos e relações de trabalho também diversas – como contratados com carteira assinada, em empresas de portes diferentes; freelancers; aposentados, que decidiram parar ou que continuam trabalhando; desempregados; e atuando em áreas fora do Jornalismo –, no intuito de garantir variabilidade de participantes (Minayo, 2019). Espera-se que isso permita identificar, além das representações sociais que circulam entre os participantes, a constituição de individualidades, e observar o próprio manejo da tecnologia – ou seja, o uso de NTICs.

Critério de Inclusão:

Ser jornalista profissional, com posse de registro no Ministério do Trabalho; ter 60 ou mais; residir ou atuar profissionalmente no estado de São Paulo.

Critério de Exclusão:

Impossibilidade de conceder entrevistas online síncronas por falta de ferramentas tecnológicas para isso, dificuldades técnicas, problemas de saúde, entre outros motivos; não comparecimento às sessões agendadas; desistência de participar a qualquer momento da pesquisa; discordância das diretrizes apresentadas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Metodologia de Análise de Dados:

Após realizadas, transcritas e submetidas à validação dos participantes, as entrevistas serão analisadas pelo pesquisador por meio da Análise de Conteúdo (AC) (Bardin, 1977), sob enquadre da Teoria das Representações Sociais (TRS) (Moscovici, 1978). Conforme Bardin, a AC possibilita, a partir do que é dito, inferir os não-ditos, deduzindo, de maneira lógica, o que favorece a emergência de um texto (enunciado), a que a autora se refere como a origem da mensagem, e que efeitos ele pode provocar. As inferências são definidas como um procedimento intermediário que permite “[...] a passagem, explícita e controlada [...]” (Bardin, 1977, p. 39), entre a descrição das características dos textos a serem analisados e sua interpretação. Apoiando-se em Henry e Moscovici (1968, apud Bardin, 1977, p. 33), para os quais “[...] tudo o que é dito ou escrito é susceptível de ser submetido a uma análise de conteúdo [...]”, Bardin (1977) considera que “[...] qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor, controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas da análise de conteúdo” (p. 32). Sendo assim, as inferências podem responder a dois tipos de questionamentos.

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 5.230.767

1) Quais as causas de um certo enunciado, o que é que conduziu a ele; 2) Que consequências ou efeitos ele pode provocar. Tais descobertas devem ser exercitadas pelo “desejo de rigor” (p. 29), ou seja, de forma não ingênua, em que a apreensão de significados não seja intuitiva, mas adequada aos objetivos da pesquisa. Bardin afirma que o uso da AC tem dois principais objetivos: 1) a ultrapassagem da incerteza, que permite perguntar: o que eu julgo ver nos textos está efetivamente lá? Minha visão é compartilhada por outros, ou seja, é válida e generalizável? – daí a pertinência da validação pelos participantes da pesquisa e da apreciação por banca examinadora; 2) Se, por um olhar imediato, a leitura já é “fecunda” (p. 29), seu aprofundamento pode se revelar ainda mais produtivo, esclarecendo significações que antes não compreendíamos. Vergara (2005, p. 16) define quatro características principais para a AC: 1) Serve tanto para fins exploratórios quanto de verificação de hipóteses; 2) Exige a necessidade de categorizar, ou seja, isolar elementos para depois agrupá-los - essas categorias devem ser exaustivas, permitindo a inclusão de todos, ou quase todos, os elementos de análise; mutuamente exclusivas, de forma que cada elemento seja incluído em apenas uma categoria; objetivas, para evitar dúvidas na distribuição dos elementos; e pertinentes, adequadas aos objetivos da pesquisa; 3) Podem-se analisar e armazenar, com auxílio de softwares, grandes quantidades de dados, mas a interpretação cabe, exclusivamente, ao pesquisador, que 4) não deve se deter, apenas, a elementos regulares, sob o risco de desprezar o que está ausente ou raro, mas que seja relevante para a abordagem proposta. Para melhor visualização dos dados e sua categorização, será utilizado, antes da aplicação da AC, o software Iramuteq, que pode ser baixado gratuitamente. Ele tem a AC como um de seus principais direcionamentos e apresenta funcionalidades de compilação de informações textuais consideradas adequadas aos objetivos propostos na pesquisa. Em todas as etapas em que houver contato com os participantes, serão seguidos os preceitos éticos para estudos em Ciências Humanas no Brasil, expressos pela resolução nº 510/2016 (BRASIL, 2016) do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Como se trata de uma pesquisa online, são consideradas, também, as “Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual”, publicada em 24 de fevereiro de 2021 pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2021), como forma de garantir confidencialidade, proteção dos dados pessoais, informações sobre riscos e benefícios da participação na pesquisa e que os participantes tenham ciência, na íntegra, do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Este estudo se volta, a partir de um olhar pelos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT), de

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 5.230.767

caráter interdisciplinar – que delimitam o campo da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) –, considerando os pressupostos da pesquisa social, qualitativa, de cunho exploratório-descritivo, a investigar jornalistas com 60 anos ou mais, que residem e/ou atuam profissionalmente no estado de São Paulo, Brasil, analisando, a partir de

entrevistas reflexivas individuais online, sob enquadre da Teoria das Representações Sociais (TRS), como eles percebem o trabalho jornalístico diante das transformações tecnológicas na profissão e sobre como tais percepções atualizam estereótipos do imaginário social sobre o trabalho jornalístico e indiciam comportamentos referentes ao exercício da profissão, às relações trabalhistas e ao próprio processo de envelhecimento. Isso permitirá formular respostas para as questões de pesquisa apresentadas e compreender, a partir dos preceitos teóricos, como os participantes da pesquisa conferem significados a eles mesmos e às interações que estabelecem, e vice-versa, ou seja, como as interações atribuem significados às tecnologias -, já que elas se dão em momentos distintos e com ferramentas também distintas –, bem como reunir subsídios que possam contribuir, a partir de mobilizações da própria sociedade, para embasar ações estatais, de universidades, de empresas jornalísticas e dos próprios jornalistas que levem em conta o estabelecimento de espaços democráticos e a capacitação para o trabalho jornalístico como condições para o envelhecimento saudável e ativo. O olhar para São Paulo está atrelado ao fato de que este estado, além de ser um dos que mais registram mortes por Covid-19 entre jornalistas, é considerado polo de atração não apenas de profissionais do Jornalismo, mas de implantação de NTICs nas redações, o que poderá permitir pensar sobre as condições desses profissionais também em outras regiões brasileiras, incentivando novas pesquisas sobre o assunto.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos de participação na pesquisa podem ocorrer e ser de ordem cultural, social e/ou intelectual, já que as entrevistas podem gerar algum incômodo em expressar opiniões ou interpretações que podem ser ainda desconhecidas de quem possa ter acesso à pesquisa. Mas tais riscos não são maiores do que os experimentados na vida cotidiana. Além disso, há os riscos inerentes ao processo de uso de tecnologias digitais, decorrentes de eventuais dificuldades técnicas de manejo. A submissão deste projeto, no entanto, à análise do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com Seres Humanos da UFSCar, aumenta a segurança e objetiva tornar tais riscos ainda menores. A aprovação pelo CEP também garante, aos participantes, pausas a qualquer momento das entrevistas, liberdade para não responder perguntas quando as considerarem

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 5.230.767

constrangedoras, podendo interromper ou encerrar as entrevistas a qualquer momento, e a possibilidade de também fazer perguntas sempre que julgarem necessário. No caso de interrupção ou encerramento da entrevista, serão retomados, nessa situação, os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer. Mas, se a suspensão for mantida, assegura-se que não haverá nenhum tipo de penalização e/ou prejuízo aos participantes. Se, durante a pesquisa, acontecer algum dano aos participantes, estes terão direito a assistência imediata e integral, e indenização. E, se surgir alguma despesa com alimentação e transporte aos participantes decorrente da pesquisa, haverá ressarcimento.

Benefícios:

A participação na pesquisa auxiliará a entender como jornalistas com 60 anos ou mais lidam com tecnologias digitais e com o próprio processo de envelhecimento, a que tipos de poderes estão submetidos e como atribuem significados ao trabalho, o que contribuirá produzir respostas a suas necessidades, como subsidiar, com os resultados apurados, ações das empresas jornalísticas, do Estado, das universidades e dos próprios profissionais jornalistas que sejam voltadas à educação e à aplicação tecnológicas em prol de melhor qualidade de vida na velhice.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa a ser realizada pelo Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.

A Pesquisa atende aos pressupostos éticos e da Resolução CNS 510/2016.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram encontradas pendências éticas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de ética em pesquisa - CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, manifesta-se por considerar "Aprovado" o projeto. Conforme dispõe o Capítulo VI, Artigo 28, da Resolução Nº 510 de 07 de abril de 2016, a responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe, após aprovação deste Comitê de Ética em Pesquisa: II - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido; III - apresentar dados solicitados pelo CEP

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 5.230.767

ou pela CONEP a qualquer momento; IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção. Este relatório final deverá ser protocolado via notificação na Plataforma Brasil. OBSERVAÇÃO: Nos documentos encaminhados por Notificação NÃO DEVE constar alteração no conteúdo do projeto. Caso o projeto tenha sofrido alterações, o pesquisador deverá submeter uma "EMENDA".

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1874949.pdf	22/12/2021 10:33:01		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO.pdf	22/12/2021 10:29:06	Igor José Siquieri Savenhago	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	BROCHURA_PROJETO_DETALHADO.pdf	22/12/2021 10:28:37	Igor José Siquieri Savenhago	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_ROSTO.pdf	22/12/2021 08:54:37	Igor José Siquieri Savenhago	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 08 de Fevereiro de 2022

Assinado por:
Adriana Sanches Garcia de Araújo
(Coordenador(a))

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SAO CARLOS

CEP: 13.565-905

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Conforme Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde - CNS)

TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS NO TRABALHO DE JORNALISTAS IDOSOS: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA CTS

Igor José Siquieri Savenhago, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, convida o(a) senhor(a) a participar do estudo “Transformações tecnológicas no trabalho de jornalistas idosos: um estudo na perspectiva CTS”, do qual é o pesquisador responsável, sob orientação do Professor Dr. Wilson José Alves Pedro. A participação será por meio de concessão de entrevistas *online* síncronas.

Critérios de inclusão: podem participar da pesquisa jornalistas profissionais, com posse de registro no Ministério do Trabalho, idades a partir dos 60 anos, que sejam residentes ou atuem profissionalmente no estado de São Paulo.

Critérios de exclusão: não participam aqueles impossibilitados de conceder entrevistas *online* síncronas por falta de ferramentas tecnológicas, por dificuldades técnicas, por problemas de saúde, entre outros motivos; que não compareçam às sessões agendadas; que desistam de participar da pesquisa a qualquer momento; e /ou que discordem das diretrizes apresentadas neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os principais objetivos da pesquisa são entender como jornalistas de seu grupo etário, dentro dos limites do território paulista, veem o trabalho jornalístico diante das transformações na profissão influenciadas pela inserção de tecnologias digitais nas redações profissionais e pelas mudanças laborais decorrentes da pandemia de Covid-19, e como essas representações podem indiciar comportamentos referentes ao exercício profissional, às relações de trabalho e ao próprio envelhecimento.

As entrevistas com o(a) senhor(a) serão de forma remota, visando afastar qualquer risco e transmissão da Covid-19, e feitas em dois encontros, com estimativa de duração de duas a três horas cada, utilizando, para isso, um *software* gratuito e de

fácil acesso. Todos os participantes darão entrevista de forma individual, em data a ser definida e comunicada com antecedência, e com sua concordância prévia e também do pesquisador.

Riscos: Quanto aos riscos de sua participação, eles podem ocorrer e ser de ordem cultural, social e/ou intelectual, já que as entrevistas podem gerar algum incômodo em expressar opiniões ou interpretações que podem ser ainda desconhecidas de quem possa ter acesso à pesquisa. Mas tais riscos não são maiores do que os experimentados na vida cotidiana. Além disso, há os riscos inerentes ao processo de uso de tecnologias digitais, decorrentes de eventuais dificuldades técnicas de manejo. Este projeto, no entanto, foi submetido a uma análise minuciosa do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com Seres Humanos da UFSCar e aprovado, o que aumenta a segurança e objetiva tornar tais riscos ainda menores. A aprovação pelo CEP também garante, aos participantes, pausas a qualquer momento da entrevista, liberdade para não responderem perguntas quando as considerarem constrangedoras, podendo interromper ou encerrar a entrevista a qualquer momento, e a possibilidade de também fazer perguntas sempre que julgarem necessário. No caso de interrupção ou encerramento da entrevista, serão retomados, nessa situação, os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer. Mas, se a suspensão for mantida, assegura-se que não haverá nenhum tipo de penalização e/ou prejuízo aos participantes. Se, durante a pesquisa, acontecer algum dano aos participantes, estes terão direito a assistência imediata e integral, e indenização. E, se surgir alguma despesa com alimentação e transporte aos participantes decorrente da pesquisa, haverá ressarcimento.

Justificativas e benefícios: Sua participação nessa pesquisa auxiliará a entender como jornalistas com 60 anos ou mais lidam com tecnologias digitais e com o próprio processo de envelhecimento, a que tipos de poderes estão submetidos e como atribuem significados ao trabalho, o que contribuirá produzir respostas a suas necessidades, como subsidiar, com os resultados apurados, ações das empresas jornalísticas, do Estado, das universidades e dos próprios profissionais jornalistas que sejam voltadas à educação e à aplicação tecnológicas em prol de melhor qualidade de vida na velhice.

Sigilo, providências e cautelas: As únicas pessoas para as quais o(a) senhor(a) precisará se identificar durante todo o estudo serão o pesquisador

responsável, Igor José Siquieri Savenhago, e seu orientador, Prof. Dr. Wilson José Alves Pedro. Todas as informações obtidas nas entrevistas serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando que você seja identificado.

Acompanhamento e assistência: A qualquer momento, o(a) senhor(a) poderá desistir de participar da pesquisa e retirar seu consentimento, com o pesquisador ficando obrigado, neste caso, a enviá-lo(a) um documento pelo qual dá ciência desta decisão. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, seja em sua relação ao pesquisador e ao orientador, à instituição em que trabalha ou à Universidade Federal de São Carlos, bastando, para isso, comunicar sua decisão ao pesquisador.

Caso haja qualquer problema ou dúvida durante o estudo, o pesquisador estará disponível pelo e-mail igor.savenhago@estudante.ufscar.br, pelo telefone (16) 99177-1961 ou na Rua 13 de Maio, nº 1209, CEP: 14180-000, Centro – Pontal/SP, sendo que ele poderá ser contatado 24 horas por dia, durante os sete dias da semana, por e-mail, WhatsApp ou ligação telefônica.

O contato poderá ser, feito, também, com o Comitê de Ética de Pesquisa (CEP) com Seres Humanos da UFSCar, que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa e está localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos), na Rodovia Washington Luiz, km 235, Bairro Jardim Guanabara, CEP 13.565-905 - São Carlos-SP. Fone (16) 3351-9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Horário de atendimento: das 8h30 às 11h30.

Garantia de acesso aos resultados da pesquisa: Os dados coletados poderão ser divulgados em eventos, revistas e/ou trabalhos científicos. Eles também vão integrar a pesquisa completa, em uma tese que, após apresentada a banca examinadora, será disponibilizada pela Universidade Federal de São Carlos em seu repositório institucional, no seguinte link: <https://repositorio.ufscar.br/>. Em todas essas situações, os participantes da pesquisa serão informados, para que tenham amplo acesso aos resultados, e também receberão a versão final da tese, por e-mail, logo após a sua defesa, prevista para março de 2023, com possibilidade de prorrogação por até seis meses.

Registro do consentimento: Sempre que quiser, o(a) senhor(a) poderá ter acesso a esse termo de consentimento, bastando pedi-lo ao pesquisador, que enviará o documento por e-mail.

Aproveita-se para solicitar sua autorização para gravação da entrevista – em voz e imagem –, que, posteriormente, será transcrita pelo pesquisador e submetida aos participantes, para ser validada, com possível retirada ou acréscimo de trechos, de forma que seja mantida a mais fidedigna possível. Para assegurar total confidencialidade e evitar riscos de violação, a gravação ficará mantida arquivada pelo pesquisador apenas em computador de uso pessoal, sendo apagada o mais rápido possível de qualquer arquivamento em nuvem, plataforma ou ambiente virtual compartilhado decorrente de uso de *software* para a entrevista, para que não seja, em hipótese alguma, disponibilizada publicamente. Antes, porém, o(a) senhor(a) será orientado(a) a manter uma cópia dos arquivos em um dispositivo eletrônico pessoal, como computador ou telefone celular. Apenas as transcrições ou partes delas poderão ser tornadas públicas, conforme já citado, mas, nesse caso, sem a menção a quaisquer dados pessoais.

O(A) senhor(a) receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas, por você e pelo pesquisador, em que consta o telefone e o endereço deste. Para dar consentimento à sua participação, deverá imprimi-lo, assiná-lo e devolver em cópia digital para o e-mail do pesquisador, num prazo de até uma semana após o recebimento. Após o consentimento, o(a) senhor(a) terá acesso às perguntas do instrumento de coleta, para que possa tomar decisões de resposta de maneira informada. A partir destas, outras perguntas poderão ser feitas durante as entrevistas, no intuito de esclarecer possíveis dúvidas ou aprofundar a compreensão.

Dados para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisador responsável: Igor José Siquieri Savenhago

Endereço: Rua 13 de Maio, nº 1209 – Centro – CEP: 14180-000 – Pontal/SP

Telefone: (16) 99177-1961 / E-mail: igor.savenhago@estudante.ufscar.br

Após ter sido esclarecido e lido o presente termo, entendendo tudo o que me foi explicado, incluindo o que é o CEP e para que ele serve, concordo em participar

da pesquisa “Transformações tecnológicas no trabalho de jornalistas idosos: um estudo na perspectiva CTS”.

São Carlos, _____ de _____ de 20 _____.

Nome do entrevistador

Assinatura do entrevistador

Nome do participante

Assinatura do participante

APÊNDICE C - Carta-convite aos participantes da pesquisa

Olá, meu nome é Igor José Siquieri Savenhago, sou pesquisador e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O motivo deste contato é convidá-lo(a) a participar, de forma voluntária, da pesquisa “Transformações tecnológicas no trabalho de jornalistas idosos: um estudo na perspectiva CTS”, do qual sou pesquisador responsável, sob orientação do Prof. Dr. Wilson José Alves Pedro.

Os principais objetivos da pesquisa são entender como jornalistas com 60 anos ou mais, residentes ou que atuam profissionalmente no estado de São Paulo, veem o trabalho jornalístico diante das transformações na profissão influenciadas pela inserção de tecnologias digitais nas redações profissionais e pelas mudanças laborais decorrentes da pandemia de Covid-19, e como essas percepções podem indiciar comportamentos referentes ao exercício profissional, às relações de trabalho e ao próprio processo de envelhecimento.

A entrevista com o(a) senhor(a) será de forma remota, visando afastar qualquer risco e transmissão da Covid-19, e feita em dois encontros, com estimativa de duração de duas a três horas cada, utilizando, para isso, um software gratuito e de fácil acesso. Todos os participantes darão entrevista de forma individual, em data a ser definida e comunicada com antecedência, e com sua concordância prévia e também do pesquisador. As entrevistas serão gravadas, mas, em hipótese alguma, serão reveladas publicamente. Ficarão arquivadas em computador pessoal do pesquisador, sendo apagadas de qualquer plataforma com compartilhamento de dados na internet. Antes disso, o senhor(a) será orientado(a) a guardar uma cópia do material.

Sua participação auxiliará a entender como jornalistas com 60 anos ou mais lidam com tecnologias digitais e com o próprio processo de envelhecimento, e como atribuem significados ao trabalho, o que contribuirá para produzir respostas a suas necessidades, como subsidiar, com os resultados apurados, ações das empresas jornalísticas, do Estado, das universidades e dos próprios profissionais jornalistas que sejam voltadas à educação e à aplicação tecnológicas em prol de melhor qualidade de vida na velhice.

Caso concorde, antes do início das entrevistas, você receberá um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em que constam todas as diretrizes

definidas para o estudo, em conformidade com a Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que define os procedimentos para pesquisas em Ciências Humanas no Brasil, e também em acordo com orientações do Ministério da Saúde para a realização de pesquisas online. Entre as garantias que o(a) senhor(a) terá, estão a confidencialidade de seus dados pessoais, seu anonimato durante todas as etapas da pesquisa, inclusive na divulgação dos resultados – as únicas duas pessoas para os quais precisará se apresentar são o pesquisador e seu orientador –, e o respeito absoluto a suas decisões, como fazer pausas durante a entrevista, evitar responder a alguma pergunta caso a julgue constrangedora e retirar o consentimento a qualquer momento da pesquisa, sem qualquer prejuízo pessoal ou profissional.

Você terá, ainda, toda a assistência do pesquisador durante o processo, bem como o respaldo do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com Seres Humanos da UFSCar, que aprovou e acompanha este trabalho.

Agradeço antecipadamente pela atenção, me coloco à disposição para eventuais dúvidas e aguardo retorno.

Atenciosamente,

Igor José Siquieri Savenhago

Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS)

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Link para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9377340948989879>

No item seguinte, é apresentado o pré-roteiro de perguntas que compõe o instrumento de coleta de dados. Conforme mencionado, outras questões puderam ser acrescentadas no decorrer das entrevistas, no intuito de esclarecer falas que geraram dúvidas ou de aprofundar algumas compreensões.

APÊNDICE D - Instrumento de coleta de dados (pré-roteiro de entrevista)

Idade:

Sexo:

Condição de trabalho (com carteira assinada, funcionário público, freelancer, desempregado, aposentado, trabalhando em outras áreas):

Cidade onde mora:

Cidade onde trabalha:

Data da entrevista:

Duração da entrevista:

Apresentação:

1. Quando e como decidiu ser jornalista?
2. Como foi o início de suas atividades profissionais?
3. O que é ser jornalista?
4. Como se vê na atividade jornalística nos próximos anos?

Perguntas relativas ao exercício profissional:

1. Quais as principais transformações decorrentes da inserção das tecnologias digitais no trabalho jornalístico?
2. Como você lida com as tecnologias digitais no exercício profissional?
3. O que essas tecnologias representam para o Jornalismo e para o jornalista?
4. As tecnologias digitais trazem novas oportunidades ou a precarização do exercício profissional? Por quê?

Perguntas relativas às relações trabalhistas:

1. Como você avalia o domínio das tecnologias digitais pelos jornalistas idosos?
2. Isso pode influenciar nas relações de trabalho, como aumentar o risco de ser demitido? Por quê?
3. Como você avalia a atenção de empresas jornalísticas e dos poderes públicos para com a saúde de jornalistas idosos?
4. Quais as principais transformações que a Covid-19 trouxe para o trabalho jornalístico, especialmente no caso de jornalistas idosos?

O jornalista e o processo de envelhecimento:

1. De forma geral, como os jornalistas idosos são vistos no mercado? A idade é fator determinante para a aceitação do profissional?
2. Como lida com o fato de estar envelhecendo? A pandemia de Covid-19 influencia ou influenciou, em algum momento, nessa questão?
3. Fora do trabalho, como é sua relação com as tecnologias digitais?
4. Que contribuições ou prejuízos as tecnologias digitais podem trazer para as pessoas idosas, visando a uma velhice saudável e ativa? E para os jornalistas idosos em específico?

APÊNDICE E**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Eu _____,
CPF _____, RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de ter ciência da necessidade de gravação audiovisual de entrevista, AUTORIZO uso de minha imagem e meus depoimentos, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

AUTORIZO os pesquisadores Igor José Siquieri Savenhago e seu orientador, Prof. Dr. Wilson José Alves Pedro, do projeto de pesquisa intitulado “Transformações tecnológicas no trabalho de jornalistas idosos: um estudo na perspectiva CTS”, a realizar os procedimentos que se façam necessários para colher minhas entrevistas sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização dos meus depoimentos para fins científicos, para uso exclusivo do pesquisador e seu orientador, desde que, quando forem divulgar o conteúdo das entrevistas, mantenham minha identidade em sigilo, também conforme o TCLE e em acordo com a Resolução 510/2016 para pesquisas em Ciências Humanas no Brasil.

São Carlos, _____ de _____ de 20_____.

Pesquisador responsável pelo projeto:

Participante:
